



MASSACRE NA LAPA

PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR

MASSACRE NA LAPA

COMO O EXÉRCITO LIQUIDOU
O COMITÊ CENTRAL DO PCdoB

SÃO PAULO 1976

Copyright © Pedro Estevam da Rocha Pomar

Revisão: Wilson da Silva Garcia
Vera Lúcia Emídio
Fernando B. Gião
Vera Lúcia F. P. Gião

Arte-Final de Capa: J. F. Diorio
Montagem: Paulo Rogério Akio Kato

Direitos adquiridos pela
EDITORA BUSCA VIDA LTDA.
Rua dos Pinheiros, 928
Pinheiros — São Paulo/SP
05422 — Tel. 815-2311

Publicado no Brasil
1987

SUMÁRIO

| | | |
|------|----------------------------------------|-----|
| | RECONHECIMENTO | 9 |
| | APRESENTAÇÃO | 11 |
| | PRIMEIRA PARTE | |
| | I A QUEDA | 17 |
| | II LAUDOS SOB MEDIDA, OU QUASE | 23 |
| III | DILERMANDO, PACIFICADOR À MODA DA CASA | 35 |
| | IV NA CORTE MILITAR | 55 |
| | SEGUNDA PARTE | |
| | V QUEBRA-CABEÇAS | 67 |
| | VI RIO, 1975 | 81 |
| | VII A CONVERSAÇÃO | 89 |
| VIII | REFLEXÕES E NOTAS BREVES | 103 |
| | TERCEIRA PARTE | |
| | IX O SALDO POLÍTICO DA TRAGÉDIA | 111 |
| | X O SILÊNCIO DO PCdoB | 149 |
| XI | REVOLUCIONÁRIOS MARCADOS PARA MORRER | 155 |

QUARTA PARTE

CRONOLOGIA 161

TRANSCRIÇÃO PARCIAL DAS ANOTAÇÕES DE
ALDO ARANTES NA REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL DE
DEZEMBRO DE 1976 165

MEMORIAL DE HAROLDO LIMA A RESPEITO DE SEU
AFASTAMENTO DO COMITÊ CENTRAL (1979) 171

O ADVOGADO

Grande vitória da repressão: estouraram, mataram,
prenderam 185

A SOBREVIVENTE

“Vocês mataram eles dormindo”, falei para um chefe 193

O REPÓRTER

Uma operação de surpresa, muito rápida, planejada 195

RECONHECIMENTO

Impossível agradecer às dezenas de pessoas que me auxiliaram nas diferentes fases de elaboração deste livro. Os nomes mencionados a seguir estão entre os que mais contribuíram para que essa reportagem parecesse um livro e, finalmente, viesse a ser publicada.

Começo por citar o apoio, insubstituível, dos veteranos militantes comunistas Eloi Martins e Otto Alcides Ohlweiler. Na mesma Porto Alegre, atormentei por vezes o líder petista Raul Pont, que me prestou auxílio valioso.

Entre os jornalistas, Álvaro Caropreso, Ana Lagoa, André Pereira, Antonio Carlos Queiroz, Jaime Sautchuk, José Fernando Lefcadito, Márcia Cezimbra, Sérgio Lopes — colaboraram todos, de alguma forma, enquanto os fotógrafos Hélio Campos Mello, Samuel Iavelberg e Milton Soares e o pesquisador Vladimir Saccetta emprestaram, por sua vez, decisiva contribuição ao acervo iconográfico aqui reunido.

Graças ao reverendo Jaime Wright, coordenador do projeto *Brasil: nunca mais*, recolhi, em arquivos, importantes subsídios. Devo assinalar ainda o apoio recebido de Marília Andrade e Rachel Pomar.

Por último, declaro que o texto final sofreu substancial melho-

ra a partir das observações e sugestões de Carlos Eduardo Carvalho, Carlos Machado e Maria Inês. Sem esse crivo, maiores seriam os defeitos.

O Autor

APRESENTAÇÃO

Em dezembro de 1976, a chacina da Lapa encerrava de forma brutal a longa série de assassinatos cometidos pela ditadura militar contra seus opositores. Além do discutível privilégio de ter sido o último elo de uma cadeia sangrenta, que hoje se tenta fazer desaparecer da história, este episódio chama a atenção por reunir em si muitos aspectos da luta política naquele período e dos seus desdobramentos. A começar pelo esquecimento tácito de parte desta luta e de alguns de seus atores.

Na memória da opinião pública democrática e de esquerda, o último morto da ditadura foi Vladimir Herzog, explicitamente citado assim quando se completaram dez anos de seu assassinato, em 1985. Mas, depois dele, ainda vieram Manoel Fiel Filho e, um ano depois, Pomar, Arroyo e Drummond. O operário Fiel Filho tinha em comum com os mortos da Lapa não ser de profissão intelectual. Não eram figuras típicas da classe média, não tinham atividades legais que os notabilizassem antes da prisão. Não vai nisso nenhum demérito à figura de Vlado, devo acrescentar. Trata-se apenas de lembrar que a sociedade brasileira dificilmente reconhece alguém que esteja à margem das instituições — e nisto a esquerda a acompanha quase sempre. Isto em nada diminui o peso da tragédia de Vlado nem o horror de seu assassinato pela ditadura. Apenas ilustra adicionalmente o isolamento a que tinham chegado as organizações clandestinas, hoje refletido na lembrança cada vez mais esmaecida que cerca seus mortos.

A Lapa teve a particularidade de ocorrer já na era da distensão, ascendente direta da abertura e da “Nova República”. Comandava o II Exército o general Dilermando Gomes Monteiro, colocado em São Paulo por Geisel depois da rumorosa demissão de Ednardo Mello, na esteira do assassinato de Manoel Fiel Filho. Para a opinião pública, Dilermando era apresentado como “democrata”, opositor da “linha dura”, e acabou inocentado, ficando a chacina por conta dos “órgãos de segurança”. Uma manobra bem-feita, que atirou a responsabilidade sobre um ente sem face e sem nomes, protegido adicionalmente pelo apelo à conveniência de evitar problemas para seus supostos inimigos — os generais “democratas” e os políticos da direita “civilizada”. Triste antecipação da “Nova República”, da transição negociada. Afinal, a começar pelo homem do jaquetão e salvo um outro bode expiatório, continuam no poder, ou muito próximos a ele, todos os velhos servidores da ditadura. Só que devidamente reabilitados por uma operação semelhante à que absolveu Dilermando e Geisel na época: o sangue teria corrido à sua revelia, eles eram inocentes, queriam coibir os excessos, e por aí fora.

A Lapa marca também de forma terrível a tragédia da esquerda brasileira nos anos 70. O PCdoB era a única organização ainda estruturada àquela altura e teve sua direção destroçada pela delação de um veterano comunista, homem provado e experimentado na luta, como se dizia no jargão da época. Digno sucessor do stalinismo, sempre pronto a classificar qualquer dissidente como agente do inimigo a soldo sabe-se lá de quem, o PCdoB nunca apresentou explicações sobre o que ocorreu com Jover Teles. Não apenas parece ignorar a tragédia pessoal deste homem, o processo pelo qual acabou chegando à traição, como também se recusa a discutir como foi possível que tenha sido, afinal, levado para a reunião fatídica, à revelia das normas de segurança usuais. Uma reunião que mudaria o futuro do partido se não tivesse caído, já que consagrara no seu decorrer um importante avanço na luta interna do Comitê Central a respeito da guerrilha do Araguaia. E que, caindo, mudou de fato o futuro do PCdoB, permitindo que a própria existência da luta interna fosse negada ao conjunto do partido por um período ainda mais longo, enquanto a direção remanescente se recompunha e procurava eliminar os vestígios das posições críticas que cresciam no CC trancadas a sete chaves. Isto explica em parte a resistência do PCdoB em tratar da Lapa ainda hoje. O resto fica por conta do sectarismo e do pouco caso pela apuração e reconstituição dos fatos concretos.

A isto se propõe este livro: recuperar a memória de um episódio sangrento de nossa história. Desde a fria determinação dos pre-

postos da ditadura em liquidar os dirigentes do PCdoB até o drama pessoal dos que ousaram lutar naqueles anos difíceis. Infeliz o país que precisa de heróis, disse Brecht. Felizmente o Brasil teve alguns.

Carlos Eduardo Carvalho

PRIMEIRA PARTE

I A QUEDA

No expediente de ontem no Quartel-General do Ibirapuera, oficiais do II Exército receberam numerosos telefonemas de pessoas ligadas a todas as atividades sociais deste Estado, cumprimentando-os pelo êxito da operação, efetuada sem pôr em risco a integridade física dos moradores da vizinhança.

O Globo, 18.12.76

16 DE DEZEMBRO DE 1976. São quase 7 horas da manhã em São Paulo. Uma equipe do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército acaba de prender, na Avenida Faria Lima, dois militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Tirado à força do velho Corcel azul, encapuzado e enfiado em um Volks chapa fria, o operário Joaquim Celso de Lima, motorista do Comitê Central da organização, ainda tem tempo de ouvir, quando um dos agentes do DOI usa o rádio:

“Tudo limpo. Pode tocar a operação”.

A mensagem é recebida a quilômetros dali, na Rua Pio XI, no Alto da Lapa, onde numerosa tropa de militares e policiais, sob comando do tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, faz o cerco à casa de número 767. Dado o OK, a fuzilaria começa sem qualquer aviso aos seus ocupantes. E, também, sem a preocupação de retirar os moradores da vizinhança. O matraquear das metralhadoras utilizadas no ataque vai durar o suficiente para destruir porta, janelas e basculantes e fazer cair pedaços do reboco do teto. Vinte minutos, como dirão depois, ou talvez menos.

Na casa estão Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, membros da Comissão Executiva Nacional do PCdoB, e Maria Trindade, militante encarregada das tarefas domésticas. Num primeiro momento eles não entendem o que acontece, o estrondo, o reboco caindo. A

Arroyo não lhe dão sequer esta chance. Sai do banheiro, “que é isso?”, e então é atingido com tal impacto que o corpo parece saltar para a frente. “Que desgraça! Nos pegaram”, grita Pomar. Estas cenas e palavras estão gravadas na memória de Maria Trindade, que sobrevive ao massacre. Porque Pomar, como Arroyo, estará morto em instantes.

Na casa ao lado, a 765, os moradores acordam assustados. Nela há crianças, até mesmo um recém-nascido. É tiroteio, avisa logo o genro de Guiomar Issa, dona da casa. Em meio à fuzilaria, a filha Nice escuta os gritos de uma mulher e vozes masculinas. “Pá- ra, pára!”, berra Maria Trindade, “atira – atira no pé dela”, ameaça um agente.

A certeza de que tudo terminou vem com o toque da campanha. É o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). Quer saber se tudo está bem e pede desculpas pelo “susto” causado à família. Com ele, agentes trajando coletes à prova de bala e chupando laranjas. Um diz a Dona Guiomar, à guisa de justificativa, que não avisaram sobre o ataque porque a família poderia estar ligada aos ocupantes da casa vizinha.

O repórter Nelson Veiga, da TV Bandeirantes, está na redação quando é avisado, por volta das 7 horas, de que algo estranho ocorre na Pio XI. Um morador informa que a rua está bloqueada de ponta a ponta desde cedo e tomada por grande aparato militar. Esse telefonema permite que Veiga seja o primeiro jornalista a ver a casa após o ataque. Quando chega ao local, Maria Trindade ainda não fora levada: ele a vê rodeada por um grupo de militares.

Veiga tivera o cuidado de estacionar o carro da reportagem a distância, para não chamar a atenção. Mandara também que o cinegrafista não se aproximasse muito da casa, pelo mesmo motivo. Então, resolve entrar para ver do que se trata, beneficiando-se do fato de que ali há muita gente à paisana. Certamente é tido como um agente, um policial a mais. Ganha o alpendre da residência; vê os corpos de Arroyo e Pomar; não vê arma alguma ao lado deles. Está examinando tudo quando é interpelado por Fleury (“Que é que você está fazendo aqui?”), que, irritado, reconhece o veterano repórter de polícia com quem teve uma desavença em seus tempos de investigador. Veiga tenta argumentar que é um profissional, está ali a serviço, mas Fleury, possesso, atíça os agentes contra ele. “Esse cara é jornalista – como é que vocês deixaram ele entrar?”

Agredido a socos e coronhadas de metralhadora, Veiga é detido e levado para o DOI, na Rua Tutóia, Paraíso.

A "operação urbana", oficialmente desfechada pelo Exército uma semana antes, a 10 de dezembro, com o fim de executar alguns dos principais dirigentes do PCdoB e prender vários outros, é incapaz de evitar — apesar do minucioso planejamento — a incômoda presença de alguém que não veria, no *aparelho* da Rua Pio XI, quaisquer armas que não as portadas naquele momento por militares e policiais que o invadiram. Na época, contudo, esse detalhe não tem importância legal. E, de qualquer maneira, será preciso recorrer a outro expediente para justificar uma terceira morte. A de João Batista Franco Drummond.

NOITE DO DIA 15, VÉSPERA DO ATAQUE.

Drummond e Wladimir Pomar são os primeiros a deixar a casa da Pio XI, onde se realizara durante dois dias (14 e 15) uma reunião do Comitê Central (CC) do PCdoB, com a participação de nove pessoas, das 11 presentes — Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade, embora militantes, não fazem parte da direção.

Encerrados os trabalhos, os dirigentes devem retirar-se em duplas, no carro dirigido por Joaquim, e sempre acompanhados por Elza Monnerat, também integrante do CC, moradora da casa e "olheira" nas diversas viagens feitas para trazer e, depois, levar de volta o pessoal. Por medida de segurança, todos, menos Elza e Joaquim, entram e saem de olhos fechados, para não reconhecer o local.

A casa está sob vigilância há dias. O Corcel é seguido, com cuidado, por vários carros empregados no esquema montado pelo DOI. É o que sucede depois com Drummond e Wladimir, após serem deixados nas imediações da Avenida Nove de Julho; as equipes do II Exército passam a seguir os dois, separadamente — enquanto Elza e Joaquim retornam sem incidentes ao *aparelho*, para buscar a dupla seguinte.

Drummond, que iria para Goiás, é preso antes de iniciar viagem. Wladimir chega a notar que estão no seu encalço e tenta despistar os perseguidores. Arranja tempo para livrar-se de documentos. É capturado na Avenida Santo Amaro, acusado de ser puxador de carro, e aí mesmo começa a ser espancado.

Já no DOI, apanhando "de soco, pau e botinada", percebe, antes da meia-noite, a presença do companheiro, revelada pelo comentário de um agente. O pacote de biscoitos "recheado" com o jornal do partido, *A Classe Operária*, mencionado por alguém em tom de galhofa, ele o vira nas mãos de Drummond antes de se retirarem da casa da Lapa. Depois, escutará gritos de dor.

Cerca de 4 horas do dia 16, Wladimir ouve uma correria, gente descendo escadas, uma voz que pede um médico com urgência. É possível que Drummond tenha tentado fugir em meio a sessões de tortura, saltando de uma janela. O certo, ainda assim, é que ele morre sob tortura e nas dependências do DOI. O laudo cadavérico do próprio Instituto Médico-Legal (IML), órgão da polícia, aponta a mesma hora. Mas os jornalistas encarregados da cobertura do caso são obrigados a divulgar uma versão que nada tem a ver com a verdade: Drummond teria morrido atropelado quando tentava fugir, precisamente na esquina da Avenida 9 de Julho com a Rua Paim. O laudo do IML apenas homologa essa invenção.

É meio-dia quando Frederic Chapin, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, chega ao prédio da Cúria Metropolitana. Nervoso, quase invade a sala de D. Paulo Evaristo Arns. Fala da chacina, pede ao Cardeal que inicie gestões para evitar a morte dos que estão presos. "Sabíamos da reunião há dias, mas não esperávamos que sob o Dilermando acontecesse o que aconteceu", diz o diplomata. E avisa a D. Paulo que tem os nomes dos militantes presos.

No final da tarde do dia 16 o II Exército emite nota oficial, informando que se travou "um tiroteio na Rua Pio XI, em face da reação à bala dos sitiados, daí resultando dois subversivos mortos, havendo um terceiro morto atropelado, quando de sua fuga". A nota não fornece números nem nomes dos presos e fala na colaboração de "outros órgãos de segurança" (oficiosamente foram mencionados o I Exército e o III Exército). Assina o general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, amigo íntimo do Presidente da República e suposto fiador da abertura democrática em São Paulo, na condição de substituto do general Ednardo D'Ávila, exonerado em decorrência dos assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.

Aldo da Silva Arantes é preso ainda na noite do dia 15, quando se aproxima da estação Paraíso do metrô. Haroldo Rodrigues Lima é seguido até sua casa, na Avenida Pompéia, e será preso apenas no dia seguinte, ao deixar o local. Uma vez mais, o carro do partido, após transportar a dupla, retorna à Pio XI sem que se note qualquer anormalidade. Todos ali dormirão sem saber que a repressão já prendera três membros do CC.

MADRUGADA DO DIA 16. O Corcel deixa a casa 767 pela última vez, Joaquim ao volante, Elza como guia, José Gomes

Novaes e Manoel Jover Teles como passageiros. Imediatamente o motorista sente-se seguido: as manobras dos perseguidores são ostensivas, próprias mesmo de quem deseja se fazer notar. Mas Joaquim só acreditará nisso em Pinheiros, quando já não resta dúvida do que está ocorrendo. “Estão nos seguindo”, avisa, e Elza manda que Novaes e Jover abram os olhos; terão que sair do carro e fugir a pé. Por um momento Joaquim acha que driblou a perseguição, pára o carro; Novaes e Jover descem rapidamente; o Corcel segue adiante. E é “fechado” minutos depois, por vários carros pertencentes à repressão. São quase 7 horas da manhã em São Paulo.

II LAUDOS SOB MEDIDA, OU QUASE

À vista de tudo o que se pode observar e examinar, conclui-se que: 1 — o local se prestava como “aparelho subversivo terrorista”; 2 — os dois ocupantes da casa, e que foram mortos, trocaram tiros com os agentes de segurança.

*Do laudo do perito criminal
Alceu de Almeida Proença*

Sempre foi de total impunidade o sentimento dominante entre os agentes de segurança do regime militar brasileiro. A constatação vale para todos os escalões, dos psicopatas a serviço de cada DOI aos mais graduados funcionários do Estado, civis ou militares. O general Ednardo D’Ávila, por exemplo, foi demitido do comando do II Exército “com humilhação” — expressão do general Orlando Geisel, irmão do Presidente da República, general Ernesto Geisel — por ter permitido o assassinato de duas pessoas num momento em que a conjuntura do país já não absorvia a repetida prática de *suicídios* nas celas da repressão. Ednardo não sofreu qualquer processo ou penalidade mais grave. As consequências políticas, porém, não foram descuidadas pelo regime. A comoção pública causada pela morte de Vladimir Herzog (e depois a de Manoel Fiel Filho) certamente produziu suas lições. Era preciso evitar os acidentes de trabalho e selecionar os alvos da repressão. A maior parte da esquerda organizada fora destroçada e o regime entendeu que chegara a hora de não se expor a desgastes desnecessários.

Assim, Geisel principiou por golpear a “linha dura”, deslocando do posto um de seus chefes, e colocando em seu lugar um general (Dilermando Gomes Monteiro) eloqüente, “afeito ao diálogo” e capaz de cortar pela raiz as provocações da extrema-direita contra o projeto de distensão política acalentado pelo Palácio do Planalto. Mas enganaram-se os que viram na saída de Ednardo um ponto final no terrorismo de Estado.

No episódio da Lapa, o regime vendeu a idéia de que fora eliminado um perigoso bando de terroristas profissionais, e conseguiu em parte o seu intento. Para isso cercou-se de determinadas precauções. Consumada a morte criminosa de Drummond em dependências do II Exército, por não resistir às torturas ou em razão de uma tentativa de fuga mal-sucedida em meio a sessões de tortura, optou-se por torná-la pública recorrendo ao surrado artifício do atropelamento. Como explicar um novo morto *dentro* do DOI?

Os critérios seletivos de assassinato prevaleceram no assalto ao aparelho da Rua Pio XI. Se uma reunião do tipo fosse descoberta um ou dois anos antes, talvez ninguém saísse dela com vida. Não que o general Dilermando e seus subordinados “do fim da linha”, como ele se refere ao pessoal do DOI, fossem menos sanguinários do que seus antecessores. Simplesmente, a situação política em finais de 1976 não comportava tais desvarios. Devidamente autorizadas e controladas pelo regime, as forças de repressão encabeçadas pelo II Exército assassinaram deliberadamente dois altos dirigentes do PCdoB, mas emprenharam-se, em seguida, em uma *mise-en-scène* que justificasse o desfecho da ação e mascarasse o seu enredo. Os terroristas da casa reagiram, e morreram tão-somente por isso, por não acatarem a ordem de prisão — eis a versão oficial.

A impressão é de que, ao longo de uma década, a versão oficial acabou, de alguma forma, aceita. O comandante do II Exército deixou seu cargo, em 1978, com a reputação menos que arranhada, quase intocada, e o assassinato de Herzog passou a ser o marco final, por assim dizer, dos anos de sangue no Brasil. Mas se são verdadeiros certo esquecimento e até a pura ignorância dos fatos, também é real que muito se publicou nos jornais da época contestando e pondo em dúvida a história dos vencedores. A riqueza de detalhes com que alguns jornais noticiaram o massacre, em 17 de dezembro, contribuiu para que fosse colocada em xeque, antes de tudo, a alegação de resistência armada, graças ao testemunho de vários vizinhos da casa invadida. Nas páginas da imprensa diária — livre da censura prévia havia quase dois anos — denunciaram-se, também, casos de agressão e intimidação de que foram vítimas os próprios jornalistas que procuravam colher informações no local após o encerramento da operação.¹

Era o início da batalha em defesa da verdade.

1. A mídia eletrônica, contudo, permanecia sob controle: “No Rio, às 19h50, o agente Atílio da Silva, da Superintendência Regional da Polícia Federal, informou, pelo telefone, que ‘por ordem superior, estava recomendando que as emissoras de rádio e televisão limitassem seus noticiários sobre [o] choque’”. etc. *Jornal do Brasil*, 17.12.76.

AS ARMAS. O tratamento violento dispensado a alguns repórteres não poderia ter outro fim senão o de preservar de olhares intrusos o espaço onde seria montada a cena. Os técnicos do Instituto de Criminalística chegariam apenas por volta das 11 horas; eles receberam requisição do DEOPS para exame da casa às 8 horas e 35 minutos, como consta no laudo respectivo. Ora, o repórter Nelson Veiga calcula que às 8 horas e 15 minutos já estava no local — portanto, muito antes dos técnicos do IC. Veiga entrara no jardim da casa por conta própria, fora até a varanda, saíra compulsoriamente. Uma vez expulso da residência, a posição dos corpos é alterada e aparecem ao lado deles, no chão, armas que o repórter da TV Bandeirantes não vira: uma carabina Winchester e um revólver Taurus.

É possível, porém, que a fraude, entendida no seu todo, tenha começado ainda antes. Dos depoimentos de Maria Trindade, única testemunha ocular e sobrevivente, depreende-se que os agentes que a subjugaram na passagem lateral da casa entraram em seguida — e atiraram, no interior, repetidas vezes. Arroyo já havia tombado, e é improvável que Pomar ainda estivesse vivo. Não se deve descartar, por esse roteiro, a hipótese de que os tiros “de dentro para fora”, diligentemente referidos no laudo pericial de exame da casa, tenham, de fato, sido disparados — ainda que por outras mãos, não as presumidas pelo perito Alceu Almeida Proença. Se se deram ao trabalho de atirar com as armas depois colocadas no chão, junto aos corpos, ou se, ao contrário, usaram as armas empregadas no assalto, é uma indagação impossível de responder.

O laudo procura dar como fato estabelecido a resistência armada. “Os projéteis e cápsulas detonadas encontradas no local do entrevero indicavam que os agentes de segurança portavam armas (revólver, metralhadora e carabina cartucho) de diferentes calibres, enquanto que as armas utilizadas pelos ocupantes da moradia eram [revólver] Taurus calibre ‘38’ e carabina Winchester calibre ‘44’, modelo de 1892”, sentencia.

Ora, esta afirmação, que parte do principal perito a trabalhar no caso — o encarregado precisamente de vistoriar o “local do entrevero” —, contradiz tanto o auto de apreensão mandado lavar pelo delegado Fleury quanto o laudo de exame específico das armas assinado por Eliana Menezes Sansoni. Enquanto esta informa que a pesquisa de resíduos de combustão de pólvora resultou positiva nos “revólveres das marcas Taurus e OH, bem como na carabina da marca Winchester, indicando disparo recente e isto em época que bem pode coincidir com a da ocorrência”, o perito Proença não menciona sequer a existência do tal revólver OH (Orbea Her-

manos), calibre 44. Nem fala em outras armas na casa. “O revólver Taurus, a Winchester e munições usadas pelo ocupantes da casa, para trocar tiros contra os agentes de segurança, serão objetos de laudo em separado por peritos da Seção de Balística do Instituto de Criminalística”, é tudo que diz Proença.

Se dependesse dele, a perita Sansoni trabalharia menos. No entanto, ela teve de examinar também — além do nada discreto OH cano longo — um revólver INA calibre 32, um rifle Castelo calibre 22 e três facas (a maior das quais com uma lâmina de 34 cm de comprimento!). Todas essas armas são arroladas no auto de apreensão, datado do dia 16.

Não é espantoso que Proença, perito designado para trabalhar em caso tão importante, tenha deixado escapar em seu laudo *mais da metade* do “armamento” guardado no covil dos terroristas? Embora seu laudo seja ilustrado com 69 fotografias, *nenhuma delas* mostra qualquer arma que não a Winchester e o Taurus, únicas a que ele faz menção. As demais vão aparecer somente no laudo em separado da perita Sansoni, fotografadas em conjunto em alguma dependência policial — e *não* no lugar onde a ação se desenrolou. Observação complementar: o DEOPS só requereu o exame das peças no dia 21, quase uma semana após a ocorrência.

As contradições são tão graves que comprometem o próprio fundamento da alegação de que os ocupantes da casa reagiram à bala, e dão idéia da natureza da fraude que se montou. A cumplicidade habitual dos diversos órgãos de segurança, na qual frequentemente são envolvidos também o Instituto Médico-Legal (IML) e a chamada polícia técnica em geral, nem sempre é suficiente para garantir o sucesso de uma farsa. A flagrante descoordenação entre os peritos conduziu a esses resultados.

Que diz o perito Proença?

Havia duas armas de fogo na casa.

Os ocupantes usaram aquelas duas armas.

Que diz a perita Sansoni?

Havia cinco armas de fogo na casa.

Os ocupantes usaram três dessas armas.

Todo o teor dos laudos técnicos é, assim, irremediavelmente colocado sob suspeição. Mesmo o perito Proença não comenta, em seu laudo, a relação entre a posição em que os corpos foram “encontrados” e a posição em que as armas foram “encontradas”. A única informação a esse respeito é visual, fornecida pelas fotografias números 65, 66 e 68. Nenhum exame foi realizado para determinar, por exemplo, a presença ou ausência de resíduos de pólvora.

vora nas mãos de Arroyo e Pomar. Os legistas responsáveis pela autópsia não falam da existência de traços de pólvora. Na prática, Proença sustenta sua conclusão de que houve resistência armada apenas com fotografias de marcas de tiros que teriam partido do interior da casa.

A CASA, FRÁGIL. Necessário, neste ponto, descrever o imóvel. Era uma casa térrea bastante frágil, com sala de reduzidas dimensões, dois quartos (de 9 m² cada, o que é bem pouco), um banheiro, cozinha, uma área envidraçada na parte de trás. A porta principal, da sala, dava para um pequeno alpendre em forma de arco, o que o perito chamaria de "área coberta", e onde existia uma mureta de poucos centímetros de altura. A outra porta, na área envidraçada, comunicava quintal e cozinha. As janelas com venezianas eram três, as restantes eram vitrôs.

Quem estivesse na rua, de frente para a casa, teria à direita um estreito corredor lateral, com portão de madeira, e à esquerda uma passagem para carro que conduzia à garagem. Do mesmo ponto de observação, tinha-se o alpendre e a sala à direita, e os quartos à esquerda.

O jardim na frente da casa era separado da calçada por um muro baixo, de alvenaria, guarnecido por um gradil e dois portões metálicos (um na direção da porta, outro, maior, na direção da garagem). No fundo, um quintal relativamente amplo (com lavanderia, sanitário, quarto e oficina) dava para um terreno em construção.

A reduzida altura do muro, a curta distância que o separava das paredes da casa (pouco mais de 4 metros), o intenso trânsito da Rua Pio XI (percorrida por linhas de ônibus), tudo fazia a residência devassada. A altura de um dos muros laterais foi elevada, e instalado um portão de madeira entre o quintal e a passagem de carro, com a idéia de tornar o local mais guardado de quem olhasse de fora. Havia outros problemas. A passagem era estreita demais e cada entrada ou saída do carro exigia lenta e exaustiva manobra.

OS TIROS. Quem tiver acesso às fotografias 19 a 22 e 26 a 35 do caso 760876² poderá comprovar a inconsistência do tipo de "prova" de que se valeu o perito Proença. O seu laudo assinala per-furações e vestígios de tiros "de fora para dentro" nos vitrôs do ba-

2. Numeração do Instituto de Criminalística – Departamento Estadual de Polícia Científica.

nheiro e da área envidraçada; nas janelas dos quartos; nos vitrões, nas paredes e na porta da sala de estar — “nesta o objetivo foi arrombá-la para que pudessem adentrar no prédio”, esclarece. Escreve que “maior quantidade de vestígios existia na sala de estar, onde houve troca de tiros entre os agentes de segurança e os ocupantes do prédio”. Aqui se inicia a comédia. Os ocupantes, terroristas profissionais que prontamente pegaram em armas para responder ao fogo dos agentes de segurança, não conseguiram senão acertar nas paredes da casa. Vejamos:

Fotografia 19 — “Obtida do interior da sala de estar e destinada a mostrar, em detalhe, vestígios de projéteis de armas de fogo na porta principal da casa. Na folha da porta havia perfurações produzidas de dentro para fora e inúmeras de fora para dentro. Na mureta da área [refere-se ao alpendre] vê-se um vestígio produzido por um projétil procedente do interior da sala”, informa a legenda. Quer dizer, os ocupantes da casa atiraram através da porta, às cegas. E, para atingir a mureta a apenas alguns centímetros acima do solo, devem ter feito especial esforço para *não* alvejar os atacantes.

Fotografia 27 — Mostra “um vestígio de disparo efetuado do interior da casa, ao lado do ‘vitraux’ e na parede da fachada principal”. É um grande estrago na parede. Quem o terá produzido, a Winchester, o Taurus ou o OH que Proença não viu?

Fotografia 29 — Mostra a tábua de madeira compensada utilizada para proteger o vitrô direito da sala, no qual era encaixada e fixada por arame grosso. Aparecem “vestígios de tiros que traspasaram a tábua nos dois sentidos; vestígios de tiro na parede, logo acima do ‘vitraux’ e procedente do lado do corredor”. Um tiro acima do vitrô! Com que objetivo? E quanto aos tiros que “traspasaram a tábua” de dentro para fora? Que atacantes, em ação num cerco, metralhem todos os pontos fracos de um alvo, por mais opacos que eles sejam, é compreensível. Que sitiados, com armamento inferior, atirem através da madeira, é inaudito.

Fotografia 30 — Vê-se o mesmo vitrô retratado na fotografia anterior, porém sem a tábua. “Os projéteis que vieram de disparos feitos do interior da sala de estar produziram vestígios na parede da área, após traspasar o ‘vitraux’.”

Fotografia 33 — Mostra, “em detalhe, um vestígio de disparo feito do interior da sala de estar, no metal do ‘vitraux’ direito deste último cômodo”. Tiro surpreendente, este. Quem disparou fez mira na quina do vitrô.

Fotografia 34 — Seis marcas são mostradas numa parede interna do alpendre, como resultado de “disparos efetuados do interior da sala de estar”.

Fotografia 35 — Retrata um surpreendente vestígio, de um

disparo que, “efetuado pelo interior da sala de estar”, atravessara “o vão da porta principal antes de atingir a face traseira da parede do arco da área [alpendre]”. Notável: o tiro atingiu a ponta do arco. Não é apenas uma exibição de má pontaria, mas de completa desorientação de quem atirava. Além disso, o tiro teria atravessado “o vão da porta”, ao invés de atravessar a madeira (fotografia 19). Pode-se deduzir disso que, mesmo após o arrombamento da porta pelos agentes de segurança, os terroristas ainda resistiam, não obstante sua falta de pontaria e as armas obsoletas de que dispunham.

Não bastasse, um solitário e intrigante tiro fora disparado, de dentro para fora, contra o vitrô da cozinha (fotografia 10).

Os moradores vizinhos da casa 767 da Rua Pio XI relutavam, à tarde, em sair de suas casas para atender algum repórter. O que se notava, dentre as poucas declarações feitas com cautela, era a de que ninguém pôde ver se houve resposta aos tiros de metralhadoras disparados pelos homens dos órgãos de segurança. Mesmo porque nas fachadas das casas e nos muros de frente e do lado não havia nada que indicasse perfurações — o que se encontrava com certa facilidade eram balas deflagradas de metralhadoras e fuzis.³

O repórter da *Folha de S. Paulo* recolheu, portanto, mais uma evidência de que os projéteis disparados de “dentro para fora” ficaram todos, de modo misterioso, encravados nas paredes da própria casa.

AS TESTEMUNHAS. Quem assistiu ao assalto à casa? Excepcionalmente os próprios agentes das forças de segurança, não há notícias de qualquer pessoa que tenha testemunhado os fatos do começo ao fim, até porque os agentes do DOI não permitiram. A rua estava bloqueada. Mas devemos transcrever dois depoimentos, de observadores situados do outro lado da rua.

Rita da Glória, da casa 764, contou mais tarde que os tiros começaram exatamente às 7 horas: “Vi os homens atirando lá em frente. Eu estava dormindo e acordei sobressaltada. Tinha muitos, não estavam fardados não. De lá me fizeram [sinal] com a mão para eu ir para dentro. Obedeci. Depois não vi mais nada”. A empregada da casa ao lado, Margarida Rodri-

3. *Folha de S. Paulo*, 17.12.76, p.8.

gues, disse que viu toda a cena a partir do momento em que começou a fuzilaria. Eram disparos feitos sem parar: “Foi uma barulheira que pensei que fossem latas que tinham caído. Vi três homens com metralhadoras em frente, acho que deveria ter outros ao lado. Não deu para ver direito. Atiravam na porta, sabe? Eles se protegiam no muro. De dentro da casa não ouvi sequer um tiro, mas o barulho era tanto que isso não posso afirmar direito. Fiquei tremendo o dia inteirinho”.⁴

Agnes Hernandez morava com sua tia na casa nº 704, também do outro lado da rua. Viajaria para Santos naquela manhã de 16 de dezembro, se um homem de metralhadora na mão não a fizesse voltar do portão da rua para dentro da casa. “Pensei que era um bandido, um assaltante.” Agnes e d. Nair perceberam perfeitamente que o Volks azul de onde o sujeito saltara estava estacionado em diagonal no meio da rua, bloqueando-a. Mas pouca coisa viram antes que a fuzilaria terminasse e Agnes, impetuosa nos seus 16 anos, saísse novamente à rua para descobrir o que acontecera na casa em frente. Ela presenciou toda a movimentação posterior, misturada a outras pessoas, e chegou a conversar com Antonio Caraballo, do *Estadão*, sem saber que era um repórter. Agnes Hernandez, que exerce hoje a profissão de advogada criminalista, memorou a cena dez anos depois, em depoimento para o autor.

Era um barulho tão forte... um tiro seqüencial, tudo direto, sem trégua. Sabe um negócio de 20 minutos sem parar? Como a britadeira. Na hora que acabou eu vi o pé de alguém, calçado numa meia branca. Estava preocupada com o pé do cara, ninguém tirava o cara, e estava me incomodando, dava vontade de entrar lá e puxar.

Quando Fleury chegou não deu para continuar ali. Até então eles mandavam sair, mas dava para segurar. Aí ele veio e já foi mandando o pessoal sair de perto.

Hoje já não há vizinhos ao redor da casa nº 767. A antiga rua residencial transfigurou-se em setor comercial. As casas foram derubadas ou reformadas, para dar lugar a lojas ou escritórios de empresas. A própria residência onde se deu o massacre teve suprimidos alguns de seus traços arquitetônicos originais e até recentemente seu espaço era dividido entre um escritório de advocacia e um pequeno negócio de artesanato.

4. *Folha de S. Paulo*, 17.12.76, p. 8.

OS PREPARATIVOS. A gênese do massacre da Lapa se deu, quase com certeza, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, em uma das salas da sinistra unidade militar — o DOI do I Exército. Discutiremos mais tarde (cap. VI), em detalhes, os fatores atuantes nesta gênese. O que nos interessa, agora, é o histórico da operação tal como ela aparece nos documentos oficiais apresentados à Justiça Militar. E nesse histórico legal quem assume a operação, por inteiro, é o II Exército, com sede em São Paulo.

No dia 10 de dezembro de 1976, o general-de-brigada Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do II Exército, envia ao coronel Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública, um *ofício sem número* nos seguintes termos:

1. Informo a V. Ex.^a que o comandante do II Exército tomou conhecimento de que estaria havendo reuniões clandestinas na área com o comparecimento de elementos ligados à subversão.
2. Foi montada uma operação de informações e em curso das investigações foram levantadas atividades subversivas de elementos condenados e sobejamente conhecidos por suas atuações junto ao PCdoB, tais como:
 - Pedro Felipe Ventura de Araújo Pomar;
 - Angelo Arroyo;
 - Aldo da Silva Arantes [...].

À margem do documento — carimbado com as palavras *confidencial* e *pessoal* — Erasmo Dias anota: “Recebi em 10/12/76. Ao DOPS⁵ para conhecimento.” No mesmo dia, o delegado Sérgio Fleury baixa uma portaria instaurando “autos de investigação policial, de caráter *confidencial*, para o devido acompanhamento das diligências que estão em andamento, uma vez que o referido ofício foi despachado para esta Divisão [*de Ordem Social*]”.

Note-se que uma semana antes do assalto à casa da Lapa o Exército sabia, já, dos nomes de três dos futuros participantes da reunião, mas não dispunha, aparentemente, do endereço. Note-se, também, a patente e o cargo do oficial que assina os documentos do II Exército. É o chefe do Estado-Maior e, portanto, é quem comanda, simultaneamente, o respectivo Centro de Operações de Defesa Interna — ou seja, o CODI do II Exército.

O CODI do II Exército coordena as atividades dos vários órgãos de segurança presentes em São Paulo e Mato Grosso, vale di-

5. A sigla correta é DEOPS, mas é evidente que o nome DOPS era o efetivamente usado, como ocorre ainda hoje.

zer, os da Polícia Civil (DEOPS), da Polícia Militar (P-2), da Aeronáutica (CISA) e da Marinha (Cenimar).⁶ Coordena ainda a atuação do órgão de segurança da própria força, o Destacamento de Operações de Informações, ou DOI.

O general Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do II Exército e de seu CODI, empresta seu nome e sua autoridade à correspondência mantida com o coronel Erasmo Dias.

Um novo *ofício sem número* é enviado no dia 14 de dezembro. "Assunto: operação urbana. Ref.: Of S/Nº – E/2, de 10 Dez 76", diz o cabeçalho, e a seguir o general Xavier de Miranda comunica a Erasmo Dias nada menos do que a data, o horário e o local do ataque.

1. O Exm.º Sr. General Comandante do II Exército incumbiu-me de comunicar a V. Ex.ª que, dando prosseguimento às investigações mencionadas no Of em referência, o DOI/CODI/II Ex. realizará, no dia 16 do corrente, uma operação urbana visando à detenção de militantes do PCdoB, que se encontram homiziados na casa sita à Rua Pio XI, nº 767, bairro da Lapa, nesta cidade.

2. Em conseqüência, solicito a V. Ex.ª providências no sentido de que a partir das 6:00 horas do dia 16 Dez 76 seja montado um esquema de segurança, com a finalidade de tranquilizar os moradores vizinhos da citada residência e os transeuntes, bem como seja o trânsito desviado das proximidades do local onde será realizada a operação.

Não se sabe ao certo em que nível se dava, na época, a colaboração entre o DOI de Rufino Ferreira Neves e o DEOPS de Romeu Tuma (seu diretor-geral) e Sérgio Fleury (diretor da Divisão de Ordem Social). O fato é que três fontes diferentes informam a participação do delegado Fleury na operação. Além disso, o Exército precisava da polícia para conduzir os trâmites legais. Os inquéritos relativos à Lei de Segurança Nacional eram atribuição do DEOPS. Na borda do papel, Erasmo Dias anota o recebimento em 14/12 e despacha "ao DOPS para as providências". Assim é que, no mesmo dia 14, Fleury manda incorporar o novo ofício do II Exército.

Junto aos autos o ofício S/Nº – E/2, de natureza *confidencial*, datado de hoje, do Chefe do EM/II Exército, ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, a mim despachado, no

6. Isso em tese, pelo menos. Na prática nem sempre foi assim. O delegado Fleury, p. ex., aliou-se ao Cenimar na disputa com o DOI. (*Tortura – história da repressão política no Brasil*, Antônio Carlos Fon, p. 51-3.)

qual fomos informados da operação urbana que será realizada pelo DOI/CODI/II Ex., no próximo dia 16, visando à detenção dos militantes do PCdoB — Partido Comunista do Brasil, que se encontram homiziados na casa sita à Rua Pio XI, n.º 767, bairro da Lapa, nesta capital.

No documento seguinte desta correspondência, datado do dia 16, aparece a versão oficial dos fatos, atribuindo duas das mortes a um tiroteio e a terceira a um atropelamento. É um “relatório de operação”, conforme o cabeçalho. Vamos reproduzir os tópicos mais importantes.

A casa teria sido descoberta “na noite de 13 de dezembro” (item *a*), ficando sob vigilância a partir do momento de sua localização, “o que possibilitou observar a saída de diversos militantes, todos conduzidos num auto Ford Corcel, placa DH 3227, que para tanto efetuou várias viagens na noite de ontem, 15, e madrugada de hoje, 16 Dez 76” (item *b*). Os militantes que desembarcavam foram vigiados “até o momento mais propício para a realização das prisões” (item *c*). Cinco “subversivo-terroristas” — Aldo, Elza, Haroldo, Joaquim e Wladimir — foram presos “na madrugada de hoje” (item *d*). E prossegue:

e) nessa mesma madrugada, quando tentava evadir-se, por haver notado que estava sob vigilância, o militante João Batista Franco Drummond (“Evaristo”) foi atropelado por um auto não identificado, nas imediações da Av. 9 de Julho com Rua Paim, tendo seu corpo sido recolhido ao IML.

f) lograram evadir-se dois integrantes do PCdoB, identificados como sendo: Manoel Jover Teles — filho de Jeronimo Jover e Matilde Teles, nascido aos 18/07/1920, em São Miguel/SP e Ramiro de Deus Bonifácio — filho de João de Deus Bonifácio e Maria Atadia Fernandes, nascido aos 10/12/1911, em Cristina/GO [*Ramiro não tomou parte da reunião da Lapa e nem mesmo atuava no PCdoB; trata-se efetivamente de um velho militante comunista, confundido com José Gomes Novaes.*]

g) na manhã de hoje, 16 de dezembro, foi cercada a casa [...] e dada voz de prisão aos elementos que se encontravam em seu interior que reagiram, utilizando-se de armas de fogo; após o tiroteio que se travou, foi possível adentrar na casa constatando-se, então, que dois terroristas estavam mortos, os quais posteriormente foram identificados como sendo: Angelo Arroyo (“Ademir”) e Pedro Felipe de Araújo

Pomar ("Mário"). Nessa mesma ocasião foi detida, no interior do "aparelho", a militante Maria Trindade ("Mara").

O documento é assinado pelo general Xavier de Miranda. Atentar, porém, para um detalhe — trata-se de um "ofício S/Nº-E/2-DOI". Se nos ofícios anteriores E/2 for entendido como 2ª Seção (serviço secreto, chefiado por um coronel), à qual o DOI se reporta, então devemos entender também que os ofícios já eram levados prontos ao general, que só os assinava.

A parte a conhecida deturpação dos fatos concernentes à ação militar em si, o que mais chama a atenção nesse relatório é a suposta data de descoberta do aparelho, "na noite de 13 de dezembro". Ora, o mais provável é que os militares tenham chegado a esse endereço já no dia 11, na véspera do primeiro dia de reuniões, quando foram cobertos os *pontos* com os dirigentes do PCdoB que não moravam na casa (*ponto* é o encontro de militantes em data, hora e local previamente combinados).

Como há itens mentirosos, em especial os itens *e* e *g*, e não há uma explicação lógica imediata para que 13 de dezembro seja o dia "D", resulta que um documento *confidencial* pode conter informações absolutamente falsas. Com isso, também é passível de suspeita, por extensão, a própria datação dos dois primeiros documentos desta série do II Exército. Contudo, não há qualquer razão séria para duvidar-se da autenticidade da datação ou do teor daqueles dois primeiros ofícios. Primeiro, porque não existe um objetivo claro que justifique mais essa fraude. Segundo, porque seria preciso adulterar documentos em repartições diferentes, do Exército e da polícia (e vimos que não se entenderam nem quanto ao número de armas "apreendidas" mais tarde). Terceiro, porque os acontecimentos posteriores demonstraram que se tratava de uma operação preparada com larga antecedência.

DILERMANDO, PACIFICADOR À MODA DA CASA

Não posso dizer se há comunistas em qualquer partido político em São Paulo. Apenas garanto que todos os comunistas que detectamos em São Paulo, por meio dos órgãos de segurança do II Exército, foram localizados, presos e julgados.

*General Dilermando Gomes Monteiro,
comandante do II Exército,¹ em 07.11.78.*

História cruel, a História do Brasil. Caxias, o oficial encarregado de reprimir, aqui e ali, levantes e rebeliões populares, ganha nas salas de aula o pitoresco título de "Pacificador". O cronista Lourenço Diaféria sentiu na pele, certa vez, o quanto é perigoso arranhar a armadura desse mito.² Pois bem, cada época tem o seu Caxias. Não foram poucos os que, nas páginas da grande imprensa, saudaram o general Dilermando Gomes Monteiro, às vésperas de sua despedida ou logo que deixou o comando do II Exército, hoje Comando Militar Sudeste, como "o pacificador de São Paulo". O episódio da Lapa não chegara a ser esquecido, mas o que importava mesmo era o fim das perseguições iníquas, dos seqüestros inexplicáveis, dos suicídios em seqüência. Em dezembro de 1978,

1. *Jornal do Brasil*, 08.11.78.

2. Diaféria publicou na *Folha de S. Paulo*, em 1º.8.77, um artigo — "Herói. Morto. Nós" — sobre a façanha do sargento Sílvio Hollenbach, do Exército. Hollenbach, que pulara no fosso das aranhas do zoológico de Brasília para salvar uma criança, morreu em decorrência dos ferimentos provocados por mordidas dos animais. Diaféria exaltou o gesto desprendido do sargento, contrapondo sua figura "de carne e sangue" à dos heróis "estáticos e fundidos em metal", citando expressamente Caxias. "Aquela espada que ergue no ar [...] oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal [...]." O ministro do Exército, Sílvio Frota, pediu e o ministro da Justiça, Armando Falcão, mandou abrir inquérito contra o jornalista com base na Lei de Segurança Nacional. Diaféria chegou a cumprir cinco dias de prisão — de 15 a 20.9.77 — em cela da Polícia Federal. Absolvido em 1ª instância na Justiça Militar em 14.9.78, foi depois condenado a oito meses de prisão pelo STM (com *sursis*), em abril de 1979, e finalmente absolvido pelo Supremo Tribunal Federal em 12.2.80.

uma revista semanal dava destaque à movimentação no quadro de oficiais-generais do Exército, enfatizando o “significado muito especial” da passagem de Dilermando à reserva — e a um lugar de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). É uma apreciação típica das que se fizeram na época.

Em São Paulo, outro reduto oposicionista, o novo governo [de João Figueiredo] pretendia aproveitar o trabalho realizado na área pelo general Dilermando, que assumiu no início de 1976, num clima conturbado por mortes ocorridas dentro das dependências militares (casos Vlado e Fiel Filho), e rapidamente se impôs como homem do diálogo com todos os setores da sociedade civil. Tanto que sua transferência de São Paulo provocou unânimes manifestações de reconhecimento à atuação do comandante.³

Qualquer análise do papel desempenhado pelo general Dilermando Gomes Monteiro nos acontecimentos de 16 de dezembro de 1976 deve levar em consideração, obrigatoriamente, o pano de fundo da cena política nacional. Fazia quase um ano que Ednardo D’Ávila fora destituído do comando do II Exército, mas a disputa entre as duas principais correntes militares — de um lado Geisel e Golbery, de outro lado a “linha dura”, a extrema-direita contrária a qualquer concessão democrática — apenas começara e estava longe ainda de seu desfecho.⁴ Na época em que ocorreu a chacina, o aparato repressivo permanecia incólume em São Paulo, como se pode depreender de declarações feitas *a posteriori* pelo próprio Dilermando. Não seria de surpreender que a mudança brusca no comando houvesse afetado o humor de oficiais de patente intermediária que, mantidos em seus postos na 2ª Seção (serviço secreto) ou no DOI, conservassem, na prática, poder suficiente para criar um fato consumado — a chacina — com efeito de provocação, ou até meramente vender ao general a fábula da resistência armada.

Havia, ainda, a perturbadora influência de Fleury e Erasmo Dias, à qual estariam imunes coronéis e generais, mas não os agentes incumbidos das tarefas sujas de torturar e matar — alguns deles, aliás, cedidos pela Polícia Civil ao DOI.

Em resumo, seria preciso considerar as chances de um novo

3. *IstoÉ*, nº 103, de 13.12.78.

4. No dia 22 de dezembro de 1976, em almoço com 121 oficiais-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica, Geisel e Frota trocaram duros discursos. Geisel afirmou ser extemporâneo tratar da sucessão presidencial naquela época e disse caber somente a ele, Geisel, a condução do processo sucessório. Um e outro repeliram os “arautos da intriga”, os “pescadores de águas turvas e ambiciosos vulgares”. Apesar da aparente sintonia, aprofundava-se a disputa que levaria Frota a tentar um golpe de estado em outubro de 1977.

desvio, um *excesso* a mais, desta vez com o fim de desafiar a autoridade do novo comandante — que se veria, então, forçado a coonestar as versões arranjadas por esses rebeldes, para não ficar desmoralizado —, ou simplesmente aproveitando-se de determinada ingenuidade de Dilermando. Homem da mais íntima confiança de Geisel, ele estaria assim obrigado a endossar uma prática que iria contra a política “aberturista”. Os fatos, porém, desmentem essas hipóteses.

Todos os documentos do II Exército relacionados com a operação e dados a público são assinados pelo chefe do Estado-Maior, um executor das ordens de Dilermando. Em função da praxe burocrática ou não, todos os documentos fazem alusão a Dilermando: “o comandante do II Exército tomou conhecimento” etc. No dia do massacre, a nota oficial foi assinada pelo próprio Dilermando, comprometendo-o pessoalmente com os acontecimentos. Não há registro de qualquer demissão ou remanejamento em decorrência do caso. Nenhum indício há, enfim, de que ele desconhecesse a operação ou não aceitasse seus resultados.

VIBRANDO O CHICOTE. Ao contrário, um fato indica que ele *a priori* tirou proveito da operação para consolidar sua liderança e angariar prestígio junto, mesmo, aos setores que lhe seriam supostamente antipáticos — os “duros”. No dia 14 de dezembro de 1976, antevéspera do ataque, Dilermando pronunciou um discurso para os oficiais que chefiavam as principais unidades do II Exército. Era uma confraternização de Natal, realizada no quartel do 2º Batalhão de Polícia do Exército, e ele preparava-se para, a partir do dia 27, entrar de férias e transferir o cargo temporariamente ao general José Fragomeni, que comandava a 2ª Divisão. No discurso, ficaria claro horas depois, o general fazia uma profecia de morte.

[...] Qualquer um de nós, que praticamos a doutrina de Cristo, também saberá vibrar o chicote contra aqueles que são os vendilhões da pátria e expulsá-los do templo cívico de nossa Nação. Não se deve confundir, portanto, amizade, camaradagem e boa vontade com fraqueza ou medo de agir. É preciso não confundir, como muitos fazem, a serenidade com medo, o bom humor com falta de agressividade, a alegria com tibieza, porque o próprio Jesus nos deu um exemplo quando expulsou dos templos aqueles que perturbavam o ambiente com idéias malsãs de fundo materialista. [...] Ainda permanece válido o *se vis pacem para bellum* [“se queres paz, prepara a guerra”].

Ainda temos de estar preparados para enfrentar os ambiciosos, os desejosos do poder que querem infiltração para dominar e subjugar. Enquanto isso permanecer, temos de estar prontos para a luta, para empunhar o chicote. Por isso, estamos unidos em torno de nossos chefes, porque eles sabem o terreno em que estão pisando, conhecem o modo de enfrentar os obstáculos e de vencê-los. Sabem nos levar ao melhor destino.⁵

O discurso pode ser entendido como uma satisfação e também uma advertência àqueles militares eventualmente descontentes com a atuação de Dilermando. Mas, acima de tudo, é uma ameaça à esquerda. O general viera pacificar — a seu modo. Os jornais de 17 de dezembro trazem a informação de que ele, após emitir nota oficial, negou qualquer relação entre o discurso do dia 14 e a ação do dia 16. O chicote, no entanto, fora vibrado e matara três homens.

O general Dilermando Gomes Monteiro foi ouvido, por telefone, em 4 de novembro de 1986. A primeira reação do oficial é dizer que não se lembra mais do caso, de detalhe nenhum, pois perdeu “praticamente metade da memória” (foi operado de dois aneurismas cerebrais). Ação militar desse tipo “era assunto dos órgãos subordinados, feito pelo pessoal do fim da linha”, acrescenta. “Não tenho lembrança e, se tivesse, confesso que não falaria. Pode dizer que me recuso a falar.” Mas concorda em revelar o nome do comandante da operação e o faz imediatamente e sem nenhum esforço de memória. Surge aí a figura do tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, que comandava o DOI do II Exército. Este oficial faleceu em 1986, no Rio de Janeiro.

Ao atender uma segunda ligação, minutos depois, Dilermando termina por fazer algumas considerações. Defende a versão oficial. “Eles reagiram à bala, por isso houve o ataque.” Irrita-se quando afirmo que um jornalista esteve na casa e não viu armas ao redor dos corpos. “Mas esse homem é um patriota”, ironiza. “Logo, logo vai surgir um Polila nesse caso” — faz alusão ao episódio Baumgarten, em que é acusado o general Newton Cruz e testemunha o bailarino Cláudio Polila.

Pergunto a ele se assume, perante a História, a responsabilidade pelo que ocorreu naquela casa. A resposta é cautelosa.

— Eu assumo a responsabilidade de ter dado autorização para a execução da operação.

5. *Jornal do Brasil*, 15.12.76.

O senhor então não admite que aquelas pessoas tenham sido assassinadas?

— Assassinato, não. Eu nunca admiti isso. O que aconteceu ali foi uma coisa normal.

AS TORTURAS. Os militantes do PCdoB presos na operação, seis ao todo, foram espancados e torturados em São Paulo, nas dependências do DOI do II Exército e no DEOPS, e no Rio de Janeiro, no DOI do I Exército. O caso que alcançou maior notoriedade foi o de Aldo Arantes. Sua esposa acionou advogados rapidamente e Aldo foi o primeiro preso a ter seu nome divulgado, ainda no dia 18, pelos jornais. Por ser epilético, os advogados exigiram que lhe fosse fornecido o medicamento necessário. Depois de quebrada a incomunicabilidade, passaram a denunciar as torturas que vinha sofrendo. Seguiu-se uma troca de notas, em que o comandante do II Exército negava sistematicamente a prática de torturas. No entanto, viu-se obrigado a mandar examinar o preso. Os laudos, elaborados por um oficial médico e por um legista do IML, são dúbios; disfarçadamente, porém, reconhecem a ocorrência de torturas; relatam que Aldo apresentava duas grandes equimoses (6 cm x 2,5 cm), uma no antebraço direito, outra na pantorrilha direita, e uma cicatriz no calcanhar (1 cm x 4 cm). Tais marcas foram dadas como não recentes, datando de oito dias ou mais. Os médicos concluíram estar o examinado em boas condições físicas. “Embora alegue ter sofrido sevícias por choque elétrico não há sinais de lesões características que confirmem a alegação. Não há sinais de lesões por choque elétrico no tegumento externo.”

O parecer, onde se lia também que Aldo “nega ter sido espancado ou ter sofrido qualquer outra agressão física afora o ‘choque elétrico’”, deu ensejo a que o II Exército enviasse ao juiz auditor da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar uma comunicação de 63 linhas, bastante extensa para os padrões habituais, assinada por Dilermando em pessoa.

1. Em atenção ao ofício n.º 86 de 31 de janeiro de 1977 de V. Ex.^a, este comando informa haver tomado as providências cabíveis para apurar a insidiosa acusação contra órgão subordinado ao II Ex., constante da petição do advogado Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, defensor do preso Aldo Silva Arantes. [...]

2. [...] Determinei as providências cabíveis para a verificação dos fatos, convocando o Dr. Eliseu Caldas Correia, Ten. Cel. Médico Chefe do SS da 2ª RM e solicitei ao DEOPS a indicação de um médico legista para o necessário exame.

Por requisição do DEOPS compareceu o Dr. Frederico Hoppe, legista de plantão no IML de São Paulo e ambos examinaram minuciosamente o detido e apresentaram os laudos constantes do anexo.

Paralelamente, em presença de várias testemunhas, nas próprias dependências do DEOPS, o detido foi interrogado por oficial superior do II Exército sobre as pretensas sevícias que lhe teriam sido infringidas [sic] no DOI/II Ex. Desse interrogatório segue em anexo um resumido relato.

Desconhecendo os termos da petição, limitou-se o inquirido a acusar os elementos que o interrogaram da aplicação de choques elétricos, o que não foi citado por sua própria mãe, na carta dirigida a V. Ex.^ª, nem pelo advogado, em sua petição, demonstrando essa disparidade a insídia e a má fé com que procuram, detido e advogado, tratar um assunto da seriedade do levantado pela petição. A se admitir a acusação de aplicação de choques elétricos, calúnia que nos merece a mais áspera repulsa, sendo o paciente epilético, como vem sendo continuamente afirmado, suas condições patológicas seriam provavelmente diversas, e deixariam marcas evidentes.

O teor dos laudos médicos por si só responde à acusação com formal desmentido, mas para maior firmeza destas informações determinei pesquisa correspondente na área do DOI, recebendo informações que me permitem afirmar não ter havido qualquer mau trato ao preso quando de sua estada nas dependências do DOI, na data assinalada, 27 de janeiro, como nas demais vezes que ali esteve.

Naquela data, aliás, foi servida ao interrogado alimentação normal e foi-lhe permitido até tomar banho, como se vê de sua própria afirmação no interrogatório procedido no DEOPS.

Equimoses como as assinaladas e observadas no exame médico são perfeitamente admissíveis em presos da qualidade do examinado, mormente em se considerando as condições patológicas de que é portador.

3. Pelo exposto, Sr. Juiz, o Comando do II Exército espera ter apresentado a V. Ex.^ª informações que comprovam a inexistência das acusações formuladas na petição do advogado, fornecendo dados suficientes para a decisão de V. Ex.^ª quanto ao pleiteado.

É fácil perceber a aleivosia contida no evento, inclusive pela farta difusão promovida através da imprensa, em que se nota o intuito de lançar a opinião pública contra órgãos de se-

gurança — cujo único interesse é a manutenção da paz e da tranqüilidade geral — enquanto eles, falsos patriotas, tramam contra a segurança e a soberania de seu país para depois virem reclamar tratamento e cuidados que nem mereceriam, não fosse nosso extremo zelo em respeitar e fazer respeitar, como vem sendo feito, os direitos elementares e a dignidade da pessoa humana, que não sabem eles, adeptos militantes de partidos antinacionais e proscritos pela Lei, fazer valer, mesmo entre seus filiados e seguidores [...] ⁶

Como se vê, o comandante do II Exército externa opiniões, sobre as causas das lesões encontradas, que nem mesmo os médicos emitiram. Afirma ainda que o preso pode *até* (!!!) tomar banho. Quanto à alimentação normal e às condições em que se deu o interrogatório no DEOPS, não custa ler o informe do chefe do Estado-Maior ao comandante.

Informo a V. Ex.^a que, cumprindo as determinações de V. Ex.^a o cidadão Aldo Arantes, preso no DEOPS da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo foi ouvido ontem naquele Departamento por oficial superior do II Exército, na presença do titular do citado Departamento [*refere-se a Fleury*] e mais um Delegado e outro oficial superior, tendo respondido os quesitos formulados com absoluta independência, afirmando nas respostas que, quanto a sevícias que lhe foram infringidas [*sic*], referia-se a choques elétricos.

Afirmou haver tomado banho nas dependências do DOI no dia 27 de janeiro e que não se lembrava de lhe ter sido servida alimentação normal, mas admitia haver tomado café com pão.

Nada mais consta do relato do oficial que o inquiriu, com relação às determinações recebidas. ⁷

Pode-se imaginar a “absoluta independência” de que gozou o preso, diante de dois oficiais e dois delegados, ausente o seu advogado. Choque elétrico, ademais, não parecia soar como tortura, não se interessando o encarregado de ouvir o preso em saber quem teria aplicado as descargas. Acatando a argumentação do II Exército, o juiz Raphael Carneiro Maia decidiu ⁸ indeferir as reivindicações dos advogados de Aldo: imediata apresentação do preso ao pró-

6. Ofício n.º 001/Comdo, de 3.2.77.

7. Ofício n.º 001/EM, de 3.2.77.

8. Em 7.2.77.

priô juiz; proibição de remoção do preso para o DOI; imediata remoção do preso do DEOPS para outro local.

Apesar da vitória obtida, o episódio provavelmente infernizou a vida de Dilermando, porque nas entrevistas ele próprio tratava de mencionar o nome de Aldo tão logo o assunto tortura vinha à baila.

— Todo indivíduo que é preso se diz torturado. Agora, eu nunca autorizei, nunca permiti. O Aldo Arantes, a meu ver, foi tratado com toda consideração, com todo respeito. O homem é uma criatura de Deus e como tal deve ser tratado.

A verdade é que todos os presos foram torturados, na acepção da palavra, isto é, submetidos sistematicamente a sofrimentos físicos e morais durante um período de mais de 40 dias. Em vários casos, a tortura persistiu mesmo após a quebra de incomunicabilidade — quer dizer, mesmo após o preso avistar-se com advogados e familiares. Privação de alimento e higiene pessoal, reclusão em solitária, ameaças de toda ordem — estes os sofrimentos mais suas.

TORTURA CHINESA

No dia 27 [de janeiro] fui, novamente, submetido à tortura, durante todo o dia. Amarrado da mesma forma que no dia da tortura anterior [24], recebi fortes e continuadas descargas elétricas, particularmente nos órgãos genitais. Com a aplicação destas descargas elétricas meu corpo se contraía violentamente. Por inúmeras vezes a cadeira caiu no chão e eu bati com a cabeça na parede. As contrações provocavam um constante e forte atrito com a cadeira, causa dos hematomas e feridas constatadas em meu corpo pelo laudo médico. Não contentes com este tipo de tortura meus algozes resolveram submeter-me ao que chamaram de "Tortura Chinesa". Deitaram-me nu e encapuçado num colchão, amarraram minhas pernas e braços e prenderam estes ao meu pescoço. Para não deixarem marcas dos choques colocaram pequenas tiras de gaze nos meus dedos do pé. Molharam meu corpo com água por várias vezes para que a descarga elétrica tivesse maior efeito. Os choques se sucederam até o fim do dia, sendo que não cheguei sequer a almoçar. Além do rádio ligado em alto volume, para abafar os meus gritos, um torturador segurava fortemente um pano à minha boca, dificultando com isto minha respiração. Durante as descargas elétricas os torturadores faziam galhofa com minha situação de saúde afirmando que os choques iriam fazer-me louco ou curar minha epilepsia.⁹

9. Extraído do relato manuscrito de A. Arantes à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

CLIMA DE AMEAÇA

Os interrogatórios no DOI transcorreram em um clima de aberta ameaça até o dia 5 de janeiro. Nesse dia recebi choques elétricos e golpes generalizados pelo corpo, das 9 horas da manhã às 16h30, mais ou menos. Ao final, o odor que exalava de meu corpo era tal que fui levado, rapidamente, a um banho de chuveiro.¹⁰

GOLPES NA CABEÇA E NAS COSTELAS

Na primeira vez em que fui conduzido a esse órgão do II Exército [*depois que retornou do Rio*], não suportaram o mau cheiro que exalava de meu corpo e de minhas roupas, fazendo-me então lavá-las e tomar um banho. No dia 21 de janeiro pela manhã, justamente no dia seguinte à quebra de minha incomunicabilidade e de tomar conhecimento das mortes violentas de meu pai, de Ângelo Arroyo e de João Batista Franco Drummond, recebi golpes na cabeça e nas costelas, assim como choques elétricos. Fizeram com que eu permanecesse encapuçado e ameaçavam, sobretudo, despir-me, “pendurar-me” e aplicar os choques elétricos em meus órgãos genitais. Afirmaram diversas vezes já haver prendido minha esposa e que a torturariam junto comigo.¹¹

Joaquim Celso de Lima chegou a ser pendurado em paude-arara, além de receber choques elétricos.¹² Afinal, Dilermando fora enganado a respeito do que se passava nas celas do DOI, a poucos metros do quartel-general do II Exército? A mais reveladora entrevista sua acerca disso é a que segue.¹³ A tese relativa à tortura: permitir, não se permite; mas às vezes o pessoal passa da conta sem que se saiba.

ISTOÉ — O presidente Geisel, ainda como chefe da Casa Civil, quando foi a Pernambuco constatou e tomou providências quanto à tortura, ou seja, puniu os responsáveis. Mas publicamente não admitiu, negou que existisse tortura. Por quê?

DGM — Deve ter chegado à conclusão de que o que houve escapou à percepção dos responsáveis, que são os comandantes do Exército na área. Em outros aspectos, também

10. Do relato manuscrito de H. Lima à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

11. Do relato manuscrito de W. Pomar à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

12. Cf. testemunho em juízo, em 5.4.77, na 1ª Auditoria da 2ª CJM.

13. Concedida aos jornalistas Armando Salem e Tão Gomes Pinto e publicada em *ISTOÉ*, nº 103, de 13.12.78.

aqui em São Paulo eu digo o seguinte: o general comandante do II Exército nunca iria aprovar que se fizesse alguma ação excessiva violenta para se obter uma verdade. Mas na hora de colher essas informações o pessoal passa um pouco da conta e o chefe fica sem tomar conhecimento.

ISTOÉ – Aconteceu com o sr.?

DGM – Não, porque tomei minhas providências.

ISTOÉ – A responsabilidade é sempre do comando?

DGM – De fato, no Exército nós consideramos sempre isso: o chefe é o responsável por tudo. O comando é responsável por tudo o que acontece na sua área. Na hora da avaliação, a gente vê que tem coisas que fogem a um controle superior, porque a rede é muito extensa e o ambiente é muito favorável a certa condescendência com essas atitudes. Nós estávamos defendendo o quê? Nós estávamos defendendo a nossa sociedade, estávamos defendendo nossa família, que viviam sendo vítimas de assaltos e seqüestros. Quando nós pegávamos um indivíduo suspeito de estar ligado a essa gente, tínhamos que tirar dele o máximo possível para pegar a turma toda.

Vale reproduzir, aqui, trecho de um memorial partidário escrito por Haroldo Lima, documento que permanecia inédito.¹⁴

[...] Começaram a me torturar para dizer onde ficava a gráfica e essa foi a razão pela qual mais me torturaram. Por esse objetivo fui submetido a várias sessões de choques. A certa altura, depois de um intervalo de descanso na cadeira, voltaram a me amarrar e a me calçar com as asfixiantes espumas que preveniam ferimentos. Tudo aprontado pelos megafones, entra no recinto o grupo dos comandantes da tortura. Lembro-me perfeitamente da voz estrepitosa de um dos mais truculentos: “Temos certeza absoluta de que você sabe onde fica a gráfica. E vamos *extrair* essa informação de você agora”, e grifou a palavra *extrair*. [...]

Coincidem então a lógica do general e a lógica do torturador. Ambos em seu afã de proteger a sociedade, empenhados em tirar do prisioneiro “o máximo possível”. Mas, voltemos à entrevista.

ISTOÉ – Insistindo, general, o sr. não acha que em São Paulo a ação dos chamados órgãos de repressão e as

14. Trata-se de um documento elaborado no presídio, em 1979, para protestar contra decisões tomadas no âmbito da direção do PCdoB. Ver cap. IX.

mortes ocorridas no ambiente do II Exército faziam parte de uma luta interna pelo poder?

DGM – Não concordo que as mortes possam ser enquadradas nesse problema. Acredito que o fato das prisões, ou investigações que mais tarde resultariam involuntariamente nessas mortes, pudesse estar dentro do contexto. Mas as mortes não, porque, ao meu ver, foram decisão pessoal de cada um que praticou aquele ato. Foram suicídios. Não sei se por pressões ou não, mas prefiro colocar as mortes do lado deles. [...]

Em outras palavras: um general-de-exército, homem da maior experiência, sustenta que três pessoas – o tenente PM reformado José Ferreira de Almeida¹⁵, o jornalista Vladimir Herzog, o operário Manoel Fiel Filho¹⁶ –, presas nas celas do DOI, suicidaram-se ali sucessivamente. Uma após a outra, com poucos meses de intervalo, deram cabo da própria vida...

No seu contundente livro *Dossiê Herzog – prisão, tortura e morte no Brasil*,¹⁷ o jornalista Fernando Pacheco Jordão observa que Dilermando obstruiu o processo movido pela família Herzog contra a União, ao fabricar subterfúgios para justificar a ausência de Pedro Antonio Mira Grancieri. Investigador de polícia cedido ao DOI, Grancieri foi convocado para depor no processo. É ninguém menos do que o responsável direto pela morte de Herzog, a quem torturava com choques elétricos quando ocorreu o "acidente". O assassino, cuja âncora tatuada no antebraço direito é lembrada por presos políticos encarcerados nos DOIs de São Paulo e Rio de Janeiro, não precisou apresentar-se ao juiz federal, nem fugir. A maior autoridade do Exército em São Paulo encarregou-se de declarar à Justiça, por duas vezes, que Pedro Antonio Mira Grancieri não poderia comparecer, por se encontrar "em missão no Mato Grosso".

ISTOÉ – O sr. desmantelou o chamado DOI-CODI?

DGM – Não. O pessoal está lá quase igualzinho.

ISTOÉ – Mas consta que o sr. desmantelou...

DGM – Desmantelei coisa nenhuma. Conservo ele lá e vou fazer a defesa deles. É uma gente abnegada, que trabalha.

15. Almeida foi preso em agosto de 1975, em meio a uma leva de 63 oficiais e soldados da Polícia Militar acusados de envolvimento com o PCB, Partido Comunista Brasileiro. O inquérito encaminhado à 2ª Auditoria fala em "suicídio na prisão". Ver *Vlado – retrato da morte de um homem e de uma época*, de Paulo Markun, Brasiliense, 1985, p. 196-8. Os advogados de Almeida, Luiz Eduardo Greenhalgh e Márcia Ramos, tiveram acesso ao corpo e constataram os sinais de tortura.

16. Não é demais recordar que a piada do "triplo suicídio" foi desmoralizada pela Justiça Federal, que responsabilizou a União pelas mortes de Herzog e Fiel Filho.

17. Global Editora, 1979, p. 79-80 e 153-7.

Mas todo mundo tem que trabalhar sob uma orientação, e esta orientação é que varia...

ISTOÉ — O sr. reduziu o número de efetivos?

DGM — Se reduzi, foi um número assim como de cinco ou seis pessoas, em função de deficiências naturais. Porque eu parto do princípio de que num quartel-general, onde serve general, comandante de Exército, só pode servir gente sem problemas. Se o camarada tem uma alteração mais ou menos séria, mando embora. [...]

Nesta última resposta, Dilermando insinua que afastou psicopatas. E é só. O "moderado" não queria ir além. O cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, de cujo testemunho Dilermando sempre procurou socorrer-se para negar a ocorrência de torturas e maus-tratos a presos políticos,¹⁸ demarca em parte os limites do general, em depoimento exclusivo prestado em novembro de 1986.

A primeira coisa foi que o fato se deu na ausência do comandante. O Dilermando se afastou e aquilo trouxe uma suspeita muito grande de que não havia acabado o tempo do terror. Perguntei a ele por que havia se retirado naquele mês, e ele não me deu a resposta.¹⁹

Quando ele me convidou a officiar a missa pela passagem de 31 de março [*em 1977*], eu lhe respondi: "Não, não é possível pelo fato da Lapa. Aquilo podia ter sido feito de uma maneira democrática".

Fiquei sabendo do caso através do cônsul de um país muito importante. Ele soube com antecedência, mas quando chegou a mim não deu tempo para prevenir que as pessoas fossem mortas.

Dilermando fora colocado aqui como pacificador no lugar de Ednardo. Era uma pessoa muito respeitada, comparada com as outras — devia ser o próprio chefe da Casa Civil de Geisel. Teve uma influência tranquilizadora.

Mas também o Dilermando não nos deu provas de que tinha afastado os instrumentos de tortura, porque pedimos uma vez para visitar o quartel e ele me respondeu que não era possível. [*"Isso eu não permitiria a ninguém. São dependências sigilosas. Não que eu tivesse receio, quisesse esconder alguma coisa."* Assim o general comentou a observação de

18. "Pergunte ao Cardeal", disse a *Veja* de 14.3.79 e repetiu para o autor sete anos depois.

19. Uma inexactidão. D. Paulo provavelmente se refere aqui não ao ataque à casa, mas à prática de torturas. Dilermando saiu de férias em 27.12.

d. Paulo.] Eu o convidei várias vezes para visitar nossas comunidades eclesiais de base (CEBs) e ele nunca aceitou. Depois nós tivemos uma discussão muito forte por causa desse caso, embora eu nunca tivesse rompido o relacionamento. Era importante deixar as portas abertas, manter o diálogo. Ele chegava a me chamar de madrugada, a fazer confidências de madrugada — porque ele tinha um verdadeiro pavor do Erasmo Dias, do que o Erasmo pudesse fazer. Eu dizia a ele sobre isso: “O senhor não deve temer um súdito seu.” Era contraditório, e a gente tinha que jogar com isso. Certa ocasião ele salvou um grupo de estudantes das mãos do Erasmo.

O processo contra os dirigentes do PCdoB presos na Lapa foi duas vezes a julgamento no Superior Tribunal Militar, na segunda oportunidade em decorrência dos embargos infringentes interpostos pela defesa — uma nova apelação. Corria o ano de 1979. Dilermando, já então ministro do STM, declarou-se impedido de atuar, mas somente depois que, no início da sessão, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh sugeriu sua suspeição. “Eu tratava esse pessoal com toda dignidade, todo respeito, todo direito. Se atuasse no caso, poderia prejudicá-los”, diz o general.

No final da sessão, Greenhalgh foi chamado ao gabinete do almirante Júlio de Sá Bierrenbach, um dos ministros do STM.

— Dr. Greenhalgh, é verdade que os réus foram torturados?

— Vi com meus próprios olhos, Almirante.

— Mas o Dilermando me disse que ninguém foi torturado.

Quem está falando a verdade, o senhor ou o Dilermando?

— Eu não minto, Almirante.

— Então o Dilermando mentiu para mim.

ISTOÉ — General, naquele episódio do estouro do aparelho do PCdoB, o sr. agiu politicamente ou militarmente? Aquilo não foi uma satisfação aos que criticavam o sr. dizendo que era “bonzinho com as esquerdas”?

DGM — Gostaria que esse episódio ficasse bem frisado para uma afirmação pública. Não foi uma ação política, nem para responder a nada. Aquilo foi uma ação que veio se desenvolvendo com meses de antecedência, e nós acompanhávamos o movimento daquela gente que estava se reunindo com uma finalidade que nós consideramos subversiva. Aquilo foi acompanhado por mais de cinco meses de antecedência. Nós descobrimos que naquele dia iria haver uma reunião em tal lugar, com a presença de tais e tais elementos, e aí fomos um pouco embromados, porque constava para nós que o

João Amazonas estaria presente e o mesmo estava na Albânia, mas para nós ele estaria presente naquela reunião.²⁰ Então aquilo foi uma ação exclusivamente de fundo, eu não digo militar, mas de combate à subversão. Por casualidade, eles se reuniram numa época em que o problema político, esse a que você se referiu, estava também em tela. Como agora, uma ação qualquer que se passasse hoje ou amanhã, iriam dizer que teria conotação com a eleição, e poderia não ter.

A escassez forçada de documentos oficiais e a situação de fato que permite aos militares ignorar interpelações judiciais (isso quando há quem as faça) e que os desobriga, na prática, de prestarem informações relevantes — tais são as dificuldades, em episódios da história recente, para se definir precisamente o papel e as responsabilidades de cada personagem. Contudo, há provas e evidências suficientes para implicar Dilermando nos crimes que se seguiram a 15 de dezembro de 1976. O contrário seria admitir que Geisel colocou um néscio na chefia de uma das mais estratégicas forças terrestres do país.

Igualmente, custa acreditar que uma ação desse porte não tenha sido comunicada ao Presidente da República com a antecedência devida. Sob o nome de batismo de distensão, a abertura política progredia lentamente e um acontecimento como esse requeria cálculo prévio de seu impacto político. É impensável que Geisel não fosse cientificado, a tempo, dos objetivos da operação militar e de seus riscos. Parafraseando Dilermando, pode-se dizer, quase com certeza, que o general-presidente “autorizou a execução da operação”.

No dia 15 de março [de 1979] Ednardo esteve na posse de Figueiredo. Feliz com o abraço que ganhou do presidente, não abriu a boca. Um oficial que com ele trabalhara em São Paulo foi, todavia, bem explícito. Observou:

— Morrer gente morreu em tudo quanto foi DOI-CODi. Porque só puniram o general Ednardo?

Observei-lhe então que, depois da posse do general Dilermando Gomes Monteiro no II Exército, ninguém mais morreu nos cárceres da repressão em São Paulo. E o oficial retrucou na hora:

20. Veremos adiante as implicações de tal afirmação. De imediato, resta dizer que ela aparentemente contradiz o documento do Estado-Maior do II Exército de 10.12.76 (ver cap. II), que não cita o nome de Amazonas.

– Morreu sim, morreu aquele pessoal do PCdoB, naquela cadeia [sic] da Lapa.

Devolvi a questão:

– Mas não foi num tiroteio que houve as mortes?

E ele:

– E você acredita?

Hoje Ednardo e seus fiéis continuam em silêncio. Mas, na intimidade, ficam muito bravos ao verem “todo mundo posando de democrata”.²¹

O DR. MARCOS FAZ A FESTA. Outros generais estão implicados na tortura dos dirigentes comunistas. Os generais José Pinto Rabelo – que havia assumido 15 dias antes o comando do I Exército – e Ademar da Costa Machado, seu chefe de Estado-Maior e portanto chefe do CODI, foram os responsáveis maiores por dez dias de torturas sofridas pelos presos de São Paulo nas dependências do DOI carioca. Como a operação de ataque e captura fora executada em São Paulo, o noticiário sequer citou os nomes daqueles oficiais como relacionados com o caso. Já se disse, porém, que o golpe contra a direção do PCdoB partira do Rio de Janeiro. Fosse por isso, fosse em razão da morte de João Batista Franco Drummond no DOI do II Exército, ou por qualquer outra conveniência dos órgãos de repressão, no dia 17 de dezembro Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima e Wladimir Pomar foram embarcados em segredo para o Rio num avião militar, lá permanecendo até o dia 27, quando retornaram a São Paulo. Nesse período os quatro foram submetidos a todo tipo de tortura, sob as ordens do “Dr. Marcos” e com a anuência dos comandantes militares da área.

Quando se revelou que o hoje coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra teve participação destacada no episódio da Lapa (ver cap. V), ex-presos passaram a suspeitar de que fosse ele o “Dr. Marcos”. Sua aparição inicial aos presos parece datar do dia 17, horas antes da remoção para o Rio.

EM ALTO NÍVEL

Penso que já se iniciava a madrugada do dia 17 quando alguém, precedido de grande movimentação, entrou na sala em que estava, retirou o capuz do meu rosto, cuidando de apertar meus olhos para que não o visse, e perguntou-me o nome. Neguei a minha verdadeira identidade, como vinha fazendo até então, pois não sabia sequer se fora preso por enti-

21. Reportagem de Carlos Alberto Sardenberg em *ISTOÉ*, 5.9.79.

dade legal ou se seqüestrado por alguma organização terrorista clandestina. Ouço então a seguinte declaração enfática: "Você é Haroldo Borges Rodrigues Lima, da Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Diga sim ou não".

Confirmei meu nome, ao que ouvi: "Eu sou o Dr. Marcos. Guarde este nome, pois haveremos de conversar bastante em alto nível". O Dr. Marcos pareceu surpreso com a minha camisa ensopada de sangue, e providenciou o primeiro curativo para a minha cabeça.

O dia 17 vinha raiando, quando me levaram a um aeroporto.²²

A GELADEIRA

Ao chegar às dependências do que supunha ser o DOI-1 Exército, colocaram-me totalmente despido num cubículo vedado onde fazia um barulho agudo e constante, capaz de atordoar qualquer um. Queriam a todo custo que eu ficasse em pé no centro do cubículo, sendo que essas ordens eram dadas por um sistema de fonia e minha situação dentro da cela era controlada por um olho mágico ou circuito interno de tevê. Como eu estivesse com uma crise de labirintite, fato que me causou vômitos e me impedia de permanecer em pé ou mesmo sentado, acabaram deixando-me deitado no chão da cela.

Horas depois, porém, começaram os interrogatórios. Eles duraram os dez dias que passei no Rio de Janeiro e acredito que se prolongavam, cada dia, por 18 ou 20 horas. O clima de ameaças era permanente. Eu ouvia pelo sistema de fonia gritos de pessoas que estariam sendo torturadas, além de improperios em baixo calão dirigidos contra Elza Monnerat. Diversas vezes por dia um funcionário entrava e saía carregando o que, pelo som, parecia serem correntes. Não faziam nenhum esforço para dissimular que ocorriam torturas.²³

A "geladeira" é um cubículo totalmente fechado, sem janelas, entrando oxigênio por orifícios existentes nas paredes de eucatex; esta cela se encontra dentro de outra de concreto. Os movimentos do torturado são controlados através de um circuito interno de televisão ou coisa parecida. Um sistema de som serve para emitir estridentes ruídos e para a co-

22. Extraído do relato manuscrito de H. Lima à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

23. Do relato manuscrito de W. Pomar à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

municação com o preso. Ali permaneci por cinco ou seis dias nu, algemado de mãos para trás, de capuz, sem comer ou dormir e fazendo as necessidades fisiológicas dentro da cela. Durante dia e noite, sons os mais estridentes eram emitidos com o objetivo de, segundo afirmação deles, desestruturar minha personalidade. Além dos sons diabólicos, alguns dos quais pareciam penetrar no cérebro como um saca-rolhas, eram emitidos gritos com palavras de baixo calão dirigidas à companheira Elza de Lima Monnerat. De vez em quando abriam a porta e jogavam-me baldes d'água e jarras de água gelada. Nestas condições não se podia ter noção do tempo.²⁴

MALUQUINHA, MALUQUINHA

Depois a levaram [*a Elza Monnerat*] para uma cadeira onde foi amarrada e lhe disseram que se tratava da cadeira do dragão e lhe deram, ao que se lembra, um choque, durante o interrogatório; quando estava na cela algemada e despida, eles lhe bateram muito na cabeça com um saco contendo umas bolinhas e lhe disseram: "vai ficar maluquinha, maluquinha"; outra vez ainda, quando estava com as mãos atadas para trás e despida, apareceram lá três que ficaram dançando e cantando dando voltas na interrogada e batendo-lhe na cabeça.²⁵

CHOQUES ELÉTRICOS E PANCADARIAS

Como em meu poder foi apreendida uma lista de aproximadamente oito pontos de rua que teria naqueles dias, pediram-me para decifrá-la. Não o fazendo, fui inteiramente amarrado à própria cadeira em que me encontrava, calçado por diversas peças de espuma de nylon, e submetido ao primeiro e demorado tratamento de choque elétrico, inclusive nos órgãos genitais e ânus. Daí por diante, a tortura pelo choque elétrico e as pancadarias foram constantes.²⁶

SÍMBOLOS E INDÍCIOS

Os sons de uma ordem unida, os acordes de uma corneta e o símbolo do Cruzeiro do Sul gravado em mais de um local, símbolo usado pelo Exército Brasileiro, foram os únicos

24. Do relato manuscrito de A. Arantes à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977. Os depoimentos de H. Lima e A. Arantes foram encaminhados a Raymundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, em agosto de 1977, quando surgiram na imprensa (*FSP*, 4.8.77) denúncias semelhantes feitas por militantes do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP).

25. Cf. testemunho de E. Monnerat em juízo, em 19.4.77, na 1ª Auditoria da 2ª CJM. Note-se que ela contava então 63 anos de idade.

26. Do relato de H. Lima já referido.

indícios que pude perceber do sinistro local em que estive, no Rio de Janeiro.²⁷

O Dr. Marcos não se furtou a um comentário ferino sobre a capacidade profissional de seus colegas paulistas.

— Com a gente é diferente, viu? Nós não somos como aqueles amadores lá de São Paulo.

Talvez fosse uma alusão à morte de Drummond. O fato é que nas celas do DOI do I Exército sucederam-se violências por dez dias e noites. O Dr. Marcos fazia a sua festa. A um dos presos mostrou manchetes de jornais sobre a chacina da Lapa. A outro, disse simplesmente:

— Nossa vitória está nas ruas.

Um outro general, ainda, deve ter-se envolvido na ação contra o PCdoB. É Antonio da Silva Campos, o homem que chefiava na época o Centro de Informações do Exército (CIE), órgão em que Ustra servia. Hoje na reserva, Campos recusa-se a fazer qualquer comentário. Perguntamos a ele como o Exército conseguiu localizar o *aparelho* da Lapa e se Ustra de fato atuara no caso.

— Nada a declarar.

Dissemos a ele, então, que o coronel Dickson Graef, oficial respeitado por sua integridade, nos havia recomendado que o procurássemos (ao general Campos), por se tratar de um homem de bem.

— Exatamente por ser um homem de bem, eu nada tenho a declarar.

A conversa, por telefone, encerrou-se após mais algumas tentativas inúteis.

Inútil foi, também, o contato telefônico mantido com o coronel Ustra, em 3 de novembro de 1986. Ele “aconselhou” o autor a procurar o Centro de Relações Públicas do Exército.

— Não, eu não posso dar entrevista. Você permite que eu faça uma pergunta? Para que é que vocês querem saber, hein? Posso saber?

O coronel nada diria sobre a informação que lhes permitiu dismantelar o Comitê Central do PCdoB, nem sobre coisa alguma.

— Não posso, não devo e não quero falar.

(Meses depois, lançaria o livro *Rompendo o silêncio*, que não traz referências explícitas ao episódio.)²⁸

27. Do Relato de H. Lima já referido.

28. Editerra Editorial, 1987. Há no livro, não obstante, considerações genéricas muito sugestivas. Ver cap. V.

Verdade seja dita, o general Dilermando Gomes Monteiro é, de todos, o único acessível à imprensa. No dia 7 de novembro de 1978, pouco antes de se despedir de São Paulo, ele falou novamente aos jornalistas.

– Se disserem que houve violência no DOI durante minha administração, absolutamente eu nego. N-e-g-o.²⁹

29. *Jornal do Brasil*, 8.11.78.

IV NA CORTE MILITAR

A democracia está aparelhada para sua defesa, sem violência, pois o emprego desta seria o crime contra o crime. Tudo pode humanizar-se, quando a tolerância não compromete a própria razão de ser da Justiça Militar.

*General Reynaldo Mello de Almeida, em
10.12.76, ao tomar posse no STM.*

Os seis presos da Lapa, mais Solange Lima,¹ foram a julgamento nos dias 29 e 30 de junho, na 1.^a Auditoria da 2.^a Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo. Os quatro membros do Comitê Central do PCdoB — Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima, Wladimir Pomar — foram condenados a cinco anos de prisão com base na Lei de Segurança Nacional (crime: reorganização de partido clandestino) e tiveram os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Joaquim Celso de Lima foi condenado a três anos de prisão, com direitos políticos suspensos por cinco anos. Maria Trindade e Solange Lima foram absolvidas.

No mesmo processo,² a 1.^a Auditoria condenou a cinco anos de prisão, à revelia, Armando Teixeira Frutuoso (assassinado no DOI do I Exército em fins de 1975),³ João Amazonas, José Renato Rabelo, Manoel Jover Teles, Péricles Santos de Souza, Ronald Cavalcante de Freitas e mais Ramiro de Deus Bonifácio — militante comunista que, se vivo, terá hoje 76 anos, processado e condenado como se fosse José Gomes Novaes!⁴ Os réus revéis Diógenes Arruda Câmara, Dinéas Aguiar, Sérgio Miranda de Matos Brito e Maurício Grabois (morto no Araguaia em 1973) foram absolvidos.

1. A esposa de Haroldo foi acusada de usar documentos falsos.

2. De nº 1.235-77.

3. Ver cap. VI.

4. Os autos do processo registram mesmo um episódio curioso: após a sentença, expedidos os mandados de prisão, por lapso a Auditoria requereu a captura de Ramiro de... Jesus Bonifácio. O erro foi corrigido em seguida.

Oito dos 18 réus, para os quais o procurador militar queria o enquadramento também em ações de “guerra revolucionária armada”, foram absolvidos dessa acusação. O presidente do Conselho Permanente de Justiça que atuou no julgamento, tenente-coronel Laurindo Ribeiro, foi voto vencido: queria ver Maria Trindade e Solange Lima condenadas a dois anos de prisão.

Defesa e acusação apelaram ao Superior Tribunal Militar. O procurador militar satisfizera-se com a sentença, mas viu-se obrigado a recorrer por força de um dispositivo da LSN, uma vez que parte dos denunciados fora absolvida. Já os advogados requeriam a redução das penas e, em certos casos, o reconhecimento da exceção de litispendência.⁵

A 16 de junho de 1978, o STM decidiu, por maioria de votos, reduzir para quatro anos de prisão a pena imposta a Aldo Arantes; reduzir para três anos as penas aplicadas a Elza Monnerat, Haroldo Lima e Wladimir Pomar; reduzir para dois anos a pena de Joaquim Celso de Lima; manter a suspensão dos direitos políticos de todos por dez anos; manter todas as absolvições decididas em primeira instância.

O julgamento da apelação registrou muitos votos discrepantes. Seis dos 15 ministros do STM votaram pela cassação das penas acessórias de suspensão dos direitos políticos — o relator Gualter Godinho, os generais Augusto Fragoso e Rodrigo Octávio Jordão Ramos, os brigadeiros Délio Jardim de Mattos e Deoclécio Lima de Siqueira, o almirante Júlio de Sá Bierrenbach. Do lado dos “duros”, porém, cinco ministros votaram pela manutenção das penas de prisão determinadas em primeira instância — os generais Carlos Alberto Cabral e Reynaldo Mello de Almeida, o brigadeiro Fábio Cintra e os civis Jacy Guimarães Pinheiro e Ruy de Lima Pessoa.

Exemplar o voto vencido do general Rodrigo Octávio, que o registrou em separado. Rodrigo Octávio deliberou acolher, para os réus Elza Monnerat e Haroldo Lima, a exceção de litispendência argüida pela defesa. Reformar a sentença de primeira instância e *absolver* Joaquim Celso de Lima, reduzir a pena de Aldo Arantes de cinco para três anos de prisão, cassar as penas acessórias de suspensão dos direitos políticos. Finalmente, propor a extração das peças do processo em que são citadas torturas e sevícias sofridas pelos réus, para averiguação da procedência das denúncias.

5. Vários deles foram julgados e condenados em processos anteriores, sob acusações semelhantes.

Tais fatos, se verdadeiros, constituiriam crimes previstos nos artigos 129 do Código Penal Comum e 209 do Código Penal Militar, necessitando, pois, serem devidamente apurados.

INCIDENTE NO DEOPS. Munidos de uma carta do juiz-auditor, os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh e Marcelo Cerqueira entram nas dependências do DEOPS e caminham até a sala do delegado Sérgio Fleury, responsável, mediante orientação expressa do comandante do II Exército, pela guarda dos presos. Corre o mês de janeiro de 1977.

– Doutor Fleury, queremos nos entrevistar com Aldo Arantes.

O delegado-chefe da Divisão de Ordem Social examina o documento fornecido pelo juiz-auditor. A ordem é clara: os advogados estão autorizados a visitar o preso.

– Não vai dar, ele está sendo interrogado.

A negativa não tem fundamento, é ilegal. O advogado tem a prerrogativa de assistir seu cliente e falar com ele a qualquer tempo.

– O senhor vai nos desculpar, mas queremos vê-lo, é direito nosso.

Fleury volta a negar, Greenhalgh insiste. Tensão no interior do velho prédio da Sorocabana. O pingue-pongue prossegue e se torna áspero. De repente, a explosão de Fleury.

– Porra, olha o que é que eu faço com essa droga! [*le rasga a carta do juiz...*] Quem manda aqui sou eu. Não vai ver preso nenhum e pronto!

Greenhalgh abaixa-se, estica o braço até a cesta de lixo.

– Que é que você está fazendo?

É a vez de Fleury receber o troco.

– Estou apanhando esses papéis para que o juiz saiba como ele é desrespeitado aqui!

Grita, ameaça denunciar o gesto do delegado, e Fleury resolve apresentar Aldo. O subalterno que recebe a ordem de buscar o preso ainda resiste.

– Pô, chefe, vai afinar?

– Traz ele aqui.

Aldo aparece, praticamente carregado por dois policiais. As marcas de torturas, praticadas na véspera no DOI, são visíveis. À saída do DEOPS, Fleury “cumprimenta” Greenhalgh.

– Tome cuidado comigo, porque se encontrar você na rua lhe dou um tiro. Mas eu aprecio um sujeito da sua coragem.

Estende a mão para o advogado. Não há retribuição.

Os obstáculos à livre ação da defesa cedo despontaram nesse caso. Primeiro o ocultamento dos nomes, depois o prazo de incomunicabilidade imposto pela Lei de Segurança Nacional, em seguida a pressão sobre os advogados para impedir ou dificultar a conversação privada com os presos. Antes de se avistarem com seus clientes, os advogados eram submetidos a uma "sessão de paciência", que poderia durar duas, três ou mais horas e incluía provocações variadas da parte de investigadores e delegados.

Mário Simas fez marcante descrição de um encontro com Fleury, na sala deste. "Fleury, em mangas de camisa, sentado à sua imponente mesa; ao seu lado, em pé, um investigador; refestelado em suntuosa poltrona forrada de vermelho, outro investigador pousava os pés numa caixa para que um engraxate lhe polisse os sapatos".[...]⁶

Na mesma sala estava Márcia Ramos, certa vez, "quando abriram a porta com um cano de arma, um gesto despropositado, grosseiro". Os delegados procuravam também atemorizar os advogados aludindo a detalhes da vida particular de cada um. "Você viajou para a Europa em 71", disse o delegado Alcides Singilo, numa dessas ocasiões, a Márcia Ramos. E a intimidação não se limitava ao prédio do DEOPS: "A gente saía, eles pisavam quase no calcanhar da gente". Outra preocupação dos policiais era saber quem passara a procuração para defesa dos presos e onde se encontravam tais pessoas. Fleury chegou a dizer a Luiz Eduardo Greenhalgh, referindo-se a Maria Auxiliadora Arantes (esposa de Aldo) e Rachel Pomar (esposa de Wladimir), que o advogado estava "escondendo mulher de preso".

No dia 3 de fevereiro, os advogados Greenhalgh, Cerqueira e Márcia Ramos e a mãe de Aldo, Maria de Lourdes Arantes, estiveram novamente no DEOPS.

Quando se encontravam em companhia do detento receberam a inesperada visita de um cavalheiro portando máquina fotográfica dotada de *flash*. O fotógrafo era acompanhado de um séquito de investigadores que pediram ao preso e advogados que se aproximassem para possibilitar uma fotografia.

Como houve recusa, os investigadores, em clima de comédia, tentavam demover os peticionários da recusa e estimulavam o fotógrafo à obtenção da foto.

Os suplicantes dirigiram-se ao Dr. Alcides Singilo, para reclamar do vexame a que estavam sendo submetidos e para

6. In *Gritos de justiça*, FTD, 1986, p. 244, no capítulo dedicado a Elza Monnerat, com quem Simas conversaria pela primeira vez.

patentear que se desinteressavam por qualquer cobertura fotográfica.

A autoridade policial manifestou a estranheza pela recusa dos peticionários, como se esses não visassem também obstar o procedimento de uma pantomima lesiva à dignidade da classe que representam.

Entre outras humoradas explicações, o sr. Delegado afirmava que a imprensa era ousada e atrevida, sendo difícil contê-la.

O trecho anterior consta em longa denúncia junto à Ordem dos Advogados do Brasil.⁷ A farsa montada no DEOPS seria uma represália às notícias de tortura que os jornais publicavam e que irritavam Fleury, de quem Singilo⁸ era auxiliar, porque, na verdade, a repartição que dirigiam vinha servindo de mero depósito para os presos da Lapa. Seguramente Joaquim Celso de Lima foi torturado ali e Elza Monnerat agredida e ameaçada por policiais militares também naquelas dependências. Todos os presos da Lapa, de uma forma ou de outra, receberam tratamento desumano no DEOPS. Mas os interrogatórios sistemáticos tinham lugar no DOI e Fleury lamentava-se de não poder conduzir ele próprio a "investigação".

O artifício de confiar os presos à Polícia Civil rendeu dividendos ao II Exército. O DOI requisitava-os quando bem entendesse, na prática em dias alternados, e a repercussão negativa era debitada na conta do DEOPS.⁹ Romeu Tuma, então diretor-geral do órgão, ouviu dos advogados de Aldo a denúncia das torturas praticadas no DOI, mas mostrou-se "reticente".

INCIDENTES NO JULGAMENTO. Em vista de todos os antecedentes, o julgamento na 1.^a Auditoria não poderia ser isento de problemas. Num clima de expectativa, foi reforçado o esquema de segurança do prédio da Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, a cargo da Polícia do Exército. Poucas vezes, na história da Justiça Militar, levaram-se a julgamento tantos dirigentes comunistas *presentes* e não revéis, e com tamanha prova documental. O juiz-auditor anunciou desde antes que só permitiria a entrada de jor-

7. Protocolo nº 1.921, 4.2.77, OAB.

8. Singilo foi quem viajou a Belo Horizonte para interrogar a sogra de Aldo, uma senhora de 78 anos que teve a casa vasculhada e respondeu a perguntas do delegado durante horas a fio.

9. No processo judicial há documentos que comprovam esse procedimento. Por exemplo, quando o DOI solicita a Fleury, em ofício nº 004/E/2, a apresentação de Haroldo Lima, o delegado atende ao pedido com o ofício 19/77 O.S., encaminhado "ao Coronel Comandante do DOI CODI/II Exército". Um certo Osvaldo Maciel assina pelo DOI: "Recebi em 6/1/77".

nalistas e de parentes dos réus. A chegada dos réus causou impacto. Transportados em camburão, desceram sob escolta da Polícia Militar.

Seis advogados atuavam no caso, alguns deles já então conhecidos defensores de presos políticos. Mário Simas defendeu Elza Monnerat, Idibal Piveta representou Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade, Luiz Eduardo Greenhalgh e Márcia Ramos representaram Aldo Arantes, Haroldo Lima, Solange Lima e Wladimir Pomar.

Iniciados os trabalhos, deixou transtornados os membros do Conselho de Justiça a exigência de Greenhalgh de que fossem lidas as cartas manuscritas de seus clientes, anexadas ao processo, nas quais se denuncia a ilegalidade das prisões e as torturas a que foram submetidos os réus. Em suas alegações finais, o advogado fez referência às "omissões, às inverdades, às mal-ajambradas desculpas elaboradas pelos chefetes do DEOPS", chamando a atenção para as circunstâncias em que se deram as mortes de 16 de dezembro e para o fato de que todos os acusados presos foram torturados, em São Paulo e no Rio de Janeiro, "antes, durante e depois de oficializadas as prisões".

Na defesa verbal em plenário, voltou a criticar a atitude das autoridades que, repetidamente convocadas a dar fim à tortura, nada fizeram. E declarou que "qualquer que seja o laudo médico, a evasiva ou a alegação", constatou pessoalmente os sinais de tortura no corpo de Aldo Arantes.

O juiz-auditor José Paulo Paiva, após informar que estava de férias quando foram encaminhados à Auditoria os pedidos de averiguação de tortura, eximindo-se de responsabilidade, indagou:

— O senhor está acusando de crime o comandante do II Exército? Confirme isto que eu quero anotar aqui.

Naturalmente, Greenhalgh respondeu que não acusava ninguém em particular.¹⁰ A sentença, contudo, não o poupou, nem a Aldo, especialmente contemplado com um segundo processo.¹¹

Diz a sentença que o advogado usou de "violência descabida

10. *Veja*, 6.7.77.

11. Aldo Arantes sentou-se no banco dos réus da 1ª Auditoria novamente, a 5 de julho de 1978, por ter sido fundador e dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (AP) até a incorporação desta ao PCdoB, em 1974. O procurador militar já tentara obter uma condenação suplementar para Aldo, baseando-se nas mesmas alegações, no decorrer do processo anterior. O Conselho de Justiça determinara então, na sentença, a separação de processos. Inaugurada a nova ação penal, de nº 1.298-75, nela figuravam como co-réus Pêricles de Souza, Ronald Freitas e, de novo, Ramiro de Deus Bonifácio, revés os três. Instruíram o processo as mesmíssimas peças pertencentes à ação anterior.

Por unanimidade de votos, o Conselho Permanente da Justiça da Aeronáutica decidiu absolver todos os acusados, por não haver prova suficiente para a condenação. Atuou como juiz-auditor substituto, neste julgamento, Raphael Carneiro Maia.

e ousadia inusitada”, as quais “não podem ser apanágio de sua nobre profissão, pois a independência que a lei lhe confere não lhe dá o direito de caluniar autoridades públicas, injuriá-las ou difamá-las, ou ainda de não defender a ordem jurídica e a Constituição da República”.

Observa que o comportamento do advogado, ao requerer em plenário a leitura dos manuscritos dos réus, revela que ele “não discordou das idéias de seu patrocinados, pois se quisesse fazê-lo e não fosse atendido, restar-lhe-ia o direito de renunciar ao patrocínio” [...]

Por fim, lembra que Greenhalgh, além de compactuar com seus clientes, excedeu-se ao acusar de prevaricação o General e o Auditor. “Por isso mesmo, ao terminar sua oração, foi convidado a esclarecer a sua conduta ou a repetir as mencionadas inverdades ou disparates, para que elas fossem registradas na ata, *ipsis litteris*, tendo em vista a legislação em vigor. Todavia, S.S.⁹ não as confirmou, retratando-se publicamente.”

Nas razões de apelação encaminhadas ao STM, o advogado examina em minúcias as considerações da sentença. Afirma que a prática de torturas como método de obtenção de confissões, ao contrário de ser fato desprezível na investigação criminal, influi decisivamente e desfavorece a veracidade dos depoimentos. A “violência descabida e ousadia inusitada” que lhe foram imputadas residiriam, entendia ele, “no fato de discordar da gênese que o Sr. Comandante do II Exército atribuiu às lesões que o réu Aldo Silva Arantes indubitavelmente apresentou”.

O documento ressalta a inatenção da 1.^a Auditoria para com as dúvidas levantadas pelos réus quanto à versão oficial da morte dos três dirigentes do PCdoB na operação militar que deu origem ao processo, pois os juízes não se manifestaram a respeito nem em plenário nem no corpo da sentença.

O tom raivoso em que a sentença está lavrada mereceu, também, apreciação detida. Greenhalgh listou os termos empregados na sentença com os quais são adjetivados os réus, suas organizações políticas ou as pessoas sob sua influência. “Paranóicos ou idiotas”, “aflitos criminosos políticos”, “criminoso profissional irrecuperável”, “quadrilha”, “escravo do comunismo internacional”, “bando”, “subversivos de triste memória”, entre outros.¹²

OU GUERRILHA OU BRAVATA. A impossibilidade de o governo militar de Geisel reconhecer os fatos relativos à guer-

12. Sentença, páginas 7, 10, 11, 14, 22 e 23.

rilha travada entre 1972 e 1974 no sul do Pará perturbou, sem dúvida, os juízes da 1ª Auditoria. O procurador militar pediu, ao denunciar os acusados, que vários deles fossem enquadrados no artigo 25 da LSN, por prática de guerra revolucionária. Embora fossem frágeis as provas referentes a responsabilidades individuais, havia suficientes evidências do envolvimento decisivo da organização PCdoB na deflagração do movimento guerrilheiro. Isso não impediu que a sentença classificasse a atividade do partido na região do Araguaia como mero trabalho preparatório.

[...] E tanto isso é verdade que na Auditoria da 8ª CJM,¹³ que seria o Juízo competente, por força do princípio do “forum delicti commisi”, não foi protocolado nenhum inquérito ou intentada qualquer ação penal para processar e julgar os possíveis “guerrilheiros” [...]

Pelo exposto, o tal “movimento guerrilheiro” não passou de *bravata de aflitos criminosos políticos* ou de hábil e torpe propaganda partidária, no sentido de criar “mártires” ou “heróis do povo”, objetivando comunicar aos paranóicos ou idiotas, úteis ou não, a inverdade de que o “PCdoB” teria iniciado a tomada do poder, através da luta armada, pois se tivesse havido mesmo esse movimento teria sido instaurado o competente inquérito, com a apuração sumária dos fatos e colheita de provas sérias, tais como prisões de “patriotas” em flagrante delito, apreensões de armas, inquirições de testemunhas, elaborações de laudos etc. [...]¹⁴

Os grifos são do original. Não se sabe se tal declaração é uma manifestação de ignorância absoluta dos fatos ou se revela perspicácia servil diante do silêncio governamental. Mas é óbvio que o entendimento do Conselho de Justiça favoreceu os réus, nesse aspecto, embora de qualquer forma a nenhum dos acusados presentes ao julgamento pudesse ser imputado o envolvimento direto com a guerrilha. Quando o procurador militar pede a condenação do revel Maurício Grabois por ter sido, entre outros delitos, “comandante de guerrilha da área do Araguaia”, a sentença prefere dar ênfase ao fato de que se encontrava o acusado em local incerto e não sabido.

O Conselho de Justiça recusou-se também a declarar extinta a punibilidade de Armando Frutuoso. O nome deste dirigente surgiu várias vezes nos depoimentos e sempre se fez menção ao seu

13. De Belém, Pará.

14. Sentença, p. 7.

assassinato. A sentença afirmava como impraticável a extinção da punibilidade, “pois esses subversivos [*os réus que assim depuseram*] pretenderam também subverter a lei”, ou seja, o Código de Processo Penal Militar.¹⁵ E incluía entre as provas contra Frutuoso até mesmo a “‘ode’ que lhe dedicaram e está publicada no jornalco ‘A Classe Operária’, de fevereiro de 1976”, precisamente um artigo relatando seu assassinato... Frutuoso é qualificado pelos julgadores como “criminoso irrecuperável”. Assim, um homem morto havia quase dois anos foi condenado a cinco anos de prisão.

15. O artigo 81, parágrafo único, do CPPM exige, para aquela providência legal, a apresentação de certidão de óbito.

SEGUNDA PARTE

QUEBRA-CABEÇAS

Ontem à tarde informava-se no DOPS que eram 11 e não 15 as pessoas reunidas na casa quando o DOI agiu. Das 11, três morreram, seis teriam sido presas e duas conseguido fugir.

Jornal do Brasil, 18.12.76.

A partir da queda da Lapa, os dirigentes do PCdoB que escapam ao massacre defrontam-se com dois desafios imediatos. Primeiro, rearticular as estruturas do partido — isoladas umas das outras — nas duras condições de clandestinidade e sem contar com a quase totalidade do Comitê Central, pois os membros do CC que não foram assassinados ou presos encontram-se, em sua maior parte, no exterior. Segundo, elucidar o quebra-cabeça — descobrir como o Exército pode chegar a uma reunião do núcleo dirigente central do partido, sem que houvesse notícias de prisões recentes que tivessem criado essa possibilidade.

Antes de tudo, é preciso saber quem *caiu* no dia 16. O noticiário dos jornais fala em fugitivos, mas as versões divulgadas não parecem confiáveis. A relação de dirigentes presos é publicada apenas no dia 25. Manoel Jover Teles, que dirigentes em São Paulo e no exterior sabiam ter participado da reunião, não consta da lista. Não há informação alguma a respeito de seu paradeiro. José Gomes Novaes, porém, cedo aparece e avisa que está bem e conectado ao partido. Ainda em dezembro, por intermédio de outros militantes, ele entra em contato com Sérgio Miranda de Matos Brito, membro remanescente da Comissão Nacional de Organização (da qual faziam parte Pedro Pomar e Haroldo Lima). É de Novaes o seguinte relato dos acontecimentos do dia 16.

De manhã cedo saímos eu e o Jover. Num determinado

momento a Elza Monnerat, a guia que entrava com o pessoal e saía, disse a seguinte frase:

— Parece que estamos sendo seguidos. Vocês se preparam para descer imediatamente na hora em que o carro parar.

Nessa hora o Jover tomou assim um susto, fez:

— Oopa...

O carro parou numa esquina. Desci, entrei na rua, dobrei a outra esquina e saí em outra rua, andei uns dois quarteirões e saí na Avenida Rebouças. Fui para o centro da cidade, andei um pouco por ali, entrei num cinema e assisti a dois ou três filmes daqueles de kung-fu, até dar o horário de eu viajar. Na rodoviária senti algo meio estranho, mas não tinha a mínima idéia do que havia acontecido. A fila para pegar as bagagens no depósito da rodoviária era enorme, entrei na fila, e paralelo à fila um oficial do Exército fardado, em pé. Fiquei com certa cisma, mas não sabia o que tinha acontecido na Lapa. Só vim a saber quando cheguei na Bahia, no outro dia, porque os jornais já haviam estampado o que ocorreu. Aí quase caio de costas, ter de encarar os jornais dizerem que estouraram o *aparelho* da Lapa, prenderam uma série de companheiros e assassinaram outros.

A partir daí tentei articular o partido. Fui para Salvador, eu tinha uma forma de entrar em contato com o Comitê Regional, entrei imediatamente e tomamos algumas definições. Levamos uns 15 dias para articular uma pessoa do CC [*Sérgio Miranda*]. Então amarramos todo um esquema, nos encontramos, fizemos um balanço do que ocorrera e chegamos à estaca zero: não tínhamos a menor idéia do porquê. E tentamos articular o partido do ponto de vista nacional, que foi totalmente desbaratado. Levamos mais de um ano para articular São Paulo.¹

Restava saber o que sucedera a Jover.

Experimentado militante, Jover pertencera ao antigo PCB, dele se afastando somente em 1967, quando foi expulso por divergir da linha política majoritária. Em 1968 é um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas ingressa logo em seguida no PCdoB. Passara a maior parte de seus tempos de militância no Rio de Janeiro, quer como secretário político do *Partidão*, na então Guanabara, no início dos anos 50, quer como secretário político do Comitê Regional do PCdoB, cargo que ainda ocupava no fatídico ano de 1976. Era conhecido também no Rio

1. Depoimento pessoal ao autor.

Grande do Sul. Operário das minas de carvão de São Jerônimo, líder sindical destacado, foi eleito suplente de deputado estadual, chegando a ocupar, por curto período, uma cadeira na Assembléia Legislativa, em 1947.

Sua condição de operário intelectualizado e a rápida ascensão na hierarquia do PCB, na qual figurava como membro da Comissão Executiva, conferiram a Jover certo prestígio. Frequentou a "escola de quadros" de Moscou em 1955-57, integrando ainda a delegação brasileira ao 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, famoso pelas denúncias feitas por Kruschchev contra Stalin.

Esse histórico bastaria para que se temesse pela vida de Jover caso ele viesse a ser preso, situação que parecia iminente já um ano antes da queda da Lapa, pois o DOI do I Exército havia logrado dismantelar o Comitê Regional do PCdoB no Rio de Janeiro. Em junho de 1975, caíra Delzir Antonio Mathias; em agosto, José Maria Cavalcante; em setembro, Armando Teixeira Frutuoso, todos dirigentes regionais do partido e membros do CC. Nelson Levy, também da direção carioca, escapa por pouco de uma cilada e resolve fugir para São Paulo, onde passará todo o ano de 1976 na clandestinidade e desligado do partido.

No início de 1976 estavam cortados todos os meios de ligação entre Jover, de um lado, e os demais quadros e organismos de base do partido no Rio de Janeiro. Por isso, após os acontecimentos de dezembro desse ano, na medida em que os meses se passavam e Jover não reaparecia, crescia a impressão de que ele fora liquidado pelos órgãos de segurança. A rádio Tirana, da Albânia, país com o qual o PCdoB sempre manteve fortes ligações, chegou a dá-lo como morto. Havia, no entanto, quem pensasse diferente.

O torturador tenta obter de Wladimir a confirmação de nomes de participantes da reunião de 15 de dezembro. Entre uma pancada e outra, exhibe um passaporte. O nome em que fora emitido o documento é convenientemente coberto. A fotografia, contudo, é de Jover — e parece recente. "Mas ele não estava assim, não é?", como que afirma o torturador à guisa de esclarecimento, para acrescentar, fazendo um gesto de meia-lua em torno do rosto: "Ele usava uma barba assim?".

Sim, a barba. Jover se apresentou na reunião com uma barba redonda, bem aparada, e Wladimir subitamente descobriu nas palavras do torturador o que havia de diferente na fisionomia de Jover que tanto lhe chamara a atenção, sem que ele identificasse o motivo até aquele momento. O incidente, ocorrido a 16, seria daí para a frente uma fonte de inquietação, especialmente quando, encerrado

o longo período de incomunicabilidade de Wladimir (37 dias), ele constatou que Jover não estava entre os demais presos. E como explicar que o passaporte estivesse em poder da repressão?

No presídio do Hipódromo, para onde foram levados em fevereiro de 1977, uma vez encerrada a fase de interrogatórios, Aldo Arantes, Haroldo Lima e Wladimir passam a trocar informações e recolher dados que possam esclarecer o massacre da Lapa. Numa dessas conversas, Aldo conta o que lhe dissera o “Dr. Marcos”, aparentemente o principal analista do Exército a atuar no caso. “Você devia fazer como o Jover, Aldo, e escrever os seus romances”, ironizara o torturador. Ora, o único livro já publicado por Jover² é um estudo que nada tem de literário no sentido estrito do termo, mas ele de fato confidenciara nos anos anteriores, a umas poucas pessoas do núcleo histórico do partido e aos militantes mais próximos, que vinha escrevendo romances. O próprio Aldo desconhecia isso. Cabia perguntar de que modo o Exército teve acesso a uma informação que só existiria em um círculo muito restrito. Ou antes: “a título de que” se fizera a menção a Jover? Quer dizer, o despropósito de tal comentário intrigava mais do que o fato de o torturador possuir a informação.

O depoimento de Joaquim Celso de Lima, o motorista, consolidou as suspeitas. No presídio, Joaquim narrou detalhadamente a perseguição sofrida em sua última viagem, em que conduziu Jover e Novaes, na manhã do dia 16. De acordo com esse relato,

1. O carro utilizado no esquema do DOI chamou a atenção de Joaquim deliberadamente, com manobras desnecessárias, e isso nem bem ele havia saído da residência da Pio XI.³

2. Não obstante, paradoxalmente, o Corcel foi “fechado” a grande distância dali, no bairro de Pinheiros.

3. Isso aconteceu, contudo, apenas depois que o carro parou para que os dois passageiros descessem, na esquina da Rua Pinheiros com a Rua Maria Carolina. Porém, esse ponto de breve parada e o ponto da Avenida Faria Lima em que o Corcel foi afinal bloqueado — na altura da Alameda Gabriel Monteiro da Silva — não estão distantes um do outro mais do que alguns quarteirões.⁴

O Exército dispunha nessa operação de um grande número de automóveis e de agentes. Pergunta-se então por que a captura

2. *O Movimento Sindical no Brasil*, Ed. Vitória, 1962, reeditado recentemente pela Ed. Ciências Humanas.

3. Uma narrativa detalhada é encontrada em *Navegar é preciso — memórias de um operário comunista* (Ed. Diniz, 1984), de Joaquim Celso de Lima, p. 187.

4. Ver croquis e fotos.

do carro do Comitê Central foi adiada por tanto tempo, se, efetuada já no Alto da Lapa, teria resultados supostamente melhores — uma vez que mais dois membros do CC cairiam prisioneiros. Em razão da amplitude da operação, é difícil acreditar, também, que Jover e Novaes lograssem escapar a pé. A não ser que a própria repressão assim o desejasse.

Quando Joaquim falou, ainda, da comunicação por rádio entre a equipe que o prendera e (deduz-se) a tropa que cercava a casa, o quebra-cabeça ganhou uma nova peça: o Exército só dera início ao ataque e à invasão após conceder a “fuga” de Jover. Tudo junto, foi possível entender por qual razão fizeram insistentes sinais ao motorista Joaquim, algo como *estamos te seguindo*. O carro precisava ser capturado, e a casa invadida, mas antes disso era imperioso garantir a liberdade do colaborador. É bem verdade que houve um instante em que Joaquim julgou ter enganado os perseguidores — e foi nesse instante que ele parou o carro —, mas poucos metros adiante seria cercado em plena rua e arrancado do Corcel. Quer dizer: foi-lhe concedido tempo sob medida para desembarcar os passageiros, não mais.

Em tais circunstâncias, Novaes teria sido premiado por acompanhar Jover nessa derradeira viagem. O Exército deixar que houvesse um *único fugitivo* seria facilitar demais qualquer investigação posterior do caso. Essa seria a explicação mais plausível para o fato de que Novaes tenha escapado sem complicações. Quanto a Elza, que preferiu permanecer no carro, com a idéia de retornar ao *aparelho* e avisar os companheiros, é razoável supor que também escaparia da prisão se tivesse desembarcado com Jover e Novaes.

Em suma, Wladimir passou a defender a hipótese de que Jover, para preservar a vida, fizera um acordo com a repressão. Ele teria sido preso sem que o partido soubesse. Dera aos militares informações detalhadas sobre os procedimentos usuais nas reuniões do Comitê Central. E, pior ainda, concordara em cobrir os *pontos* que o levariam à reunião de dezembro sob vigilância, permitindo ao Exército seguir o carro que o conduziu ao local do *aparelho*, que ele próprio, Jover, desconhecia.

Contra essa hipótese pesava o fato de não haver nenhum precedente notório de um acordo semelhante entre militares e eventuais delatores. Implicaria dizer, também, que Jover é um ator, capaz de conviver quatro dias com seus companheiros sem demonstrar maior perturbação e sem avisar do risco mortal que corriam. Mas as características da operação de desmantelamento do CC foram, de qualquer modo, igualmente inusitadas: planejamento minucioso, prisões efetuadas paulatinamente, ataque à casa somente após o final da reunião.

Com o tempo, a convicção de que se tratava de um caso de alta traição foi reforçada por outras informações. Entre elas o relato que Sérgio Miranda fez de seu *ponto* com Jover no Rio de Janeiro, provavelmente, estima ele, entre 18 e 25 de novembro de 1976. Foi Miranda quem comunicou a Jover o local em que o dirigente carioca seria apanhado, já em São Paulo, para participar das reuniões de dezembro da Comissão Executiva e do CC. Jover havia faltado a dois *pontos* consecutivos antes de avistar-se com Miranda. Nas precárias condições em que ele se achava, era uma temeridade e fugia totalmente às normas de segurança cobrir um terceiro *ponto*. Foi o que ocorreu, contudo.

Em depoimento recente, Miranda contou sua versão do encontro. Achou Jover um pouco nervoso. Andando com ele pela rua, propôs quebrar à direita quando chegaram a uma esquina, e ouviu uma negativa. "Não, meu pessoal está aí", alegou Jover, aludindo à norma de que, na clandestinidade, nenhum militante deve se deixar identificar por outros sem razão (nesse caso, Miranda ficaria desnecessariamente *queimado* junto a um ou mais companheiros que estivessem dando proteção a Jover). Miranda entregou-lhe dinheiro e o *ponto* a que deveria comparecer em São Paulo. "Mas é a alameda tal?", insistiu Jover a respeito do endereço. Encerrada a conversação, Miranda retornou a São Paulo. Diz ter absoluta certeza de que não foi seguido.

Quem mandou cobrir o *ponto* extra com o desgarrado dirigente da seção carioca do partido? De acordo com Miranda, ele recebeu orientação de Pedro Pomar para isso, "e que fosse o mais breve possível". Existia, acrescenta, um arraigado clima de animosidade contra Jover. Tanto Pomar como Amazonas exigiam que deixasse o Rio havia tempo, determinação que não era cumprida.

Quanto a este detalhe, Wladimir, filho de Pomar e seu confidante, sustenta versão bem diversa. No presídio, ele ouviu de Haroldo Lima, membro da Comissão Nacional de Organização (CO), que o *ponto* extra fora coberto à revelia da CO, por inspiração de Amazonas. Daí por que Miranda teria recebido de Pomar uma dura repreensão, tanto mais merecida em vista da imprudência de sair diretamente da rodoviária para uma reunião da CO. Além disso, o próprio Wladimir ouvira do pai uma denúncia de aliciamento: "O Amazonas está temporizando com o Jover [*quanto à permanência deste no Rio*] para ver se consegue a adesão dele [*às posições políticas de Amazonas*]" .

Miranda confirma a *bronca* de Pomar, mas a atribui à irritação deste com a atitude de Jover, que teria reclamado que o CC não mandara gente aos dois *pontos* anteriores e que não lhe enviava dinheiro.

Por que Jover faltara seguidamente a dois *pontos*? A quem estaria se referindo como seu "pessoal" se, quando de seu encontro com Miranda, já não dispunha de mais ninguém que lhe desse cobertura? Nenhuma dessas evidências favorecia sua posição. Mas, até 1979, Wladimir comprara uma briga sem muitos adeptos ao acusar Jover — de quem não se tinha certeza se estaria vivo ou morto. Era o ano da anistia no Brasil. Na Albânia, no decorrer da VII Conferência Nacional do PCdoB,⁵ Amazonas fazia declarações indicando, como fator interno da queda da Lapa, o "liberalismo" de Pomar, a quem apontou como responsável pelo aluguel da casa da Rua Pio XI. A *Folha de S. Paulo* publicava ampla entrevista com Diógenes Arruda Câmara, dirigente do PCdoB cujo retorno ao país precedeu em um mês o de Amazonas. Ao responder a uma pergunta sobre a chacina, Arruda não poderia ser mais claro.

O golpe de 1976 foi grande. Pedro Pomar, ex-deputado por São Paulo, era conhecido no país inteiro. Quatro membros do Comitê Central foram presos. Um deles está "desaparecido". Certamente foi morto.⁶

Tal era o quadro, quando veio de Porto Alegre a surpreendente notícia de que Jover estava vivo e inteiro. Fora encontrado por um antigo dirigente do PCB, Elói Martins, que o conhecia desde a década de 40. O ex-membro da Executiva do CC exercia uma atividade absolutamente normal, trabalhando no balcão da loja de presentes de sua esposa, na Rua Riachuelo, em pleno centro da capital gaúcha. Passados quase três anos dos acontecimentos de São Paulo, ele não procurara entrar em contato com o partido. Também se afastara de qualquer militância sindical ou política.

O impacto da descoberta levou Amazonas a sustar as acusações de liberalismo que vinha fazendo a Pomar e a reformular *ex-abrupto* sua teoria explicativa do desastre de 1976. A reviravolta é descrita por José Gomes Novaes, àquela altura ainda membro do CC. Novaes fora informado do paradeiro de Jover durante o velório de Arruda, que ocorreu em 25 de novembro de 1979, na manhã seguinte à chegada de Amazonas ao Brasil.

No outro dia nós tivemos uma reunião — João Amazonas, José Duarte, Elza Monnerat e eu — para avaliar o que tinha ocorrido. O João pediu que a gente fizesse uma exposição, eu fiz. Então surgiu, da parte do João, a seguinte colo-

5. Ver cap. IX.

6. *FSP*, 24.11.79.

cação: “Eu já tenho uma idéia do que aconteceu na queda da Lapa”.

Passou a trabalhar uma hipótese de liberalismo. Disse que o companheiro Pedro Pomar tinha sido visto pegando um ônibus de dia em São Paulo, o que não era permitido — e que tinha ido visitar a sua esposa doente no hospital. E deu a mostrar que tentaria incriminar essa pessoa pelo que ocorreu. Nesse momento questionei, achava que era uma colocação grave demais para se fazer sem ter convicção.

Depois de fazer algumas perguntas a Novaes, José Duarte observou que Wladimir dissera, na prisão, ser Jover o responsável pela queda da Lapa.

Também achei muito pesada essa afirmação e tornei a questionar. “É muito grave esse tipo de acusação, sem se ter consciência das coisas.” E resolvi *abrir* que sabia onde estava Jover, comunicando que nós tínhamos sabido recentemente que ele se encontrava aqui no Brasil, no Rio Grande do Sul. Então o João disse o seguinte: “Bem, a partir daí a coisa muda de figura”. Ele imediatamente mudou a linha de raciocínio que vinha fazendo.⁷

Tarefa imprescindível naquele momento: ouvir do próprio ex-dirigente suspeito de delação suas explicações para o prolongado desaparecimento. Em meio à luta interna desencadeada em torno da justeza ou não da Guerrilha do Araguaia, luta interna que acabaria, em poucos meses, rachando o partido de alto a baixo, foram tomadas as primeiras providências. “A partir de então”, prossegue Novaes, “montou-se uma comissão de inquérito para apurar o que ocorreu e essa comissão não só ouviu todo o pessoal que esteve na Lapa, como procurou também entrar em contato com Jover. Propôs que ele viesse conversar conosco, ele não aceitou, porém mandou uma carta na qual fazia sua avaliação”.

O partido poderia forçar a circunstância de um contato pessoal entre dirigentes seus e Jover, mas não o fez. Talvez porque continuasse clandestino na época — a anistia, em agosto de 1979, além de excessivamente restrita, não foi acompanhada da legalização dos PCs — ou talvez porque, como alega o ex-membro do CC Ozeas Duarte, diante da possibilidade de total rompimento do diálogo com o acusado, a direção optasse por uma negociação cuidadosa, que terminaria por render a carta, ou relatório, a que se refere Novaes.

7. Depoimento pessoal ao autor.

Otto Alcides Ohlweiler, veterano dirigente comunista,⁸ era o elo entre a direção do PCdoB e Elói Martins, este o “descobridor” de Jover. Ohlweiler garante que a primeira solicitação encaminhada ao ex-membro da Executiva, por intermédio de Martins, foi de que se encontrasse expressamente com Amazonas. Diante da rejeição do pedido inicial, não se propôs a Jover nenhuma conversa pessoal com quaisquer outros dirigentes. “Ele se recusou peremptoriamente a encontrar-se com Amazonas. Descrevi o fato, encaminhando o relato ao Amazonas, e de volta veio o pedido de que eu explorasse a possibilidade de Jover fazer um relatório. O que ele aceitou.”⁹

A carta cumpriu um curioso itinerário até chegar a São Paulo. Recolhida diretamente das mãos de seu autor por Martins, entregue a Ohlweiler, passada a Maria Trindade — a mesmíssima Maria Trindade que escapou viva ao massacre da Rua Pio XI — e então por esta encaminhada a Amazonas. E, por histórica ironia, a carta foi lida por Amazonas, para os dirigentes do partido, na última reunião do CC antes da cisão que resultaria na chamada Esquerda do PCdoB ou Dissidência do PCdoB.¹⁰ A data desta reunião é incerta, sabendo-se apenas que aconteceu nos primeiros meses de 1980.

Não tivemos acesso a esse importante documento, por motivos que vamos expor adiante.¹¹ É possível, contudo, comparar versões de pessoas que participaram daquela reunião do CC e que puderam conhecer o texto original — a existência de cópias é desconhecida. É preciso acrescentar que, no essencial, todas essas versões são bem próximas umas das outras.

VERSÃO 1. De Ozeas Duarte, membro do CC em 1980.

O Jover no relatório tenta explicar a razão pela qual ele passou cerca de três meses sem contato com o CC, meses imediatamente anteriores à chacina da Lapa. Ele faltou a vários encontros e não explicou claramente o porquê. Em segundo lugar ele relata uma série de ocorrências que vêm até a queda da Lapa, envolvendo a pessoa dele, depois a situação dele como é que ficou, e a posição política dele em relação ao partido naquele momento em que faz seu relatório.

Então, o que aconteceu? Ele diz o seguinte: que antes

8. Eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, em 1947, pela legenda do PCB, junto a Dionélio Machado e Antonio Pinheiro Machado Neto. Seu pedido de licença, para prestar concurso na Universidade, permitiria a Jover, então suplente, assumir a vaga.

9. Depoimento pessoal ao autor, 1987.

10. De onde sairia depois o Partido Revolucionário Comunista (PRC).

11. Ver cap. X.

da queda da Lapa, não me lembro bem a data em que isso teria acontecido, ele saiu da casa onde morava clandestinamente no Rio de Janeiro, pela manhã cedinho, para comprar leite em uma padaria perto. Quando vinha de volta, viu de longe vários carros da polícia na frente da casa, carros com chapa branca. A primeira coisa que causou estranheza é esse registro de chapa branca, porque a polícia normalmente não agia com chapa branca. Além disso causou estranheza o fato de ele ter identificado de tão longe esses carros, a cor da chapa, ainda mais que se sabia que o Jover tinha problemas de visão, de miopia.

Vendo os carros na frente da casa, ele então tratou de fugir. Fugiu e foi morar alguns dias numa pensão no Rio de Janeiro, pensando no que fazer. Depois resolveu ir para Porto Alegre, apoiar-se na família. Passou algum tempo no Rio Grande do Sul e depois voltou para o Rio de Janeiro e foi morar numa pensão. Esse período, entre a ida da polícia à casa dele e a volta para o Rio de Janeiro, foi o período exatamente em que ficou sem contato com o partido. Ele justifica com esses fatos a ausência dele aos encontros.

Que aconteceu depois disso? A Comissão de Organização do CC tinha um local de encontro alternativo ao local normal com o Jover, e resolveu, no final de novembro, acionar esse local. Mandou uma pessoa, membro do CC e da CO [*Sérgio Miranda*], a esse encontro, e lá o Jover foi rearticulado com o partido e recebeu as indicações para entrar na reunião da Lapa. Deu algumas explicações para o desaparecimento dele, disse alguma coisa que nada tinha a ver com o que diz no relatório. Deu uma explicação lá qualquer e disse que não teve problema, "comigo está tudo bem". Isso foi relatado na reunião do CC que avaliou o relatório, pela pessoa que foi a esse encontro: ele disse que estava tudo bem.

A partir daí, compareceu à reunião e saiu da reunião. Ele diz que... primeiro, ele participou do debate normalmente. Segundo, diz que não informou ao pleno do CC nem à pessoa que o contactou no Rio de Janeiro o que havia acontecido — esse fato de a polícia ir à casa dele, todas essas peripécias por que passou — porque era um problema "muito delicado". Então ele informou apenas o Pomar e o Arroyo, por coincidência os dois camaradas mortos na chacina. E não é porque somente os dois seriam membros da Executiva, porque o Haroldo Lima era da Executiva, estava na reunião e não foi informado pelo Jover dos acontecimentos.

Então o terceiro fato que causou estranheza: um acon-

tecimento tão grave como aquele, um membro da Executiva ter a sua casa invadida pela polícia, desaparecido durante alguns meses, recontata, diz que nada aconteceu, vem para uma reunião, não informa na reunião, não informa tampouco aos membros da Executiva formalmente e ainda diz que informou apenas o Pomar e o Arroyo, justamente as pessoas que foram mortas?

Ele diz que saiu da reunião normalmente; na saída, a pessoa que o conduzia detectou que o carro estaria sendo seguido e mandou que ele saísse, ele saiu, foi para um bar, tomou uma cerveja, sem muita preocupação — não achava que era grave. Resolveu voltar para o Rio de Janeiro mas não ir diretamente. Foi para Campinas, ficou um dia no hotel. No dia seguinte, lendo os jornais, soube dos acontecimentos. Depois de Campinas tomou um avião para o Rio de Janeiro. Causou estranheza também o fato de tomar um avião, porque é sabido que transporte aéreo era o menos seguro para o deslocamento de pessoas visadas como ele.¹²

VERSÃO 2. Segundo Dinéas Aguiar, secretário-geral do PCdoB em 1986, membro do CC desde 1966, a carta “é um relatório minucioso, circunstanciado, de tudo que Jover fez desde o dia 3 de outubro de 1976, quando teria saído de sua casa para comprar pão e, ao voltar, encontrado o lugar cercado pela polícia”. O ex-dirigente afirma no relatório que ao chegar ao *aparelho* do CC contou esse incidente, antes que a reunião começasse, a... Pomar e Arroyo, os quais lhe pediram para ... não comunicar o fato aos demais, do contrário se criaria ali um clima de intranqüilidade. “Pomar e Arroyo teriam desmontado a reunião na hora, isso sim, pois eles eram rigorosíssimos na questão de segurança”, comenta Dinéas.¹³

VERSÃO 3. De José Gomes Novaes, membro do CC em 1980.

Ele saiu do carro, na hora em que a Elza [*Monnerat*] pediu, e entrou na padaria da frente. Pediu uma cerveja e ficou bebendo, porque seria “a melhor maneira de despistar a repressão”.

Viajou para Campinas, onde ficou uns dez ou doze dias, acompanhando os jornais. Depois, como não tinha muito o que fazer ali, pegou um avião, “modo mais seguro de viajar”, e foi para o Rio de Janeiro. De lá seguiu para Petrópolis, hospedou-se num hotelzinho de segunda categoria e depois, com mais algum tempo, foi embora de avião para o Rio Gran-

12. Depoimento pessoal ao autor.

13. Idem.

de do Sul. Não procurou o partido porque na Lapa havia pedido desligamento, e estava cansado, doente, tudo o que tinha a fazer para a classe operária já fizera e agora se considerava um cidadão aposentado. Para o partido nada mais tinha a dar, porque era um partido de João Amazonas, que tinha como base desfrutar o dinheiro vindo do estrangeiro com suas “menininhas”, ativistas e coisas desse tipo.¹⁴

Se a crítica nominal ao líder do PCdoB é mencionada unicamente por Novaes, é certo, de qualquer forma, haver um trecho conceitual, na carta, em que são assumidas posições tidas como anticomunistas. Assim, por exemplo, Jover acusa a direção do PCdoB de se alinhar internacionalmente de acordo com seus interesses de financiamento. Acusação absurda, nota Ozeas, pois, por esse prisma, seria muito mais interessante manter-se aliado à poderosa China Popular do que juntar-se à pequena Albânia.

Na verdade, a carta teve o valor de uma “peça de auto-incriminação”, no entender de Nelson Levy, que assistiu a reunião em que foi lida. Como um dos dirigentes que se opunham à ala amazonista, Levy imaginou mesmo, na ocasião, que o documento era forjado — ou seja, seria um expediente a mais na luta interna, na medida em que o homem acusado de trair fora o secretário político de um Comitê Regional que tomara posição hostil à Guerrilha, o do Rio de Janeiro. Tão inconsistente era o texto, que Levy colocou em dúvida a própria autenticidade da carta. Na votação que sucedeu à leitura, Jover foi expulso do PCdoB com os votos de todos os dirigentes presentes — inclusive os da oposição, como Ozeas e Novaes — menos Levy, que preferiu a abstenção. Curiosamente, nesta data a expulsão não teve como causa a traição, mas razões de ordem ideológica, o derrotismo e as opiniões retrógradas expressas no texto.

O partido somente viria a expulsar Jover como traidor, formalmente, em fevereiro de 1983, durante o 6.º Congresso, que aprovou o relatório apresentado pela comissão que investigara o caso. A Resolução n.º 4 é seca e incisiva:

O Congresso do Partido Comunista do Brasil (6.º) depois de examinar o relatório apresentado pela comissão encarregada de apurar as causas da queda da Lapa em dezembro de 1976, decide aprovar esse relatório e confirmar a expulsão de Manoel Jover Teles das fileiras do partido, como

14. Depoimento pessoal ao autor.

traidor e colaborador direto dos órgãos de repressão. Foi ele que forneceu os dados e indicações do local e da reunião do Comitê Central, em meados de dezembro de 1976, participando do esquema montado pelo I e II Exército para prender e assassinar dirigentes do partido. O relatório deve descer a todos os organismos partidários, com as respectivas conclusões, a fim de estimular a vigilância de classe no partido.¹⁵

A resolução, como se vê, não indica provas e evidências recolhidas pela comissão em seu trabalho. Também não foi possível saber se o relatório da comissão circulou, conforme prometido, no coletivo partidário.

Não obstante, Dinéas Aguiar assegura que existe pelo menos uma prova cabal da traição de Jover. “Começamos a averiguar e conseguimos declarações de pessoas que estiveram presas na época — dois ex-companheiros do PCdoB, que confirmaram que Jover esteve preso com eles. Ficou claro que ele trocou a vida dele pela direção”, diz Dinéas. Infelizmente, a identidade dessas pessoas não é apresentada. “São antigos camaradas que têm medo de revelar o nome”, justifica.

Se alguém efetivamente viu Jover *na prisão*, obviamente caem por terra quaisquer dúvidas a respeito de seu envolvimento com a repressão. Afinal de contas, ele nega sua prisão em 1976 — “nem antes, nem depois” da reunião de dezembro, sustenta com firmeza. Sua última linha de resistência se esgota neste ponto. Porque é evidente que as histórias que conta não convencem e seu comportamento menos ainda. Mas não existiam provas definitivas contra ele. A não ser, é claro, que alguém o tivesse visto preso. Ou que os militares resolvessem nomear o colaborador.

Em agosto de 1985, a deputada federal Bete Mendes reconheceu em Montevideu, na figura do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o oficial que a torturara 15 anos atrás, nas salas da Operação Bandeirantes (OBAN). A denúncia obteve intensa repercussão política e lançou luz sobre outras façanhas do “Capitão Tibiricá”. A revista *ISTOÉ* revelou que Ustra envolveu-se diretamente na chacina da Lapa, na condição de chefe da Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE). Então tenente-coronel, Ustra “esteve pessoalmente em São Paulo, em 1976, acompanhando a vasta operação montada pelo II Exército contra a cúpula do PCdoB”. Mais. “Embora a direção do Partido Comunista do Brasil credite a queda do aparelho a uma infiltração dos órgãos de informação, Ustra assegurou em conversas particulares que a

15. *A Classe Operária*, n.º 153.

reunião foi descoberta graças ao trabalho de vigilância exercido por seus homens sobre Elza Monnerat.¹⁶

Esta última informação deu origem a uma indignada resposta de Elza, imputando a Jover a descoberta da casa. A revista, em nota ao pé da carta, endossa a acusação. "De fato", concorda a nota, "o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ao comentar a operação da Lapa, além de dizer que a sra. Elza Monnerat fora seguida, insinuou que tivera informações também de pessoas ligadas ao Comitê Central do PCdoB".¹⁷

Surgia assim, de modo tão límpido que a revista se viu forçada a retificar parte do que publicara, uma nova confirmação de que houve traição, embora não se possa afirmar que Ustra tenha citado nominalmente o traidor.

Aos que consideram fantasiosa toda essa história, vale ler as linhas que seguem, de autoria de Ustra.

Quando ocorria uma "derrubada" geral era normal que os remanescentes procurassem a proteção de seus camaradas que militavam em Organizações congêneres. Outro motivo que nos forçava a deixar alguns militantes em liberdade era nosso infiltrado que, em princípio, não deveria ser preso, pois caso somente ele permanecesse em liberdade, as suspeitas logo recairiam sobre sua pessoa.¹⁸

16. *ISTOÉ*, nº 452.

17. *ISTOÉ*, nº 454.

18. "Rompendo o silêncio", p. 165, in "Seção de Investigação".

VI RIO, 1975

Nosso trabalho é amplo.
Preocupamo-nos com a Nação, com a
família; em nome das instituições, vamos
até as prisões; mas é a manutenção da
nossa paz que procuramos.

*General Reynaldo Mello de Almeida,
comandante do I Exército, em 31.8.76.*

Não, Delzir Antonio Mathias não esqueceria do 1º de junho de 1975, dia em que pretendia comprar uma garrafa de vinho para comemorar com sua mulher, em Niterói, o aniversário que ele faria no dia 3.

Recorda com exatidão que foi capturado, numa rua do subúrbio de Piedade, às 11 horas e 20 minutos. Olhar para o relógio seria o último gesto livre antes que os agentes do Destacamento de Operações de Informações do I Exército se lançassem em cima dele. Mas àquela altura já sabia que nada iria festejar com a companheira, pois ele lhe telefonara antes, e a voz de pavor da sogra, ao atender, bastou para que percebesse a campana e cancelasse a ida a Niterói.

Sua prisão, a última de uma leva de mais de 20 que o DOI realizara naqueles dias, fora a primeira de várias quedas de dirigentes do PCdoB que ocorreriam no espaço de três meses, no Rio de Janeiro.

As circunstâncias em que se produziu a captura — e as que a precederam — são bem características dos métodos de investigação aplicados na época pelo DOI do I Exército, que privilegiavam o levantamento científico, por assim dizer, de pistas que pudessem levar aos homens procurados. O que não implicava dispensar a tortura, ao contrário, buscava melhorar os seus resultados, a começar

pelo preciosismo das perguntas feitas aos presos, bem mais detalhistas. Apostava-se em linhas de investigação que conduzissem aos militantes mais graúdos, por morosas que fossem. Mapeavam-se bairros e controlavam-se os lugares por onde tal ou qual sujeitos deveriam passar. Fotografavam-se os militantes seguidos em seus sucessivos contatos, como fizeram inclusive com Delzir. A prisão ocorria quando, supostamente, terminava o levantamento desses contatos. Era a "rede", diziam os militares.

Delzir garante que conseguiu frustrar duas tentativas anteriores de captura, uma na Baixada Fluminense, outra em Jacarepaguá, nos três meses que antecederam sua queda. Em seu derradeiro encontro com Armando Frutuoso comunicou-lhe uma dessas ocorrências. "É psicológico", replicou Frutuoso, creditando à imaginação do companheiro as cenas de perseguição que protagonizara na condição de fugitivo. Nos últimos tempos Delzir vinha mudando constantemente de endereço, para que não o localisassem. Como o pegaram?

— A repressão conhecia o trajeto que eu fazia e chegou ao requinte de colocar um "mendigo" sob a marquise de um bar. Me esperavam em três locais diferentes. Quando me prenderam escutei o cara mandar, pelo rádio, desativar esquemas semelhantes em dois lugares, e havia muita gente deles onde me prenderam.

Utilizando-se de um eficiente sistema de suborno de carcereiros, no período em que esteve recolhido no Departamento de Polícia Política e Social (DPPS), ele fez com que comparecessem à sua cela os vários companheiros presos na mesma época, para avaliar condutas e obter informações. O esforço não resultou na descoberta, ou confissão, de qualquer delação que tivesse permitido aos órgãos de segurança encontrá-lo.

O contraste com os antigos métodos é imediatamente notado no número de prisões, em 1975 menor, porque mais seletivas. Delzir conta que, de maio a julho de 1972, a repressão efetuou uma razia sem igual contra o PCdoB no Rio de Janeiro, prendendo cerca de 300 pessoas. Muitos dos detidos eram estudantes ligados à União da Juventude Patriótica (UJP), organização clandestina parapartidária, o "braço político" do PCdoB no movimento estudantil. Mas a truculência da vasta operação rendeu poucos ganhos, porque a maioria dos que foram parar na cadeia não dispunha de informações relevantes ou nem mesmo tinha vínculos efetivos, de militância, com o partido. A exceção foi José Roberto Brom de Lunna, integrante do Comitê Regional, o único quadro a cair preso no arrastão.

No ano seguinte as perdas seriam mais sérias. Lincoln Bica-

lho Roque, encarregado da denominada seção de organização do Comitê Regional, membro também do Comitê Central, é assassinado sob tortura em março de 1973, no DOI do I Exército.¹ Delzir e Nelson Levy assumem funções antes exercidas por Lincoln.

Entender por que a repressão concentrava seus golpes contra as estruturas cariocas do partido exige uma avaliação do papel por estas desempenhado nos anos anteriores. O PCdoB sempre foi expressivo no Rio de Janeiro e lá foram recrutados, em sua maioria, os militantes enviados ao Araguaia. Natural, assim, que a repressão apresentasse lá maior aperfeiçoamento — e que a trama da operação da Lapa, em São Paulo, fosse urdida no I Exército. Os órgãos de segurança compreenderam desde cedo a importância estratégica do Rio de Janeiro no suprimento de efetivos para a Guerrilha e, mais tarde, nas ligações com a direção nacional em São Paulo.

Por volta de 1972-3, este partido invisível, mas de quem a repressão esteve sempre perigosamente perto, era formado por um contingente de mais ou menos 200 militantes no Rio de Janeiro, segundo estimam Delzir e Levy. Se o dado for correto é um número considerável. Do ponto de vista organizativo, porém, as dificuldades se acentuaram desde então. As reuniões dos organismos partidários tornaram-se mais espaçadas e, no caso do Comitê Regional, deixaram de ocorrer possivelmente em 1974, resumidos os encontros partidários a contatos individuais.

A ação implacável, ilegal, bestial dos órgãos de segurança produziu efeitos devastadores na memória do partido, devidos não apenas à eliminação física de militantes, mas também ao forçoso desaparecimento de fontes escritas e ao desconhecimento da identidade de pessoas que às vezes sumiam ou se dispersavam. A clandestinidade apagou os traços de certos membros do CR. A composição do CR, em 1974-5:

Armando Frutuoso — secretário de organização

Delzir Mathias — seção de organização

Nelson Levy — seção de organização

José Maria Cavalcante

Manoel Jover Teles -- secretário político

Elson Ramos Júnior

"Hilda"

1. Um dos mais jovens componentes do CC, Lincoln, morto aos 27 anos, teve comportamento exemplar frente aos torturadores, nada revelando sobre o partido. Sua morte "em tiroteio" foi anunciada no dia 21, em "nota oficial" dos "órgãos de segurança". *Jornal do Brasil*, 22.5.73, p. 7.

“Oto” (rodoviário)
“Doca” (metalúrgico)

Não foi possível descobrir a identidade dos dois últimos, nem a de um outro dirigente do qual se sabe apenas que era um alfaiate.

Quanto a “Hilda”, ou “Titia”, sabe-se que morava na casa de Jover, o traidor — e que foi presa no segundo semestre de 1976. É fundamental conhecer o núcleo central do PCdoB do Rio de Janeiro, porque se presume que o Exército tenha localizado Jover através de algum dos integrantes desse núcleo. Armando Frutuoso, especialmente, era citado como o responsável. No entanto, foi outro o caminho.

Seis dias de tortura no DOI espalharam sinais e cicatrizes por todo o corpo de Delzir, deixando-o em estado de coma por 15 dias, de um total de 45 dias passados, significativamente, no Hospital Filinto Müller, da Secretaria da Segurança Pública. Após receber alta, esteve no DPPS durante cerca de duas semanas, retornando então ao DOI, onde não voltou a ser torturado. No DOI se encontrava já José Maria Cavalcante, capturado em agosto. No dia 30, ou 31, uma equipe de agentes vai à solitária ocupada por José Maria.

— Seu filho da puta, se ele não estiver lá nós vamos te dar porrada!

José Maria dera o *ponto* com Frutuoso, em Madureira. Os agentes o levam ao local. Retornam. Um deles se dirige a Delzir.

— Prendemos seu chefe. Prendemos o Frutuoso. Agora você pode falar. Não precisa esconder mais nada.

Delzir desconfiou, pediu para ver o companheiro, não permitiram. Teve certeza, porém, ao reconhecer a voz de Frutuoso durante um interrogatório. Frutuoso contava a história cronológica de sua militância.

O incrível é que a prisão de José Maria fora noticiada, e assim mesmo Frutuoso compareceu ao *ponto*. “Prisão especial para jornalista”, dizia a nota publicada em *O Globo* de 27 de agosto, 2º cli-chê, p. 14. “Só após ouvir o promotor”, informava o jornal, “é que o juiz José Garcia de Freitas, da 2ª Auditoria da Aeronáutica, decidirá se o jornalista José Maria Cavalcante tem direito à prisão especial. José Maria foi preso no início do mês, acusado pela 2ª Auditoria de atividades contrárias à segurança nacional, segundo informações do DOPS, onde se encontra. O advogado Celso Araújo alega que ele tem direito à prisão especial [por ser jornalista profissional]” etc. Frutuoso seguramente não leu isto, nem foi avisado por ninguém, o que apenas comprova o estado de total desintegração do

partido naquele momento, no Rio.

Nelson Levy lhe apresentara pessoas ligadas ao PC, depois pessoas ligadas ao PCdoB, de sorte que com o tempo ela cedeu sua casa para reuniões clandestinas e se tornou uma espécie de meio-termo entre simpatizante e militante, conforme definição própria. Quando começou a servir de ponte entre Frutuoso e Levy, transmitindo de um para o outro a confirmação de *pontos* previamente codificados, tinha consciência dos riscos que corria. Mas esse sistema de contatos telefônicos durou bastante tempo sem que surgisse qualquer problema. De modo que Laurinda de Miranda Barbosa, funcionária da Secretaria Municipal da Educação, ex-cunhada de Levy, estranhou quando, no 1.º de setembro, não recebeu o telefonema combinado.

“O Nelson ligava, marcava o ponto de encontro, depois Frutuoso ligava. Numa terça-feira, Frutuoso tinha de telefonar à noite, mas isso não aconteceu. Ligou na manhã do dia seguinte, cerca de 8 horas, a voz dele extremamente estranha.”

— O senhor está doente? Que está acontecendo com o senhor?

— Não, estou resfriado.

Em seguida, também por telefone, ela previne Levy.

— Cuidado. A voz soou esquisita.

— Não deve ser nada. Não se preocupe.

“Fui trabalhar. Voltei para casa, estava jantando com minha filha quando tocaram a campainha. A empregada atendeu e dois homens empurraram a porta com os pés. A empregada desceu pelo elevador de serviço, avisou o porteiro. Tocou o telefone e minha filha Kátia, de 19 anos, conseguiu atender. Era o Nelson.” Moravam na Rua das Laranjeiras e Levy telefonara dali mesmo, de um orlhão em frente ao prédio. Queria saber por que Frutuoso faltara ao ponto, talvez Laurinda tivesse algum recado seu.²

— Estão prendendo a mamãe.

Laurinda e Kátia foram encapuzadas e conduzidas ao DOI. “Queriam que eu informasse onde estava o Nelson e eu disse que não sabia — queria lhe dar um tempo para fugir.” No dia seguinte libertaram a filha. Mas os agentes se instalaram na casa de Laurinda por quatro dias e uma irmã sua e duas sobrinhas permaneceram em prisão domiciliar no local. No DOI, Laurinda foi submetida à “geladeira”. Fizeram-na ligar para a repartição em que trabalhava e gravaram a conversa, como haviam gravado o diálogo entre ela e Frutuoso. Perguntaram-lhe sobre Levy, sobre o paradeiro de amigos dele, sobre a Guerrilha. Esteve uma semana no DOI, incomuni-

2. Aparentemente, Frutuoso não entregou o *ponto* com Levy.

cável. Ficou outros três dias numa cela do DPPS na Rua da Relação. Solta em seguida, não respondeu a processo. Durante um mês recebeu cartas e telefonemas ameaçadores. “Eles estavam desesperados porque não conseguiam pegar o Nelson.”

Três relatos distintos, de pessoas que até então não se conheciam umas às outras, mas estiveram encarceradas no DOI do I Exército na mesma data, dão conta da agonia de Armando Frutuoso e dos indícios de sua morte, noticiada pela rádio BBC de Londres em finais de 1975. Circula uma versão de que ele teria desaparecido vivo, com o consentimento dos órgãos de segurança, uma vez que houve queda de militantes em razão das revelações que fez. Essa versão se baseia no fato de que não se sabe de alguém que tenha visto o corpo.

Delzir ouviu seus gritos. “Pedia água, batia com alguma coisa numa porta ou parede, um tempo enorme.” Certo dia, movimentação, o ruído de uma cama de lona arrastada. Em frente à cela de Delzir, o comentário:

— Aquele filho da puta morreu...

Os fatos narrados por Laurinda são coincidentes. “Através de um vidro me mostraram um senhor sendo torturado, tive a impressão de que era o Frutuoso. Machucado demais, o rosto disforme.” Em outra ocasião escutou o pedido de água e procurou saber do carcereiro por que não o atendiam.

— Não vão dar água. Ele levou uma *trombada*. Ele vai morrer.

O único preso que esteve pessoalmente com Frutuoso no DOI foi Gildásio Westin Cosenza, militante do PCdoB encarcerado no dia 4 de setembro. Foram interrogados juntos e Gildásio o viu várias vezes, “todo arrebetado”. Chegaram a trocar palavras. Frutuoso teria sugerido ao companheiro que entregasse informações aos militares, por ser jovem e ter muito o que viver.³ Mas Gildásio foi torturado sem capuz. Porque vira Frutuoso preso e moribundo, os dias de Gildásio eram contados — e aos torturadores não preocupava que ele lhes conhecesse o rosto. Anunciaram à testemunha incômoda que não sairia dali com vida. “Esse aí viu o Armando. Pode arrancar o capuz dele”, ordenou certa vez um dos torturadores. “Não nos davam água nem comida”, afirma Gildásio. A explicação era simples:

— Não vamos gastar água e comida com *presunto*.

Gildásio escapou por um triz. Alguém viu o nome riscado numa das paredes da “geladeira” e passou adiante a notícia, depois

3. A versão segundo a qual Frutuoso o instara a falar não foi transmitida ao autor por Gildásio, mas por ex-militantes que a teriam ouvido de Gildásio. As demais informações foram prestadas por ele ao autor em depoimento pessoal e exclusivo.

transmitida à família, que recorreu ao general Rodrigo Octávio, ministro do STM. O general telefonou ele próprio para o I Exército e exigiu a apresentação do preso.

Se a justiça quiser investigar a autoria dos crimes cometidos no DOI do I Exército em 1975, em especial o assassinato de Armando Teixeira Frutuoso, é possível desde já fornecer-lhe os nomes dos principais responsáveis — por ação ou por omissão. Comandava o I Exército, hoje Comando Militar do Leste, o general-de-exército Reynaldo Mello de Almeida. Chefiava o Estado-Maior o então general-de-brigada Leônidas Pires Gonçalves. Como vimos, o chefe do Estado-Maior acumulava o comando do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), ao qual se subordinava o DOI.

Não se concebe que Leônidas, superior hierárquico direto de um órgão que tamanha importância assumiu no combate à esquerda, desconhecesse o que se passava entre suas paredes. Pelo contrário, cabia ao CODI coordenar a ação dos diversos órgãos de segurança em sua área respectiva — no caso, a do I Exército —, particularmente a ação do DOI, por ser um destacamento da mesma corporação, o Exército.

Também o general Reynaldo, tido como um democrata, referia-se à necessidade de efetuar prisões de militantes de esquerda — logo, não só tinha conhecimento de que elas ocorriam, como inevitavelmente as autorizava.

Deve-se assinalar que a operação da Lapa foi planejada no I Exército ainda ao tempo em que Reynaldo o comandava e Leônidas chefiava seu Estado-Maior (e o CODI). Ambos assumiram seus cargos em 5 de abril de 1974. Deixaram o I Exército em 1º de dezembro de 1976,⁴ quase às vésperas da operação, se se leva em conta que houve um intervalo de meses entre a prisão do delator e o ataque à casa em São Paulo.

Um fato sugere a participação pessoal de Leônidas, se não nos planos de destruição do Comitê Central do PCdoB, pelo menos em outras ações repressivas: sua relação de amizade com o hoje coronel Brilhante Ustra. Nos dois episódios recentes em que o nome desse torturador veio à tona, Leônidas — ministro do Exército do governo Sarney — não se limitou à mera defesa do coronel segundo as conveniências políticas da corporação. Antes, fez a Ustra elogios incondicionais.⁵ Não será de surpreender se tais manifesta-

4. Reynaldo, nomeado ministro do STM, e Leônidas, indicado estagiário da ESG, foram substituídos respectivamente pelos generais José Pinto Rabelo e Ademar da Costa Machado.

5. Quando a deputada federal Bete Mendes reconheceu Ustra como um de seus torturadores na OBAN (veja cap. V), Leônidas lançou uma nota "reservada" para os militares do Exército, homenageando todos aqueles que "atuaram patrioticamente contra os subversivos e terroristas", o que destoou até mesmo das medrosas medi-

ções de solidariedade nasceram de íntima cooperação na área do I Exército, incluindo a preparação das manobras de 15-16 de dezembro de 1976 em São Paulo.

Processado e absolvido, Delzir Antonio Mathias saiu da prisão em fevereiro de 1976. No mesmo processo foi absolvido o réu revel Armando Frutuoso, o que motivou irônica carta de Delzir ao STM.

Nelson Levy, único membro do CR a manter uma vida legal a despeito das circunstâncias, saiu direto da Rua das Laranjeiras para a clandestinidade e desde então não manteve contato com a organização até 1977, quando se rearticulou, na França, com membros do Comitê Central.

O CR do Rio de Janeiro fora desmantelado e os órgãos de segurança, que deixaram Levy escapar diante do nariz de seus agentes na desastrosa operação de 2 de setembro de 1975, dedicaram-se à tarefa prioritária de localizar o primeiro homem da estrutura regional do PCdoB, Manoel Jover Teles.

Ora, não o encontrariam se dependessem de Frutuoso, que morreu já em setembro, enquanto em junho do ano seguinte Jover participaria normalmente de uma reunião da direção nacional, sem que ocorresse qualquer prejuízo ao partido. Até metade de 1976, portanto, não puseram as mãos em Jover e não tem cabimento, assim, relacionar diretamente a sua queda com a de Frutuoso.

Uma forma de se chegar a Jover seria talvez a prisão de "Oto", rodoviário de profissão, militante veterano e amigo do secretário político do CR. Outra alternativa seria a prisão de "Hilda", única mulher do CR, uma representante da velha guarda partidária, íntima amiga de Jover. Moravam juntos e ela ainda hoje rejeita com veemência a acusação de traição que pesa sobre ele.

"Hilda" foi presa no segundo semestre de 1976. Se antes ou depois da presumida queda de Jover, é um mistério não resolvido.

das punitivas anunciadas por Sarney (as quais, aliás, não se concretizaram). Ao saudar "o êxito alcançado, muitas vezes com o risco da própria vida", Leônidas fez a defesa prévia do oficial torturador.

Quando, nos primeiros meses de 1987, Ustra lançou o livro *Rompendo o silêncio* e fez declarações públicas a respeito, não apenas não recebeu punições — previstas no regulamento do Exército — como, desta vez, Leônidas o elogiou em comentários feitos aos jornalistas. O Centro de Comunicação Social da corporação também o defendeu. Na lista de promoções de março de 1987, Ustra não foi a general-de-brigada, mas também não chegou a ser preterido. Outro notório torturador, o coronel Nilton Cerqueira, envolvido no caso Riocentro, foi promovido na ocasião a general-de-brigada. Seu padrinho na cerimônia de entrega de espadas: Leônidas.

VII

A CONVERSAÇÃO

Lamento, chefe, não haver correspondido à sua expectativa.

Final de conversaço, 11.10.86.

“Faz um favor, me traz alguns livros para eu ler. Mas nada de política — alguns romances.” Nelson Levy, a quem Armando Frutuoso fez o pedido, cita a passagem como exemplo do estado de espírito de alguns dos quadros mais antigos do partido, no período de maior ferocidade da ditadura militar. A clandestinidade desgastara Frutuoso e Jover. A mulher do primeiro abominava os seus compromissos políticos e ameaçara denunciá-lo à polícia. O segundo amargava a distância que o separava da família e maldizia um suposto descaso da direção nacional do PCdoB para com o CR-RJ. Em 1975, “Jover voltou deprimidíssimo de uma reunião da Comissão Executiva em que o Amazonas teria aberto uma mala cheia de dinheiro e dado uma ninharia para o Regional do Rio”, conta Levy.

Na medida em que os laços internos do partido eram seccionados pela ação dos órgãos de segurança, aumentava o sentimento de impotência e inação desses dirigentes. É o caso típico de Jover, que tinha acesso a Levy por mediação de Frutuoso. Preso este, rompeu-se a ligação que restava e na prática Jover passou a ser o secretário político de coisa nenhuma — o partido se desintegrara à sua volta. Havia ainda, é verdade, sua participação na Executiva do Comitê Central. Mas também aqui suas funções eram indefinidas, mesmo porque a situação no Rio de Janeiro era das mais graves.

A progressiva desmoralização a que estavam expostos, sem que conseguissem reagir a ela, é uma das possíveis explicações para sua capitulação diante do inimigo. De outro modo, como aceitar que o provado e experiente Frutuoso, que se considerava ele próprio um chefe guerreiro e se referia aos companheiros subordinados como "os meus comandados", fizesse o que fez?

Terá sido Jover um engodo impingido a gerações de revolucionários, um novo Cabo Anselmo? Parece que não. Num exato momento o Exército o forçou a desempenhar um triste papel e ele ou não quis ou não teve forças para opor-se. Mas não foi "plantado" na organização, do contrário o PCdoB estaria destruído muito antes. Provavelmente não recebeu dinheiro por nada do que fez. Nem foi preparado para se infiltrar nesta ou naquela organização. Não há nenhum indício disso. Porém de certa forma foi "plantado" em dada ocasião e estava ciente disso.

É possível que o tenham chantageado, ameaçando matar sua amiga "Titia" ou fazer refém sua família em Porto Alegre. Ou ele puramente fraquejou sob tortura. Mas na Rua Pio XI, em quatro dias de convivência com vários companheiros em uma casa apertada, ninguém notou nele lesões ou sinais de violência. Capitulou imediatamente? Ou, ao invés, resistiu antes de pactuar, e então o submetteram a um tratamento de recuperação para fazer sumirem as marcas?

A extensão da derrocada final desse homem é medida sob o ponto de vista ideológico. Ao cabo de três décadas, aquele que era o mais preparado dos dirigentes operários do velho PC foi transfigurado por seus verdugos militares em um infeliz porta-voz de teses como a do "ouro de Moscou" e semelhantes.

VELEIDADES LITERÁRIAS. O historiador Jacob Gorender conheceu Manoel Jover Teles em 1946, numa reunião da direção nacional do PCB (então na legalidade), na Rua da Glória, no Rio de Janeiro. Suplente da direção nacional, nos seus 26 anos o líder sindical gaúcho "era apresentado como um quadro operário de grande futuro". Entraria rapidamente na Executiva Nacional do PCB.

"O PCB tinha raízes operárias e muitos quadros operários, isso é inegável", observa Gorender, que afasta a idéia de fraude, no sentido de fama imerecida. "Ele tinha um lastro que vinha de muitos anos, era realizador, era trabalhador de fato", diz com a autoridade de quem manteve com Jover um estreito "relacionamento operativo" de 1949 a 1951. Gorender, o encarregado da propagan-

da do partido no então Distrito Federal, Jover, o secretário político, entendiam-se sempre satisfatoriamente.

“Tinha um pouco do fanfarrão espanhol, aquela pompa, certa pose, era verboso. Era bem mais intelectualizado do que os outros operários que conheci e tinha veleidades literárias. O ‘Movimento Sindical’ é uma fonte, mostra um certo descortínio dele [*refere-se ao livro escrito por Jover e editado pela primeira vez em 1962*].” Haveria um episódio curioso concernente às pretensões suas nesse campo, de acordo com versão de Gorender. O crítico Otto Maria Carpeaux convertera-se à solidariedade com a esquerda após o golpe militar e solicitou ao PCB informações a respeito da situação política nacional. Destacado para fazer o contato com Carpeaux, Jover leva o texto do romance que vinha escrevendo e o lê para o crítico, constrangendo-o. A versão é contestada por pessoas que estiveram ligadas ao ex-líder sindical em anos posteriores.

Esteve na União Soviética entre 1955 e 1957, fazendo cursos. Integrou a delegação do PCB ao 20º Congresso do Partido Comunista da URSS, chefiada por Maurício Grabois. Quando os militares tomaram o poder, em 1964, era membro da Comissão Executiva do PCB — “ele tinha inclinações stalinistas e o 5º Congresso do PCB o reelegeu”. Mas desde cedo, acrescenta Gorender, foi crítico da linha imposta na época ao partido por Luís Carlos Prestes, passando a formar com um grupo que — embora não aderindo ao PCdoB, criado pelos dissidentes de 1962 — opunha-se à linha dita revisionista e à proclamação do caminho pacífico para o socialismo. Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Apolônio Carvalho, Miguel Batista e o próprio Gorender eram seus nomes mais conhecidos.

Marighella e Câmara, influenciados pela experiência cubana, fundaram a Ação Libertadora Nacional (ALN). Os demais decidiram “criar um novo partido” e assim surgiu, em 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). O papel desempenhado por Jover neste instante é desconcertante, a julgar pela descrição de Gorender.

“Parece-nos que em 1967 ele já estava integrado ao PCdoB, mas nunca nos disse isso. Em abril do ano seguinte ele tomou parte da fundação do PCBR, provavelmente com o intuito de cooptar militantes e quadros para o PCdoB. Havia mais uns três ou quatro na mesma situação, entre os quais o Frutuoso. Nós já sabíamos que esse grupo iria cindir, mas não tínhamos provas. E foi o que aconteceu depois.” Parte do recém-fundado partido, liderado por Jover, funde-se ao PCdoB e o documento “O reencontro histórico”, de sua autoria, é publicado no *Jornal do Brasil*. O PCBR replicaria com um texto de Mário Alves.

(Tarde de sábado, 11 de outubro de 1986)

— O seu Antonio está?

O prédio, na Avenida Júlio de Castilhos, é residencial e, como tal, uma exceção nesse curto e largo corredor de trânsito entre o Mercado e a Rodoviária, zona tipicamente comercial e de repartições públicas. Um lugar feio e poluído de Porto Alegre. O repórter sobe dois lances de escada, pára em frente ao apartamento 22, onde mora Antonio, toca a campainha. A filha atende.

— Tu é lá de Cerquilha?

— Não, de São Paulo.

Por um descuido da família, desconfiada mas cortês, é convidado a entrar no domicílio de dimensões e mobília modestas. Antonio, já avisado da presença do estranho, permanece em seu quarto. Na sala, a filha e a esposa inquirem o inesperado visitante que, esclarece, escreve um livro sobre o PCdoB; quer ouvir a respeito o dono da casa; é jornalista.

Cria-se um certo mal-estar e perplexidade. A filha volta ao pai, com certeza conferenciam, é preciso ver como sair desta. Por fim Antonio deixa o aposento, faz a higiene no banheiro, vem até a sala. Troca um cumprimento seco sem pronunciar palavra. Senta na poltrona desocupada, separada da que ocupa o repórter por uma mesinha baixa sobre a qual repousa uma miniatura de revólver montada em peça de madeira, inconfundível lembrança do tempo em que a filha trabalhava em uma fábrica de armas. Antonio tem os cabelos brancos, é alto, usa óculos de lentes grossas. Antonio é Manoel Jover Teles.

Localizá-lo exigiu tempo e esforço. Vive afastado de qualquer círculo político e em regime de semiclandestinidade, sem razão aparente para isso que não o receio a represálias.

A impressão que resta, da conversa mantida, é a de se estar diante de um homem incapaz de mostrar o menor arrependimento ou a mais ínfima disposição de colaborar para que seja descoberta a verdade e entendidos os mecanismos que o Exército montou para encontrar, executar e prender dirigentes do PCdoB em dezembro de 1976. Por outro lado, é indiscutível tratar-se de um ator, ator às vezes patético, mas em geral senhor de si, nada desequilibrado, perfeitamente lúcido nos seus 66 anos.

Ao longo da entrevista, gravada sem que soubesse, alternou momentos de indignação e rispidez com outros em que pareceu suave, até cândido. Aventurou-se a interpretações dialéticas e a uma primária análise histórica do período republicano. Alegou repetidamente a doença como causa de seu afastamento. E, mais do que tudo, negou-se a dar qualquer informação concreta no tocante

a seus atos antes e durante a reunião da Lapa e depois, como suposto fugitivo dos órgãos de segurança.

Filha e esposa assistiram a toda a conversa e nela interferiram várias vezes. "Ele está de cabelo branco aí, coração *baleado*, uma série de fatores físicos que não condizem com esse tipo de coisa. Então no mais é uma vida tranqüila, tchê, só isso", diria a filha, procurando justificar o alheamento à "política". À saída do repórter, ele lamentou não poder colaborar.

O autor tentou avistar-se com Jover novamente, em fevereiro de 1987. Perda de tempo: desaparecera.

PRELIMINARES.

Gostaria de conversar com o sr. Estou escrevendo um livro sobre o PCdoB e gostaria de sua atenção.

— Livro?

É, um livro.

— Mas por que eu?

Porque o sr. teve uma participação conhecida, não?

— Isto é passado.

Sim, mas o passado não se apaga, não é?

— Hum?

O passado não se apaga de uma hora para outra, o sr. não acha?

— Para mim acabou.

Mas o sr. foi militante durante tantos anos ...

— Mas é o seguinte, meu jovem. Eu realmente fui militante muitos anos, mas depois resolvi tratar da minha vida, porque fui ficando velho e verifiquei que além de tudo ia ficar numa situação muito difícil. Então resolvi tratar da minha vida e faz dez, 12 anos que estou tratando da minha vida, doente inclusive, compreende, e nada mais. [pausa] De maneira que não sou mais a figura indicada, digamos assim.

Mas existe um episódio que seria importante o sr. explicar. Pode ajudar a compreender melhor esse episódio. O sr. deve saber qual é...

— Mas quem é o sr., afinal de contas?

Sou jornalista, meu nome é Marcos Soares, tenho carteira de jornalista — se o sr. quiser ver posso lhe mostrar — e estou preparando um livro sobre o PCdoB. Não sou do PCdoB, quero esclarecer logo. O sr. sabe que o partido passou por dificuldades esses anos todos, vários militantes foram assassinados e...

— Tanto de um lado como de outro.

Como assim?

– Tanto do PCdoB como do outro, PCB.

Ah, o PCB, o sr. também foi militante do PCB antes de entrar no PCdoB. Seria importante o sr. falar. O sr. esteve naquele episódio da Lapa, muito controvertido, então há uma série de coisas ligadas a ele que sem a sua palavra é difícil explicar.

– A respeito desse assunto, desse problema específico, há uns cinco anos a direção do PCdoB me pediu um relatório, o que é que eu queria dizer sobre esse assunto. Esse relatório foi encaminhado. Está na mão deles. Quer dizer, além daquilo nada mais eu tenho a dizer.

Agora, o sr. sabe perfeitamente que eles não fornecem o relatório.

– Se eles não fornecem não cabe a mim violar nada.

Mas se o sr. já se retirou...

– Esse relatório foi escrito, assinado por mim, a respeito do que eu sei, qual é a minha avaliação sobre o que sucedeu. Esse relatório é bastante longo. Está nas mãos deles. De maneira que você se dirigindo a eles...

Eles não fornecem.

– No caso de que eles não queiram fornecer, significa que há interesse da parte deles em não fornecer. Se há interesse, não cabe a mim violar esse interesse. Estou à margem de tudo, não é?, não cabe a mim dizer nem sim nem não a respeito de qualquer assunto ligado a essa organização, a não ser que eles queiram. Compreende?

Mas veja, o sr. foi até expulso do partido em razão disso.

– Eu sei disso. Mas não me cabe, não me cabe. Esta é a questão da discussão, sei quais as razões, sei quais são as alegações, tudo infundado, mas não me cabe. Pronto, não quero nem discutir esse assunto!

Seu relatório foi considerado insatisfatório. Do ponto de vista histórico, o sr. sabe que se não falar, as acusações vão sempre lhe pesar, não?

– Eu estou com a consciência tranqüila. E por isso não tenho... problema nenhum de consciência. Minha consciência está perfeitamente tranqüila. O que sucedeu, segundo o meu ponto de vista, está escrito totalmente no relatório que mandei há quatro, cinco anos, a pedido deles. Então a minha parte, o que tenho a dizer, é isso.

O sr. não foi preso em nenhum momento antes de dezembro de 1976?

– Nem depois. Procure esse relatório lá com eles que é o que tenho a dizer sobre o assunto. Nada mais [como quem encerra a conversa]. Tá bom?

UM VETERANO FORA DE QUALQUER JOGADA.

E o sr. não se dispõe a falar mais do que isso?

— Não, eu não quero nem saber. Estou vivendo meus últimos anos de vida doente, compreende, doente. Não quero saber mais de nada. Quero paz, quero paz. A contribuição que tinha que dar eu dei, e agora quem quiser que siga o caminho que bem entender. Porque o meu é o seguinte: terminei o relatório dizendo o seguinte: não é mais um caminho, é um fim. Estou fora de qualquer jogada.

Sei que vocês me recebem aqui com muita apreensão, muita hostilidade...

— De maneira nenhuma! Qual é a hostilidade?

Fui bem recebido, mas sinto que há muita apreensão...

— Apreensão nenhuma, estou tranquilo. Eu sou um ve-te-ra-no! [*reparte bem as sílabas, frisando a palavra.*]

Perfeitamente. O sr. é um veterano e o sr. sabe que naquela casa, na Lapa, morreram duas pessoas...

— Eu sei disso!

Sabe que morreu outra pessoa sob tortura. São coisas que fazem parte de História e que é preciso esclarecer.

— Não, está certo, eu sei, mas estou dizendo o seguinte — por favor [*repreende a esposa que tenta pôr fim à entrevista*] —, a explicação que tinha que dar eu dei por escrito. Está na mão deles.

Sim, mas por que o sr. não me dá essa explicação?

— Tá na mão deles, você pode pedir a eles.

Eles não cedem.

— Se eles não lhe dão essa explicação, então naturalmente eles, por esta ou aquela razão, não estão querendo dar. Não estou querendo entrar nessa jogada, para desmanchar qualquer razão ou não razão que eles tenham. Estou fora.

Mas, por exemplo, sei de pessoas que leram a carta e dizem que na carta o sr. afirma ter pedido desligamento do partido na reunião da Lapa. E as pessoas que estavam presentes à reunião e que sobreviveram dizem que o sr. não pediu desligamento lá.

— Ninguém leu essa carta direito, compreende? Na verdade na carta não peço desligamento de coisa nenhuma.

Não, a carta, segundo essas pessoas que leram, diz que o sr. pediu desligamento na reunião da Lapa.

— Procure o relatório.

O sr. se desligou quando do partido? Em que ano?

— O problema é o seguinte: depois dos acontecimentos a que você se refere, eu fui tratar da minha vida. Naturalmente procurei ficar numa situação em que não fossem me encontrar, evidente, e só fui surgir à tona posteriormente. Tenho um problema

de coração, câncer na próstata, e estou tratando de minha vida agora. De maneira que estou querendo paz. Estou fora de toda e qualquer atividade política nesses últimos dez, 11 anos. E quanto ao fato em si, repito, há cinco anos me pediram um relatório sobre o que eu sabia. Um farto relatório foi enviado. Jamais afirmo nesse relatório que na tal de reunião da Lapa eu teria pedido demissão, qualquer coisa.

O sr. não diz isso?

— De jeito nenhum. E o relatório está na mão deles. Se quiserem publicar o relatório publiquem, não há problema nenhum, façam o que bem entenderem. Agora, a última palavra está com eles. Estou fora.

O sr. conseguiu fugir, e mais um outro, o Novaes. Por que o sr. não entrou mais em contato com o partido depois disso?

— [pausa] Tá explicado tudo isso no relatório.

Eles não cedem esse relatório. A acusação que pesa contra o sr. vai continuar pairando.

— Deixe que a acusação paire. Eu lamento.

Mas por que motivo o sr. não me diz?

— Eu lamento. A acusação pairando, da parte deles leva a que fiquem ofuscados e impedidos de aprofundar as reais causas do sucedido, o que pode redundar amanhã ou depois em novos prejuízos para eles. Está entendendo o negócio? Porque eles descartam. “Está resolvido o assunto”, compreende? E o assunto não está resolvido. Realmente qualquer acusação contra mim é infundada, inverídica etc. O que mostra que as fontes que causaram todos aqueles problemas são outras.

Na sua opinião, o que aconteceu?

— Eu não vou aqui...

Mas por que o sr. não fala?

— Já disse que não, desde que mandei o relatório eu disse: é a última palavra que dou sobre esse assunto. E acabou.

Mas na verdade está me sonhando uma informação. O sr. deu essa informação a eles...

— Mas é deles...

O sr. foi expulso, não tem nada com eles!

— Meu nome desapareceu. Não quero mais saber. Estou tratando da minha vida.

VAMOS ENCERRAR ESTE ASSUNTO.

Quer dizer, depois do que aconteceu na Lapa nunca mais o sr. entrou em contato. E não pediu desligamento do partido formalmente.

— Oficial, não.

Mas por que o sr. não tomou a iniciativa de procurar alguém?

— Não quero, não me interessa.

Durante a reunião o sr. atuou normalmente.

— Não nessa, atuei durante 30 anos.

Isso é que eu gostaria que explicasse. Se durante a reunião sua participação foi ativa, de repente acontece, o sr. foge — e aí, o que o levou a desistir de repente?

— Perda de confiança total.

Em função de quê?

— Em função do sucedido. Em função do sucedido, fiquei assim: “já não sei mais onde estou metido”. Então o melhor é eu tratar da minha vida.

O sr. abandonou todos esses anos de militância de uma hora para outra?

— Sim.

Se tenho aqui a pessoa em questão, que fez o relatório, por que ela não fala? [respondendo a uma indagação da filha].

— Para mim é uma página encerrada isso. Se é uma página encerrada não tem mais nada, pronto.

Entendo seu ponto de vista [de novo para a filha, que mencionara a falta de saúde de Jover]. Acontece que nesse episódio três pessoas perderam a vida. E ele tinha uma participação ativa: era do Comitê Central, dirigia esse partido. Ele teve um grau de responsabilidade, não pode apagar isso.

— Vamos encerrar este assunto aqui [ríspido]. Responsabilidade do quê?

Naquele momento o sr. tinha responsabilidade como direção do partido, fazia parte da Comissão Executiva.

— Deixei de ser direção. Não tenho responsabilidade. Quanto ao fato em si não tenho responsabilidade nenhuma. Não fui eu que preparei aquilo, não fui eu que organizei aquilo. Fui como todos, que não organizaram o negócio. E o resto está no relatório que mandei a eles e acabou o negócio. Não aceito responsabilidade de coisa nenhuma. Lamento que esse pessoal esteja pensando assim.

Mas não só eles...

— Eles pensando assim ficam ofuscados e impedidos de aprofundar e encontrar as verdadeiras causas. Quem tem maior interesse em aprofundar a questão, para ir, digamos assim, às verdadeiras causas daquilo que sucedeu — quem podia ter esse interesse? Exatamente eles.

Não só eles pensam assim. Todas as organizações de esquerda concordam com a avaliação que eles fizeram. Acham que o sr. entregou a reunião.

— Lamento. Lamento.

Como é que o Exército conseguiu descobrir? O sr. deve ter uma opinião formada a respeito.

— Eu não sei, eu não sei. Exatamente aí é que entrou a desconfiança toda. [*em tom dramático, quase choroso*] Aí eu não sei não!, como foi eu não sei. Ah se eu soubesse! Não sei nada. No relatório dou a minha opinião. Quais caminhos inclusive eles poderiam seguir para verificar a realidade das coisas, as causas. É preciso examinar quem alugou a casa, quem são os fiadores, enfim uma série de fatores.

Agora, eles descartam a coisa simplesmente achando o seguinte: o fulano é o responsável. Lamento, porque isso impede a eles de aprofundar as verdadeiras causas e talvez as causas continuem no meio deles, o que poderá causar novas dificuldades adiante. Mas é um problema deles. Se não acreditam na versão que dei, lamento.

Por que, quando o sr. resolveu se desligar, não comunicou isso ao partido?

— Quando eu saí não tinha a quem comunicar. Comunicar a quem?

Não pode descrever pelo menos sua fuga, depois que deixou o carro?

— Não, tudo está descrito no relatório. Passo por passo está lá.

Não vão me dar o relatório.

— Pois é. Se eles não vão dar, também não vou dar nada [*quase perdendo a calma*]. Significa que não querem dar. Se não quiserem, eu também não estou aqui a fim de abrir coisa nenhuma. Se quiserem podem até publicar o relatório. Não me importo.

SUSPEITAS AQUI E ACOLÁ.

Se quisessem seria ótimo. Não querem.

— E como o problema já não é mais meu, é deles, estou fora.

Desculpe, acho que o problema continua seu na medida em que pesa uma acusação e o sr. não se defende.

— A minha defesa está feita. Diante de quem tenho que fazer, a defesa está feita.

Sim, mas o que aconteceu lá não é um patrimônio do PCdoB, propriedade deles.

— É essencialmente deles.

Não, faz parte da História.

— É essencialmente deles. Se faz parte da História, eles têm um documento assinado por mim. Nada melhor.

Mas o que custa para o sr. descrever a fuga?

— Se algum dia surgir qualquer problema até eu posso publicar esse documento ainda. Quem sabe?

Que tipo de problema?

— Não sei. Não sei. Vamos ver o que acontece. Sou um homem que aprendi na minha vida a ter muita paciência. Vamos ver o que acontece para agir depois [pausa]. Também poderia dizer: também tenho minhas suspeitas, aqui e acolá etc. Mas não é o caso para mim. Enquanto não tomarem medidas nisso não me interessa também.

Quer dizer, suspeita de algumas pessoas da direção?

— É, isso são problemas, não é? Isso basta.

Prefere não citar nomes?

— É, não se pode. Procure esse relatório, ali está a versão que dou dos fatos. Que é a versão que eu podia ter dado. Aquela que é a real, do meu ponto de vista e digamos assim do ângulo de que eu participei do troço.

O sr. preferiu então se afastar de toda atividade.

— Não tenho nem condições de saúde. Já na ocasião tinha aquele negócio na próstata. O coração, estou batendo pino a toda hora. Mas pode-se dizer, não é a causa básica essa.

Qual seria? Foi o episódio da Lapa?

— O episódio da Lapa trouxe alguns outros elementos. O grande problema é que enquanto a esquerda estiver seguindo os caminhos ditados do exterior — não ditados abertamente, assim de maneira grosseira, mas inspirados —, todos os ramos dela, não conseguirá jamais uma identidade com o povo brasileiro, com os problemas da psicologia brasileira, e dificilmente conseguirá se enraizar.

O processo evolutivo não se dá em função de um aprofundamento da realidade circundante, que leve às conclusões adequadas e a um procedimento mas apenas a uma transposição dogmática, mecanicista etc. de coisas que naturalmente deram certo em outros lugares, não é isso?, mas que não são o caso nosso.

São problemas que já vinham há muitos anos. E no episódio da Lapa então se juntaram todos esses fatores, além desse processo introduziu um novo elemento, que já lhe disse em síntese: onde é que estou metido? que é que está acontecendo? Não sei como foi feito isto, quem fez, quem trouxe, como é o negócio, está entendendo? E de repente...

Onde o sr. estava no segundo semestre de 1976? Em agosto, setembro, outubro, novembro?

— Segundo semestre de 76?

Setenta e seis.

— Agosto de 76?

É, agosto, setembro de 76.

— [pausa] Rio de Janeiro. Faça de conta o seguinte. Faça de conta não: isso é sério. Qualquer coisa que se deseje saber a respeito dessa acusação que me fazem, eles têm o relatório circunstanciado. E estão por mim liberados a fazer do relatório o que bem entenderem. E me nego a adiantar a quem quer que seja qualquer coisa além daquilo que está no relatório.

Quer dizer que nega terminantemente que tenha sido preso antes da Lapa? O sr. não foi preso em momento algum?

— [a esposa acha bom encerrar] Não temos que temer coisa nenhuma. Sou um homem com a consciência tranqüila. Quando você chega a uma determinada conclusão, sobre um fato qualquer, você fecha o assunto. Se esta conclusão estiver certa, tudo bem. Se estiver errada, pode-se sofrer depois as conseqüências.

DE SÍSTOLE E DIÁSTOLE.

O PCdoB lhe procurou e o sr. se recusou a falar pessoalmente com eles. Por quê?

— Estou dizendo a você o que disse a eles. Qualquer conversa no sentido de eu voltar, não. No próprio relatório deixo claro isso. Nós vamos conversar para divergir? Não tinha condições de saúde nem para isso. Naquela época eu estava contra uma série de coisas. Conversar para divergir... Não, porque não me interessa mais! Pronto, acabou. Sei que não farão nada. Não vão chegar a parte alguma. Ainda agora estou acompanhando.

Na carta havia acusações muito duras ao João Amazonas.

— Não, não faço acusações. Me pediram uma versão do acontecimento em si, até onde podia dar evidentemente, porque meu negócio vai até ali, dali em diante não sei, não tenho nada com isso.

Quando o sr. soube que o expulsaram?

— Alguém me falou, não me lembro quem. Alguém me falou. Apenas o seguinte, por uma questão de princípio — sempre fui um homem de princípios, não é? Tenho quase 40 anos de militância — estabeleci o princípio "assunto encerrado, página virada". O que tinha a dizer foi dito por escrito.

Sendo homem de princípios, militante tão antigo, não entendo por que abandonou tudo de um momento para o outro.

— Não é de um momento para o outro. Há um processo de acumulação quantitativa. Chega um determinado momento, há um salto qualitativo a propósito de uma coisa qualquer que sucede. Um homem não chega a uma determinada conclusão repentinamente: há todo um processo. Num determinado momento suce-

deu algo que permitiu que um processo de acumulação quantitativa desse um salto qualitativo. Foi isso. Então há até uma explicação filosófica.

Mas o sr. abandonou toda a luta.

— Cheguei à conclusão de que esse troço que está aí não vai além das pernas.

Mas naquela época, dez anos atrás?

— [*exaspera-se*] Eu já não tinha condições de saúde. E eles sabem disso. Eu ficava tonto, caía. A contribuição que tinha que dar já dei. Não tenho mais contribuição nenhuma a dar, e felicidades. Que sigam em frente, agora tenho minha casa.

Lamento, não por mim, que já estou velho. Lamento porque eles continuam com o micróbio da doença dentro do corpo. Enquanto a situação evoluir em termos de Sarney, tudo bem. Mas nós sabemos que a evolução política se dá por ciclos: e no caso do Brasil vem-se desenvolvendo através de períodos de centralização, que são sucedidos por períodos de descentralização, que são sucedidos por períodos de centralização novamente — diástole, sístole, não é? Velha República — centralização, 30 — descentralização, 37 — centralização novamente, 45 e não sei o que mais — centralização. Agora descentralização.

A descentralização inevitavelmente será substituída por um novo período de centralização. Sob a centralização, eles tendo descartado isso de maneira tão simplista, “fulano é o responsável”... continuam com o micróbio no meio, e quando chegar a outra centralização é que vão lamentar.

O sr. estava no Rio quando Frutuoso foi preso?

— Com certeza.

Chegou a conhecê-lo?

— Conheço. Um velho militante.

Está bem... [o repórter faz menção de retirar-se]

— Se quiser me dar uma ajuda é o seguinte. O sr. divulga que fulano de tal está com o nome tal, eu entrarei de novo numa fria. O sr. não ganhará nada com isso...

Não vou fazer isso, porque não me interessa fazer. O que eu gostaria de ver explicado e não está claro é por que o sr. se recusou a contatar o partido após a Lapa. Lhe procuram anos depois e o sr. prefere mandar uma carta...

— A própria carta, se você ler, se eles lhe mostrarem, diz o porquê. “Já que vocês querem uma versão minha, perfeitamente, é obrigação minha.” Dei por escrito.

O sr. não tem uma cópia?

— [*agita-se*] Existe, escondida nalgum lugar, que não é Porto Alegre, uma cópia dela. Que eu não revelo.

VIII

REFLEXÕES E NOTAS BREVES

Na explicação dada por militares do QG, havia interesse do comando do II Exército em prender todos os participantes da reunião da cúpula do PCdoB "com vida e em perfeitas condições físicas". Isso não aconteceu, explica essa fonte, "pela reação havida ao receberem voz de prisão".

Jornal da Tarde, 18.12.76.

Sejam quais forem os detalhes, o que se passou na Rua Pio XI na manhã de 16 de dezembro de 1976 não deve ser designado senão como crime de sangue contra dois homens desarmados. Também a morte de um terceiro homem, horas antes, ocorreu nas dependências do DOI do II Exército, não por atropelamento em via pública. São fatos sobre os quais não resta dúvida.

Mais difícil é reconstituir a conexão que conduziu o Exército à casa da Lapa. De início, está documentado que o Exército sabia da reunião com folgada antecedência, dispunha de nomes de pessoas que dela participariam, conhecia prazos, horários e procedimentos de entrada e saída dos militantes — tudo o que uma simples delação de vizinhos, por exemplo, não alcançaria. Não: o Exército tomou conhecimento da reunião, montou a operação e chegou ao local por meio de informações prévias de um dirigente comunista. Quem, eis o nó a desatar.

A convicção de que foi Manoel Jover Teles o traidor é baseada em uma coleção de indícios e fatos circunstanciais. Recapitulemos. Primeiro, a perseguição ostensiva ao carro dos militantes na última saída — quando Jover era um dos passageiros — enquanto nas duas viagens precedentes o seguimento foi discreto e eficiente. O bloqueio do carro, a conseqüente prisão do motorista e de sua acompanhante acontecem somente depois do desembarque e fuga dos passageiros. Tudo levando a crer que a manobra consistia pre-

cisamente em alertar o motorista, induzido então a largar os passageiros, e dar-lhe apenas o tempo necessário para isso, cercando o carro logo adiante.

No DOI, surgem evidências de que Jover estivera em contato com os órgãos de repressão. Os torturadores têm um passaporte seu com foto recente, sabem de sua fisionomia da véspera, mencionam — sem razão aparente que o justifique — que escrevia romances. E a militante com quem morava no Rio de Janeiro foi presa. No relatório escrito em 1979, ele afirma que a casa onde vivia *caiu* — sem explicar por que não revelou essa informação crucial *antes* da reunião de dezembro de 1976.

Após a fuga, jamais procurou alguém do PCdoB, embora até a queda da Lapa fosse membro de sua Executiva Nacional. Encontrado, recusa-se a qualquer contato. Anos mais tarde é redescoberto, mas desaparece poucos meses depois.

A lacuna principal desta argumentação é que não há indicação concreta da prisão de Jover. Supõe-se que ele não tenha procurado espontaneamente os órgãos de repressão. Por isso, presume-se que o Exército o tenha localizado, que o tenha preso e forçado a colaborar. Teria pactuado com os militares: em troca de sua vida ou a de mais alguém, teria cedido informações essenciais e concordado em se deixar seguir. Mas como isso aconteceu? Como puderam encontrá-lo? Quando, exatamente, o prenderam? Quem é que o viu nessa situação, se é que o viram?

Outros fatos intrigantes não têm resposta até agora.

— Por que os agentes do Exército não seguiram Sérgio Miranda no seu retorno a São Paulo, depois de seu *ponto* com Jover no Rio? Como Jover faltou a dois *pontos* anteriores e reapareceu nesse, deduz-se que neste momento ele já estivesse sob controle dos órgãos de repressão.

— Como explicar que Maria Trindade tenha sobrevivido ao ataque? Pura sorte?

— Por que o esforço do Exército no sentido de salvar o traidor aos olhos dos companheiros de partido, em vez de meramente poupar-lhe a vida? Ou seja: por que deixar escapar também José Gomes Novaes? Por que assinalar nos documentos oficiais o dia 13 como a data da descoberta do *aparelho*, se Jover efetivamente ingressou na casa no dia 11?

Hipóteses a respeito há várias. Um esclarecimento definitivo, porém, teria de partir de duas fontes, os militares envolvidos na montagem da operação e o próprio traidor. Por ora eles não parecem dispostos a falar.

Tortura, coação moral ou ambas as coisas combinadas — nada justifica o comportamento de Jover. Mais do que delator, ele serviu conscientemente de isca, agiu como peça da engrenagem fatal armada na Rua Pio XI, virou policial. Mas a responsabilidade maior por esse crime — é fundamental compreender — cabe ao regime ditatorial, o general Ernesto Geisel à frente, ao Exército e, em particular, a alguns oficiais da ativa de elevada patente — entre eles seguramente os (na época) tenentes-coronéis Rufino Ferreira Neves e Carlos Alberto Brilhante Ustra e os generais Carlos Xavier de Miranda e Dilermando Gomes Monteiro.

Queremos é chamar a atenção para o fato de que o massacre de dezembro de 1976, a par de ser o último grande crime político do período inaugurado em 1964,¹ encerra trágicas lições para o movimento operário e popular e para as organizações revolucionárias. Examinar detidamente os fatos que deram origem ao desastre é, portanto, tarefa histórica da qual não se pode fugir, por mais que a insistência e a minúcia se afigurem cansativas. O itinerário doloroso de um homem transformado em instrumento de uma vilania interessa-nos apenas na medida em que, conhecendo seus passos, poderemos entender como o Exército logrou desfechar o golpe de morte no PCdoB.

APONTAMENTOS.

1. *Desaparecimento — Está desaparecido de sua residência, desde dezembro do ano passado, José Edilson de Souza. Ele tem aproximadamente 30 anos de idade, cabelos e olhos castanhos, 1,73 de altura. Trajava na ocasião calça azul Us-Top e camisa xadrez. Sua família, aflita, está solicitando a quem souber de seu paradeiro informar na 11.ª Avenida, n.º 677, na Vila Nova.*

O anúncio em *O Popular*, jornal de Goiânia, nada teria de extraordinário, se José Edilson de Souza não fosse o nome falso de João Batista Franco Drummond, e se a data de publicação não fosse 18 de janeiro de 1977 — portanto, um mês após o enterro do dirigente comunista, em Belo Horizonte, realizado por seus familiares.

Os órgãos de segurança sabiam que Drummond atuava em Goiás e resolveram montar uma armadilha, mandando publicar o anúncio, acompanhado de foto e legenda com o nome falso. Calcularam, com acerto, que os companheiros de Drummond em Goiás desconheciam seu nome verdadeiro e, por extensão, talvez ignorassem sua morte. O anúncio saiu também no *Correio Brazi-*

1. O episódio Riocentro, em 1981, apesar de implicações mais amplas e complexas, não chegou a se consumir enquanto atentado, nem é possível atribuí-lo a uma orientação expressa do grupo no poder, mas a uma facção minoritária desse grupo.

liense. Mas a isca não vingou. Disfarçado de vendedor, um militante do PCdoB esteve no endereço da "família". E descobriu que o morador era um agente de polícia.

2. Depois que os prisioneiros retornaram do Rio de Janeiro, os torturadores exibiram para Wladimir Pomar uma fotografia de Drummond. Um procedimento comum quando queriam forçar o prisioneiro a reconhecer algo que vinha negando ou a confirmar uma informação qualquer. Fotografia estranha, pensou Wladimir. Soube da morte de Drummond quase um mês depois. Maquiaram o corpo antes de bater o retrato.

3. A diplomacia norte-americana procurou interferir no tratamento aos presos da Lapa. Não se sabe em que medida o conseguiu. Mas é certo que o gesto do cônsul-geral Chapin, de procurar d. Paulo, não foi o único neste sentido. Em pelo menos duas ocasiões os torturadores do DOI queixaram-se de pressões dos Estados Unidos, quem sabe administradas pelo presidente eleito James Carter, que viria a implantar a chamada "política de direitos humanos".

4. Os acontecimentos de 16 de dezembro de 1976 repercutiram intensamente em Portugal,² onde se vivia uma época de plena liberdade política. Durante todo o mês de janeiro, registraram-se diversas manifestações de repúdio à ação do II Exército. A Assembleia da República aprovou moção de protesto. Um manifesto assinado por 40 mil pessoas, e encaminhado por uma comissão de parlamentares, não chegou às mãos do embaixador brasileiro, o general e ex-chefe do SNI Carlos Alberto Fontoura, que se recusou a recebê-lo. Foram enviados ao governo brasileiro milhares de cartões-postais ilustrados com fotos de militantes presos. Comícios reuniram milhares de pessoas em Lisboa e no Porto.³

5. A Anistia Internacional também mobilizou suas atenções para o Brasil. A solidariedade vinda de vários países europeus estendeu-se ao período de cumprimento das penas ditadas pela Justiça Militar. Em novembro de 1977, por exemplo, uma carta partiu da longínqua Viborg, na Dinamarca, endereçada a um escritório de advocacia em São Paulo. O signatário, Poul Erik Jensen, pedia informações sobre as condições de aprisionamento de Aldo Arantes.

2. Por uma coincidência, o então primeiro-ministro Mário Soares encontrava-se em São Paulo desde a véspera. Mas ele não fez qualquer comentário público a respeito da chacina.

3. *ISTOÉ*, nº 429, de 2.2.77, p. 24.

“My interest has no political background, but only humanitarian motives. I should like to know where Mr. Arantes is prisoned and if you know anything about his conditions”, explicava Jensen.⁴

6. O único militar do Destacamento de Operações de Informações do II Exército a figurar nos papéis do processo 1.235-77 é o subtenente Arthur Wilson Pitsch. O auto de exibição e apreensão do Corcel DH-3227, lavrado em 16 de dezembro, menciona que o carro foi apresentado por Pitsch, chefe da Seção Administrativa do DOI.

Hoje na reserva, Pitsch reside em Suzano (SP). Procurado, nada declarou. “O regulamento proíbe”, é só que disse.

4. “Meu interesse não tem fundo político, mas apenas razões humanitárias. Gostaria de saber onde Arantes está encarcerado e se você sabe algo sobre seu estado.” Carta enviada a Márcia Ramos de Souza.

TERCEIRA PARTE

IX O SALDO POLÍTICO DA TRAGÉDIA

A única organização clandestina de certa importância a manter-se em atividade, no decorrer de 1976, era o Partido Comunista do Brasil. A reunião de dezembro do Comitê Central seria a segunda do ano. O CC reunira-se em julho, na mesma casa da Lapa. Houve também, entre janeiro e dezembro, um certo número de reuniões da Comissão Executiva e da Comissão Nacional de Organização. O jornal partidário, *A Classe Operária*, circulava todo mês. No entanto, essa atividade, por mínima que fosse, continha enormes riscos. Uma descrição sumária da vida partidária, como essa, pode, ademais, produzir uma impressão de força incompatível com a realidade.

Qual era a real situação do PCdoB em 1976? Na expressão de um ex-militante, o partido se assemelhava a um "mosaico" de organizações regionais, precariamente interligadas. Nos anos anteriores, o Exército por pouco não o destroçara por completo. À queda dos comitês regionais do Espírito Santo e Bahia, em 1972, seguiu-se a prisão dos dirigentes de São Paulo, em 1973, do Ceará, em 1974, e do Rio de Janeiro, em 1975. A incorporação de largos contingentes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML, ou simplesmente AP), intensificada a partir de 1974, forneceu novos quadros e militantes e recompôs as estruturas de uma organização que perdera cerca de 70 homens e mulheres nas matas do Araguaia. O Comitê Regional da Bahia, um dos poucos a atuar organizadamente em 1976, fora remontado graças à entrada de quadros da AP.

Muitos dos dirigentes do PCdoB eleitos em sua VI Conferência, em 1966, tombaram assassinados pela repressão. Entre setembro de 1972 e março de 1973, foram executados sob tortura Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Bicalho Roque, Lincoln Oest e Luiz Guilhardini, todos membros do CC. No Araguaia morreram José Humberto Bronca, Maurício Grabois e Paulo Rodrigues. Um antigo dirigente, José Duarte, preso em 1972, voltaria à militância somente em 1977, quando libertado. Em fevereiro de 1976, uma *Carta-circular* da Comissão Nacional de Organização registrava que de junho a setembro de 1975 “caíram nas garras dos órgãos repressivos dirigidos pelo Exército dezenas de excelentes camaradas, inclusive velhos membros do Comitê Central”. Um deles, Armando Frutuoso, assassinado sob tortura. Vários outros dirigentes que integravam ou viriam a integrar o CC passaram pelos cárceres do regime no período que vai de 1966 a 1976.

Uma reconstituição parcial da relação de membros do CC eleitos em 1966¹ permite entender a gravidade das perdas infligidas ao partido.

TITULARES

Ângelo Arroyo (seria assassinado na Lapa)
Carlos Nicolau Danielli (assassinado em 1972)
Dinéas Aguiar
Elza Monnerat (seria presa na Lapa)
João Amazonas
José Duarte (preso em 1972-77)
José Maria Cavalcante (preso em 1975)
Lincoln Oest (assassinado em 1972)
Luiz Guilhardini (assassinado em 1972)
Luiz Vergatti (preso em 1972)
Maurício Grabois (morto no Araguaia)
Pedro Pomar (seria assassinado na Lapa)

SUPLENTE

José Humberto Bronca (morto no Araguaia)
Lincoln Bicalho Roque (assassinado em 1973)
Paulo Rodrigues (morto no Araguaia)
Roberto Martins (preso em 1972)
Wladimir Pomar (seria preso na Lapa)

Nos anos seguintes à VI Conferência houve sucessivas cooptações — escolha de novos membros do CC pelo próprio CC. As mais importantes em 1968, quando da adesão de parte do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e 1974, quando da

1. Ao todo, elegeram-se 20 ou 21 membros titulares.

fusão com a AP. A entrada organizada de um número ponderável de militantes oriundos de outros partidos exigia naturalmente que a direção do PCdoB assimilasse os quadros recém-chegados. Assim, do primeiro grupo viriam a integrar o CC Armando Teixeira Frutuoso, Manoel Jover Teles e outros. No segundo grupo estavam Aldo Arantes, Haroldo Lima, João Batista Franco Drummond, José Gomes Novaes, José Renato Rabelo, Péricles Santos de Souza, Ronald Cavalcante de Freitas.

A *circular* de fevereiro de 1976 pretendia advertir o partido no sentido de se adotarem novas e mais eficazes medidas de segurança. No entanto, a direção como um todo não levou em consideração propostas feitas no âmbito do CC de transferência para o exterior dos dirigentes mais antigos e conhecidos, único meio seguro de preservá-los. No início de 1976, somente dois membros do CC encontravam-se no exterior de forma permanente. Diógenes Arruda Câmara estava na França, para onde viajou depois de cumprir pena,² enquanto Dinéas Aguiar estava na Argentina como elo de ligação com a Albânia, que já dispunha de uma embaixada naquele país.

É verdade que, por questão de segurança, o CC não mais reunia de uma só vez todos os seus membros. Isso envolveria a movimentação de gente demais, exigiria ampla estrutura (para acomodar e alimentar essas pessoas) e exporia aos golpes do inimigo o conjunto da direção do partido. Mas as reuniões, mesmo reduzidas, ofereciam perigo. O Exército, uma vez liquidadas as organizações que promoveram a guerrilha urbana, vinha-se dedicando exclusivamente, ou quase, à tarefa de aniquilar o partido que empreendeu a Guerrilha do Araguaia. A direção do PCdoB aparentemente subestimou os riscos de continuar a reunir-se, entre outros motivos em razão dos problemas determinados pela luta interna.

A avaliação da Guerrilha do Araguaia, avaliação essa que comportava uma discussão profunda de princípios e concepções, não estava resolvida. A indefinição refletia-se na estratégia do partido. O clima que se vivia naquele momento pode ser aferido pelo relato de Ozeas Duarte, que se avistou com a Comissão Nacional de Organização poucos dias antes da reunião da Lapa. Ozeas deixara a prisão em março de 1976.

Mais ou menos dez dias antes da chacina eu tive uma reunião com a Comissão de Organização, na época dirigida

2. Arruda, ex-deputado federal por São Paulo (em 1947-50), um dos principais dirigentes do antigo PCB, não aderiu logo ao PCdoB e por isso demorou alguns anos até ser incluído no CC. Como José Duarte e outros presos na década de 70, foi brutalmente torturado antes de ser julgado.

pelo Pomar. Dessa reunião participaram mais dois membros do CC que hoje estão vivos, dirigindo o PCdoB atualmente [*Haroldo Lima e Sérgio Miranda*]. Nessa reunião todos os três deram informes e a opinião dos três era unânime, de que havia uma divergência profunda no CC em relação à avaliação do Araguaia, e havia uma maioria que assumiu uma posição crítica mais ou menos identificada com aquelas idéias que o Pomar expressa na carta dele, publicada depois no jornal *Movimento*. E uma minoria encabeçada pelo Amazonas.

O Pomar expressou [*na reunião*] uma preocupação muito grande não propriamente com o fato de existirem as divergências, mas com o fato de que elas estavam sendo encaminhadas, da parte dos que estavam em minoria, por métodos que não eram métodos partidários. Havia a opinião do Amazonas de que as posições da maioria eram revisionistas, e estavam levando o Amazonas a fazer contatos paralelos no partido. Havia evidências da existência desses contatos e eu mesmo, antes de ir para a reunião da Comissão de Organização, tomei conhecimento deles — e nas reuniões do CC de 1979-80, antes da minha expulsão, denunciei esse fato.

Então essa era a primeira preocupação do Pomar, que se dava em dois sentidos. Primeiro, podia levar a uma divisão do PCdoB: o Amazonas romper e sair com uma minoria dividindo o partido. Segundo, o problema da segurança: poderia levar a que a repressão chegasse ao Comitê Central. O Pomar revelou uma preocupação muito grande com a segurança, inclusive chamando minha atenção para que eu redobrasse os cuidados, eu que havia saído da cadeia, não levar para o partido o que se chamava “rabo”. E manifestou preocupação com o Rio de Janeiro. Não citou nome de ninguém, mas manifestou muita preocupação. Disse o seguinte: “Nós estamos numa situação em que podemos cair a qualquer hora”.

Por “métodos não-partidários” e “contatos paralelos” entende-se qualquer contato anormal entre militantes. Por exemplo: um dirigente de determinado organismo que estabelece, por conta própria, ligação com um membro de outro organismo que não lhe está afeto. Um contato desse tipo obviamente cria riscos de toda ordem. Enquadra-se nesses padrões o encontro que João Amazonas manteve com a ex-guerrilheira Criméia Schmidt, em 1976. Uma rara sobrevivente do Araguaia, Criméia estivera presa em Brasília; ele foi procurá-la em casa. Convencido de que uma tendência direitista estava prestes a se assenhorear do partido, Amazonas bus-

cava apoio para as posições de defesa intransigente da “política do Araguaia”.

O debate em torno da Guerrilha, àquela altura, desenvolvia-se em duas linhas principais. A primeira linha dizia respeito à própria essência da luta. Se fora “um dispositivo armado *do partido* e não do movimento popular”, como queria a maioria; ou se “90% da população apoiavam a Guerrilha”, como entendia a minoria, e nesse caso a derrota não fora política — causada por um erro de princípio — mas exclusivamente militar. A segunda linha envolvia o próprio processo de discussão, a começar por se definir quem participaria da discussão, se um pequeno grupo de dirigentes ou se a totalidade do partido. Uma parte do CC já não se conformava, havia tempo, com o papel a que fora relegado, de mero ratificador de decisões tomadas no âmbito da Executiva. Afinal, esta devia se subordinar ao CC, e não o contrário.

A reunião do CC de julho de 1976 — da qual participaram Ângelo Arroyo, Haroldo Lima, João Amazonas, José Gomes Novaes, Manoel Jover Teles, Pedro Pomar, Péricles de Souza, Sérgio Miranda e Wladimir Pomar — foi mais uma ocasião para a continuação do debate interno. Embora os dados sejam escassos, sabe-se que o problema do Araguaia entrou em pauta, tanto que Pomar apresentou sua intervenção por escrito no debate. E em agosto (ou setembro) seguiu a publicação, no jornal oficial do partido, de editorial intitulado “Gloriosa Jornada de Luta” causou irritação à corrente do CC que vinha criticando a Guerrilha. O editorial fazia a apologia dos méritos da Guerrilha e lançava ou dava foros de posteridade à palavra de ordem “não basta um só Araguaia, são necessários diversos Araguaias”. Omitia também a exata dimensão do desastre, informando apenas que, após a perda de “alguns comandantes”, a Guerrilha “dispersou-se para evitar o assédio do Exército e poder procurar outras formas de atuação”.

Veremos adiante, na transcrição de documento partidário,³ que não foi tranqüila a aprovação do texto “Gloriosa Jornada de Luta” no âmbito da própria Executiva. No entanto, editoriais de *A Classe Operária* eram lei, e assim a publicação ditou para o partido posições expressamente desaprovadas pela maioria do CC.

A REUNIÃO DE DEZEMBRO. Nos dias 12 e 13 de dezembro, reuniram-se os membros da Executiva — Aldo Arantes, Arroyo, Haroldo, Jover e Pomar. No dia 14 teve início a reunião do CC, com a presença também de Elza Monnerat, João Batista Fran-

3. Informe do CC de março de 1980.

co Drummond, Novaes e Wladimir. As anotações feitas então por Aldo caíram em poder da repressão quando de sua prisão — e a transcrição desse material foi mais tarde incorporada aos autos do processo judicial-militar. É um documento substancial, de comprovada autenticidade, e permite reproduzir os temas colocados em discussão e a posição de cada um dos participantes, com maior ou menor riqueza de detalhes. Do que tratou a reunião do PCdoB? Reconstituir o teor das intervenções na reunião é, de certa forma, recuperar o Brasil da época.

As eleições de novembro de 1976, que deram ao então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) uma expressiva votação nos municípios, foram o primeiro assunto tratado e um dos principais a ocupar os dirigentes do PCdoB naqueles quatro dias. Já nesse ponto se verifica a existência de divergências quanto à execução de uma nova orientação traçada pelo CC — o apoio a candidatos do MDB. Nas eleições de 1974, o PCdoB optara por recomendar ao eleitorado o voto nulo ou em branco, como forma de protesto contra o regime militar e seu braço parlamentar, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Dois anos depois, o partido compreendera seu erro e passara a estimular a votação nos candidatos do MDB, em especial os mais comprometidos com as aspirações populares, os “autênticos”. Mas tal orientação ainda não fora assimilada por todo o coletivo partidário.

Assim, o longo informe de Pedro Pomar, que precede o debate propriamente dito, principia por uma avaliação da atuação do PCdoB na “região 5”, Minas Gerais. “Certa resistência de levar à prática [*a posição do partido*]. Atitude reticente participação eleições”, anotou Aldo. Quanto à “região 1”, Rio de Janeiro, o registro, embora lacônico como os demais, é bastante significativo. “Última semana ferveu. MDB Jovem avançou 5%. Voto legenda”, diz.

Mais adiante, lemos que as eleições não podem ser descartadas e sim utilizadas contra o regime. As “posições sectárias”, esquerdistas, devem, portanto, ser corrigidas. Em outras palavras, naquele momento o PCdoB precisava tomar parte da luta democrática. Ao mesmo tempo, o informe chamava a atenção para a tática da cúpula do MDB, de fazer “corpo mole” e procurar um acordo com o governo Geisel, retirando as bandeiras de luta e recuando até mesmo na denúncia das mordomias. Participar das eleições, para os comunistas do PCdoB, objetivava então contribuir para a derrota de Geisel e da cúpula do MDB, “levantar reivindicações e organizar as massas”, isso “sem desprezar voto nulo e em branco”.

O informe mencionava os efeitos da recém-editada Lei Falcão⁴ e outros esforços do regime militar para vencer as eleições a qualquer custo — como a visita de Geisel à cidade baiana de Feira de Santana, para contrabalançar o prestígio ali desfrutado pelo deputado Francisco Pinto —, mas também o saldo geral favorável à oposição, somando-se os votos nulos e em branco aos votos dados ao MDB: “41% Arena e 59% oposição”.

A desagregação da economia, com o esgotamento do modelo do “milagre”, a luta entre as diferentes facções da ditadura — a extrema-direita, anti-Geisel, liderada pelo ex-presidente Médici —, as manifestações de repúdio ao regime, como a presença de 50 mil pessoas no enterro do ex-presidente João Goulart (falecido no dia 6 de dezembro), tudo isso forma a cena política da época, tal como aparece na reunião do CC.

Quanto à luta entre as facções militares, a intervenção de Pomar é tragicamente premonitória. Após fazer referência aos atentados terroristas praticados pela extrema-direita, que com eles buscava torpedear a tênue abertura política, e citar como responsáveis os generais Syzeno Sarmiento e Ednardo D’Ávila — “Já estamos na ilegalidade. Que pretendem? Geisel utiliza para sua política”, anotou Aldo —, ele volta ao assunto adiante, ao tratar da ofensiva de Médici, cujo centro seria a luta pela sucessão na Presidência da República e nos governos estaduais. “Repressão, tinha aparentemente disciplinado, obrigado a dirigir. Continuar repressão sob controle deles (G.)”, observou. Sim, foi o que Geisel fez: colocou o aparelho repressivo sob seu controle, até para matar se preciso fosse, mas sob seu controle e não dos liderados de Médici, Frota e demais “duros”.

Encerra o informe uma espécie de programa de ação proposto ao CC, em seis itens, com base na precedente análise de conjuntura.

1. Prosseguir o desmascaramento das medidas de Geisel, tais como a Reforma Judiciária e a manobra para liquidar eleições diretas.
2. Mobilizar as massas na luta por suas principais reivindicações; radicalizar essa luta onde houver condições para isso; intensificar a ligação com as massas pobres; exigir Reforma Agrária, melhores salários, o fim da carestia.
3. Trabalhar pela criação de uma Frente Única contra o regime militar, de ação unitária, baseada nas reivindicações de

4. Decreto-lei de junho de 1976, pelo qual a aparição de candidatos na tevê é reduzida a mera leitura de currículos.

anistia, revogação imediata dos atos de exceção e eleição de uma Assembléia Constituinte.

4. Manter a propaganda da derrubada da ditadura.

5. Intensificar a propaganda da luta armada.

6. Reforçar o partido ideológica, política e organicamente. Estabelecer para isso um plano a ser implantado em 1977. Com o avanço da revolução brasileira, o papel do PCdoB é fundamental.

SEGURANÇA DO PARTIDO. A questão da defesa do partido, de sua segurança, foi tratada em detalhe. Haroldo Lima fez menção às “quedas por liberalismo” — ocorrência de prisões por negligência nos aspectos de segurança — e à necessidade de um “salto qualitativo” da condição ideológica dos militantes, em vista do que considerava um agravamento do “terrorismo físico” praticado pelos órgãos repressivos. “Homens provados anteriormente podem ser derrotados na nova situação”, disse Haroldo, sem saber que a casa estava cercada e que assim acontecia precisamente porque um dos homens sentados a seu lado capitulara, fora derrotado na nova situação, a ponto de representar para seus companheiros e de esconder-lhes o desastre iminente.

É sabido que João Batista Drummond participou com entusiasmo da discussão sobre o comportamento do militante na prisão, embora isso não conste das anotações feitas por Aldo. O fato é que Novaes e Wladimir mencionam as posições dele a respeito como muito firmes, de que se deveria resistir a todo custo, não aceitar passivamente a prisão, a tortura, as arbitrariedades dos agentes da repressão. Novaes afirma mesmo que Drummond foi “brilhante” ao discorrer sobre esse ponto.

Uma decisão grave tomada pelo CC: José Maria Cavalcante, Luiz Vergatti e Roberto Martins foram expulsos nesta reunião, porque, submetidos a tortura, teriam revelado informações importantes aos militares.

A GUERRILHA. A questão do Araguaia não constava da pauta original do encontro. Mas a volta ao tema era inevitável. Diante das críticas, Arroyo foi quem tomou a defesa do editorial “Gloriosa Jornada de Luta”, publicado no jornal do partido à revelia do CC. Arroyo reapresentou as idéias já presentes naquele texto, destacando o fato de que pela primeira vez o PCdoB reconhecia “a sua participação ativa na luta do Araguaia” e afirmando que era preciso “capitalizar o resultado” da Guerrilha, “dar uma satisfação ao partido e ao povo”. Observou que o texto resultou de “conces-

sões mútuas” de companheiros que divergiam entre si. “Procurou-se chegar a uma posição quase comum”, justificou.

A derrota, disse Arroyo, deveu-se a fatores como a limitação da Guerrilha a uma zona pouco extensa, onde não pode atingir amplas massas; não ter chegado a criar sólida base política de massas; insuficiente apoio logístico; falta de retaguarda segura; a inexperiência militar dos guerrilheiros. Não obstante seus próprios argumentos, ele continuou rejeitando o caráter “foquista” que a ala crítica atribuía ao movimento. Preferiu dar ênfase à repercussão positiva que seus feitos teriam alcançado — servindo de exemplo aos camponeses da região — e às tentativas do Exército e do regime de refrear a luta camponesa, incluindo-se operações assistencialistas do tipo Aciso. Arroyo fez ainda uma detalhada explanação das baixas sofridas pelos efetivos guerrilheiros.

O debate seguiu com uma rodada de críticas ao editorial, mais ou menos ácidas conforme os seus autores. Com pequenas variações de posição, a maioria dos presentes condenou o documento publicado e referiu-se a ele como incompatível com o entendimento manifestado pela corrente majoritária. Vejamos, resumidamente, as intervenções.⁵

Haroldo — O documento é superficial. A experiência (a Guerrilha) teve caráter voluntarista, não foi expressão da luta dos camponeses locais. Agora que o movimento camponês encontra-se em ascenso, o partido está ausente.

Drummond — Havia condições objetivas favoráveis à luta armada, porém o PCdoB não estava em condições de dar resposta a elas. Faltam conclusões ao documento, o qual não exprime o ponto de vista majoritário que já existia. A luta armada é uma questão-chave e precisa ser resolvida, mediante uma autocrítica política, ideológica e militar. Não se pode mais passar de uma posição para outra sem ir às raízes dos erros anteriores, como no caso das eleições. A Comissão Executiva deveria ter submetido o documento ao CC antes de publicá-lo.

Wladimir — O relato de Arroyo não coincide com o documento em discussão, que expressa teses minoritárias. A simpatia de 90% da população aos guerrilheiros, ali referida, não se manifestou em termos de sólido apoio político e parti-

5. O autor acrescentou, às anotações originais, preposições, conjunções e outras palavras que permitem tornar mais claras as manifestações dos participantes. Eventualmente recorreu, com esse fim, a outras fontes. De qualquer modo, a fidelidade ao que realmente se falou deve medir-se por meio de comparação com a transcrição dos originais, publicados em anexo, na Parte Quarta deste livro.

cipação. Falta à direção do partido coragem política e ideológica para a autocrítica. É preciso chegar às causas mais profundas da derrota e levar o debate ao coletivo partidário.

Novaes — Necessário ir a fundo na matéria. O texto “Gloriosa Jornada de Luta” não deixa claro que a Guerrilha foi derrotada. A causa principal da derrota é de natureza política e não militar, pois há uma grande diferença entre o apoio das massas e a participação das massas. A falta de apoio logístico decorreu do fato de que as massas não participaram efetivamente. *Nós fomos fazer*. O programa das Forças Guerrilheiras do Araguaia (Forga), aliás, foi divulgado somente depois que a luta teve início. A concepção de guerra popular que predominou é incorreta.

Elza — O Araguaia é o exemplo da luta armada no campo.

Pomar — Não aceito a versão de que a resistência ao Exército partiu dos moradores. Os companheiros que defendem o acerto da experiência guerrilheira consideram seus críticos meros oportunistas. No entanto, é patente que se travou não uma guerra popular, mas uma guerra particular, conduzida por um pequeno grupo de especialistas. Produto de uma concepção de fundo nacional-burguês, ela expressou não os pontos de vista da classe operária e do campesinato, mas o ponto de vista da pequena burguesia.

Arroyo — [*em sua segunda intervenção*] O erro foi militar: subestimar as forças armadas do regime.

Não se dispõe do que Aldo Arantes falou a respeito, pois a circunstância de ser ele o anotador o prejudicou nesse sentido. Contudo, de acordo com o roteiro que preparou e conforme declaração constante do interrogatório policial, Aldo pensara em sugerir uma reunião específica para terminar a discussão sobre a luta armada no Araguaia, proposta que não chegou a fazer. É certo que, na ocasião, ele se alinhava com a posição majoritária.

A opinião de Jover Teles, pela ordem, sucedeu a de Novaes. Mas as suas particularidades exigem que seja apresentada apenas agora, ao final de todas as exposições. É óbvio que, àquela altura dos acontecimentos, Jover perdera qualquer autoridade para emitir juízos sobre o partido e as ações partidárias. No entanto ele, que nas reuniões do CC sempre assumira uma posição dúbia no tocante à Guerrilha (embora a direção regional da qual fazia parte a condenasse em bloco), resolveu naquele momento empregar seu talento de autor para juntar-se aos que criticavam o foquismo.

Assim, disse considerar um erro a publicação do editorial,

bem como a tentativa de conciliação de posições divergentes em que apenas um dos lados fez concessões. Não satisfeito, Jover — numa iniciativa inusitada para seus padrões de atuação — propôs que o documento “Gloriosa Jornada de Luta” fosse *recolhido* e fosse votada uma resolução desautorizando o seu teor. Para evitar essa medida de força, que poderia cindir o partido, foi preciso realizar uma outra votação, preliminar. Decidiu-se desta maneira que a proposta de Jover não iria a votação. A “manobra” foi dirigida por Pomar, ciente, como quase todos, de que seria incorreto o CC adotar ali decisões formais relativas à avaliação da Guerrilha na ausência de João Amazonas, que encabeçava a minoria.

VIDA OU MORTE. Trágica ironia! As circunstâncias mais variadas conduziram Pomar à morte em 16 de dezembro de 1976, na mesma medida em que preservaram a vida de Amazonas. Quem viajaria para Tirana, para representar o PCdoB no 12º Congresso do Partido da Albânia, era Pomar e não Amazonas. Quase às vésperas da viagem, adoece gravemente a esposa de Pomar, Catarina, e ele decide permanecer no país. Resolve-se que em seu lugar irá Amazonas, invertendo-se também a participação na reunião do CC.

Pouco antes de deixar pela última vez a casa em que morava, Pomar conversa com seu filho mais novo, Carlos, e se mostra otimista quanto à possibilidade de o partido finalmente resolver a questão do Araguaia. A reunião, de fato, mostrará a força da maioria crítica, uma vez mais, revelando, porém, que a corrente voluntarista não abre mão de suas posições. É para novas conversas com Arroyo que Pomar pernoitará no *aparelho* da Lapa, de 15 para 16 de dezembro. A morte surpreenderá juntos os dois companheiros, líderes de correntes tão diferentes; a morte reverterá a correlação de forças no PCdoB.

Amazonas receberá na China, ao lado de José Renato Rabelo e Diógenes Arruda, a notícia do massacre, transmitida por seus anfitriões.

SEQÜELAS. A caracterização de uma ampla maioria no debate sobre o Araguaia, maioria crítica em relação à soma de concepções que deu origem à Guerrilha, é uma exigência categórica a cumprir por quem se dispuser a refazer a história do PCdoB nas décadas de 70 e 80. Isso porque, ao mesmo tempo em que a reunião da Lapa representou o ápice da crítica à Guerrilha, marcou por igual, por vias tortas, o momento da retomada da linha oposta — a defesa incondicional da Guerrilha e de seus pressupostos — como diretiva inatacável.

Os dirigentes remanescentes, chamando a si o comando do aparelho partidário, passaram a sustentar a tese de que inexisteriam divergências agudas que merecessem apreciação detida e cuidadosa. Nesse processo, tudo que se disse e ocorreu na reunião da Lapa perdeu qualquer valor, a mesma coisa sucedendo em relação às demais reuniões do CC no período 1975-76, no tocante à Guerrilha. A negação da existência de uma maioria crítica deu-se tanto pelo desaparecimento físico de Pomar e Drummond, dois de seus expoentes, como por uma decisão política de sacrificar quaisquer obstáculos à supremacia conquistada tão inesperadamente pela minoria. O massacre da Rua Pio XI traria seqüelas políticas inimagináveis naqueles dias.

CRÍTICA AO FOQUISMO. A reviravolta na linha do partido não será sentida logo, pois o golpe recebido isolou as estruturas partidárias, só interligadas novamente meses depois. A crise ganhará seus primeiros contornos apenas no início de 1979, quando a VII Conferência Nacional decide destituir os quatro dirigentes capturados na operação da Lapa, sob alegação de mau comportamento na prisão, e o faz sem lhes dar o direito de defesa e quando três deles ainda cumprem pena.

Na mesma época, surgiram pressões de comitês regionais no sentido de que o CC convocasse o Congresso do partido, sua instância máxima. A rigor, o PCdoB nunca se reuniu em Congresso e a última manifestação mais ou menos maciça do coletivo ocorrera na Conferência de 1966. Daí para a frente, a violenta repressão tornou arriscada a convocação de tais instâncias. A situação era agora bem diversa. Além disso, amplos setores partidários descobrem o que lhes fora escondido anos a fio.

Em abril de 1979, a oposição consegue tornar público⁶ o documento, encaminhado ao CC em julho de 1976, em que Pomar refuta as considerações políticas do informe sobre a Guerrilha elaborado por Arroyo. O documento, conhecido como a Carta de Pomar, teve seus originais apreendidos na casa da Lapa, mas Wladimir, em liberdade condicional desde agosto de 1978, encontrou uma cópia na residência de sua mãe. Ali estão sistematizados os argumentos contrários às concepções que predominaram no Araguaia. São expressões textuais desse documento:

— O debate, ao nível do CC, da experiência da luta guerrilheira do Araguaia dará, segundo penso, os resultados que todos almejamos. Sem dúvida estamos tardando dema-

6. *Movimento*, n.º 199.

siado a tirar as lições fundamentais que dela dimanam. As condições políticas atuais, de desenfreada perseguição aos patriotas, bem como nossa inexperiência e outras debilidades, vêm dificultando e retardando o esforço nesse sentido. Mas, se quisermos ficar à altura de nossos deveres, temos de empreender, sem maiores dilações, a avaliação crítica e auto-crítica dessa luta.

— A experiência do Araguaia, pelo que entendi, apresenta aspectos bastante positivos. Ressalto, antes de tudo, a firme decisão do CC em realizar a tarefa que aprovou, de implantar, em algumas áreas do mais remoto interior brasileiro, dezenas de camaradas que demonstraram disposição de suportar todos os sacrifícios, a fim de prepararem e desencadear a luta armada. O devotamento desses camaradas e o heroísmo de que efetivamente deram provas são motivo de legítimo orgulho para o nosso Partido, merecem justa e devida valorização.

— Não obstante, continua sendo difícil para nós avaliar todo o significado da luta armada no Araguaia. Qual de fato seu alcance histórico? Deu os resultados que dela se esperava? Compensou o sacrifício dos camaradas que lá morreram, dos melhores que contávamos?

— Entretanto, é preciso enfrentar a dura realidade. A luta iniciada a 12 de abril de 1973, com todo o heroísmo que conhecemos, e que se manteve organizadamente até fins de 1973 ou princípios de 1974, deixou praticamente de existir como tal a partir desse período. A terceira campanha do inimigo, de princípios de outubro de 1973, conseguiu em menos de três meses dispersar os destacamentos guerrilheiros, dizimar a maior parte dos combatentes e até mesmo atingir e desmantelar a Comissão Militar. A direção do Partido nas cidades perdeu o contato com os camaradas do sul do Pará e atualmente não sabe quantos deles sobreviveram, ou se sobreviveram.

— O camarada J. [Arroyo] reconheceu que a guerrilha sofreu uma derrota, mas temporária. Supõe, ao que parece, possível retomar a luta iniciada em abril de 1972, se bem que não esclareça se com os mesmos elementos e fatores, ou se com outros, novos. Julgo que o camarada J. não tem razão. Se examinarmos a derrota do ponto de vista dos objetivos estratégicos e táticos traçados pelo Partido e justificados pelo camarada J., a derrota do Araguaia não pode ser considerada temporária. Que objetivos eram esses? Primeiro, conflagrar a área; segundo, libertá-la; terceiro, convertê-la, com o tempo,

numa sólida base de apoio. Portanto, não há como fugir da amarga constatação: ao cessar a resistência organizada, ao não ter alcançado nenhum dos objetivos a que se propôs, a guerrilha, apesar dos resultados positivos apresentados, sofreu uma derrota completa, e não temporária.

— Infelizmente, o CC tem de aceitar a dura verdade de que o resultado fundamental e mais geral da batalha heróica travada por nossos camaradas foi o revés.

Após demonstrar cabalmente, como premissa de sua argumentação, que o PCdoB viu-se derrotado no Araguaia, Pomar dá início ao exame das causas da derrota.

— Segundo penso, a concepção, a idéia geral, que presidiu a preparação e, a seguir, a deflagração da luta, bem como a própria luta no Araguaia, foi a de, a partir de um determinado momento, julgado o melhor pela Comissão Militar, converter o núcleo de camaradas implantados e organizados em destacamentos guerrilheiros, no estopim de um movimento armado que se expandiria paulatinamente e abarcaria, ao fim e ao cabo, todo o país. Baseados nessa concepção é que trabalhamos desde 1966-67. A coisa começou pela escolha de áreas adequadas onde seriam fixados os camaradas, que para lá se dirigiam voluntariamente, mas devidamente selecionados e advertidos. A princípio houve empenho para o trabalho da implantação em três áreas contíguas, mas por motivos de segurança, de falta de confiança, ou por outros motivos, a preparação acabou limitada a uma só área, cujo fundo, no entanto, era imenso, praticamente assegurando tranqüilidade à retaguarda. Para essa área tudo convergiu, tudo se subordinou.

— O número de elementos de massas ganho para a guerrilha foi insignificante, principalmente se se considera como um êxito formidável o tempo de duração da luta armada. Mesmo assim, não se soube trabalhar com esses elementos. Também a atividade política dos núcleos da ULDP [*União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo*] não é esclarecida. Tudo leva a crer que a guerrilha se iniciou como um corpo a corpo dos comunistas contra as tropas da ditadura militar. E assim continuou quase todo o tempo. Aí reside, a meu ver, o maior erro, o mais negativo da experiência do Araguaia. Pois a conquista política das massas não pode ser efetuada só depois da formação do grupo guerrilheiro. Tampouco este deve ser constituído única e exclusivamente, mesmo que seja apenas no princípio, de comunistas.

— E não se diga que a orientação contida nos documentos e resoluções do Partido não seja cristalina a esse respeito. Tanto pela letra, como pelo espírito, os documentos partidários essencialmente dirigidos contra as teses pequeno-burguesas e foquistas indicam, sem margem de dúvida, que: 1) a guerra popular é uma guerra de massas; 2) a guerrilha é uma forma de luta de massas; 3) para iniciá-la, “mesmo que a situação esteja madura, impõe-se que os combatentes tenham forjado sólidos vínculos com as massas”; 4) a preparação “pressupõe o trabalho político de massas”; 5) os três aspectos — trabalho político de massas, construção do Partido e luta armada — são inseparáveis na guerra popular; 6) o Partido, isto é, o político, é o predominante desses aspectos; 7) numa palavra, o trabalho militar é tarefa de todos os comunistas e não apenas de especialistas. A experiência contrariou frontalmente essa orientação sobre a guerra popular.

— Ainda não coloco o problema em si do movimento camponês, de efetivamente nos integrarmos nele, de partirmos da necessidade de seu desenvolvimento e ampliação na luta pela terra. Não, apenas dou ênfase à preliminar de que se impõe realizar com antecedência um certo trabalho político de massas, a organização de um mínimo de Partido e a conquista de alguma influência de nossas palavras de ordem. Julgo esse ponto de vista, acusado de dogmático, o único capaz de corresponder à realidade atual e aos princípios de guerra popular, quer na concepção, quer no método.

— Por conseguinte, se procurarmos tirar ensinamentos da luta do Araguaia que sejam válidos, que nos ajudem a acelerar a preparação e o desencadeamento da luta armada, não devemos voltar ao passado oportunista de direita, de achar que as massas por si mesmas, espontaneamente, devam, um dia, pegar em armas e se defender da violência reacionária; nem adotar o princípio “esquerdista”, blanquista, foquista, de que são os comunistas que devem pegar em armas em lugar das massas.

Provada a existência de crítica tão contundente, como negar a profundidade das dissensões que havia no âmbito da direção partidária? Note-se que Pomar protesta, logo de início, contra a excessiva demora em se chegar a uma conclusão.

Amazonas, contudo, não se abala com a publicação da Carta. A entrevista que concede em Paris, em agosto de 1979, é um prenúncio do que virá nas relações internas do PCdoB. Amazonas já não fala como secretário político do partido, mas como seu se-

cretário-geral, função que fora abolida em 1962 e recriada nos anos do exílio.

MOVIMENTO — Agora poderíamos falar da Guerrilha do Araguaia. O senhor poderia expor a posição oficial do seu partido sobre essa experiência? Gostaríamos de saber em particular sobre o apoio das massas camponesas aos guerrilheiros, visto que parece ser uma questão onde existem certas divergências. A posição de Pedro Pomar, expressa em documento divulgado por nós há algum tempo, é indício disso.

AMAZONAS — A posição oficial de nosso partido consta de um documento intitulado "Gloriosa Jornada de Luta", aprovado pela Comissão Executiva em agosto de 1976, distribuído no Brasil e publicado em vários países. Recentemente, a VII Conferência Nacional aprovou esse documento como "ponto de partida para a sistematização daquela experiência". [...] Ângelo Arroyo, destacado dirigente dessa luta, assassinado em São Paulo em fins de 1976, fez ao Comitê um impressionante e comovente relato do apoio popular à guerrilha. Historiou igualmente as diversas formas de atuação das massas camponesas locais na luta armada. Neste particular, os fatos falam mais do que as palavras. Por exemplo, um terço do Destacamento A era composto de filhos do lugar, assim como um quarto dos efetivos do Destacamento B. Do outro Destacamento, o C, também participavam elementos locais. [*"Aderiram à guerrilha, como combatentes, vários elementos de massa: em dezembro de 1972, entrou 1; em abril de 73, 1; de junho em diante entraram mais 5 no A, 2 no B e 2 no C", diz Arroyo em seu Relatório. Os destacamentos tinham 22, 21 e 20 combatentes respectivamente.*] [...] ⁷

Em certo sentido, o apoio à guerrilha foi bem maior do que se poderia esperar. A este respeito talvez não fosse demais repetir aqui uma verdade conhecida: a guerrilha, como uma luta política em geral, não começa quando *todos* a apóiam. O apoio das grandes massas se verifica no curso da luta, quando esta é justa e corresponde aos anseios populares.

Como se verifica, a posição de Amazonas é oposta à de Pomar. No entanto, até porque o secretário-geral não se furta na entrevista a emitir seus pontos de vista, a afirmação seguinte é espantosa.

7. *Movimento*, nº 215, 13 a 19.8.79, p. 11-13. Entrevista a Alberto Villas e Manoel Domingos Neto.

Quanto ao referido documento de Pomar, gostaria de não falar muito dele. Mesmo porque era um documento interno, elaborado para discussão interna. Essa discussão não houve por causa da repressão, onde [sic] Pomar morreu. Não se pode saber a evolução de seu pensamento diante da discussão, que não houve, onde inclusive seriam apresentados relatórios importantes, como o de Ângelo Arroyo.

Esta versão contradiz os fatos. O próprio Amazonas cai em contradição, pois o "impressionante e comovente relato" que Arroyo "fez ao CC" nada mais é do que o mesmíssimo "relatório importante" que "seria" apresentado... Como vimos, 1) a "discussão interna" se processava havia muito, 2) discutiu-se *também* na reunião de dezembro, até porque o local só foi atacado depois de encerrados os trabalhos, 3) o texto de Pomar evidencia seu conhecimento do "relatório importante" de Arroyo — que não deve ser confundido com o informe político do mesmo autor, este aliás de apresentação posterior àquele.

MOVIMENTO — O senhor considera que o Araguaia foi inspirado nas teorias de Mao Tsetung sobre a guerra?

AMAZONAS — No Brasil nós nunca chegamos a formular, como na China, o cerco das cidades pelo campo. Ao contrário, nós sempre achamos que no Brasil as cidades jogariam um papel muito mais importante do que jogaram na China. E sempre falamos na combinação desses dois fatores, cidade e campo. Um pensamento unilateral, falso, que tem predominado no movimento revolucionário brasileiro considera que a luta vai se decidir nas cidades. Essa tem sido uma grande debilidade para o movimento revolucionário há dezenas de anos, pois o campo sempre ficou à margem das situações críticas que o nosso país enfrentou, não é verdade? Neste sentido, a luta do Araguaia provou que é possível desenvolver uma luta revolucionária de amplitude no campo. A luta se preparava a longo prazo, contra a opressão, a exploração das massas. Na realidade nós fomos atacados no meio da preparação e num momento onde [sic] não haviam sido completadas as medidas para a sustentação de uma luta desse porte. Com o movimento de uma centena de revolucionários apoiados pela população nós chegamos a deter numerosos contingentes das Forças Armadas. Vocês imaginem se, em vez de um, nós houvéssemos tido três, cinco, dez Araguaias! Não se deve de maneira nenhuma abandonar a idéia de que a luta no campo é indispensável.

Quando se discutiu o problema do Araguaia surgiram opiniões de alguns companheiros que sustentaram a idéia de que a revolução no Brasil era uma revolução essencialmente camponesa. Procuravam, inclusive, fundamentar essa opinião com a opinião de Stalin, muito conhecida, de que o movimento de libertação nacional é, em essência, o movimento camponês, referindo-se aos países mais atrasados da época, onde não existia proletariado e apoiando-se também na opinião de Mao Tsetung, de que a revolução na China tinha sido uma revolução essencialmente camponesa. Nós sempre contestamos essa opinião. Nós achamos que a revolução no Brasil é uma revolução nacional e democrática e ainda que ela possa se desenvolver no campo ela não perde esse caráter. Pensar que a revolução é camponesa em essência é justamente perder de vista o verdadeiro caráter da revolução em nosso país, um país de desenvolvimento industrial médio e com uma poderosa força operária.

Mas não há uma "acesa discussão" em nosso partido em torno desse assunto. Há, sem dúvida, opiniões divergentes, como não poderia deixar de ser, mas é um assunto que o partido procura encaminhar para chegar às melhores conclusões. As opiniões divergentes em certo sentido favorecem a encontrar o melhor argumento, a melhor solução para o problema colocado.

MOVIMENTO — Mas então, a partir dessa discussão interna, existe alguma reformulação feita com relação à luta armada? Ou mais precisamente, há alguma alteração com relação às idéias expostas no documento oficial do Partido sobre a questão, *Guerra Popular — O Caminho da Luta Armada no Brasil*, de 1969?

AMAZONAS — Esse problema, vocês compreendem, é um problema que não pode ser tratado assim numa entrevista. Naturalmente que o nosso pensamento evoluiu. A luta armada não é um ato voluntarista, ela obedece a um processo objetivo. Não quero dizer que ela seja um processo espontâneo, mas que ela requer situações que são criadas e que permitem sua eclosão. Nós devemos ter muito presentes estas grandes modificações ocorridas nas cidades com o desenvolvimento da classe operária. O contingente da classe operária de 15 anos atrás se multiplicou hoje por duas ou três vezes.

Nos últimos anos se formou um proletariado numeroso, sobretudo nos grandes centros. Esse crescimento da classe operária vai jogar o seu papel e desconhecer isso seria um erro. As próprias greves que estão se dando, com sua extensão

e profundidade demonstram isso. O proletariado surge como uma grande força social disposta a jogar o seu papel. É claro que em termos de luta revolucionária esse fator tem que ser suficientemente considerado. No exame dessa questão nós podemos dizer que a luta pode tomar formas diversas e se completar com uma forma que em última conseqüência é a insurreição geral, em todo o país.

A entrevista, feita meses após a realização, em Tirana, da VII Conferência Nacional do PCdoB,⁸ é reveladora de novas posturas e palavras de ordem por ela adotadas, em detrimento de outras, antigas. As teorias de Mao, por exemplo, são colocadas sob suspeita, enquanto se anuncia, ainda que timidamente, a "insurreição geral" como a forma predeterminada que a luta armada assumirá no país. A oposição condenou mais tarde os métodos com que o CC se impôs na Conferência. Os delegados à Conferência, ao invés de eleitos pelos comitês regionais, foram selecionados pelo próprio CC, que desse modo se preveniu contra deliberações que não lhes fossem favoráveis. Mesmo os delegados que se opunham a determinadas posições, ou que sabiam do grau a que chegara a luta interna anterior, foram envolvidos pelo núcleo amazonista. Por isso o único resultado imprevisto foi a convocação do Congresso do partido, mas o CC se apressou em anular essa decisão. No mais, a VII Conferência resolveu destituir os dirigentes presos.

Os três principais dirigentes atingidos por esta medida redigiram memoriais de protesto, em que reportam seu comportamento frente à tortura e põem em xeque os critérios empregados na análise de cada caso. Esses documentos, de circulação restrita a militantes e simpatizantes do PCdoB, permaneceram inéditos. Os de Aldo Arantes e Haroldo Lima foram escritos ainda na prisão, provavelmente em janeiro de 1979.⁹ "Não pretendia fazer isso por agora, pelos naturais riscos de segurança que a minha situação encerra e acentua", escreveu Haroldo. "Mas a antecipação da parte de vocês da avaliação do ocorrido força-me a relatá-lo com mais minudências." E prosseguiu:

Quero, em primeiro lugar, manifestar a minha surpresa, a minha estranheza, pelo fato de terem procedido à avaliação em pauta independentemente da existência desse relato que ora faço. Porque, se lhes escrevi (com reservas, pelas cir-

8. A Conferência foi realizada em duas partes, antes e depois das eleições no Brasil, entre outubro de 1978 e janeiro de 1979.

9. Ambos os dirigentes deixaram a prisão apenas em setembro ou outubro, como também ocorreu com Elza Monnerat.

cunstâncias; há coisas que nunca devem ser escritas), foi para tratar da queda, sua circunstância, sugestões de cuidados etc.; falei de comportamentos por alto, de modo algum com pretensão a esgotar a questão. Nem dei conhecimento do que fiz aos demais companheiros que, assim, foram desconsiderados *in totum*, num processo em que seus comportamentos estavam em julgamento sem que eles fossem ouvidos, ou mesmo notificados do fato, para eventual pronunciamento a respeito.

A propósito, ainda que não tenha em mãos os Estatutos do nosso Partido, tenho a impressão de que lá existe qualquer coisa no mesmo sentido que uma anotação aqui existente, feita com base em palestra proferida pelo (A).¹⁰ O título V dessas notas refere-se aos deveres e direitos dos membros do Partido. O item d), da sua segunda parte, estabelece como direito do membro “exigir sua participação na discussão de todas as questões que se refiram a decisões sobre suas pessoas” etc.

Se é que os Estatutos do Partido não contêm formulação tão expressa a respeito, na Comissão de Organização era bem essa a norma pela qual procurávamos nos pautar, pelo menos nos últimos sete anos, desde 1972. A decisão final sobre os casos de (1) e (2) foi tomada pelo CC no final de 1976, quase quatro anos passados das quedas dos mesmos!¹¹ No caso, tínhamos em mãos dois relatos feitos pelo (2) em um período em que esteve em liberdade, e dispúnhamos de dados muito concretos sobre quedas de algumas pessoas e frentes de trabalho ocasionadas por informações abertas pelos dois. Quando informei ao (A) sobre nossa disposição de expulsá-los, este concordou, por força dos fatos inquestionados, mas alertou-me que seria um procedimento excepcional na vida do Partido [...] [pois] ainda eram prisioneiros.

(6) e (4) puderam escrever relatos já em liberdade e foram ouvidos individualmente após saírem da prisão. Só depois é que se procedeu à avaliação dos seus casos. Em ambas oportunidades esperamos, o CC esperou, cerca de quatro anos!¹²

De sorte, camaradas, que estranhei, não entendi, a pressa com que agiram para efetuar a avaliação que fizeram, em um tempo que não chegou à metade do transcorrido nas situações a que me referi: um ano e nove ou dez meses; e a

10. Provavelmente, João Amazonas.

11. Refere-se a Luiz Vergatti e Roberto Martins.

12. Provavelmente, José Maria Cavalcante e Ozeas Duarte.

circunstância de tudo isso ter sido feito com companheiros ainda presos.

Evidentemente que a mim parece justificável uma medida mais pronta quando fatos graves o exigem. Não era o caso. Pois, neste, o que ressalta é que, após um golpe inicial vigoroso e cruento da repressão, nenhuma queda se deu, nem de frentes de trabalho nem de pessoas, fato que trouxe, para o Partido e para nós, em locais donde nos chegamos notícias e, por exemplo, aqui onde estamos, muita respeitabilidade [...].

Em seu memorial, Aldo manifesta também estranheza diante das deliberações punitivas.¹³

[...] Não consigo atinar para as razões que levaram a direção a fazer a avaliação a nosso respeito enquanto estamos presos e sem sequer sermos ouvidos. Pode-se argumentar que existiam informações suficientes para a tomada da decisão. Penso de forma diferente. Considero que, a não ser em casos excepcionais, não se justifica tomar uma decisão dessa natureza sem antes ouvir os interessados. Trata-se do respeito a um direito elementar, o direito de defesa. A importância de se assegurar esse direito envolve a adoção de um método que permita ir às raízes mais profundas dos acontecimentos e garanta, portanto, um juízo mais rigoroso dos fatos. O conhecimento profundo de determinados acontecimentos, as circunstâncias em que eles se deram, o conhecimento do conjunto deles e não só de uma parte permite uma visão mais abrangente dos fatos. A falta deste conhecimento não forneceu os elementos necessários para que a direção pudesse ter um panorama mais multilateral do nosso comportamento e conduziu a decisões que considero incorretas em relação aos outros dois companheiros e, em particular, em relação a (4) [Haroldo].

Por outro lado não consigo compreender a urgência na tomada desta decisão. Por que não aguardar que fôssemos soltos? Haveria algum prejuízo para o Partido? Considero que só se justifica a tomada de decisão sobre o comportamento de companheiros presos, quando estes ainda permanecem detidos, em casos excepcionais e em circunstâncias tais que

13. No documento, Aldo admite que cometeu erros graves, quando submetido às torturas, revelando aos militares informações que permitiriam chegar a outros militantes. Ele atribui tais erros a debilidades ideológicas suas, e demonstra que resistiu por vários dias antes de fraquejar. No entanto, e corretamente, Aldo não abre mão do direito de defesa.

o fato de não se tomar uma decisão imediata possa acarretar prejuízos ao Partido. Não foi isto o que ocorreu neste caso concreto. A situação torna-se mais incompreensível na medida em que se sabe que um dos atingidos pela penalidade foi solto há seis meses e não me consta que ele tenha sido ouvido sobre o assunto [*refere-se a Wladimir*]. [...]

Das questões em jogo, a preliminar era o direito de defesa, independentemente do mérito das acusações. Essa característica está presente também no caso de Wladimir. Mas ele vai além em seu memorial, intitulado "Em Defesa da Verdade" e datado de outubro de 1979.

Diante do ineditismo de ser alvo de uma decisão pública *antes* de os fatos serem devidamente esclarecidos, sou obrigado a tornar pública minha posição, mesmo a contragosto.

A rigor, não tenho do que me defender. Meu comportamento na prisão não resultou em nenhum prejuízo à organização partidária, em nenhuma queda, em nenhum perigo à segurança de qualquer companheiro ou organismo do partido. Em nenhum momento titubeei diante do dever de defender minha posição e condição de dirigente e militante comunista e a política do partido.

No entanto, se a direção do partido ou parte dela entende que deve me acusar e me atacar, por minha conduta na prisão, tem, antes de mais nada, o dever — mais do que estatutário, moral — de trazer ao meu conhecimento o teor preciso e concreto de tais acusações, possibilitando que eu exerça aquilo que até mesmo um tribunal do regime me permitiu: o *direito de defesa*.

Não foi isso, porém, o que aconteceu. Venho sendo vítima de calúnias absurdas e até infantis, fartamente divulgadas entre pessoas que, por não estarem a par dos fatos, podem lhes dar crédito. [...]

A decisão de me afastar do CC foi bem anterior à VII Conferência e ensejou uma verdadeira campanha difamatória por parte de alguns que pensam ser possível resolver divergências políticas através de tais métodos. Mesmo assim, ainda aguardo que o núcleo remanescente do CC que assumiu a direção do partido reconsiderasse sua decisão e se ativesse às normas de conduta há muito observadas no exame de casos idênticos.

Para minha surpresa, nem esse núcleo nem a conferên-

cia por ele convocada o fizeram. Ao contrário, a conferência referendou uma decisão que fere frontalmente tais normas, ignorando totalmente que:

1. Todo militante preso fica *automaticamente afastado* até que os motivos de sua queda e seu comportamento sejam devidamente esclarecidos. Assim, não se justifica nenhuma medida formal de afastamento, mesmo temporário. E muito menos se justifica a preocupação de comunicar tal afastamento *temporário* a militantes, amigos e elementos independentes.

2. Em virtude dos problemas, desinformações e obstáculos criados pela repressão, o esclarecimento da conduta de camaradas presos exige verificação cuidadosa, exige que se compare criteriosamente o máximo de informações, exige que se ouçam os camaradas envolvidos e dessa maneira, *antes* de adotar qualquer decisão, se forme um quadro completo da situação. Portanto, nada justifica a estranha pressa em adotar uma posição pública, pressa tanto mais estranha pelo fato de a própria resolução da VII Conferência dar a entender que as informações a respeito da queda ainda são incompletas.

3. Mesmo nos casos em que surjam indícios veementes da culpabilidade de um companheiro em quedas ou no fornecimento de informações ao inimigo, a ele deve ser assegurada — conforme mandam os estatutos — ampla possibilidade de defesa. Assim, sobretudo no meu caso, em que não é possível apontar qualquer prejuízo orgânico ou político ao partido, nada justifica que esse direito me tenha sido negado. [...]

Adiante, afirma que os remanescentes do CC desencadearam “uma campanha de calúnias, difamações e mentiras que provavelmente não têm paralelo na história do partido”. Compara a pressa com que foram tomadas medidas punitivas à morosidade com que eram examinadas as causas da queda da Lapa.

É claro, para qualquer pessoa, que o golpe desfechado contra a direção partidária está relacionado com fatos de suma gravidade e cuja não elucidação poderá causar novos e graves danos à organização partidária.

As indagações a respeito das causas da queda são de tal ordem que não se justifica o pouco empenho demonstrado para esclarecê-las. Em lugar de procurar dar resposta a muitas questões cruciais postas pelos acontecimentos, os remanescentes do CC que organizaram a VII Conferência não fizeram mais do que reiterar, de modo formal, a necessidade de

elucidar a questão, constituindo uma comissão de inquérito que há muito deveria estar em funcionamento.

Tais companheiros nem mesmo procuraram investigar certas responsabilidades correlatas com a queda. Por exemplo, por que o CC realizava reuniões num local que praticamente servia de arquivo da direção? Por que o CC continuava a realizar reuniões em São Paulo, quando era sabido que a repressão tinha conhecimento dessas reuniões e tentava localizá-las, como ficou evidente na queda do Frutuoso? Devem ou não ser esclarecidas as responsabilidades pelo aluguel de um aparelho que não oferecia a mínima segurança? Por que a CEx não levou em consideração as constantes sugestões de retirar para o exterior os elementos mais responsáveis do CC a fim de resguardá-los? Afinal, essa medida não acabou sendo tomada em condições muito piores e sob a iniciativa do inimigo?

Estou certo de que o conjunto do partido saberá avaliar adequadamente todas essas questões relacionadas com as causas da queda e tirará as conclusões que merece essa inversão de prioridades no exame da tragédia da Lapa. [...]

Nos pontos seguintes, ele aborda a essência político-ideológica do confronto entre as duas correntes partidárias, afirmando já não ser possível "esconder de ninguém que o ponto nodal das discrepâncias políticas existentes no partido encontra-se na avaliação crítica da resistência do Araguaia". Para Wladimir, as sanções que lhe foram impostas revelam "completa falta de escrúpulos", pois não decorrem de questões de comportamento conforme alegado, são antes uma retaliação por sua posição no debate interno.

Desautorizam as decisões do CC de dezembro de 1976 sob o argumento absurdo de que o CC teria realizado uma reunião irregular e não teria observado um acordo feito na CEx, sem se darem conta de que, mesmo que esse acordo existisse, o CC não seria obrigado a aceitá-lo. Sem o querer, colocam a nu toda a concepção deformada sobre quem deve dirigir quem. E, por mil e uma formas e apesar das evidências, procuram fazer crer que não havia no CC divergências sérias em torno da avaliação do Araguaia, ao mesmo tempo que espalham a idéia de que eram amplamente majoritários dentro do CC. [...]

A queda de parte importante da direção trancou todo o processo autocrítico que vinha sendo levado a cabo. Pior, inverteu a situação, permitindo que a minoria ocupasse posi-

ções que lhe possibilitam, agora, forçar uma guinada nos rumos que o partido começava a trilhar ao extrair as lições que o sacrifício dos camaradas mortos no Araguaia exige. Essa minoria não só não informou corretamente o conjunto do partido sobre o nível real em que se encontrava o debate como, pelo contrário, procurou negar que existissem discrepâncias. Surpreendidos em sua mentira pela carta de Pomar, não têm condições de lançar ataques abertos contra ele, ou de responder aos argumentos levantados. Agarram-se, então, a questões formais sobre a suposta incorreção de ter tornado públicos documentos *internos*, ao mesmo tempo que espalham boatos e realizam uma campanha de descrédito em relação à atividade daquele companheiro e de outros dirigentes do partido. [...]

A luta entre as duas alas agrava-se com o retorno ao Brasil dos dirigentes anistiados e as primeiras reuniões do CC remanescente em solo brasileiro. Primeiro a voltar, Diógenes Arruda procurou exercer a mediação entre os dois campos e reaproximá-los. Um fulminante ataque cardíaco frustrou seu intento. Ao mesmo tempo, porém, iniciava-se uma manobra de reincorporação, ao CC, de dirigentes afastados, mediante uma composição política baseada no abandono, da parte destes, de determinadas posições. O Comitê Regional da Bahia, um dos pólos oposicionistas, denuncia essa composição em documento de convocação do Congresso distribuído aos demais regionais, no qual se lê que "dois companheiros punidos foram publicamente admitidos como integrantes do CC como se nunca existisse a decisão anterior". A essa denúncia, o Informe do CC de março de 1980 — que pretendia sepultar em definitivo os variados problemas levantados pela oposição — antepõe uma curtíssima resposta: "Essa integração é totalmente falsa, inventada para confundir o coletivo partidário". A verdade, aqui, é pública. O hoje deputado federal Haroldo Lima, líder do PCdoB na Assembléia Constituinte, não somente retomou desde logo suas funções no CC, como é hoje sua liderança nacional de maior expressão depois de Amazonas. Aldo Arantes, também deputado federal, foi igualmente reintegrado. Em que pese a ênfase dada à necessidade das punições: "Quem cometeu os erros constantes dos depoimentos [*no DEOPS*] não podia de forma alguma continuar como dirigente do Partido", estabelecia acima o mesmo Informe do CC...

TRABALHO ANTIPARTIDO. O Informe do CC representa a primeira resposta oficial da direção àquilo que chamou de

“trabalho antipartidário e liquidacionista” de seus opositores. “Nestes últimos tempos, surgiram em nosso partido divergências acerca de uma série de problemas”, inicia. “Paralelamente, desenvolve-se uma luta aberta contra a sua direção e a sua linha política, acompanhada de atividades antipartido.” Intitula-se o primeiro tópico, sintomaticamente, *O aparecimento de divergências*.

Quando e como surgiram as divergências no Partido?

Até a primeira parte da VII Conferência Nacional não tínhamos conhecimento de divergências no seio do Partido. As que existiam em torno da avaliação da luta no Araguaia limitavam-se ao âmbito do Comitê Central. Nesta primeira parte da Conferência estavam presentes, além de membros do CC radicados no Brasil, representantes do Partido em diversos Estados. Os debates decorreram normalmente. Incompreensões maiores giraram em torno da Frente de Redemocratização, problema novo que só há pouco tinha sido encaminhado pela direção, e foi logo esclarecido. As opiniões finais foram unânimes. [...]

Cumpra apenas assinalar que, do exposto, conclui-se não estar incluído “no seio do Partido” o que se passa no “âmbito do CC”. No mais, os debates são tidos como “normais” quando livres de diferenças e contradições.

Em seguida, é mencionado um documento de autoria de três dissidentes, M., Ul. e G., apresentado na segunda parte da VII Conferência por um deles, visto como “plataforma política e ideológica de fundo oportunista e de um oportunismo que vai até o liquidacionismo” e apontado como a única discrepância dada a conhecer.

Até aí é o que havia surgido de divergência no Partido. Não nos parecia nada de mais que um companheiro ou outro tivesse se equivocado. O próprio Ul. havia aceitado uma parte da crítica. Pensávamos retornar ao assunto, para esclarecê-lo, se as opiniões que consideramos errôneas persistissem. [...]

A partir desse ponto, o Informe passa a examinar “outros tipos de divergências”, a começar pelo notório caso de T. (Wladimir), ao qual são dedicadas nada menos do que seis páginas do documento, de 26.

Com a conivência de outros camaradas e simpatizantes, ele utilizou a imprensa não-partidária, ainda que aliada,

para divulgar, por conta própria, documentos internos, reservados, do Partido. E, para abrir discussão pública, à margem dos órgãos dirigentes, sobre questões de orientação partidária. Nisto não difere muito do que fizeram os revisionistas, em 1956, que se julgaram com o direito de abrir, por conta própria, discussão da orientação partidária e publicar documentos internos, reservados, do Partido, sob o pretexto de se opor ao "autoritarismo" da direção. [...]

As discussões amplas no Partido são abertas unicamente pelos seus órgãos dirigentes, pelo CC, que é quem dirige o Partido entre um e outro Congresso. Abrir discussão por cima dos órgãos dirigentes é realizar trabalho de desagregação, seja qual for a alegação invocada. Chama a atenção o fato de que os documentos publicados eram reservados do CC. Só havia uma cópia de cada opinião dada pelos membros do CC e essa cópia caiu na Lapa. Quem, portanto, forneceu as cópias publicadas? Pode-se supor que, rompendo com a decisão do próprio CC, depois da viagem de Amazonas, alguém se apoderou, indevidamente, dessas cópias. O pretexto de que não havia mal em publicá-las porque já eram do conhecimento do inimigo não tem fundamento. Só o CC poderia decidir sobre a questão. Ao publicá-las, consciente ou inconscientemente, se estava fazendo o jogo da reação, interessada em propalar que o Partido estava dividido.

T. foi mais adiante e explicitou sua posição de luta contra a direção do Partido num documento intitulado "Em Defesa da Verdade" que fez circular entre os militantes em todo o país. [...]

Como T. difundiu largamente seus pontos de vista infundados e desafiou o CC a contestá-lo com provas, somos obrigados, mesmo a contragosto, a recorrer aos fatos concretos, verídicos, para ajudar as pessoas que leram seu documento a considerar de que lado se encontra a razão. E também porque não podemos deixar sem resposta as acusações e a conduta antipartidária de T., de luta contra a direção do Partido, expostas nesse documento. [...]

Durante muito tempo — e ainda que interessadíssimos no assunto — desconhecíamos a conduta dos camaradas presos. As primeiras notícias que tivemos foram duas cartas nas quais se afirmava que, no fundamental, todos tinham passado relativamente bem pela prova, embora se houvessem cometido erros. Noutra se dizia: falou-se demais, é bom ver a denúncia do Promotor. Não tardou muito para que nos chegasse, enviado por um CR, o Diário Oficial com a denún-

cia. O procurador da Justiça Militar citava entre aspas certas passagens de declarações dos presos, realmente graves, incompatíveis com os nossos princípios.

Até então — e aqui desejamos enfatizar — não tínhamos opinião formada a respeito da conduta de nenhum preso, embora já os argumentos da Procuradoria indicassem existir erros graves.

Lemos os depoimentos já no curso dos debates da VII Conferência. Entregamo-los a todos os participantes para deles tomar conhecimento e só depois discutimos. As opiniões foram unânimes: todos condenaram as posições dos principais detidos. Fizeram-se gradações: a conduta não era igual — uns a tiveram pior que outros. Nessa base, a VII Conferência adotou a posição conhecida. [...]

O camarada T., distorcendo a verdade, quer se fazer passar por vítima do que ele chama pejorativamente “os remanescentes do CC”. [...] Talvez, camaradas, tivéssemos que publicar o depoimento de T. e fazê-lo chegar ao conhecimento de todo o Partido e de seus amigos para que julgassem melhor a sua conduta diante do inimigo de classe.

Aqui, para facilitar a discussão, levantamos apenas algumas passagens desse depoimento.

Os camaradas sabem que MT [*Maria Trindade*], desde o momento de sua prisão, declarou justificadamente que não era membro do Partido. E, apesar das torturas, manteve essa opinião. Os inquisidores não tinham fatos concretos para acusá-la e condená-la desse pretenso delito. Procuravam obter testemunhos que os ajudassem a incriminá-la. T. veio em socorro deles. Em seu depoimento declara que “*sem sombra de dúvida* ela é membro do Partido”. E para reforçar sua afirmação e convencer dela os policiais, acrescentou: “Se ela não fosse membro do Partido não poderia estar num trabalho de tanta responsabilidade”.¹⁴

Precisamente nesta declaração baseou-se o Procurador da Justiça Militar para pedir a condenação de MT. Como se chama isso, camaradas? Colaboração com o inimigo de classe contra um camarada que está preso e sofrendo sevícias. Onde está a moral comunista?

T. declarou também que quem o enviou para o NE a fim de fazer guerrilhas fora E. Esta declaração poderia ter acarre-

14. Amazonas, autor do texto, provavelmente deixou de ler o testemunho de Wladimir em juízo, onde se diz “nunca declarou que Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade fossem membros do partido, principalmente porque antes de ser preso não os conhecia”. 18.4.77, fl. 4. A respeito das montagens praticadas no cartório policial, é instrutiva a leitura da íntegra do memorial de Haroldo, em anexo, neste livro.

tado a prisão de E. e um duro processo policial-militar contra ele. A prisão não se chegou a efetuar (E. vivia na clandestinidade), mas isto não anula a ignomínia da denúncia que, além do mais, não era exata. Como se chama isso, camaradas?¹⁵

Mais adiante, no depoimento, ele ataca de maneira soez o Partido. Disse que o Partido era financiado pelo exterior (coisa que a polícia e a reação sempre disseram com o fim de desmoralizar o Partido e "provar" que não tem raízes nacionais). Também aqui T. vem em ajuda dos difamadores e, na sua condição de membro do CC, atesta a acusação reacionária, passa recibo de uma inverdade, colaborando com o inimigo de classe. Só um ferrenho adversário do Partido é capaz de semelhante conduta provocadora. [...]

T. tem tido divergências com a orientação do Partido. E não só tem divergido, mas tomado atitudes incorretas, cometido faltas graves, em várias ocasiões, que causaram graves danos à organização partidária. Apesar disso, nunca sofreu qualquer punição, embora muitos membros do CC considerassem a ausência de punição como manifestações de liberalismo da direção.

É este camarada, que usufruiu de excessiva tolerância da direção do Partido face às sérias faltas cometidas, que agora busca posar de vítima de punições. "Fui punido por estar de acordo com a carta de Pomar..." É de estarrecer! Divergências políticas em torno do problema do Araguaia havia também com outros membros do CC. Acaso algum deles foi punido por esse fato? Por que só o T. seria punido? E os outros membros do CC que não tinham divergências a esse respeito e no entanto foram afastados do CC? [*Quando se formou no CC uma maioria crítica na avaliação da Guerrilha, Aldo Arantes e Haroldo Lima integravam essa maioria. Ambos foram excluídos do CC em junho de 1979. Mais tarde reviram suas posições e foram reintegrados. O único membro do CC que, entre os punidos, apoiava originalmente Amazonas era Elza Monnerat — afastada e logo reintegrada*]. [...]

A passagem seguinte merece especial interesse, pois discute, ainda que superficialmente, as acusações de ... T. relativas à negligência dos remanescentes do CC quanto à investigação dos fatos de dezembro de 1976.

15. Seria o primeiro caso de prisão de um militante clandestino causada por uma mera "declaração". Trata-se, ademais, de montagem como a acima citada.

As insinuações malévolas de T. sobre pretensão desinteresse do CC na apuração das causas da queda da Lapa visam simplesmente turvar as águas e distorcer a verdade. Parece que ele é quem estaria empenhado no assunto... É sabido que, desde o momento em que tomou conhecimento da tragédia, a direção do Partido no exterior encarou-a com a máxima seriedade. Já o Comunicado do CC de janeiro de 1977 sublinhava: "Impõe-se aprofundar o exame das causas que deram motivo à localização dos dirigentes do Partido". Por todos os meios, procurou-se reunir o maior número de informações e tentar esclarecer o sucedido. A fonte principal da informação estava, sem dúvida, nos camaradas presos. Tentamos insistentemente saber a opinião deles. E, à base dos dados e indícios recolhidos, começamos a fazer uma avaliação preliminar das possíveis causas da queda. Em consequência, adotou-se uma série de providências acauteladoras. Nesta questão, porém, não se pode ser precipitado, para evitar graves injustiças. O esclarecimento definitivo de fatos dessa natureza às vezes dura anos, mas acabam sendo aclarados. Querer atribuir o alcance da queda da Lapa ao tipo de casa utilizada ou ao Estado onde se efetuavam as reuniões da direção é fugir à questão principal. A segurança da casa não está na própria casa. **Pode-se utilizar até mesmo uma fortaleza e o inimigo arrasá-la.**¹⁶ Mudar de Estado adiantaria pouco. Se se confirma a causa provável da queda, ela tanto se daria em São Paulo como alhures. A segurança — esta é a nossa experiência — está nos métodos de utilização da casa, no rigor da clandestinidade. Durante 12 anos, nosso Partido atuou dessa forma, sem qualquer acidente grave. Algo sucedeu na Lapa de estranho que conduziu aos dolorosos acontecimentos de dezembro de 1976. Não desistiremos, nem negligenciaremos de pesquisar a causa da queda. A VII Conferência tomou a decisão de recomendar ao CC a criação de uma Comissão de Inquérito para prosseguir esse trabalho. Nesta questão iremos até o fim". [...]

Alguns parágrafos tratam da legitimidade do CC, do seu direito de modificar-se e de punir seus próprios integrantes.

Acaso faleceu autoridade ao CC quando expulsou (note-se expulsou e não apenas destituiu) três de seus antigos

16. Certamente, mas perde-se mais tempo para arrasar uma fortaleza. Por isso Amazonas omite a informação de que a casa da Rua Pio XI fora alugada sob sua responsabilidade, e de acordo com sua orientação expressa, embora o locatário nominal fosse Joaquim Celso de Lima, por manter vida legal.

membros: Vergatti, Zé Maria e Roberto Martins? Acaso se decidiu primeiro ouvi-los? Não. [*Compare-se esta interpretação com as detalhadas informações de Haroldo no seu memorial, já reproduzidas.*] Foram expulsos na reunião de dezembro de 1976 à base do conhecimento que tinha o CC da conduta indigna desses ex-dirigentes diante da reação. E foi uma decisão justa, *decisão que contou com o voto de T.* Por que o CC em dezembro de 1976 podia expulsar membros eleitos na VI Conferência e não podia simplesmente destituir (o que aliás foi feito na VII Conferência), em 1979, outros elementos eleitos naquela Conferência? Ou T. reivindica tratamento privilegiado no seu caso?

O Informe reserva pouco espaço para a questão da Guerrilha, ao rebater a argumentação da Estrutura 1 — E-1, ramo original do partido em São Paulo, ao qual se contrapunha a E-2, formada por militantes originários da Ação Popular.

Constitui um mérito do nosso Partido o esforço para desenvolver o trabalho coletivo mesmo nas condições de violenta repressão.

No caso da discussão sobre o Araguaia, que outra posição poder-se-ia tomar? Assim que surgiram as primeiras divergências — e, antes, elas não haviam se manifestado, todos apoiavam essa luta — a Comissão Executiva tratou de encaminhar democraticamente a questão. Por proposta do camarada Amazonas, decidiu-se abrir no seio do CC uma discussão a respeito para esclarecer os diferentes pontos de vista. Dessa discussão, que durou vários meses, devido à própria situação, participaram quase todos os membros do CC. Em agosto de 1976, a Comissão Executiva considerou que já havia possibilidade de formular-se um outro material sobre o Araguaia. Aprovou então, com um voto contra e outro com restrições, o documento *Gloriosa Jornada de Luta* que fazia avançar as opiniões da direção sobre aquele importante acontecimento. E com esse documento tampouco se encerrava o assunto. Nele se afirmava que “o PC do Brasil prosseguirá aprofundando o exame das experiências e lições que fluem do conflito verificado no sul do Pará”; “procurará dele tirar todos os ensinamentos e formular indicações que contribuam para a realização exitosa da guerra popular”. Foi o que fez a VII Conferência ao recomendar ao CC “o prosseguimento do exame dessa experiência e, tendo em conta as modificações constantes no desenvolvimento do país e as lições decorren-

tes da luta armada no sul do Pará, a elaboração de um novo documento mais abrangente e atualizado sobre a guerra popular, como o caminho da luta armada no Brasil". Tudo isso mostra que a direção agiu corretamente. Não tinha por que convocar uma discussão geral no Partido, quando os debates ainda estavam em nível de CC e não tinham sido concluídos. Além do mais, uma discussão geral no Partido não se faz simplesmente porque existam divergências no CC a respeito de determinado assunto, sobretudo quando se vive em regime de violenta repressão. Menos ainda de maneira caótica. [...]

Embora dizendo-se autênticos marxistas-leninistas, intérpretes da verdadeira concepção de Lenin, os que dentro do Partido atacam o Partido na realidade são anti-revolucionários, temem mais do que tudo as grandes lutas e principalmente as lutas decididas e avançadas. Num período como o que atravessamos, de efervescência política e revolucionária, quando a América Latina e o Brasil são sacudidos por vigorosos movimentos de massa e revolucionários, procuram desviar o Partido do seu justo caminho, de sua tática combativa, da perspectiva de ações decisivas. As acusações de blanquismo, de sectarismo, de esquerdismo, de triunfalismo na atuação do Partido se dirigem contra o caráter revolucionário do Partido. Aliás, Bernstein, revisionista consumado, não se cansava de acusar os revolucionários de blanquismo. [*Sobra aqui uma crítica velada a Pomar, pioneiro, no partido, na aplicação do termo "blanquismo" à experiência guerrilheira do Araguaia.*] [...]

As duas principais organizações do partido a que o Informe se reporta, a E-1 e o CR da Bahia, vinham colocando em xeque a repentina virada, ditada pela direção, na interpretação do papel desempenhado pela China e por Mao Tsetung no movimento comunista internacional. A VII Conferência decretou, dispensando o debate anterior no coletivo partidário, o caráter pernicioso da influência de Mao, transformando-o — quase que de um dia para o outro — em revisionista, defensor da conciliação com as burguesias nacionais, logo antimarxista-leninista. A concepção de democracia interna, como é entendida pela ala amazonista, é então explicitada pelo Informe, com toda a clareza, ao responder a essas críticas.

É uma séria incompreensão alegar que a VII Conferência não podia denunciar o chamado pensamento Mao Tsetung como antimarxista-leninista sem que, *previamente*, o tema fosse debatido no Partido. Não tem cabimento a afirma-

ção de que os problemas importantes da nossa luta primeiro têm que ser debatidos no Partido e somente depois a direção pode sobre eles se pronunciar. Tal maneira de encarar o assunto se contrapõe ao próprio conceito de direção. Então para que serve a direção? [...]

A discussão sobre o maoísmo prossegue aprofundando-se. Estamos apenas no começo. Continua e continuará ainda por muito tempo. [...]

Como se depreende das próprias palavras do Informe, o fato de a discussão estar "apenas no começo" não inibiu a Conferência de Tirana, que se achou à vontade para, desde logo, declarar anti-proletárias as teses de Mao.

É uma tarefa das mais destacadas, porque se trata de limpar o Partido de concepções falsas difundidas largamente e que penetraram em setores de nossa organização. Muitas das idéias liberal-burguesas de Mao Tsetung sobre o Partido são hoje encampadas pelos que lutam contra o Partido e sua direção. O antigo secretário da E-1, de São Paulo, por exemplo, já depois de denunciado o revisionismo chinês, continuava a defendê-lo. E a direção desse organismo incumbiu-se de fazer circular os materiais chineses sobre a teoria dos três mundos. [...]

De resto, o CC remanescente insistia em rejeitar inapelavelmente a convocação do Congresso do Partido. Assim, ao comentar os ataques desferidos por T., observa: "O Partido é uma organização centralizada. Entre um e outro Congresso o CC representa o Partido. A unidade se faz em torno do CC". Perfeito; mas até então o Partido não realizara Congresso *nenhum*...

Execra a proposta da E-1 de discussão das concepções de partido e de centralismo democrático. "Somente se faz uma discussão geral envolvendo as concepções de partido quando se trata de formar um novo Partido ou reestruturá-lo se uma tendência errônea modificou o seu caráter e impede que cumpra o seu papel revolucionário. Foi o que ocorreu em 1960-62 entre os marxistas-leninistas que sustentavam a bandeira do Partido e os revisionistas de Prestes que haviam renegado o velho Partido e criado outra organização oportunista, deixando a classe operária sem sua vanguarda organizada." Por fim, descarta a proposta do CR da Bahia, o qual, atendo-se a um direito estatutário dos mais límpidos, propusera ao CC a convocação do Congresso. Independentemente do mérito, o

CC, de acordo com os Estatutos, deveria proceder à consulta aos outros regionais, para que opinassem a respeito. O artigo 10º dos Estatutos é suficientemente claro nessa questão:

O Congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central. Reúne-se ordinariamente de cinco em cinco anos e extraordinariamente, em cumprimento à decisão do Congresso anterior, por iniciativa do Comitê Central ou por proposta de um Comitê Regional aprovada pela maioria. [...]

No entanto, à falta de argumentos capazes de contestar a necessidade do Congresso, o CC recorre em seu Informe a um silogismo administrativo indubitavelmente original.

[...] o Comitê Central deve rechaçar também a convocação do Congresso do CR da Bahia e os documentos que a acompanham, como inaceitáveis e de sentido desagregador. O CC não está obrigado a aceitar proposições que, na sua aparência, enquadram-se nos marcos estatutários mas de fato afastam-se completamente do espírito proletário-revolucionário dos Estatutos, rompem com as normas leninistas de organização e funcionamento do Partido e ferem sua unidade. [...]

O precedente é perigoso, pois o CC concede a si próprio a faculdade de decidir quando é que uma proposta, por mais que se enquadre "aparentemente" nos Estatutos, choca-se ou não com o "espírito proletário-revolucionário" dos Estatutos. Em outras palavras, o CC se arroga o direito e o poder de ser o único leitor e intérprete desse espírito...

ADVERTÊNCIAS E CENSURA. Na reunião plenária de março de 1980, com base no Informe, o CC tomou algumas providências, que aguçaram o processo de cisão do partido. "Rechaçando" os diversos documentos da oposição, e por extensão a convocação do Congresso etc., a direção recomendou aos organismos do partido que impedissem qualquer manifestação de natureza "desagregadora"; advertiu a E-1 e o CR-Ba com base no artigo 22 dos Estatutos; censurou T. com a seguinte nota:

Ao camarada V.

(autor do documento "Em Defesa da Verdade")

O Comitê Central, em sessão plenária, após examinar os documentos de sua autoria e fatos concretos de sua atividade, que violam a disciplina do Partido e caracterizam atua-

ção antipartidária, documentos e atividades expostos no informe apresentado nessa sessão, decidiu sancioná-lo com uma *censura*, de acordo com o artigo 21 dos Estatutos e exigiu que ponha fim a essa atuação e cumpra as decisões dos órgãos superiores a seu respeito.

Ao mesmo tempo, o Comitê Central aprovou o relatório da Comissão de Inquérito quanto ao comportamento na prisão, concluindo que o camarada V. continuará como militante do Partido, sem exercer função dirigente em qualquer organismo e sob estrito controle do Comitê Central, desde que faça uma severa autocrítica de seu comportamento na prisão, reconhecendo os erros cometidos.

Março de 1980
O CC do PC do Brasil

A E-1 respondeu ao informe e às advertências com um novo documento, dando ênfase especial à discussão da Guerrilha e ao problema do centralismo democrático e da disciplina partidária e defendendo a necessidade de se realizar um Congresso do PCdoB. "Em termos concretos, reafirmamos a nossa opinião de que problemas de importância fundamental como o balanço do Araguaia e a reavaliação do pensamento de Mao Tsetung devem ser objetos de deliberação de todo o Partido reunido em Congresso. Conforme já destacamos tantas vezes, consideramos que a questão do Araguaia envolve toda a estratégia e tática adotadas pelo Partido, enquanto a questão do pensamento de Mao Tsetung levanta problemas que dizem respeito à própria base do pensamento teórico do Partido pós-62." A E-1 acrescentou, encontrando uma expressão feliz, que o Informe "interpreta a relação de autoridade e confiança que deve existir entre o núcleo dirigente e o Partido como se fosse uma relação de subordinação cega e incondicional, que independesse do seu conteúdo político-ideológico". Considerou que o Informe "não refuta os argumentos levantados por nós e por outras organizações e camaradas, inclusive por um terço dos membros do Comitê Central, no sentido da necessidade de convocação do Congresso para resolver as atuais divergências do Partido". Declarou ainda sua solidariedade "às organizações partidárias e aos quadros do Partido atacados no 'Informe do CC', em especial ao camarada T., atingido por calúnias e difamações as mais torpes".

O desfecho desse processo de ruptura é bastante conhecido. Em setembro de 1980, os comitês regionais de São Paulo (E-1), Bahia, Rio de Janeiro, Pará e Paraná promovem uma Reunião Nacional de Consultas e convocam o 6º Congresso (Extraordinário) do PCdoB. O documento final da Reunião Nacional de Consultas de-

nuncia novas medidas punitivas tomadas pelo CC e indaga das razões que levam os remanescentes da direção a vetar sistematicamente a realização do Congresso partidário.

[...] Cabe perguntar: se a maioria artificial do CC se considera apoiada pelo partido, por que não permitir então que esse apoio seja comprovado num verdadeiro Congresso de todos os organismos e militantes, com amplo debate prévio e sem exclusões? Por que é necessário, antes de mais nada, decretar a dissolução dos CRs que pedem Congresso e afastar os militantes que criticam as concepções dominantes no atual CC? [...]

Mais recentemente, um outro quadro dirigente, após manifestar-se a favor do Congresso, foi também afastado da direção central, sob a surpreendente alegação de que o seu nome não constara da lista de cooptados para o CC em 1975. No entanto, esse mesmo militante já havia participado de várias reuniões como membro do CC, inclusive durante e após a VII Conferência. Ora, foi precisamente a exclusão desse quadro que permitiu à maioria artificial do CC alcançar os 2/3 exigidos pelos Estatutos para a destituição de outros membros do organismo, o que ocorreu no último mês de agosto, com o afastamento de mais quatro dirigentes nacionais.

Assim, no balanço geral desde a VII Conferência, além de terem sido decretadas a dissolução de três comitês regionais e outras punições, já foram excluídos *mais da metade* dos membros do antigo CC remanescentes da chacina da Lapa. E recorrendo mais uma vez à errônea prática de modificar a composição do CC por decisão do próprio CC, este prepara-se para novas cooptações. [...]

O Congresso representa o próprio partido como um todo em reunião. Não cabe, portanto, qualquer idéia de que sua realização seja algo "antipartidário". É também o verdadeiro órgão dirigente supremo do partido, competindo ao CC nada mais do que dirigir o partido no intervalo entre os congressos, por delegação destes. Como órgão plenamente soberano, o Congresso não pode, pois, ser tratado como um "fórum menor", cujas resoluções sejam submetidas a condicionamentos prévios por tais ou quais disposições do CC. [...]

O Congresso é ainda o "fórum" apropriado para canalizar as lutas de idéias em curso no partido em direção a objetivos superiores. Se a luta interna é vista, não como uma seqüência de conspirações e golpes, mas como a forma natural de se resolverem as contradições existentes no partido, não

há como deixar de ver o Congresso, mais do que algo formal e limitado, o órgão por excelência para o tratamento correto dessas contradições de maneira a fortalecer a causa do proletariado e o espírito do partido.

O Congresso é finalmente uma prática normal e regular na vida de um partido de tipo leninista. É inquietante o simples fato de que apenas os companheiros de mais de 20 anos de militância tenham tido a oportunidade de participar de um Congresso [*referência aos que vieram do antigo PCB*]. [...]

Mesmo a reorganização, em 1962 [*a fundação do PCdoB*], prescindiu de um Congresso. Desde então, o CC foi várias vezes reorganizado por meio de cooptação. A linha política foi elaborada e reelaborada. A posição do partido em relação a grandes problemas internacionais foi várias vezes modificada, como nos casos da URSS, Cuba e China. A concepção sobre a luta armada sofreu transformações. Mao Tsetung passou de "maior marxista-leninista vivo" a "revisionista". A derrota da Guerrilha do Araguaia já completou seis anos sem uma avaliação oficial pelo conjunto do partido. Tanto tempo e tantos problemas sem um Congresso sequer! [...]

A cisão deixara de ser mera ameaça, era já uma realidade. Parte dos dissidentes formaria mais tarde um novo partido, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que se mantém clandestino e cuja análise escapa aos limites deste livro. O antigo PCdoB, por sua vez, transfigurou-se na cristalização do que havia de mais negativo dentro dele. Ultra-sectário, mantenedor de velhas palavras de ordem, autor de retórica exacerbada, o agrupamento político que nas primeiras eleições transcorridas sob o regime militar pregava o voto nulo virou, com o passar dos anos, mero apêndice da oposição representada no PMDB (ex-MDB). A apologia da Guerrilha do Araguaia conviveria com a proposta estratégica de formação de um Governo Democrático de Unidade Popular, que reserva posição proeminente para a "burguesia nacional progressista". O governo Sarney foi apoiado sem restrições pelo PCdoB, até que em outubro de 1986 a colocação de tanques do Exército nas ruas por ocasião da greve geral nacional inspirou uma súbita inclinação do partido à esquerda. O apoio a Sarney foi retirado e condicionado a mudanças na orientação política e econômica da desgastada "Nova República".

Em que se transformaria o PCdoB, se a maioria crítica existente em fins de 1976 lograsse alcançar seus propósitos, democratizando internamente o debate, examinando os erros cometidos, como se pretendia, até as raízes? Seria mesmo factível essa verda-

deira revolucionarização das concepções partidárias, do relacionamento entre bases e quadros, e, em consequência, do corpo teórico formulado pela organização?

Uma coisa é certa: a chacina da Lapa estancou um fértil veio de renovação do marxismo-leninismo no Brasil, fazendo do PCdoB um organismo mumificado, condenado a um radicalismo puramente verbal que apenas cria embaraços aos sucessivos apoios e acordos firmados com o regime. Usando as palavras de João Amazonas, autor do Informe do CC, diremos do PCdoB que uma tendência errônea modificou o seu caráter e impede que cumpra o seu papel revolucionário.

X O SILÊNCIO DO PCdoB

Nada a declarar. A frase tornou-se famosa no decorrer do governo Geisel, de tão repetida pelo ministro da Justiça, Armando Falcão.

A mesmíssima expressão tive de ouvir de uma funcionária da sede nacional do Partido Comunista do Brasil, no dia 26 de novembro de 1986, por ordem do dirigente máximo da organização, João Amazonas. Ele nada tem a declarar, explicou a funcionária, porque o Congresso do PCdoB de 1982 já tratou do assunto¹ e os órgãos partidários publicaram tudo o que havia a respeito. Perplexo, procurei uma confirmação com o funcionário que transmitira a Amazonas o pedido de uma entrevista, pois a recusa a falar pareceu tão estapafúrdia que duvidei dela. Mas era aquilo mesmo, reafirmou o funcionário, "nada a declarar", acrescentando porém, como reforço de argumentação, que "nenhum fato novo" surgira desde 1982...

Fiz então, por seu intermédio, um apelo para que Amazonas reconsiderasse, seja pela evidente importância histórica do episódio da Lapa, seja porque queria discutir a liberação, pelo partido, do relatório enviado por Manoel Jover Teles em fins de 1979 (ou início de 1980).² Ponderei também que efetivamente surgiram fatos

1. Na verdade, esse Congresso, o 6º, realizou-se em janeiro de 1983.

2. Em fins de outubro, Dinéas Aguiar condicionara a entrega do documento a uma "decisão coletiva" que dependeria do regresso de Amazonas, que na época se encontrava na Albânia, participando de um congresso do PTA.

novos, na medida em que testemunhas do massacre foram localizadas e o próprio Jover entrevistado. Artur, o funcionário, comprometeu-se a fazer uma nova consulta a Amazonas e sugeriu uma conversa com o editor da *Tribuna da Luta Operária*, Rogério Lustosa, que estaria com “todo o material” referente ao caso, para publicação na edição de dezembro de 1986.

Procurado, Lustosa, um dos dirigentes nacionais do PCdoB, informou que a *Tribuna* nada publicaria a respeito — na verdade, dedicaria uma página inteira aos dez anos do massacre³ — e emitiu as seguintes considerações, entre outras: 1. não interessa ao partido “polemizar com Jover”; 2. o partido tem por norma não divulgar “documentos internos”; 3. há coisas mais importantes para tratar no momento.

Esta mesma linha de raciocínio presidiria a decisão de não fornecer os nomes dos dois ex-militantes que teriam visto o traidor na prisão (testemunhos fundamentais para desmontar sua defesa). O argumento é de que Jover permanece ligado à repressão, o que cria problemas de segurança.

Num segundo encontro, Lustosa é mais lacônico. Afirma ter consultado seus companheiros de direção sobre a liberação do documento e dos nomes, sendo consensual a opinião que manifestara na véspera, de que o assunto não interessa ao partido. “Melhor deixar esse troço morrer”, encerra a conversa Lustosa, enfático.

A 5 de dezembro consegui voltar a falar com Artur, após inúmeras tentativas sem êxito. Foi uma conversa difícil: a antiga cordialidade de meu interlocutor desaparecera. E o recado de Amazonas não mudara. “O assunto está encerrado”, transmite Artur.

Nos contatos mantidos com o secretário-geral do PCdoB, Dinéas Aguiar, e com outros dirigentes, transmiti as novas informações obtidas — como, por exemplo, as declarações do jornalista Nelson Veiga, feitas em entrevista pessoal. Não procede, portanto, o argumento da inexistência de fatos novos. Deve-se assinalar ainda que os dirigentes com quem conversei admitiram desconhecer as peças do processo que correu na Justiça Militar contra os militantes capturados na operação da Lapa. O processo é composto por 15 volumes de valiosos documentos oficiais. Porém, somente os depoimentos dos presos parecem ter despertado o interesse da direção do partido.

O mais notável, contudo, é o gesto de impedir que se dê publicidade a qualquer informação relativa a divergências internas ou às mazelas do partido. A rigor, se houve um traidor, se foi expulso

3. N° 295.

do PCdoB, se permanece ligado à repressão, se o seu relatório é um amontoado de inverdades — então, exatamente por tudo isso a divulgação *ampla* desse documento é necessidade indiscutível. Mas não: a direção do partido prefere considerar “documento interno” o relatório de um traidor.

Não é a primeira vez que o PCdoB recorre a tal lógica para contestar a publicação de materiais de interesse histórico. Em abril de 1979, a publicação, no semanário *Movimento*,⁴ do documento, datado de 1976, em que Pedro Pomar criticava a política foquista da Guerrilha do Araguaia, causou verdadeira comoção na ala amazonista do Comitê Central. Acontece que este e outros importantíssimos papéis foram apreendidos pelo Exército na casa da Rua Pio XI: “todo o dossiê sobre o Araguaia, com as opiniões da maior parte dos membros do CC, assinados com conhecidos ‘nomes frios’, como também outras notas que lhes permitiram reconstituir toda a relação do pessoal que lá estivera”, segundo Haroldo Lima esclarece em seu memorial.

Assim, com o ocultamento do relatório de Jover, chega-se mais uma vez a uma situação paradoxal em que o Exército e os órgãos de informação do regime sabidamente dispõem de todos os dados, mas o partido que pretende ser o porta-voz do operariado e das massas populares tenta impedir a circulação pública desses mesmos dados! Ora, sendo certa a suposição de que o delator mantém laços com a repressão, é possível que os órgãos de informação possuam cópia do relatório, ou mesmo que tenham de alguma forma participado de sua elaboração. Mas consideremos que isso não tenha acontecido. Se foi assinado por um homem cuja ação resultou em mortes e prisões, por ter passado ao Exército toda a informação vital — que pode haver de tão secreto e “interno” nesse documento?

A postura de silêncio total do PCdoB, só aplicada depois que João Amazonas retornou do exterior, às vésperas das eleições de novembro, foi parcialmente suspensa a 16 de dezembro de 1986, quando o partido realizou atos públicos em algumas capitais, o maior deles em São Paulo, para rememorar a data da chacina. No dia 14 de dezembro, o jornalista Sílvio Giannini publicara na *Folha de S. Paulo* a notícia de que este livro estava sendo preparado. Coincidentemente, no dia seguinte, Amazonas enviou telex às redações dos principais jornais do país, informando a disposição de Eiza Monnerat e Maria Trindade de “contar tudo o que viram” do episódio da Lapa. É verdade que os atos públicos estavam previs-

tos havia muito tempo, pois Dinéas Aguiar fizera referência a eles no final de outubro. Mas é digno de nota que o anúncio de que se contaria “tudo” sobre um assunto “encerrado” tenha surgido somente após a matéria da *FSP*.

Ao falar a cerca de 200 pessoas presentes ao ato em São Paulo em homenagem a Arroyo, Drummond e Pomar, em quase sua totalidade militantes do PCdoB, Elza confirmou que houve um *incidente de segurança* na apanha de Jover, na noite de 11 de dezembro de 1976. O carro com Joaquim Celso de Lima, Elza e Pedro Pomar (que fora apanhado em outro local) cobriu o *ponto* com Jover na Rua Batatais, Jardim Paulista, conforme previsto, e dirigiu-se para a Lapa. Logo tiveram a impressão de que eram seguidos, mas, após algumas manobras de despistamento, concluíram que o seguimento cessara — ou antes, que fora mera impressão.

No entanto, nenhum dos líderes do PCdoB fez referência, no ato público, à existência do relatório de Jover. Quanto aos nomes das pessoas que teriam visto Jover preso, a explicação de Elza foi cômica. Afirmou, em resumo, que a primeira dessas pessoas é uma militante do partido cujo nome Elza não sabe, visto que a conheceu ainda na clandestinidade e não a vê “há uns quatro ou cinco anos”... Que a outra é um membro de outra organização partidária que, encontrando-se com Elza certa vez em lugar público, disse-lhe: “Quando estive preso com Jover...”, e cujo nome ela também desconhece. Ora, das duas uma — ou se trata de uma demonstração de total irresponsabilidade, ou a existência dessas testemunhas foi fabricada pelo PCdoB.

Na mesma ocasião o jornalista José Fernando Lefcadito, do *Jornal do Brasil*, entrevistou João Amazonas. Esse depoimento permaneceu inédito e é aqui reproduzido na íntegra.

A traição de Manoel Jover Teles hoje já é um fato dado como definitivo no partido. Em 1978 [*sic*], depois de um estudo minucioso do que aconteceu na Lapa, o partido denunciou Jover como traidor. Desde muito tempo nós já sabíamos que tipo de bandido se infiltrou em nosso meio. O próprio general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército em 1976, mais tarde declarou que o Exército tinha informações de um dirigente traidor. Esse miserável era Jover Teles.

Jover Teles não sabia que eu estaria viajando. Por isso, os homens da repressão quando foram à casa da Lapa pensavam em matar também a mim. Já está comprovado. Ele foi preso no Rio dois ou três meses antes da reunião, fracassou

totalmente e trocou sua vida pelas dos camaradas. É um tipo repelente, capaz de levar os inimigos para a reunião.

Ao final da matéria, Lefcadito registrou: "Nem ele [*Amazonas*] nem Elza Monnerat, contudo, são capazes de dizer quem viu Jover Teles preso no Rio."

XI

REVOLUCIONÁRIOS MARCADOS PARA MORRER

Ângelo Arroyo, nascido em São Paulo em 1928, era um dos poucos operários pertencentes ao Comitê Central do PCdoB. No antigo Partido Comunista ele teria entrado em 1945, elegendo-se membro do Comitê Regional paulista já no ano seguinte, ao mesmo tempo em que dirige o Distrital da Moóca, bairro fabril.¹ Líder sindical metalúrgico, atua nas fortes greves do biênio 1952-53 em São Paulo. Ascende ao Comitê Nacional do antigo PCB em 1954, eleito pelo IV Congresso. No V Congresso, em 1960, rejeita o caminho da "transição pacífica para o socialismo", juntando-se ao grupo que fundaria o PCdoB — ou o reorganizaria, como entende o partido — na Conferência Nacional Extraordinária de fevereiro de 1962, que o elege membro do CC e da Executiva Nacional. A partir de 1964 é condenado à revelia, em vários processos abertos na Justiça Militar, a penas que somarão 11 anos de prisão.

No início da década de 70 Arroyo estará nas matas do Araguaia, no Pará, integrando a Comissão Militar que dirige as forças guerrilheiras do PCdoB. Quando, na terceira campanha do Exército, a Guerrilha é finalmente derrotada, reduzida a duas dezenas de combatentes mal equipados e famintos, os líderes restantes — Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, entre eles — decidem que Arroyo deve bater em retirada, retornar ao sul do país e informar o

1. Estes e alguns outros dados dos perfis de Arroyo, Drummond e Pomar foram obtidos em *A Classe Operária*, nº 112, de janeiro de 1977.

partido sobre a situação no Araguaia. Arroyo resiste, mas eles o obrigam, em janeiro de 1974, a tentar a fuga ao lado de um companheiro. Consegue furar o cerco do Exército e restabelecer o contato com a direção nacional do PCdoB. Assim, é dele o mais extraordinário relato das ocorrências da Guerrilha, escrito em 1974. Seco, desprovido de floreios ou de apreciações de caráter subjetivo, esse depoimento é uma fonte histórica somente comparável, em valor, ao diário de outro comandante da Guerrilha, Maurício Grabois.²

A derrota sofrida no Araguaia, a perda de tantos companheiros, a circunstância de ser um dos raros sobreviventes, fizeram de Arroyo um homem amargurado, "para quem o correto teria sido morrer com os demais companheiros"³.

Aos 48 anos, tomba desarmado, desavisado, na casa frágil de uma grande cidade, o guerrilheiro que escapara na selva às tropas de elite do regime militar.

O mineiro João Batista Franco Drummond era, nos seus 34 anos, um dos mais jovens membros do Comitê Central. Oriundo da Ação Popular, passou a fazer parte da direção nacional do PCdoB em 1974, data da fusão dos dois partidos. Sua adesão ao PCdoB, contudo, já se dera bem antes, em 1972, quando ele integrava a direção da AP na Bahia. Em ocasião particularmente dramática para o PCdoB — que vira *cair* todo o seu Comitê Regional —, Drummond é quem aciona a transferência de militantes e quadros da AP para a outra organização.

Ativo no movimento estudantil, presidiu o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte; foi um dos principais organizadores do 27º e 28º Congressos da União Nacional dos Estudantes. Depois atuou junto ao movimento camponês do sul de Minas Gerais, e, posteriormente, como militante da AP, em Pernambuco. Sua ação contra o regime militar lhe valeu condenações, à revelia, a 14 anos de prisão.

Entre 1974 e 1976, Drummond morou em Goiânia, trabalhando como fotógrafo. Dedicava-se à implantação de organizações de base do PCdoB em Anápolis, reduto oposicionista, segundo centro econômico de Goiás. Um surto de prisões de militantes do PCB e remanescentes da VPR, em 1975, gerou notícias controversas:

2. O diário de Grabois foi apreendido pelo Exército, provavelmente em dezembro de 1973. O relatório de Arroyo é encontrado na íntegra em *Araguaia — o Partido e a Guerrilha* (Ed. Brasil Debates, 1980), de W. Pomar.

3. Cf. *Araguaia — o Partido e a Guerrilha*, p. 46.

em reunião do Comitê Central, Drummond é dado como morto. Durante alguns meses ele perde o contato com as estruturas partidárias. Resolve então, para rearticular-se, procurar pessoas em Salvador, onde morara. Casualmente encontra um militante, em uma rua do centro, e refaz as ligações.

— Você não morreu, seu fresco?

— Morri nada!

— Até elogio fúnebre fizeram para você.

— Sacanagem. Agora, se eu for preso e me comportar mal, vão dizer: por que o sacana não morreu mesmo naquela época?

Isso se deu em finais de 1975, ou início de 1976. Um ano após, o decidido Drummond seria vítima do derradeiro "atropelamento" praticado pela ditadura. Arrancaram-lhe a vida, mas dele não obtiveram informação alguma.

Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, nascido em Óbidos, Pará, em 1913, ingressa no antigo PCB em 1935, a tempo de apoiar a insurreição da Aliança Nacional Libertadora. Antes porém, fuzil na mão, toma parte do movimento de 1932 contra o poder central, que resulta em choques armados em Belém nos dias 6-7 de setembro. Preso várias vezes antes e durante o Estado Novo, radical-se no Rio de Janeiro em 1941, depois de fugir da cadeia em Belém.⁴ Torna-se então membro da Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB. Em 1943, é um dos articuladores da Conferência da Mantiqueira — que reorganiza o partido, destroçado pela repressão estadonovista —, elegendo-se membro do Comitê Nacional e da Executiva. Em 1945-46, dirige o *Tribuna Popular*, diário legal, e mais tarde o *Imprensa Popular*.

Nas eleições complementares de 1947 elege-se deputado federal por São Paulo, com votação superior a 100 mil votos, a maior da época. Como concorreu pela coligação Partido Social-Progressista-Partido Comunista (PSP-PCB), escapa à cassação ordenada pelo general-presidente Dutra — em 1947 os comunistas foram colocados novamente na ilegalidade — e exerce seu mandato até 1950, quando retorna à clandestinidade.

No V Congresso do PCB, será um cáustico crítico da linha política imposta por Prestes; em fevereiro de 1962 estará entre os criadores do PCdoB. Eleito membro do CC e da Executiva, é indicado ainda redator-chefe de *A Classe Operária*. Por volta de 1970, divergências com a linha voluntarista adotada pelo PCdoB fazem-no sofrer um ostracismo semelhante ao que viveu na década de 50

4. Esses e outros episódios são descritos em detalhe no livro *Pedro Pomar* (Ed. Brasil Debates, 1980), de Luiz Maklouf Carvalho e outros.

no PCB; é então afastado, na prática, das atribuições efetivas de dirigente. Somente no início de 1973 retomará importantes funções, ao assumir a direção da Comissão Nacional de Organização.

Pomar representou o PCB e depois o PCdoB em reuniões e congressos internacionais — na China Popular, Albânia, Romênia e México — e estudou dois anos na União Soviética. Era, sem sombra de dúvida, um dos mais preparados intelectuais comunistas, um homem apaixonado pelas lições da História.⁵ A alguém disse certa vez que não percebera de imediato o papel desempenhado por Catilina nos choques sociais da antiga Roma. “Depois é que fui entender — o bandido não era Catilina, o bandido era Cícero!” Por uma dessas artimanhas das classes dominantes, os golpistas de 1964 se autodenominaram “revolucionários”. Uma guarda pretoriana dos “revolucionários” liquidou, aos 63 anos, o revolucionário Pomar.

5. Não por acaso, traduziu os dois primeiros volumes de *Ascensão e Queda do III Reich* (Ed. Civilização Brasileira), de William Schirer.

QUARTA PARTE

1976

JANEIRO — O operário Manoel Fiel Filho é assassinado no DOI do II Exército. Geisel destitui o general Ednardo D'Ávila e nomeia em seu lugar o general Dilermando Gomes Monteiro.

JULHO — O Comitê Central (CC) do PCdoB reúne-se pela primeira vez na casa 767 da Rua Pio XI, na Lapa, em São Paulo.

NOVEMBRO — O dirigente do PCdoB Manoel Jover Teles, desarticulado da organização há meses, é recontactado no Rio de Janeiro.

DEZEMBRO

10 — O general Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do II Exército, envia a Erasmo Dias ofício secreto sobre a ocorrência de reuniões do PCdoB em São Paulo e cita a presença de Aldo Arantes, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar.

11 — À noite, Jover e Pomar são apanhados para a reunião que começará no dia seguinte. No trajeto para a Rua Pio XI, após o embarque de Jover, há um "incidente de segurança": uma impressão de seguimento que logo se desfaz.

12 — Reúne-se a Executiva do CC. Presentes: Aldo, Arroyo, Haroldo Lima, Jover e Pomar.

- O motorista Joaquim Celso de Lima vai da Rua Pio XI ao Itaim-Bibi, onde tem uma oficina de consertos elétricos, e é seguido por agentes do DOI.

13 — Segundo dia de reunião da Executiva do CC.

- Chegam à casa da Rua Pio XI João Batista Drummond, José Gomes Novaes e Wladimir Pomar.

14 — Começa a reunião do CC.

- Novo ofício secreto do II Exército para Erasmo Dias menciona o endereço do *aparelho* e marca dia e hora para o ataque.

- O general Dilermando discursa para seus oficiais, avisando que o bom cristão deve vibrar o chicote contra as ideologias malsãs. *Se vis pacem, para bellum*, diz.

15 — Por volta de 20 horas, termina a reunião do CC.

- Aldo, Drummond e Wladimir são presos em outros pontos da cidade. O DOI localiza a casa de Haroldo.

16 — Drummond morre no DOI durante a madrugada.

- Novaes e Jover fogem. Elza e Joaquim são presos e o carro apreendido.

- A casa é atacada. Arroyo e Pomar são assassinados. Maria Trindade é presa. A repressão apreende farta documentação do PCdoB.

- Haroldo é preso ao sair de sua residência. Os agentes do DOI permanecerão quatro dias na casa, à espera de que alguém apareça.

- O II Exército divulga nota oficial atribuindo a morte de Drummond a um atropelamento, e as mortes no *aparelho* a um tiroteio.

17 — Os presos são transferidos em sigilo para o DOI do I Exército, no Rio de Janeiro.

- Os jornais noticiam a chacina e situam o número de presos no episódio entre dez e 15 (na verdade foram seis).

18 — Aparece nos jornais o nome de Aldo como um dos presos.

24 — Dilermando envia à 1ª Auditoria Militar a relação dos presos.

25 — A imprensa publica nomes e fotos dos militantes encarcerados.

27 — Aldo, Elza, Haroldo e Wladimir são levados de volta a São Paulo.

30 — Quebrada a incomunicabilidade de Aldo.

31 — Quebrada a incomunicabilidade de Haroldo.

1977

JANEIRO

18 — O jornal *O Popular*, de Goiânia, publica foto de Drummond com seu nome de guerra e pede informações sobre o "desaparecido". É uma isca da polícia.

20 — Quebrada a incomunicabilidade de Wladimir.

FEVEREIRO — Os presos são transferidos para o Presídio do Hipódromo.

JUNHO

30 — Termina o julgamento na 1ª Auditoria Militar, iniciado na véspera. Os dirigentes do PCdoB são condenados a cinco anos de prisão, o motorista Joaquim a três anos e Maria Trindade absolvida.

1978

JUNHO — O Superior Tribunal Militar reduz todas as penas.

OUTUBRO — O PCdoB realiza, em Tirana (Albânia), a primeira parte de sua VII Conferência Nacional.

NOVEMBRO — Dilermando deixa o comando do II Exército negando a prática de violências do DOI.

1979

JANEIRO — Encerrada a segunda e última parte da VII Conferência Nacional do PCdoB. Aldo, Elza, Haroldo e Wladimir são destituídos do CC, por "mau comportamento".

ABRIL — O jornal *Movimento* publica a Carta de Pomar, documento escrito em 1976. Os militantes do PCdoB tomam conhecimento de profundas divergências internas na avaliação da Guerrilha do Araguaia.

AGOSTO — Aprovada a anistia.

NOVEMBRO

24 — O secretário-geral do PCdoB, João Amazonas, retorna ao Brasil.

25 — Um enfarte mata Diógenes Arruda, dirigente do PCdoB que tentava conciliar as duas alas do partido.

26 — Os membros do CC ficam sabendo que Manoel Jover Teles, desaparecido desde a queda da Lapa, está vivo e mora em Porto Alegre.

1980

MARÇO — O PCdoB "racha" em duas posições irreconciliáveis.

1983

JANEIRO — O 6º Congresso do PCdoB expulsa Jover como traidor.

1985

AGOSTO — Na esteira da identificação do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra como torturador, a revista *IstoÉ* revela que esse oficial coordenou a operação contra o PCdoB em dezembro de 1976.

TRANSCRIÇÃO PARCIAL DAS ANOTAÇÕES DE ALDO ARANTES NA REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL DE DEZEMBRO DE 1976

DOCUMENTO ARAGUAIA.

Jorge (Arroyo)

1ª manifestação do Partido reconhece sua participação ativa.

Caráter foquista — não conclusivo.

Objetivo principal — dar satisfação Partido e povo.

Procura capitalizar resultado Araguaia.

Despesa Partido para questão Araguaia.

Conteúdo:

Acontecimento político de destacada importância.

Situação massas camponesas — região — agrupamento contradições (perdidos).

Moradores mais resolutos resolvem resistir.

Significado político luta Araguaia.

Indica viabilidade da GP. Pequeno grupo mal-armado pode enfrentar as tropas do inimigo, apesar das concepções falsas, erros.

Levar a idéia da revolução para o campo.

Significado da resistência na Amazônia.

Ditadura procura apresentar a resistência como definitivamente esmagada.

Surgimento Araguaia, porque Araguaia foi derrotada.

Procurou-se chegar a uma opinião quase comum — Concessões mútuas.

Cada companheiro (?) suas posições.

A resistência não conseguiu consolidar-se nem transformar-se num amplo movimento armado. Após dois anos teve que retroceder. Reconhece que o Araguaia sofreu uma derrota. Pouco dúvida se definitiva ou não.

Causas da derrota:

1 — A GG limitou-se a uma zona pouco extensa não podendo atingir amplas massas.

2 — Não chegou a criar sólida base política de massas (antes ou depois-questionamento).

3 — Insuficiente apoio logístico.

4 — Ressentiu-se de retaguarda segura. Faltou experiência da LA. Dispersou-se para procurar novas formas de luta.

1ª campanha — mortes 4

 prisões 5

2ª campanha — mortes 8

 prisões 1

3ª mortes 8

 fuga (desde o começo) e 4 saíram.

Total de mortos 25. Podem ter ficado 30 (isto no início de 74) — quando Arroyo se afastou da R.

Não tem notícias de 31 — total 69.

Baixas do inimigo — 4 soldados e 3 bate-paus.

Perdas em choques com o inimigo.

Experiência.

Somente apoiado nas massas é possível viver (sobreviver no início).

Não basta um só Araguaia.

Papel das cidades/Vilas lugarejos — ajuda na luta.

Importância das cidades.

Domínio da arte militar.

Grande repercussão do Araguaia.

Censura férrea até agora.

Notícias. Por quê (?) (Partido) (?). Procura capitalizar novas camadas não tomando conhecimento do Araguaia.

Quadro Volpini — “Viva GG do Sul do Pará”. Título “Penhor da Liberdade”, Notícia do *ESP*.

Entrevista com C. Borja “IstoÉ”. Fala em potência estrangeira interessada no país e que 99% da população não sabem o que ocorreu.

Objetivo em torno da unidade.

Bournier (Almirante) — Ataque GG (?) exemplo Araguaia.

Conferência do comandante da 1ª RM — sobre o Araguaia. Afirmou que o Exército conseguiu com facilidade aplicar (?) apoio camponeses Exército, muito forte.

FSP — Alto custo de vidas humanas. (?) Igreja substitui comunistas na defesa dos camponeses.

Dec. Grileiro — proprietário três mil hectares "Posseiros apoiaram o Exército".

Repercussão lutas camponesas. Área onde GG atuou. Difícil esconder.

Repercussão GG P. e amigos.

Preocupação remediar através de doação de títulos.

Ex. ocupou área — repressão e demagogia.

Água Branca — prenderam 4 policiais.

Vila Rondon (?) três americanos.

São Geraldo — mortes soldados.

Despertar massas do campo.

Lutas áreas GG (?)

Sofreram inf. GG.

Violência Ex. contra massas camponesas — torturas, assassinatos.

Treinamento militar — envio 400 para EUA e vinda N.A. para aprender.

Cosac — Comp. OP. Selva.

LA experiência prática.

Títulos e operações Aciso.

Federalização terras Amazônia.

Tentativa dividir Igreja — expulsão Pe.

(1972)

1 — Dest. A — início 24 saiu Regina antes de iniciar. Nilo dispensado. Início com 22. Regina saiu por questões de saúde — serviços.

Ag./set. — viagem Alice saúde — início com 21.

Fim set. morte Elenira.

Trégua — recrutamento de 7 elementos das massas. Transferência do Destacamento — C. Set. 73 fuga Paulo.

3ª campanha — início 23.

2 — Dest. B — início 21.

3ª campanha B com 12 (1 massas).

3 — Dest. C — 20 elementos (maiores perdas) 1 elemento de massas.

3ª campanha — 14 elementos.

4 — C. M. — 6 com dest. guarda (8)

3ª campanha — 8 comp.

Início — 69 — Início 3ª campanha 57.

Augusto (Haroldo)

Repercussão grande, até maior do que está aparecendo.

Repercussão (?) área e documento-superficialidade.

Voluntarismo — A vida mostra que resolvemos sair no momento

que quiser. E agora?

Evaristo (Drummond)

Concordância com a situação objetiva favorável. Não estamos em condições de dar resposta.

Não resolução trabalho Araguaia (faltam conclusões).

Risco espontaneísmo.

Luta crítica explícita — Passa de uma posição para outra sem ir às raízes dos erros anteriores. Questões eleições.

Parcial vitória. Fim. Que era nossa.

Não exprime bem (documento apresentando o consenso da reunião)

Não tira (?) s/ que existia p/ ponto de vista majoritário.

Luta de classes — luta de idéias.

Questão chave é resolver questão LA.

Autocrítica política/ideológica e militar.

Waldir (Wladimir)

Em desencontro o documento e o relato.

Quatorze anos de dificuldades para definir o caminho da LA.

Apesar maioria, sai um documento em que predominam teses que não são as mais corretas. Restrição.

Documento relatório "base política massas". Fundamentação não está de acordo com os resultados.

Não estamos com coragem política ideológica para o auto/política. Como foi descoberto?

Causas superficiais. E as causas mais profundas? Os porquês dos porquês?

Projeto colonização (Projeto Meireles). Combinar a grande com a pequena propriedade — dez milhões de hec.

Manobra secreta invasão Guiana — 75 dias manobras secretas.

Abre-se debate ou não?

Jorge Velho (Novaes)

Doc. não fica claro derrota.

Concorda ir a fundo.

Causa principal causa política ou militar? Questão principal é política. Concepção da GP.

Apoio 90% massa muito relativo. Nós fomos fazer. Participação massa e apoio massa (diferença).

Falta apoio logístico — falta apoio massas. Programa saiu depois do início LA.

Humildade compreender derrota política.
Concepção GP incorreta.

Oliveira (Jover)

Erro tirar documento.
Toda posição conciliadora não ajuda. Documento materializa conciliação.
Acordo apresenta dificuldades onde um lado fez concessões de conteúdo.
Direção compadre.
É um documento. Já é uma orientação. Não reflete a posição (majoritária) da direção.
Estratifica uma opinião.
Certa concessão, capitulação.

Maria (Elza)

1945 – Palavra de ordem reforma agrária.
Pega em armas (Araguaia) – Exemplo.

Souza (Pomar)

Comunicados – Onde?
É de moradores ou não? Versão não aceito.
Dificuldades como capitalizar.
Companheiros agarrados outro lado – velhos oportunistas.
Guerra popular – Guerra particular.
Dificuldade apreciar.
Experiências gerais – não é aí que a questão pega.
Concepção de fundo nacional-burguesa. Não aborda do ponto de vista da Classe Operária e do campesinato, mas sim do ponto de vista da pequena burguesia; Afirmação de que guerra é camponesa; Repercussão foquismo.

Jorge (Arroyo)

Subestimação do inimigo (erro principal).

MEMORIAL DE HAROLDO LIMA A RESPEITO DE SEU AFASTAMENTO DO COMITÊ CENTRAL (1979)

A importância deste documento consiste, primeiro, nos aspectos políticos e ideológicos: a contestação de uma decisão "administrativa" injusta (a destituição do CC), a discussão dos métodos de enfrentamento com os torturadores. Ainda que se possa receber com reservas a retórica de certas afirmações de Haroldo, é digno de atenção o relato que faz das várias fases do procedimento dos órgãos de repressão. Segundo, no aspecto informativo, histórico: este é o mais completo registro de tudo o que caiu em mãos da repressão no "aparelho" da Rua Pio XI e na casa do dirigente.

Recebi a notícia da decisão que teriam tomado relacionada comigo e demais companheiros presos no final de 1976. Devo dizer que não me satisfiz a conclusão a que chegaram e pretendo, quando possível, recolocar a questão.

Para que os camaradas tenham um quadro mais completo das minhas razões exponho abaixo aspectos fundamentais da experiência que vivi; de acertos e erros ocorridos e da forma pela qual se sucederam. Não pretendia fazer isso por agora, pelos naturais riscos de segurança que a minha atual situação encerra e acentua. Mas a antecipação da parte de vocês da avaliação do ocorrido força-me a relatá-lo com mais minudências.

Quero, em primeiro lugar, manifestar a minha surpresa, a minha estranheza, pelo fato de terem procedido à avaliação em pauta independentemente da existência deste relato que ora faço. Porque, se lhes escrevi (com reservas, pelas circunstâncias; há coisas que nunca devem ser escritas), foi para tratar da queda, sua circunstância, sugestões de cuidados etc.; falei de comportamentos por alto, de modo algum com pretensão a esgotar a questão. Nem dei conhecimento do que fiz aos demais companheiros que, assim, foram desconsiderados *in totum*, num processo em que seus comportamentos estavam em julgamento sem que eles fossem ouvi-

dos, ou mesmo notificados do fato, para eventual pronunciamento a respeito.

A propósito, ainda que não tenha em mãos os Estatutos do nosso Partido, tenho a impressão de que lá existe qualquer coisa a respeito desse assunto, qualquer coisa no mesmo sentido que uma anotação aqui existente, feita com base em palestra proferida pelo (A). O título V dessas notas refere-se aos deveres e direitos dos membros do Partido. O item d), da sua segunda parte, estabelece como direito do membro "exigir sua participação na discussão de todas as questões que se refiram a decisões sobre suas pessoas etc."

Se é que os Estatutos do Partido não contêm formulação tão expressa a respeito, na Comissão de Organização era bem essa a norma pela qual procurávamos nos pautar, pelo menos nos últimos sete anos, desde 1972. A decisão final sobre os casos (1) e (2) foi tomada pelo CC no final de 1976, quase quatro anos passados das quedas dos mesmos! No caso, tínhamos em mãos dois relatos feitos pelo (2) em um período em que esteve em liberdade, e dispúnhamos de dados muito concretos sobre quedas de algumas pessoas e frentes de trabalho ocasionadas por informações abertas pelos dois. Quando informei ao (A) sobre nossa disposição de expulsá-los, este concordou, por força dos fatos inquestionados, mas alertou-me de que seria um procedimento excepcional na vida do Partido, posto que ¹ os mesmos ainda eram prisioneiros.

(6) e (4) puderam escrever relatos já em liberdade e foram ouvidos individualmente após saírem da prisão. Só depois é que se procedeu à avaliação dos seus casos. Em ambas oportunidades esperamos, o CC esperou, cerca de quatro anos!

De sorte, camaradas, que estranhei, não entendi, a pressa com que agiram para efetuar a avaliação que fizeram, em um tempo que não chegou à metade do transcorrido nas situações a que me referi: um ano e nove ou dez meses, e a circunstância de tudo isso ter sido feito com companheiros ainda presos.

Evidentemente que a mim parece justificável uma medida mais pronta quando fatos graves o exigem. Não era o caso. Pois, neste, o que ressalta é que, após um golpe inicial vigoroso e cruelto da repressão, nenhuma queda se deu, nem de frentes de trabalho nem de pessoas, fato que trouxe, para o Partido e para nós, em locais donde nos chegam notícias e, por exemplo, aqui onde estamos, muita respeitabilidade.

1. Sic.

ASPECTOS CENTRAIS DE UMA EXPERIÊNCIA.

Estavam muito presentes em mim, quando fui preso, as discussões havidas na Comissão de Organização a respeito do problema de segurança geral do Partido, notadamente as orientações atinentes ao comportamento de um militante na eventualidade de ter que enfrentar a tortura do regime atual. A referida comissão estava elaborando um documento a respeito, que inicialmente passou por uma primeira redação dada pelo (5), e depois por outra, mais desenvolvida e precisa, dada pelo (6). Havíamos observado que as orientações do Partido neste aspecto eram, por um lado, antigas ("Se fores preso camarada" e artigo mais geral saído na *Classe* mais recentemente), por outro e por isso mesmo, não estavam efetivamente ajudando os militantes nos momentos de enfrentamento das torturas.

Na elaboração do novo documento efetuou-se esforço com vistas a se fazerem indicações mais concretas e sobretudo mais ajustadas ao nível das torturas do regime atual brasileiro, em suma, levando em conta as experiências sabidas.

Neste sentido, viu-se a necessidade de se destacar os exemplos meritórios daqueles que não cediam na tortura qualquer informação, nem confirmavam nada de alguma importância, custasse o que custasse, como por exemplo (C), (D) e (E), que morreram, (F) e (A) que conseguiram se salvar. Mas observou-se que, repetidas vezes, o torturado desestruturava-se ideologicamente e arriava suas defesas no momento seguinte ao seu primeiro erro, ou no momento seguinte à primeira informação que confirmasse ou desse. A consciência de que atingir o objetivo a que se propunha — não dizer nada — tornara-se impossível, levava à sensação de derrota moral completa ou muito grave e irre recuperável. Tal sentimento, apossando-se do militante enquanto os mais sofisticados métodos de tortura lhes estão sendo aplicados, constituía-se no ponto de partida para a debacle total, para erros subseqüentes de gravidades crescentes. Os militantes, às vezes, não mais se recuperavam, enveredando pelo caminho da traição, passando a entregar companheiros, a abrir frentes de trabalho. Aqui onde estou pude verificar como foi freqüente esse mecanismo de derrota ideológica em tantas pessoas. É como se a luta contra a tortura fosse regida pelo maniqueísmo do tudo ou nada e não uma luta prolongada como verdadeiramente é, dentro de seus limites, uma luta em que é fundamental a manutenção da moral elevada em todo o seu transcurso, tendo-se claro que, mesmo se caindo em batalhas parciais, deve-se levantar, encher-se de determinação, para não se cair em nenhuma batalha decisiva.

Para ajudar os camaradas a terem essa atitude, atinou-se ser necessário destacar que no confronto com a tortura do inimigo nenhuma informação pode ser dada, nenhuma confirmação pode ser feita que ameace a organização, que leve à queda de qualquer trabalho, ou de parte de trabalho, ou de companheiros do Partido, ou de simpatizantes da causa, ou de amigos, ou de quem quer que seja. A tortura, a mais terrível, não poderia justificar nenhum prejuízo objetivo ao Partido, ou aos seus amigos, nenhuma ameaça à sua organização e, é claro (nem esteve em cogitação), nenhum dano moral (criticar Partido e afins).

Exponho agora como enfrentei a tortura do regime fascista. Atenho-me ao meu caso, como é natural. Embora considere que todos deveriam ter sido ouvidos preliminarmente à análise dos seus casos.

1. *A imediata ofensiva política* — Atacado, ferido, imobilizado e introduzido em um carro, sob grande alarde, quando saía da casa em que residia, tentei, dentro do veículo, destruir a lista de onze "pontos" que teria por aqueles próximos dias. Fui espancado e amordaçado. Não consegui meu intento. Fiquei tranqüilo, contudo, sabia que os "pontos" não seriam descobertos pois que estavam cifrados. E estava absolutamente certo de que não os decifriariam.

Ao chegar ao Rio, 24 horas após a prisão, mandam-me tirar a roupa. Veio-me à cabeça o procedimento que tanto admiro do (F). Respondo que não tiro. Sob pancadaria despem-me, deixam-me apenas com capuz, algemado, mãos às costas.

Havia perdido muito sangue com um corte na cabeça. Há 24 horas não comia nada. Espancado e tenso, estava fraco fisicamente. Mas percebi estar numa sala mais ou menos ampla, onde havia diversos militares que hoje sei serem do DOI-CODI do Rio de Janeiro. Então, levantei a minha voz em enérgico protesto perante tudo que estava acontecendo. O seqüestro de que fui vítima, o ultraje de me tirarem a roupa, a covardia de me espancarem enquanto estava amarrado. Carreguei na denúncia da tortura, no caráter covarde de um exército torturador. Falei no assassinato que eles já tinham perpetrado de quantos patriotas e democratas, especialmente de vários comunistas. Disse-lhes que estava sabendo que iriam me matar mas que veriam, mais uma vez, como morre um comunista, batendo-se, lutando. Afiancei-lhes que tinham em mãos uma lista de meus onze "pontos", porém codificados, e que estivessem certos que morreria mas não entregaria nenhum companheiro. À proporção que ia falando, empolgava-me, e sentia pelos murmúrios, pela zoadas, que a sala ia se enchendo de gente. Enveredei pelo terreno

político. Passei a denunciar o entreguismo desenfreado do governo. A entrega do que tinha de fundamental na economia do Brasil, de partes do território nacional, das jazidas minerais, da Petrobrás. Mostrei quem eram os patriotas — nós, os perseguidos, o povo — e quem eram os traidores da Pátria — eles, o governo, a ditadura — que negociavam com a soberania nacional. Falei sobre democracia, reforma agrária, educação, saúde, corrupção, o diabo. Falei muito, não sei ao certo por quanto tempo, mas calculo que por mais de duas horas, em altos brados, nu, com um capuz à cabeça e mãos algemadas às costas, até que desmaiei de fraqueza e caí no chão. Depois de recuperado fui levado imediatamente à “geladeira” para o início das torturas propriamente ditas.

2. *“Pontos? sei e não digo”* — Na “geladeira” passei mais ou menos 12 horas ouvindo sirenes, gritos histéricos, sons de explosão, ruídos os mais diversos em intensidades ensurdecedoras, submetido a variações bruscas de temperatura e a banhos de água gelada. Esfregando a cabeça pelo chão e pelas paredes consegui arrancar o capuz e ficar olhando para a porta, para incrível desespero dos torturadores, que passaram muito tempo sem coragem para entrar no cubículo, ameaçando pelo alto-falante as piores represálias se não pusesse de novo o capuz. Talvez por isso, quando um deles, correndo, entrou no recinto e me enfiou novamente o capuz, aos trompaços tiraram-me daquela sinistra caixa preta que uma inteligência doentia projetou com controles remotos, circuito interno de televisão etc., para um departamento de sevícias do governo terrorista. Fui então algemado em uma cadeira, uma poltrona, que saberia depois ser a “cadeira do dragão” daquele centro de torturas. Aí, algemado, nessa cadeira, passei onze dias e onze noites ininterruptamente, só sendo retirado poucas vezes para as necessidades fisiológicas. As sessões de choques elétricos foram ministradas nessa cadeira até poucos momentos antes de eu ser desamarrado e posto no avião que me trouxe de volta a São Paulo. Nos onze dias, poucas vezes comi, as mais das vezes colheradas postas em minha boca, salvo no último dia, quando me deram um sanduíche. Poucas horas dormi em todo o período, na cadeira, algemado, nu, evidentemente que nunca pondo o corpo na horizontal.

Às primeiras perguntas sobre os “pontos” a minha resposta se pautou pelo mesmo tom altamente ofensivo com que até então havia me comportado. “Sei e não digo”, respondi, lembrando-me de (C). A corrente contínua do gerador de corrente fazia vibrar o meu corpo. Um terminal era fixado em algum dedo do pé. O outro era fixado ora em uma perna, ora em uma mão, ou numa orelha, ou nos órgãos genitais e ânus. A dor era terrível. O calor provocado

pelas espumas que me eram envolvidas para não possibilitar ferimentos era asfíxiante. Sabia que os "pontos" ocorreriam pelos próximos cinco dias. Sabia também que o pessoal poderia não mais os cobrir. Mas calculava que alguns companheiros lá poderiam ir. Não poderia arriscar. Não tive dúvidas. Agüentei firme. A partir de certo momento montaram uma farsa pela qual tentaram me fazer crer que o Natal já havia passado, ou seja, que mais de nove dias já haviam decorrido de minha prisão. Denunciei a farsa. Desistiram de me interrogar sobre os "pontos". Lá pelo décimo dia voltaram a fazê-lo. Como tinha então absoluta certeza de que os prazos dos "pontos" já estavam todos ultrapassados revelei em que trechos de ruas alguns deles teriam funcionado.

3. *A batalha da gráfica* — Logo nos primeiros dias um fator se interpôs para prejudicar bastante as condições de minha luta: o volume de material apreendido no *aparelho* e em minha casa. Documentos datilografados, documentos variados, retratos de viagem, muitas anotações minhas de conversas e reuniões com diferentes pessoas e organismos etc. Isto se somava ao volume verdadeiramente grande de informações semi-atualizadas que a repressão tinha da situação organizativa do Partido: composição do CC, composição de comissões e de algumas direções regionais, estas últimas, mais anacrônicas.

Pasta com todo um projeto de ampliação da gráfica caiu no *aparelho*. Catálogos de máquinas offset, exposição de vantagens e desvantagens das mesmas, relação de preços e apreciação minha opinando sobre as diferentes opções, tudo isso estava na pasta. O nome frio com que assinava os materiais, os diferentes nomes frios que já tive, os diferentes nomes frios dos diferentes companheiros, muitos dos quais eu nem conhecia, eram sabidos. Em minha casa caíram duas anotações recentes de reuniões realizadas na própria casa da gráfica, com pessoal que ali morava. Começaram a me torturar para dizer onde ficava a gráfica e essa foi a razão pela qual mais me torturaram. Por esse objetivo fui submetido a várias sessões de choques. A certa altura, depois de um intervalo de descanso na cadeira, voltaram a me amarrar e a me calçar com as asfíxiantes espumas que preveniam ferimentos. Tudo aprontado pelos meganhas, entra no recinto o grupo de comandantes da tortura. Lembro-me perfeitamente da voz estrepitosa de um dos mais truculentos: "Temos certeza absoluta de que você sabe onde fica a gráfica. E vamos *extrair* esta informação de você, agora", e grifou a palavra extrair. Gritava que não sabia, que havia ido àquela casa de olhos fechados, enquanto os choques prosseguiam. Havia momentos em que o clima de terror era completo:

aceleravam a rotação da manivela do gerador, o choque aumentava, meu corpo vibrava amarrado e todos gritando "mata, mata", "diz ou morre" etc. Só quando minha voz já saía com dificuldade, no murmúrio de "não sei", e minha cabeça pendida sobre o peito já não tinha forças para se levantar, o médico, que auscultava o meu coração e me tomava o pulso, deu ordens para suspender a sessão. Afrouxadas as amarras que me prendiam, um a um foram saindo os torturadores, exaustos de torturar. Fui ficando só, queimando de calor, banhado de suor, dentro da espuma que não foi retirada, para que eu sofresse outro suplício terrível — a sede. O último a sair foi o grosseirão de voz trovejante que comandou a operação. Ao passar por mim, vendo-me completamente indefeso e arrebatado na cadeira, disse um palavrão e desferiu-me tão violento golpe de caratê na altura do coração que momentaneamente desfaleci e perdi a respiração. Quase dois meses depois a região do coração ainda estava tão dolorida, e doía-me tanto quando dormindo me virava para o lado esquerdo, que pedi um exame médico para ver o alcance da contusão.

Poucos minutos se passaram desse episódio e eis que um grupo silencioso, aparentando gravidade, retorna à sala, discute entre si e se acerca de mim dizendo mais ou menos o seguinte: "Não temos dúvidas de que você sabe a localização da gráfica. Você sabe que o CC caiu e que se cair a gráfica o Partido está desmoralizado e acabado. Por isso você não fala. Mas acabamos de tomar esta decisão: ou nos diz o local agora ou morre agora. Veja essa arma (e levantando o capuz mostraram-me um revólver). Aqui está uma bala sendo posta na terceira posição do tambor. Com o cano no seu ouvido puxaremos o gatilho três vezes. Na terceira você morrerá, a não ser que antes abra o local da gráfica". Rapidamente imaginei que aquilo poderia ser um blefe. Mas que, dentro da lógica do regime liberticida e daqueles homens bestializados, aquilo bem que poderia ser inteiramente verdadeiro. Raciocinei que teria 50% de possibilidade de sair com vida e 50% de morrer naquele momento. Enfrentei a situação, tenso, mas inabalável. O gatilho foi apertado a primeira e a segunda vez. No instante da terceira vez o revólver foi retirado da minha cabeça. No Rio não mais me torturaram para saber o local da gráfica.

Em São Paulo, dias depois, no DOI-CODI do II Exército, antiga OBAN, fui torturado um dia, das nove horas às 16h30min. Choque elétrico, palmatória, lata de lixo na cabeça, socos em todo o corpo. Objetivo principal: local da gráfica. Diziam saber que eu sabia o dito local. Mantive a minha resposta: "não sabia" (8).

4. *a batalha do trabalho "especial"* — O DOI-CODI do Rio ti-

nha de mim uma ficha extensa. Disseram: "Você dirigiu a pesquisa de áreas estratégicas em AP, fez CPOR, em sua casa foi apreendido material de estudos militares volumoso, como livros, apostilas etc. Foi integrado na Comissão Militar do Partido e sabe como se chegar ao pessoal que faz trabalho 'especial'". Diziam saber, com certeza, da minha participação nessa comissão, o que eu não sabia se era uma forma de me testarem ou se haviam recolhido sei lá onde essa falsa informação. O certo é que as torturas começaram. Repetiam para mim que já tinham tudo: anotações de conversas do (9) com (10), que me mostraram (onde havia as iniciais Mar., que me perguntaram ser Maranhão ou Marabá, o que não respondi); relação de quase todo o pessoal que esteve na antiga "nove" e que foi deslocado (nomes "frios", a maior parte das vezes); todo o dossiê sobre o Araguaia (não só a pasta do dossiê propriamente dito, com as opiniões da maior parte dos membros do CC, assinadas com conhecidos nomes "frios", como também outras notas que lhes permitiram reconstituir toda a relação do pessoal que lá estivera). Acrescentavam: "Tudo isso sabemos; o que queremos é uma informação concreta de como chegar em alguma dessas pessoas". Foram várias horas de tortura por dia e por noite, alguns dias e algumas noites, perguntas intercaladas com outras. Terminava uma sessão de tortura sobre a gráfica, vinha uma sobre o trabalho "especial". Às vezes, no meio de uma sessão, suspendiam um assunto e metiam outro. Nada foi dito (11).

5. *Questões de organização* — Exporei *flashes* sobre algumas questões.

Composição de direções regionais. Não caiu nada de novo e nada de novo passou a ser conhecido. Parte minoritária já estava aberta (12).

Recolheram anotações de conversas tidas com (6) e (7). Disse que foram conversas de rua que tive com os mesmos, em restaurantes. Com o primeiro acidentalmente. Com o segundo, por iniciativa minha e relutância dele. A situação se dificultou quando a repressão chegou dizendo saber que ambos estiveram comigo não foi em restaurantes mas em reuniões da Comissão de Organização. Neguei peremptoriamente até o fim. E disse mais: que ambos me decepcionaram, por não quererem mais militância política (13).

Estava negando qualquer viagem internacional, no Rio, quando me jogaram à frente fotos minhas tiradas no exterior com o (A) e pessoa que nos acompanhou na viagem. Sobre essa pessoa, disse ser esposa do (A), que não era brasileira, que me parecia francesa e cujo nome verdadeiro jamais soube (J).

Pretenderam armar uma próvocação sobre hipotético finan-

ciamento internacional. Sinteticamente: achavam que eu deveria ter tratado dessa questão, ou trazido dinheiro, ou recebido dinheiro de algum país estrangeiro. Neguei firmemente. Disse que fora o (14) quem me dera algum dinheiro. E na Europa o (A) que se cotizou entre amigos.

Havíamos feito balanços mais minuciosos de nossa participação nas eleições recém-realizadas de 76. Este tinha sido um dos itens da reunião que caíra. Neguei que tenha sido feito qualquer contacto com candidato, que os candidatos que apoiávamos não eram informados de nosso apoio.

6. *Erros* — O combate foi prolongado. Onze intensas noites e dias no Rio de Janeiro, debaixo de torturas. Trinta e sete dias entre o DOI e o DEOPS de São Paulo, sob ameaças permanentes de novas sevícias, ameaças efetivadas no DOI-CODI. Trinta e sete dias em que, quando não estava sendo interrogado, estava na chamada “cela-forte” do DEOPS, uma solitária especialmente funesta. Porque foram trinta e sete dias desta solitária, para quase todos os que caíram comigo, só excetuando dois. Na “cela-forte”, nem papel higiênico existia, nem lençol, nem nada. Uma escova de dentes não era permitido entrar. Aquelas masmorras dos porões do DEOPS só tinham uma laje, com uma espuma suja por cima, que servia de cama. Um vaso sanitário em que a descarga era dada por policiais do lado de fora umas duas vezes por dia. Embaixo da porta uma pequena abertura por onde punham comida e água, e por onde, deitado no chão, enfiava o nariz quando queria respirar um ar mais puro. Na “cela-forte” ficava-se o tempo todo nu.

Em certo momento, no Rio, deram-me fotocópia de anotações minhas para que eu as reescrevesse legivelmente. Diziam que de qualquer sorte já haviam traduzido etc. Disse-lhes: “isto é tarefa de vocês”. Amarraram-me e torturaram-me, desta vez como castigo, posto que² não faziam nenhuma pergunta. Em determinado instante apresentaram-me uma folha de papel com umas cinco perguntas bastante triviais. Perguntaram-me se estava disposto a responder. Imaginei que queriam, a partir de me forçarem a responder perguntas banais, quebrar a minha resistência para então me apresentarem de novo as anotações. Concordei em responder àquelas perguntas, decidido a ganhar tempo e recusar de novo a transcrição das anotações quando elas voltassem a me ser apresentadas. Isto entretanto não mais ocorreu. Soube após que, enquanto escrevia as respostas, eles mostraram-me ao (K). A trama não era propriamente contra mim, mas contra o companheiro. Felizmente isto não o prejudicou, pois ele não se deixou impressionar.

Minha incomunicabilidade foi rompida mais ou menos uns 20 dias após a prisão, em São Paulo, quando dois advogados conseguiram avistar-se comigo. Por coincidência, no dia seguinte fui torturado o dia todo, das nove às 16h30, em função principalmente da gráfica. Nos momentos finais os torturadores diziam mais ou menos assim: “Todo mundo que passa por aqui entrega alguém e você tem de entregar também. Dê um nome qualquer, de alguém que seja um ponto de apoio, um simpatizante, uma pessoa de confiança em qualquer lugar, sindicato, jornal, universidade etc.” Sabia que nem todo mundo que passava por ali entregava alguém. Mas entendi que o inimigo estava já em desespero, visto que já gritava por um nome qualquer, não mais pela gráfica, por uma ponta para o trabalho “especial”, por um dirigente regional etc. Enchi-me de forças porque percebi — com que satisfação — que estava saindo vitorioso de uns 20 dias de luta contra a tortura do governo fascista brasileiro.

Na continuidade comecei a receber visitas sistemáticas de meus advogados. Cada visita uma batalha, travada por eles, para se fazerem respeitar como profissionais perante uma malta de brutos que queriam ouvir a conversa do advogado com o cliente. Apreciava a combatividade dos advogados. Jovens, não se abateram nunca na defesa de seus direitos ao exercício de suas profissões. Naquele ambiente sinistro onde perambulavam torturadores e facínoras, onde todas as noites se seviciavam detidos comuns cujos gritos ouvíamos de nossas masmorras, e onde pontificava, cheio de empáfia, o conhecido chefe de assassinos Sérgio Fleury, quando enxergava as figuras altivas daqueles dois advogados, imaginava-os como pontas-de-lança da dignidade que penetravam a escuridão daquele lúgubre covil para reavivar a lembrança ali perdida das coisas humanizadas.

Quando as visitas se sistematizaram acreditei que, apesar de continuar a ameaça de torturas, o período pior se passara. Então comecei a me alegrar com as vitórias conseguidas. Sentia que no curso do processo ganhara todas as batalhas decisivas e rejubilava-me pelo fato de não me ter deixado abater em nenhum instante. Tinha consciência, entretanto, de que cometera erros. Confirmara coisas, algumas à luz de informações que eles já tinham, outras à luz do material apreendido (15). Dera algumas informações: com clareza de que não levava risco a ninguém e, em geral, para melhorar a situação de pessoas ou situações.

Na realidade, em minha opinião, foi a partir daí que cometi os erros mais sérios. Havia me preparado, desde que caí, para uma luta prolongada na qual sabia os limites precisos que deveria respeitar. Respeitei-os, sentia-me vitorioso. Na tortura não dera uma in-

formação importante, das muitas que me quiseram "extrair". Mais ou menos por volta do trigésimo dia comecei a ficar um pouco impaciente com tudo aquilo. No fundo achava que a luta prolongada contra a tortura já havia acabado, que a parte formal do depoimento prestado no chamado "cartório" já não tinha importância.

Referido "depoimento" era inteiramente arbitrário. Um delegado ditava-o para um datilógrafo, tomando por base um rascunho previamente feito e anotações selecionadas. Tudo era dito como se a pessoa tivesse "declarado". Por exemplo: se em uma anotação de conversa com alguém já identificado tivesse uma frase como, por hipótese, "trabalho zona sul crescendo", e uma data como 25 de agosto, escreviam-se frases inteiras como: "Declara que no dia 25 de agosto efetivamente encontrou-se com fulano, que também se chamava beltrano e sicrano, com quem conversou sobre andamento do trabalho do Partido na zona sul da cidade; acrescentando que recebeu informações de que o Partido estava muito ativo nessa região; esclarece, ainda, que fulano lhe disse que o trabalho estava crescendo...". Respostas que dava a perguntas feitas eram completamente adulteradas, encompridas, anexadas a outras frases. O tal "depoimento" já não era feito nas câmaras de torturas, embora o clima de ameaças permanecesse o tempo todo. Foi acontecendo uma situação em que eu, que lutara em circunstâncias duras de defesa de importantes segredos do Partido, não achava importante continuar a lutar quando questões decisivas não estavam em jogo e quando as condições não eram propriamente de tortura. Diante do absurdo da forma de confecção do "depoimento" deveria ter-me encheido de determinação e não respondido nada. Deveria ter anunciado, de saída, a minha disposição de não assiná-lo. Ao contrário, agi com complacência. Fiquei em guarda para que não constasse do mesmo nenhuma provocação (tipo crítica ao Partido, à luta). Estava absolutamente seguro de que, se face às torturas não abrisse nada essencial, não seria agora que iria fazê-lo, quando inclusive pouco me perguntavam. E assim fui assistindo à montagem do "depoimento", respondendo aqui a uma pergunta, que não devia ter respondido, que era deturpada, ao que às vezes corrigia e às vezes nem isto. Sabia, o advogado me informara, que em juízo poderia negar tudo aquilo, que assim, se do ponto de vista prático não levaria a nada e não acrescentaria informação à repressão, do ponto de vista jurídico também não teria validade.

Em determinado instante, sem que eu dissesse nada, lendo o rascunho, o delegado começou a ditar algo como "declara que é a seguinte a composição do CC"! Acordou em mim o espírito de luta. Retruquei de pronto que não declarara coisa alguma e que se pusesse qualquer coisa sobre aquilo eu não assinaria nada. O clima

de ameaça reavivou-se, depois do que o delegado tentou ditar de qualquer jeito o que tinha em mente, ao que foi contraditado pelo datilógrafo que lhe lembrava eu ter dito que não assinaria nada se aquilo constasse. Gritou enraivecido olhando para mim, "assina sim". Respondi-lhe firmemente: "não assino". E era esta a atitude que deveria ter tido desde o início. O porco esbravejou mas terminou não pondo nada relativo à composição do CC. Então, assinei aquela porcaria.

Passados poucos dias fui chamado novamente a "cartório", que é uma das salas do DEOPS. Mostraram-me partes finais de outros "depoimentos", ao que me parece de todos os outros. Lá eram relacionados nomes do CC. Argumentaram que só o meu não tinha aquela parte. Que não era preciso dizer nada além do que já estava ali, que aquilo tudo era claro etc. E eu assisti a que se batesse, sob a rubrica de "Adendo", uma página separada do "depoimento", com trechos literalmente copiados de outros "depoimentos", constando nomes de membros do CC, aos quais acrescentei referências elogiosas. E voltei a assinar esse outro "depoimento", que foi anexado ao primeiro como "Adendo".

Está claro que em juízo denunciei, por escrito, a forma com que foram feitos esses "depoimentos" e neguei qualquer validade aos mesmos. Mas assiná-los foi um erro que hoje muito lamento.

7. No Tribunal — "Defesa ofensiva"; "defesa jurídica subordinada à política"; "defesa pessoal em segundo plano"; "só depor coisas que, sem pôr em perigo nosso Partido... podiam melhorar alguma coisa a situação das pessoas", são recomendações básicas de Dimitrov quanto ao espírito leninista de defesa em Tribunal. Não perdi, nem nenhum de meus companheiros perdeu de vista esses ensinamentos.

Atendo-me ao meu caso, fiz dois longos documentos: o primeiro denunciando as torturas recebidas, a falsidade do "depoimento". Tal carta foi transcrita na íntegra, juntamente com a correspondente de outro companheiro, em página inteira de jornal da grande imprensa (16). O segundo, assumindo a condição de dirigente do Partido, declarando-me honrado com tal condição, defendendo a linha do Partido, especialmente sua tática atual, defendendo a luta armada, o Araguaia e a experiência anterior de AP. Desafiei a que se mostrasse onde a linha do Partido ferira os verdadeiros interesses nacionais e proclamei uma série longa de medidas governamentais que, estas sim, eram antinacionais e antipopulares. Defendendo-me, acusei.

8. Na cadeia, de cabeça em pé — De cabeça em pé, na ca-

deia, desde o primeiro dia. Participação e iniciativa em todas as lutas feitas pelos presos daqui, greve de fome, feitura de documentos de denúncia, reivindicações etc. Intensa atividade de estudo político, literário e de elaboração. Espírito de camaradagem com os demais presos. Distinção política clara com os revisionistas. Tal tem sido o que temos feito, no geral.

Redigi três longas cartas, mais ou menos sete laudas de ofício cada, protestando contra referências injuriosas feitas pela revista *Veja* à luta do Araguaia. Não foram publicadas. Concordei em dar entrevista, longa, sobre o Araguaia, para um outro importante jornal, no sentido de destacar o valor daquela resistência, o seu significado histórico, o papel do Partido, os pontos mais positivos da guerrilha, seus pontos de debilidade, na base do que havia sido acertado no CC. Fui alertado de que tal entrevista poderia prejudicar o meu direito à liberdade condicional, que pode estar próxima. Não tive dúvidas. Em primeiro lugar levantar a bandeira do Araguaia, pela qual tantos deram a vida heroicamente. Depois, ver como fazer. No mesmo sentido escrevi a (17), sugerindo-lhe a mesma coisa.

Conclusão

Expus fatos, mostrei vitórias, apontei erros. Não quero apressar minha avaliação de conjunto. Acreditava ser necessário vocês saberem de tudo isto antes de formarem juízo sobre os fatos, como entretanto já foi feito. Desgostou-me que as coisas tenham se passado assim.

Há uns 20 anos vinculei minha vida à causa do povo; por caminhos difíceis, sem nunca apresentar desfalecimentos, terminei, juntamente com outros, dirigindo um complexo processo no qual quase toda uma organização nacional, depurada, chegou ao campo do proletariado e bateu à porta de seu partido; quando tal ocorreu, esse partido era alvo concentrado da sanha fascista; dei-me com todas as minhas forças às suas tarefas e participei, com muita honra, de sua direção; aí, procurei contribuir como pude, não só para a execução prática de seus trabalhos, mas para o vivo confronto de idéias que sedimenta a unidade e a disciplina conscientes, base de disciplina férrea; preso, mesmo quando as torturas foram as mais cruentas e quando morrer ou entregar companheiros se colocou claramente para mim como opção concreta de momento preciso, jamais me passou pela cabeça dar qualquer informação que pudesse levar à queda ou pôr em risco qualquer companheiro, ou amigo, ou quem quer que fosse. Jamais arriei a bandeira de defesa do Partido, da sua política, da sua justa e grande causa. Embora tenha cometido erros.

Não tenho negado a ninguém a minha condição de dirigente do Partido, precisamente porque estou convencido de que isto não o diminuiu, porque defendi e honrei essa condição na tortura e porque sinto a necessidade na conjuntura atual e na que se avizinha do Partido ter dirigentes reconhecidos como tais, aptos a agir abertamente no cenário político com espírito ofensivo, probabilidade de repercussão sem negar a sua condição de dirigente, pela qual já cumpriu pena.

Efetivamente não me convenceu a conclusão a que vocês chegaram. Aguardarei. Um abraço combativo e fraternal.

O ADVOGADO

Grande vitória da repressão:
estouraram, mataram, prenderam.

Luiz Eduardo Greenhalgh, 38 anos, era "advogado sem muita expressão" em 1976, quando se tornou o defensor de Aldo Arantes, Haroldo Lima e Wladimir Pomar, os três principais dirigentes do PCdoB capturados na operação do II Exército. Hoje, ele representa Maria Ester Drummond, viúva de João Batista Franco Drummond, e suas filhas, em uma ação de indenização contra a União Federal, apresentada na 5.ª Vara da Justiça Federal, em São Paulo, em dezembro de 1981. A chamada prova — a acusação e os depoimentos em juízo — encerrou-se em 13 de agosto de 1985. Desde então o processo 4255380 aguarda sentença.

Algum militar foi convocado para prestar depoimento?

— Não, nenhum militar. O que se quer é provar a responsabilidade civil da União. Provada, em tese, a culpa da União, ela paga uma indenização, mas você não chega aos culpados. Nenhum processo chegou aos culpados.

No caso de Herzog, uma ação declaratória, foram convocados militares.

— É que o Exército assumia a relação de que Herzog estava preso e morreu nas dependências do DOI.

Que provas a acusação levantou contra a União?

— A versão oficial dizia que Drummond havia morrido por atropelamento, por um Volkswagen não identificado etc. e tal; a União voltou com essa mesma tese.

Então raciocinamos da seguinte forma: se o rapaz tivesse morrido por atropelamento, haveria um boletim de ocorrência necessário na delegacia da circunscrição. Como o Exército diz que ele foi morto por um Volkswagen fugido "em desabalada carreira" e não conseguiram identificar nem a chapa e levaram o Drummond para ser socorrido etc. ... então, onde está o boletim de ocorrência?

Mandamos oficiar para a delegacia do bairro, o 4.º Distrito Policial, e não tinha. Mandamos oficiar para todas as delegacias da Grande São Paulo e não havia boletim de ocorrência.

De outro lado, as testemunhas que foram depor no caso explicaram como foi toda a trajetória do Drummond dentro do DOI. O Wladimir Pomar fez isto, o Aldo Arantes, a Elza Monnerat.

Todas estas coisas levam à conclusão de que a versão oficial, governamental, da morte do Drummond é absolutamente falsa. Isso deve dar ganho de causa a Maria Ester e suas filhas.

No processo da Lapa na Justiça Militar, no depoimento de Elza Monnerat em juízo, ela afirma que havia um revólver na casa. O perito que vistoriou o local encontrou duas armas e disse que ambas haviam disparado. Já o auto de arrecadação feito por Fleury relaciona cinco armas de fogo... Como entender essas contradições?

— Acho que dentro da casa havia uma arma. Que devia ser arma de segurança pessoal, uma arma velha qualquer. Acredito mesmo que não tivesse balas, fosse um revólver velho. Era um *aparelho* — num *aparelho* normalmente pode haver armas. Não era o caso do PCdoB, mas alguém ter uma arma seria normal.

A polícia fez uma grande montagem. Nas fotos em que está o Pedro Pomar morto ela dá início, inclusive, a uma provocação, aquele documento em que aparece o Airton Soares, o Marco Aurélio. Ela começa a *plantar* ali uma ligação do PCdoB com a gente no escritório. O Airton era meu sócio, foi candidato. Me lembro de que a primeira vez que fui na Auditoria e vi as fotos disse que era provocação, que não aceitaríamos.

As fotos dos cadáveres foram cuidadosamente montadas. Colocaram os cadáveres, puseram armas próximas às suas mãos, e ainda puseram os boletins que eles queriam em volta para recheio das fotografias. Isso tudo foi *plantado*.

Acredito que o laudo do perito seja verdadeiro no sentido de que chegou e viu duas armas. Mas foram as duas armas que eles puseram lá “de cara”. Depois, como deu problema, morte de Drummond etc. eles puseram mais armas, para tentar mostrar que aquilo era um arsenal.

Então para mim é o seguinte: podia haver arma na casa. A Elza inclusive diz isso. Agora, as armas que foram apresentadas nos laudos foram colocadas pela polícia. Essas facas, sabres, isso é material que a polícia vai apreendendo, fica no depósito e quando eles fazem uma chacina vão lá e espalham.

Isso era procedimento comum?

— Comum, e típico do Fleury. Ele não punha arma moderna, só coisa estragada, uns pentes.

Os mortos não tiveram chance nenhuma de reação. Disso eu

tenho convicção. Não havia dentro da casa arma do ponto de vista de eficiência, arma com bala, funcionando, que atirasse. As pessoas foram chacinadas, sem direito de defesa.

Você encontrou contradições no laudo que relaciona os tiros?

— Os agentes entraram do lado de fora, atirando, e entraram também pelo fundo da casa, foi onde eles prenderam a Maria Trindade, na cozinha ou próximo à cozinha. Certificados da morte do Arroyo e do Pomar e da prisão de Maria Trindade — e de que ali não havia mais ninguém — eles, que tinham já bombardeado a casa de fora para dentro, passaram a disparar tiros de dentro para fora, para simular o tiroteio. Os orifícios são muito grandes para o calibre das armas apreendidas. A versão era absolutamente inconsistente: Chamamos de chacina desde o primeiro dia.

E em relação aos laudos cadavéricos?

— Primeiro, os laudos eram feitos sem que você tivesse acesso aos cadáveres. A partir daí, eles punham qualquer tipo de coisa que quisessem. Montavam primeiro a versão, “esse aqui morreu por enforcamento”, e a partir disso os peritos trabalhavam.

Que tipo de dificuldades práticas você enfrentou nesse processo?

— Esse foi o primeiro grande processo que peguei em minha carreira de advogado de presos políticos. Era o mais novo na profissão, estava aprendendo, era um advogado sem muita expressão. No dia 17 de dezembro eu recebo um telefonema de Madre Cristina, “olha, uma amiga minha, chamada Dodora, vai conversar com você porque está levantando a hipótese de que o marido esteja preso”. Depois de uma, duas horas apareceu a Dodora [*Maria Auxiliadora Arantes*] no escritório. “Sou a mulher do Aldo Arantes, tenho certeza de que ele foi preso por causa disso e disso”, e deu uma série de informações. A partir daí a gente começou a mexer no caso. Na ordem de chegada eu defendi o Aldo, o Haroldo e o Wladimir. Depois da Dodora veio a Solange, esposa do Haroldo, e em janeiro a Rachel, esposa do Wladimir.

Comuniquei na Auditoria a prisão do Aldo no dia 17. O II Exército respondeu que ele não estava preso, que não constava ninguém com esse nome. Então declinei o nome falso dele, nome da carteira de identidade. Aí o Exército respondeu, “bem, esse está preso”, alegando que a partir da petição foi possível estabelecer a verdadeira identidade dele...

Aí houve fatos interessantes. Você tinha de lutar para que eles saíssem do DOI, fossem para o DEOPS, que se quebrasse a incomunicabilidade, porque então você teria uma série de condições de resguardo da integridade física deles.

O primeiro fato que me marcou foi o dia em que vou eu e o Marcelo Cerqueira. Tínhamos autorização de visita para o Aldo. Chegamos lá, fomos falar com o delegado Fleury. O delegado Fleury pegou a autorização e rasgou na nossa cara. “Aqui quem manda sou eu, não vão ver, está sendo interrogado, não vou parar o interrogatório para atender vocês” — e a gente então teve de reagir lá dentro, foi uma briga. No final ele mandou vir o Aldo.

Segunda coisa foi o dia que passamos inteiro lá — eu, a Solange, o irmão da Solange. Na véspera do Ano Novo, o dia inteiro para visitar o Haroldo.

DEI A WLADIMIR A NOTÍCIA DA MORTE DE POMAR.

A terceira coisa foi com o Wladimir. Conversei com ele no DEOPS no mesmo dia em que a Rachel apareceu. Veio, saiu, foi reconhecer firma da autorização e eu fui no finalzinho da tarde falar com o Wladimir. Então contei a ele o que tinha acontecido na casa da Lapa, fui eu que lhe dei a notícia da morte do Pomar.

“Olha”, eu disse, “aqui estão presos você, o Aldo, o Haroldo, a Trindade, a Elza, o Joaquim. O João Batista Drummond morreu. E também eles invadiram a casa e o Arroyo e seu pai morreram”. Me lembro de que o Wladimir falou assim: “Eu já presumia isso”. Mas ele não tinha ainda a informação sobre o que havia acontecido, acho até que os órgãos de segurança o estavam mantendo enganado sob o ponto de vista de que o pai dele estaria preso. Apresentaram ao Wladimir um documento que estava no bolso do paletó do Pomar, ele sabia que estava e deduziu — ou meu pai está preso ou foi morto.

Naquele dia eu falei pra ele. Um troço assim, de falar e a gente ficar uns dois minutos parado, silêncio total, lágrimas nos olhos dele. Me marcou, eu ter dado a confirmação da morte.

Considero que essa tenha sido uma das grandes vitórias da repressão, pelo menos eles consideraram assim. Que eu me lembre, o alvoroço, as comemorações que eles fizeram, foram o Marighella, o Lamarca e depois a Lapa. Obtiveram uma grande vitória, porque estouraram, mataram, prenderam.

O general Dilermando Gomes Monteiro tinha assumido com a Igreja o compromisso de que na gestão dele não ia haver tortura. Na primeira operação de vulto dos órgãos de segurança durante o comando do general Dilermando, o saldo foram três mortos e os outros torturados. Começamos a divulgar notícias de tortura e o general achou que pelo fato de ele já ter conversado com d. Paulo, de sua imagem ser a de um general bonzinho, mandado a São Pau-

lo para substituir o carrasco do Ednardo — achou que a gente estava enlameando a imagem dele, e aí comprou a briga, dizendo que era mentira, que o pessoal não estava sendo torturado. Fizemos então desafios públicos, “apresente os presos à Auditoria”, “faça exames de corpo de delito”, até que a própria Igreja se convenceu de que o general era um mentiraso.

Houve fatos pitorescos. Quando o Mário Simas, contratado pela família da Elza Monnerat, vai ao DEOPS visitá-la pela primeira vez, ela se recusa a conversar com ele. Diz a ele, na frente do Fleury, que quer o advogado do PCdoB, o advogado de bigode... Ela desconfiava de que o Mário Simas não fosse advogado, estivesse fazendo uma encenação, fosse alguém dos órgãos de segurança. Chegou na frente do Fleury e disse: “Eu quero o advogado do PCdoB”.

O Mário Simas explicou para ela que era advogado, deve tê-la convencido de que era verdadeiramente advogado — e era dos melhores, por sinal — e que nada existia de conspiração, saiu de lá e me telefonou. “Houve um problema, eu fui visitar minha cliente hoje, e ela na frente do Fleury afirmou que queria o advogado do PCdoB, aquele do bigode.” Ainda podia *sobrar* para mim nessa história, o Fleury me prender, qualquer coisa. Mas não houve nada. Hoje é engraçado; na época...¹

O método de cada cliente escrever uma carta, para fazer parte dos autos, foi o primeiro processo em que isso aconteceu aqui em São Paulo. Ficar como testemunho, para a História, do que tinha acontecido.

Me lembro também de que, quando a gente começou a discutir o porquê da queda, foi o Wladimir o primeiro a dizer que houve algum tipo de infiltração, coisa que inclusive era combatida pelo Aldo e pelo Haroldo, que achavam que não, que houve seguimento, que o seguimento teria sido através do Pomar, quando ele se encontrou com a Elza. Porque a Elza achou algo estranho no momento em que pegou o Pomar para levar à casa da Lapa. O único cara que levantou que era gente de dentro do partido, gente que sabia das coisas, foi o Wladimir.

Sei que isso motivou muita discussão deles na cadeia, era briga o dia inteiro em cima disso. E depois de anos o próprio PCdoB lançou uma nota confirmando a história de Jover Teles, portanto contrariando os argumentos do Aldo, do Haroldo e da Elza também. A Elza disse para mim uma vez ter certeza de que não foi seguida mas que, quando encontrou o Pomar, houve algum problema, ou eles cruzaram com o mesmo carro duas vezes na rua, e ela

1. Mário Simas contesta essa versão: “Nunca senti por parte de Elza qualquer desconfiança”, disse ao autor.

achava que pudesse ter vindo do Pomar. Eu me lembro de que ela chegou a aventar a hipótese inclusive de não apanhar o Jover, em função de alguma anormalidade. E foi o Pomar que disse: “não, tudo bem, vamos apanhar”.

Porque ficou um grande enigma — como é que eles chegaram à Lapa? — durante anos. As duas hipóteses defendidas com ardor eram essas. Uma, do Wladimir, que dizia: “foi infiltração, a polícia sabia com antecedência, e é coisa de dentro do partido”. A outra, do pessoal que acreditava em um seguimento a partir do Pomar.

O DEOPS exerceu um papel subordinado nessa operação?

— O que deixou o Fleury furo, dava para a gente perceber, foi o método do DOI. As pessoas saíam do DEOPS para apanhar no DOI. Onde estavam as pessoas? Estavam no DEOPS. As denúncias de tortura recaíam sobre o DEOPS.

Várias vezes cheguei no DEOPS e sobre a mesa do Fleury estavam os recortes de jornais com as denúncias feitas na imprensa — acho que ele deixava de propósito para eu ver. “Não tenho nada a ver com isso”, dizia, “o pessoal lá [o DOI] não sabe trabalhar e eu é que pago o pato.” Não estava furo porque foi passado para trás no sentido de não participar da operação; estava sabendo, participou gente do DEOPS. O Exército se retirou logo após o ataque, quem planejou o ambiente para a versão oficial foi o DEOPS.

O DEOPS só fazia o interrogatório cartorário, que era o que servia para a Auditoria. O próprio punho, as confissões, as informações eram manipuladas no DOI. Agora, no caso do Marighella o pessoal que forneceu as pistas já havia passado pelo DOI, estavam na fase do cartório no DEOPS quando o Fleury sacou, pau aqui, pau ali, conseguiu localizar o Marighella.

Vez por outra ele dizia que o DOI ficava com o cara dois, três meses, matava e não sabia manipular a informação. Que depois de os restos do pessoal serem jogados no DEOPS, ele conseguiu prender o Marighella, conseguiu prender o Toledo, mesmo a questão do Lamarca foi ele quem mexeu. Não escondia de ninguém que o DOI era um bando de brutamontes que não tinha capacidade de manipulação das informações.

Acho que por trás dessa disputa havia a disputa do investimento financeiro da repressão. Como a princípio a OBAN, a repressão foi financiada pelos empresários, depois foi institucionalizada pelo Exército, o Fleury disputava o financiamento do grupo de empresários. Precisou demonstrar para os empresários que financiavam a repressão que ele era mais eficiente nisso, mais competente, e que era um coitadinho, que o DEOPS não tinha estrutura. O Fleury tinha iate. Onde ele arrumou? Arrumou com financiamento.

Depois que o governo transformou a OBAN em DOI, as despesas passaram a correr pela União Federal, pelo Exército. O Fleury disputava então uma caixinha junto ao grupo de empresários no sentido de investigações extras.

O que ele dizia de certa forma era verdade, muita coisa o DOI deixou escapar, e os caras deviam ficar furiosos. Não tinha jeito, aquela estrutura toda, e de repente o *filet mignon* da subversão quem mexia era o Fleury — e os empresários quando tinham que dar a grana davam para o Fleury, não davam para os militares.

A SOBREVIVENTE

“Vocês mataram eles dormindo”,
falei para um chefão.

*Testemunha ocular do assassinato de
Ángelo Arroyo e única sobrevivente, Maria
Trindade, 63 anos, militante do PCdoB até
os dias de hoje, não gosta de falar do
episódio da Rua Pio XI. Frustradas três
tentativas de entrevistá-la em diferentes
ocasiões, resta o recurso ao único
depoimento feito por Maria Trindade a um
jornal, em 1979, recolhido por Rivaldo
Chinem para o Repórter.¹*

Com o primeiro barulho dentro da casa, eu quis ver o que era. No segundo barulho, vi que derrubaram um pedaço da porta. Não sei o que é que caiu lá de cima, se foi o lustre. O Pedro tinha saído do banheiro e já estava na sala, e o Arroyo acabava de sair do banheiro.

Eu estava na porta da cozinha e quando quis olhar vi aquele negócio que caiu, um pedaço da parede. Parece que tinham jogado pedras nos vidros. Uma barulheira. “Que é isso?”, perguntou assustado o Arroyo. Antes de eu me virar para sair, vi o Arroyo caindo de bruços. Aquilo foi uma coisa que me assombrou, a maneira como ele caiu. Nunca tinha visto uma pessoa, antes de cair, dar um salto para cima. Deu um salto assim [*faz um gesto de mergulho com os braços*] e se atirou. Vi ele dar um salto com o corpo. Quer dizer, ele já tinha sido atingido.

Daí, saí para ver o que era e veio um dos caras com a metralhadora, um mulato, que disse: “Você não dá um passo, senão você será cortada pela metralhadora”. “Se atira no chão”, ele ordenou. E eu respondi: “Não posso me atirar no chão, porque meu joelho não dobra”. E ele: “Você vai morrer”. Eu disse: “Então vou morrer, porque não posso me deitar no chão”. E ele foi me apertando para abrir o portão. Com muita dificuldade consegui abrir o

1. “Exército matou a sangue-frio dirigentes do PCdoB”, agosto de 1979.

portão, e estava outro cara com uma metralhadora, que me pegou pelo braço e me jogou com força no portão.

Num segundo, aquilo foi uma barulheira de tiro. Não era um barulho de metralhadora, eram tiros secos. Até hoje ainda ouço aquilo, e os tiros continuam pipocando na minha cabeça.

Por último, antes de sair do portão, eles jogaram não sei se foi bomba ou se foi granada. E aquilo causou um estrondo lá dentro que pareceu que a casa tinha se arreventado toda. Ele disse: "Joga outra!" Eu pensei: "Agora estourou tudo". Ai vejo o mesmo cara dando ordens: "Chama o legista!" Eu quis voltar para olhar, queria ver o que era, né? quando o cara me puxou e me levou para o carro. Não sei quantos carros eu contei. Não sei se entrei no quinto, sexto ou sétimo carro. Cada um que chegava o cara dizia: "Não entra nesse carro. Aqui não, aqui está cheio de armas".

Ali, o que aconteceu foi o seguinte: cada buraco que tinha na casa eles meteram metralhadora, fuzil, sei lá o que mais. Eu disse para um dos chefões: "Olha, vocês mataram eles dormindo". Essa é que é a verdade. Não tinham arma nenhuma. Nunca vi armas lá dentro. Para mim, eles foram mortos de uma maneira terrível, que nunca mais esqueço. A verdade é que as duas pessoas que estavam lá dentro morreram sem saber por quê. Enquanto estiver viva, não vou esquecer.

O REPÓRTER

Uma operação de surpresa,
muito rápida, planejada.

Nelson Veiga, 60 anos, diretor-presidente da Rádio e TV Universitária Metropolitana, em Brasília, fora repórter de polícia nos Diários Associados antes de aparecer nos telejornais da Excelsior e da Bandeirantes. No setor ele fazia de tudo, de localizar pessoas raptadas a prender assaltantes em telhado. Era também um homem bem relacionado, com acesso fácil a policiais como Romeu Tuma e Erasmo Dias. Nos tempos da Bandeirantes, Tuma intercedeu em seu favor mais de uma vez, sempre que Veiga se envolveu em algum conflito com a polícia. Na manhã de 16 de dezembro de 1976, Veiga recebeu um telefonema comum, desses que soam em qualquer redação.

— Eu era o primeiro a chegar à redação, ficava lá aguardando o chefe de reportagem, lendo os jornais. Nesse ínterim recebi um telefonema: uma rua estava interditada de ponta a ponta, os moradores estavam preocupados. Então peguei o cinegrafista e fui para lá. Devo ter chegado coisa de 8 e 15, 8 e 20. Conversando com pessoas, me informaram que tinha havido um tiroteio, até certo ponto preocupante, porque demorou vários minutos, e nessa hora as pessoas, com receio, em sua maior parte nem quiseram sair à rua.

Em virtude da confusão que se estabeleceu, ninguém se preocupou comigo. Aí entrei na casa, talvez eles me confundiram com um policial ou coisa parecida, entrei, então havia três cadáveres lá. A casa estava toda perfurada de balas de metralhadora, e a conversa era a seguinte: que ali tinha-se realizado uma reunião de comunistas. Então o Arroyo — posteriormente é que fiquei sabendo que era o Arroyo — tinha sido assassinado, mais o Pedro Pomar, ex-deputado do Partido Comunista, e mais uma pessoa de quem eu não me lembro agora.

Mas havia três cadáveres? Não eram só dois?

— Não, eram três.

Com certeza?

— Com certeza.

Você viu três cadáveres?

— Eu não vi três cadáveres. Vi dois, mas quando fui informado um já tinha sido retirado. Ou eles alegam que o rapaz, a pessoa, fugiu, foi atropelada...

Quando eu estava conversando com pessoas, se aproximou o delegado Fleury. Ele parece que estava chefiando a operação. Chegou, me viu, me reconheceu: "O que você está fazendo aqui?" Respondi: não, estou aqui como repórter. Aí percebi que várias pessoas começaram a olhar para mim e imediatamente fui cercado e agredido. E nem sabia por quê. Ele apenas dizia: "É jornalista, esse rapaz é jornalista". Fui cercado por soldados também, porque segundo me parece a operação tinha sido feita por investigadores do DEOPS e agentes do II Exército. Me agrediram, deram uns tapas, tinha um rapaz com uma metralhadora — me deu também umas pancadas com a metralhadora. Mas não estou entendendo por que eu estou apanhando, falei. Chamei um que estava chegando, quero falar com o doutor Fleury. "Não, você não vai falar com o doutor Fleury não, a ordem que eu tenho aqui é levar você para o DOI-CODI." Eles me colocaram num carro, uma Veraneio, e aí fui levado junto com o Chuvisco [*Valter Dionísio da Silva, o cinegrafista*]. Quase matam a gente dentro da Veraneio, porque a velocidade que imprimiam ao carro era absurda. Subiam na calçada, entravam na contramão. Não sei se faziam isso para assustar. O fato é que cheguei até a dizer, pô, para levar um jornalista preso não é preciso todo esse aparato, ligar sirene, entrar na contramão e o diabo a quatro. Os caras: "Cala a boca".

E no caminho foram me ameaçando, porque queriam saber como eu tinha obtido a notícia de que ali estaria sendo realizada uma reunião de comunistas. E honestamente eu não sabia de nada, já expliquei no início que recebi um telefonema. Quando chegamos no DOI-CODI, eles pretendiam saber quem dera essa informação, indicando que ali seria realizada uma reunião. Começaram a me pressionar, mas depois verifiquei que houve uma interferência do comandante do II Exército, o Dilermando Monteiro. Ele foi informado, não sei por quem, de que eu estava detido.

Apareceram dois camaradas que se identificaram apenas como oficiais, pertencentes ao setor de relações públicas do II Exército. Tinham ido lá a mando do comandante para me colocar em liberdade, pedir desculpas e dizer que infelizmente teria havido um excesso da parte deles, mas que eu não deveria me aprofundar na coisa, porque isso daria margem a interpretações, que ele agradecia a colaboração da imprensa etc. etc. Porra, mas desculpa não ti-

ra as pancadas que recebi, eu disse, queria explicação. “Não, você não deve levar isso à frente...” E aí fui colocado em liberdade.

Me levaram na mesma perua Veraneio, de volta à Rua Pio XI, porque meu carro estava estacionado lá. Fui saber o que realmente tinha acontecido, tomei conhecimento do fato. Eles me disseram o seguinte: que foram informados por uma pessoa, evidentemente informante,¹ de que ia haver uma reunião do Partido Comunista, naquela casa que teria sido alugada com o fim de abrigar reuniões desse tipo — seriam os chamados *aparelhos*. E a cúpula estaria ali reunida. Inclusive o Pedro Pomar, o Arroyo e mais outras pessoas. Que eles fizeram? Viram as pessoas chegar, ficaram colocados em posição estratégica e cercaram a casa, dos dois lados, e essas pessoas entravam e não saíam. Então eles foram aguardando o término da reunião. Às tantas da manhã terminou essa reunião.

Ao que se presume, só ficaram lá dentro as pessoas responsáveis pela reunião. Então eles resolveram invadir o prédio. Ninguém, pelo menos as pessoas com quem conversei, ninguém disse que houve resistência. Houve um ataque à casa. Essas pessoas morreram lá dentro. E foi detida uma senhora, que seria a caseira. Quando eu a vi, ela estava cercada, não sei por que motivo. Eles não permitiam que ninguém chegasse perto da mulher. Fizeram uma rodinha e ela, evidentemente, estava sob efeito daquele tiro-teio — porque foi um negócio que derrubou até reboco da parede. A casa ficou mesmo... Eles fizeram um ataque planejado, atacaram a casa por trás, pela frente e dos lados. Foi uma ação conjunta.

A mulher não estava machucada, tenho certeza disso porque quem me falou foi um investigador. Que haviam morrido dois e que tinha sido presa uma senhora, que estava lá, cercada. Estranhei que nada tivesse acontecido com ela. Mas a mulher está ferida? “Não, nada.” Ainda perguntei: a mulher tem alguma ligação com o pessoal? “Não sabemos ainda”, falaram.

Agora, quanto aos mortos, você viu armas com eles?

— Não vi nada. Absolutamente.

Não havia armas?

— Não. E também não soube da apreensão de armas, absolutamente.

Você tem certeza de que não havia armas com os cadáveres?

— É, eu não vi. E não vi arrecadação de nada, pelo menos na hora.

Você lembra de alguma coisa que tenha chamado a atenção, nos cadáveres?

— Não, não me lembro.

1. Informante, aqui, no sentido policial do termo, de delator etc.

O Pomar você lembra quem era?
– Lembro, o Pomar foi deputado.

UM DOS EPISÓDIOS MAIS TRISTES DE QUE PARTICIPEI.

Sua impressão qual foi, diante daquilo tudo? Você acha que houve reação?

– Tenho impressão — é impressão apenas, porque não vi — de que, pelos testemunhos da época, houve uma operação de surpresa. Pelo menos as pessoas que estavam ali informaram. O cerco, a forma como estava o prédio, o estado de excitação dos próprios agentes que participaram da operação. Você verifica que foi uma coisa muito rápida, planejada. Não acredito que eles tivessem batido: “Olha, aqui é a polícia, será que vocês querem sair?”, e tal. Dificilmente.

Os policiais por sua vez disseram que houve resistência. E eu não posso alegar que houve ou não.

Mas você não viu armas ao lado deles.

– Isso eu tenho certeza, não vi não. Depois, tenho impressão de que nem revólver adiantaria.

Foi um dos episódios mais tristes de que eu participei, porque até então a gente sabia das coisas por ouvir dizer. Eu próprio, como jornalista, sabia por ouvir dizer. Então, ali verifiquei uma situação de fato.

Você calcula que chegou lá por volta das 8 horas; foi a hora em que você entrou na casa?

– Mais ou menos isso.

Pois é: a essa hora, pelo relato dos jornais, a perícia não tinha chegado ainda.

– Mas tenho impressão de que até os corpos tinham sido retirados do lugar. Uma perícia dessas, você sabe, depois de um acontecimento desses... Porque também eu não sei se eles mataram o camarada dentro, ou se ao abrir a porta foram mortos e levados para dentro. Quer dizer, ninguém podia atestar.

Sabe por que estou lhe perguntando isso? Porque fizeram fotos dos cadáveres com armas ao lado.

– Só se isso foi feito muito na hora do negócio.

Não pode ter sido. O relato do Caraballo diz que a perícia chegou horas mais tarde. Os corpos só foram retirados bem depois, por uma Kombi.

– O que estranho é o seguinte: é que ninguém falou para mim, na hora, que houve apreensão de armas, nem reação. O que houve foi uma ação contra quem estava lá dentro. Das pessoas

com quem conversei, ninguém falou em resistência. Se bem que a minha matéria não foi ao ar, eu tinha feito depoimentos mas a matéria não foi aproveitada.

TINHA UM CARA FORA DE SI, ATÉ ESPUMAVA.

Agora, a primeira pessoa a lhe falar foi o Fleury.

— Que me reconheceu. Eu estava no meio de um monte de gente, o cinegrafista não estava comigo. Percebi que o Fleury ficou preocupado. Por que razão eu estava ali, como é que eu tinha entrado. Porque eu entrei na casa, consegui, mas porque foi uma operação conjunta, pensaram que eu era polícia, tinha muita gente à paisana. Tenho impressão de que eles me confundiram com um policial, porque o único sujeito que me reconheceu, que me deu voz de prisão, foi o Fleury.

Voz de prisão?

— Voz de prisão, na hora. Quando me viu, “que é que você está fazendo aqui?”, falei: é um caso policial. “Não, não tem caso policial nenhum aqui. Quero saber como é que você chegou aqui. Como é que vocês deixaram esse moço entrar?”

Aí o pessoal veio. Tinha um cara que até espumava na hora, estava completamente fora de si, foi o cara que começou a agressão contra mim. “Como, jornalista, como é que você entrou aqui?” Eu estava sozinho, não fui lá com o cinegrafista justamente para não despertar suspeita. A grande preocupação na hora foi chegar perto para saber o que estava acontecendo, porque eu também não sabia o que era. Eles não deixavam ninguém passar [na rua]. Quando cheguei com o carro, escrito “TV Bandeirantes” e o diabo a quatro... escondi o carro numa rua próxima e descí. O cinegrafista perguntou para mim: “Quer que eu vá junto?” Não, deixa eu primeiro saber o que é, e fui na frente.

Será que Fleury ficou com raiva por causa das armas?

— Não sei. Ficou com muita raiva, fora de si. Ele me conhecia por que eu fazia polícia, quando ele era investigador, e eu o acompanhava em diligências e tal. Nós nos conhecíamos havia 15, 20 anos. Ele me conhecia perfeitamente. Tanto é que depois desse episódio eu cheguei a conversar com ele umas duas vezes. Mas já no julgamento dele, se não me engano pelo caso Perus, Esquadrão da Morte, se não me engano estavam o Correinha, o Fininho. Conversei com ele, mas profissionalmente, fiz umas duas perguntas. Mas sobre o fato [da Lapa] nunca conversamos.

Ele chamou a atenção — e essa foi a razão da revolta dos investigadores que estavam ali — porque tinham me deixado entrar.

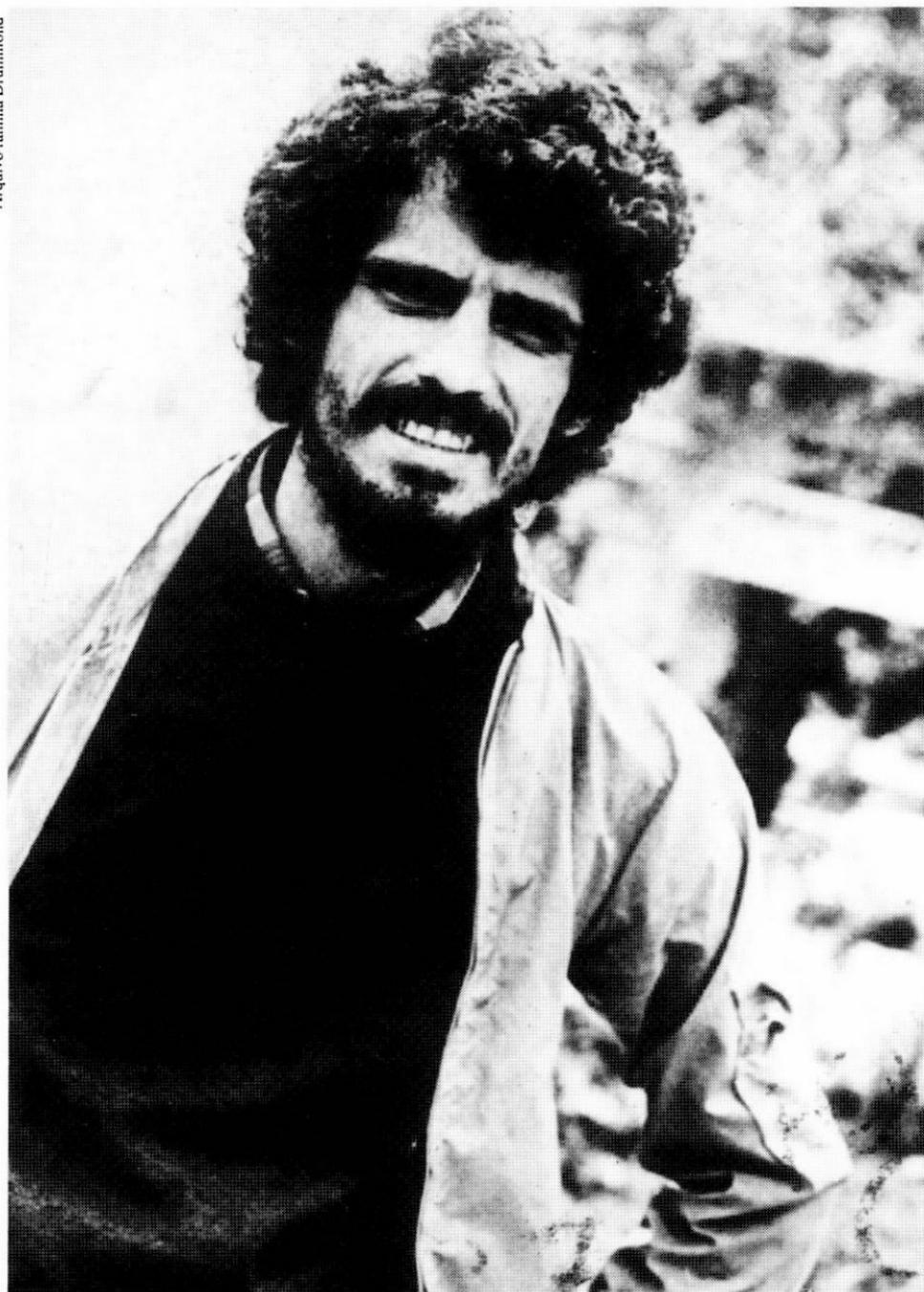
Porque é lógico, se eu chego e digo que sou jornalista, os caras me dão uns trancos e me botam para fora da casa. Mas eu entrei no bolo, fui vendo o que estava acontecendo, ninguém falava nada.

FIQUEI COM MEDO PELA PRIMEIRA VEZ NA VIDA.

O que agitou tudo depois foi a minha prisão. Essa operação teria sido desencadeada talvez sem a imprensa, ou com a imprensa tomando conhecimento depois. Houve a informação à Secretaria de Segurança, de que tinham detido um jornalista. Isso é que deve ter chamado a atenção dos jornalistas que fazem plantão lá. Se isso não ocorre o acontecimento poderia passar despercebido, pelo menos na hora. Se não é esse cidadão [*o morador que telefonou*] me alertar, como é que eu ia saber que estava ocorrendo esse fato?

É depois vou te confessar. Fiquei com medo. Pela primeira vez na minha vida eu fiquei com medo. Até então eu fui um camarada que prendi bandidos em São Paulo, bandidos famosos, bandidos que haviam fugido da Penitenciária. Nós tínhamos uma equipe dos Diários Associados, com bons repórteres. Quando se saía cada um queria mostrar serviço. Então localizei pessoas raptadas. Ajudei a prender o Luiz Roland, um dos grandes bandidos da época, aquilo foi um trabalho da equipe dos Diários Associados. Toda a polícia estava atrás e nós conseguimos localizá-lo e prendê-lo. Tiroteios inclusive.

Eu fiquei assustado. A forma como eles me trataram... Confesso que tive medo. Embora não demonstrasse, porque tentei reagir. Na hora você cercado por um monte de gente, levando bofetada no pé do ouvido, o cara batendo até com cabo da metralhadora — você não sabe o que vai acontecer.



João Batista Franco Drummond, 34 anos, "atropelado" dentro do DOI-SP.



Casa 767 da Rua Pio XI. A fotografia é do Instituto de Criminalística (nº 1)

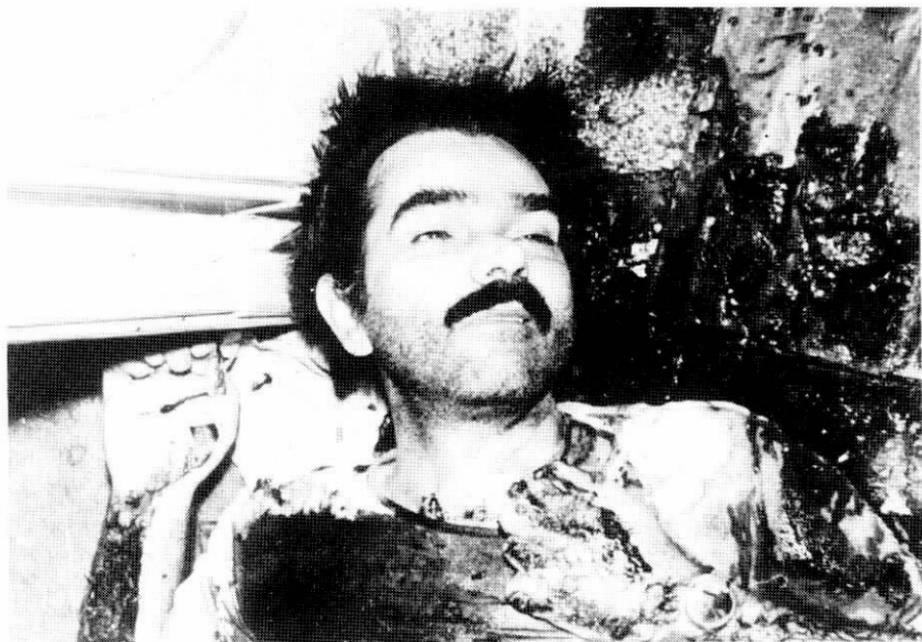


Foto: Domicílio Pinheiro/Agência Estado

Detalhe da porta principal, vista por dentro.



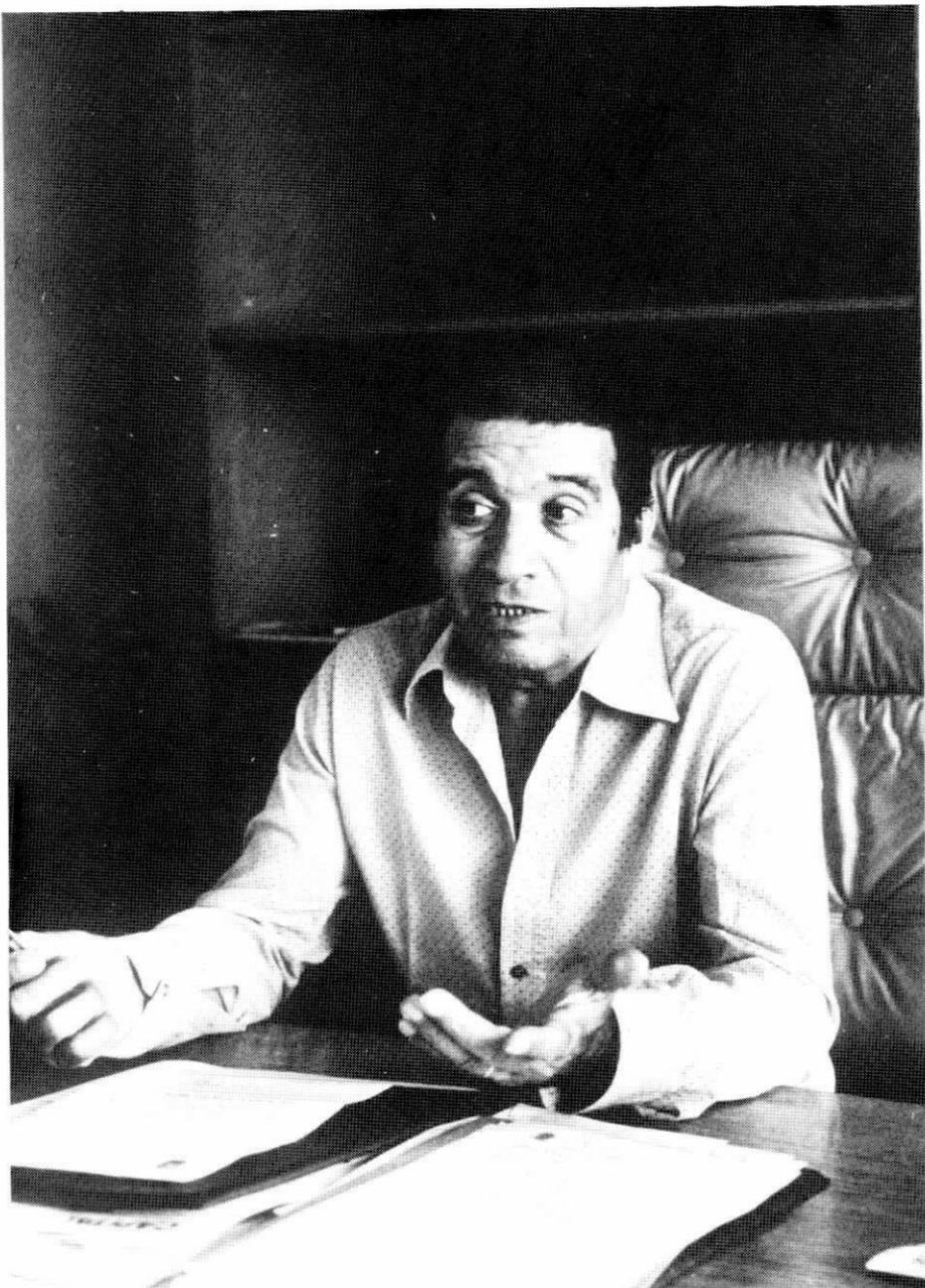
Foto oficial do massacre, tomada na sala de estar, com todas as características de uma cena montada (IC n.º 65).



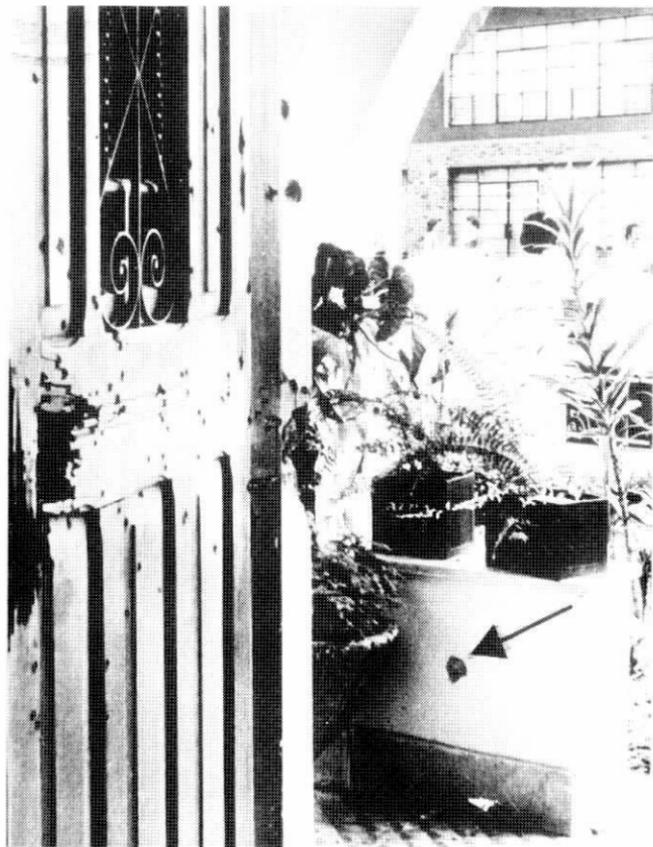
A posição do corpo de Arroyo foi novamente mudada para esta foto (nº 69).



Pomar com óculos que usava somente para ler; o panfleto é "plantado" (nº 67).

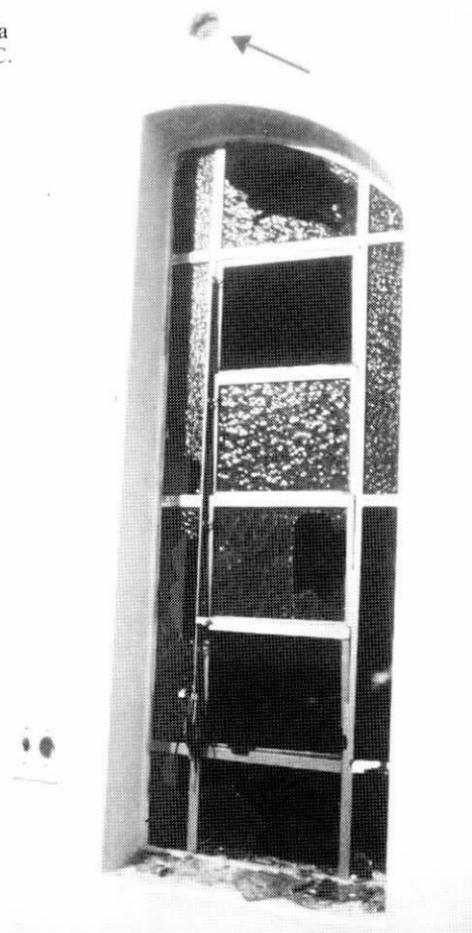


Nelson Veiga, então repórter da TV Bandeirantes, viu tudo do alpendre.



Vestígio na mureta do alpendre: tiro para acertar nas pernas?
(IC nº 19).

Este vitrô é o da
foto nº 29 do IC.
É mais um tiro
inexplicável.





Dilermando fala a jornalistas após a posse no comando do II Exército. A promessa, então, era de paz.

CONFIDENCIAL PESSOAL



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO DO II EXÉRCITO
QUARTEL GENERAL

26
Cui

08
P

Plano 1.12.1976
coment
0002
pro
auto-
cancelado
cancelado
20.12.76

São Paulo, SP, 10 DEZ 1976
Do Chefe do E M / II Exército
Ao Sr Secretário de Segurança Pública
do Estado de São Paulo
Assunto: informação (presta)

1. Informo a V Exa que o Comandante do II Exército tomou conhecimento que estariam havendo reuniões clandestinas na área com o comparecimento de elementos ligados a subversão.

2. Foi montada uma operação de informações e em curso das investigações foram levantadas atividades subversivas de elementos condenados e sobejamente conhecidos por suas atuações junto ao PC do B, tais como:

- PEDRO FELIPE VENTURA DE ARAÚJO POMAR;
- ANGELO ARROYO;
- ALDO DA SILVA ARANTES;

3. Aproveito a oportunidade para apresentar a V Exa os protestos de estima e consideração.

Gen. Bole Carlos Xavier de Miranda
General-de-Brigada CARLOS XAVIER DE MIRANDA
CHEFE DO E M / II EXÉRCITO

CONFIDENCIAL PESSOAL

CONFIDENCIAL PESSOAL



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO DO II EXÉRCITO
QUARTEL GENERAL

28
Dami

27

Handwritten notes and signatures:
Plan 14.12.76
28
287
287
287

OF S/Nº-E/2

São Paulo, SP, 14 DEZ 1976

Do Chefe do E M / II Exército

Ao Sr Secretário de Segurança Pública
do Estado de São Paulo

Assunto: operação urbana

Ref: Of S/Nº-E/2, de 10 Dez 76

1. O Exmº Sr General Comandante do II Exército incumbiu-me de comunicar a V Exa que, dando prosseguimento às investigações mencionadas no Of em referência, o DOI/CODI/II Ex realizará, no dia 16 do corrente, uma operação urbana visando a detenção de militantes do PC do B, que se encontram homiziados na casa, sita à Rua Pio XI, Nº 767, bairro da Lapa, nesta cidade.

2. Em consequência, solicito a V Exa providências no sentido de que a partir das 0600 horas do dia 16 Dez 76 seja montado um esquema de segurança, com a finalidade de tranquilizar os moradores vizinhos da citada residência e os transeuntes, bem como seja o trânsito desviado das proximidades do local onde será realizada a operação.

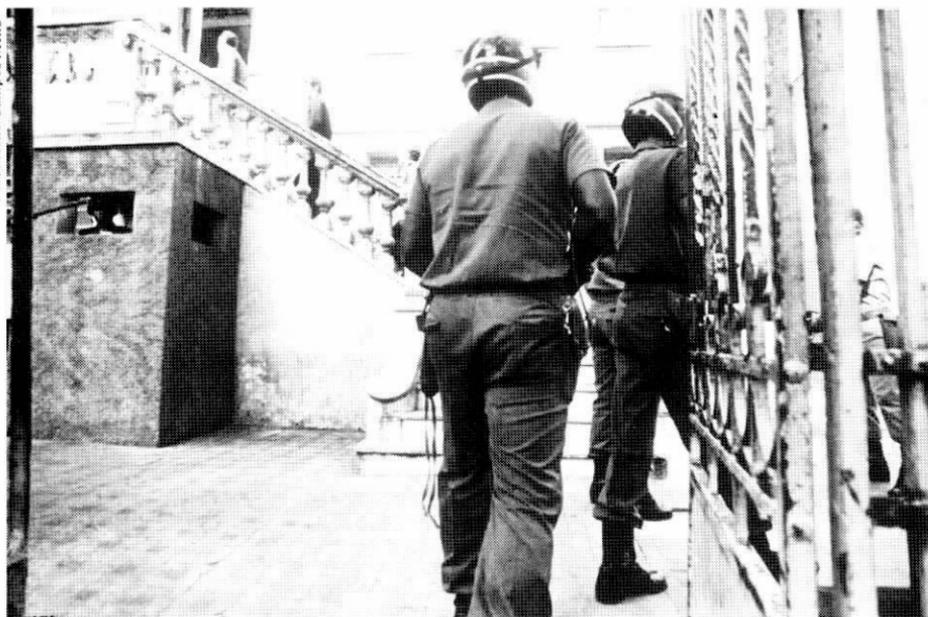
3. Aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

Gen Brda Carlos Xavier de Miranda
General-de-Brigada CARLOS XAVIER DE MIRANDA
CHEFE DO E M / II EXÉRCITO

Fac-símile do ofício de 14.12.76: o ataque é marcado na antevéspera.



Os presos chegam à Auditoria, na Av. Brigadeiro Luiz Antonio. Em 29.06.77.



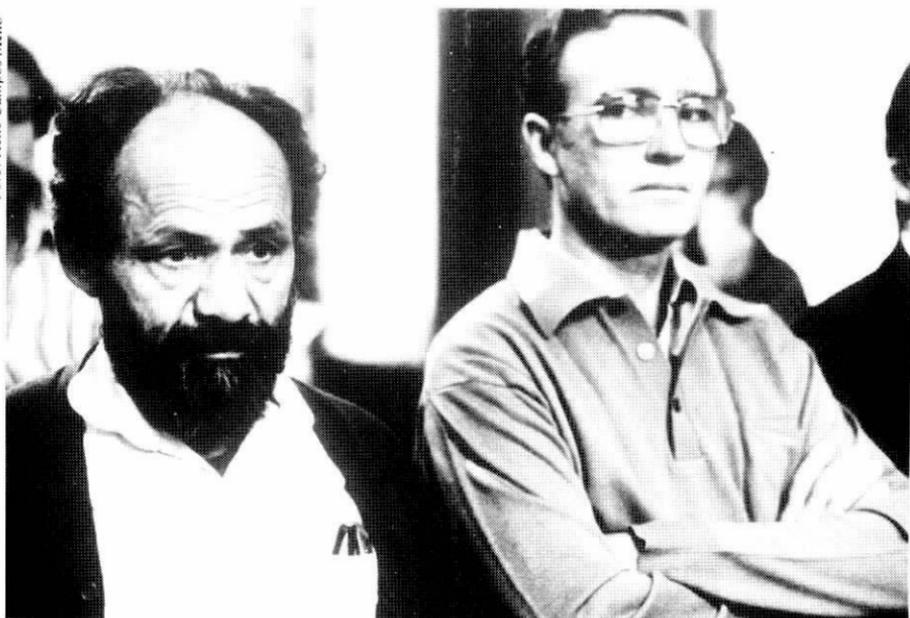
Na guarda, a Polícia do Exército e soldados da tropa de choque da PM.



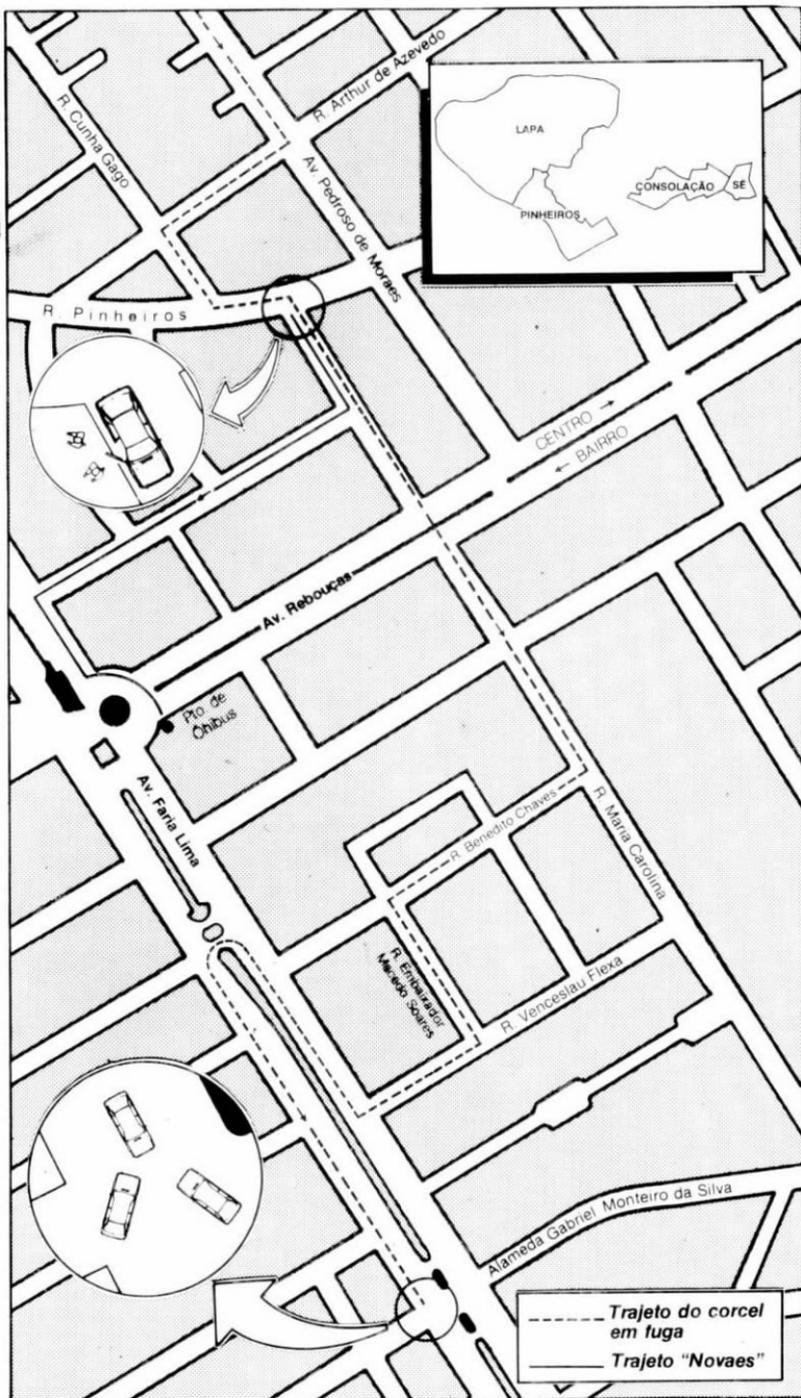
Na primeira fila, da esquerda para a direita, Trindade, Elza, Haroldo, Wladimir, Aldo e Joaquim.



Trindade foi absolvida, Elza Monnerat condenada a 5 anos de prisão.



Três e cinco anos de prisão foram as penas para Joaquim Celso e Wladimir.



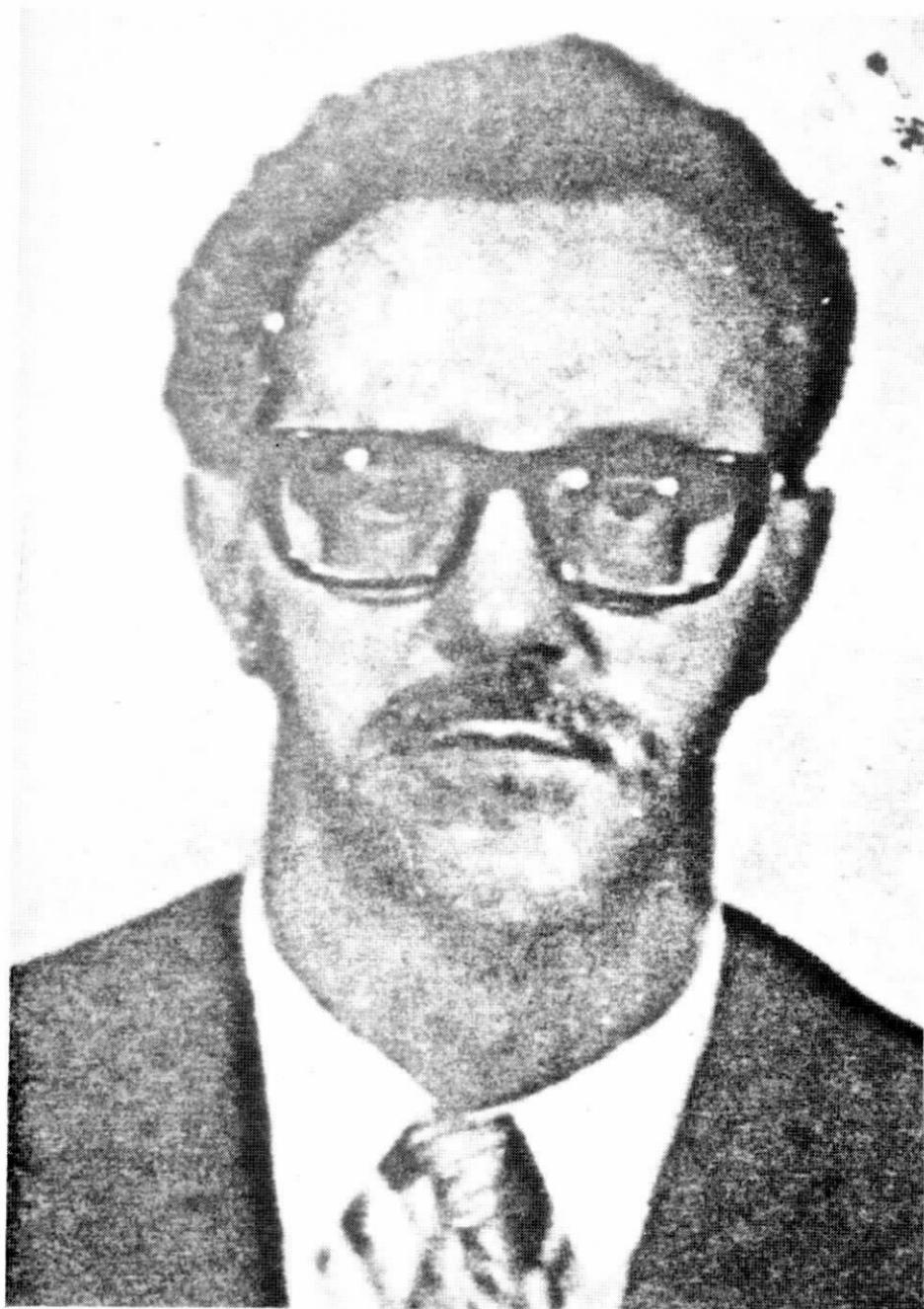
Roteiros da fuga. Para escapar, Novaes precisou andar três quarteirões.



Novaes na esquina da fuga. Ao fundo, o bar onde Jover teria bebido cerveja.



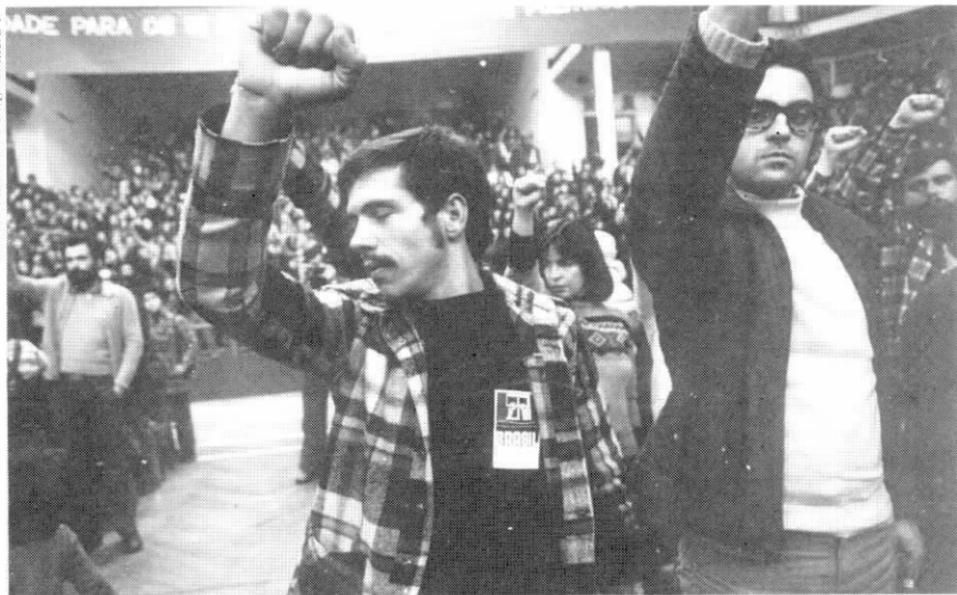
Dez anos depois, Joaquim reconstitui a "fechada", em plena Av. Faria Lima.



Jover Teles, em foto que a policia politica juntou ao processo penal.



O teatrólogo Augusto Boal fala durante ato público no Palácio dos Desportos de Lisboa, em 21 de janeiro de 1977.



Presentes 7 mil pessoas, dias antes do incidente na embaixada brasileira.

data. Marcou para que os as declarações

reboca

arros

onados

âbado, domingo
0 veículos em
Arrastão, deter-
ados, conduziu
mento Estadual
o Batalhão da
estacionados em
rcipalmente no
egularidades.
to Batalhão da
an estãõ agindo
sse sentido, es-
lor nas avenidas
'aranha e ruas
na Rua Sete e
arde de ontem,
sm guinchados,
foa em locais,
'eas privativas"

tilos do Detran e
a ficar comple-
veículos quin-
três dias. Eles
er liberados,
preendidos no
ontem, depois
los pagaram as
etc.

os pastidores do
Operação deverá
ento será feito

Agentes dos cinco distritos, da Rádio-Patrolha e de outros setores da Secretaria da Segurança Pública, procederam no sábado a *blitz* em todos os quadrantes da Capital, detendo e levando para a Casa de Detenção, numerosos suspeitos, entre eles alguns ladrões qualificados.

Desaparecimento



José Edilson de Souza

Está desaparecido de sua residência, desde dezembro do ano passado, José Edilson de Souza. Ele tem aproximadamente 30 anos de idade, cabelos e olhos castanhos, 1,73 de altura. Trajava na

miguel japonês
brotos comestiv
metros da sede
plantação, enc
completament
bem abertos, p
viajando. Quan
contou que Mik
dentro da casa,
deu conta de fa
uisque para ele
menino perdido
era para chamar
depois, chegou
dadp, e Mikiti I
bambuzal, poré
mais no local.
Começaram um
encontrado, de
moita" — con
proprietário da
mais de três qu
Nerópolis e me
lômetros distan

Marcos Borge
da Delegacia de
ao chegar para
um pouco nerv
sido recolhido
controu, "porém
japonês, eu sen
te assutado com
a busca e o enc
as pernas cruz
moita de bambu
se de pé e perg
ele não falava. T
a boca cheia de
arranhado e suij

No hospital
para a Delegac
chegou sua mãe
o Hospital Sag

Fac-símile de *O Popular* de 18.01.77: a isca da polícia traz até uma foto.



Cartazes nas ruas de Lisboa: por anistia no Brasil.



Amazonas, em pé, e Pomar, ao centro, durante conferência sobre Cuba: 1962.



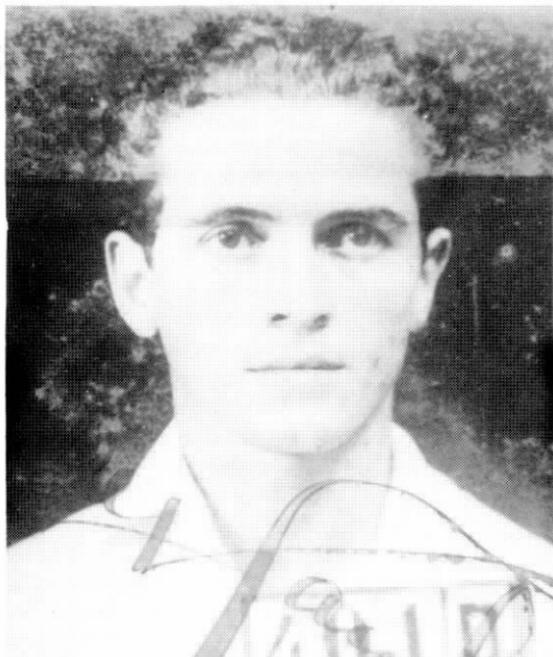
Amazonas, o principal dirigente do PCdoB, prefere calar sobre a Lapa.



Drummond com a esposa, Maria Ester.



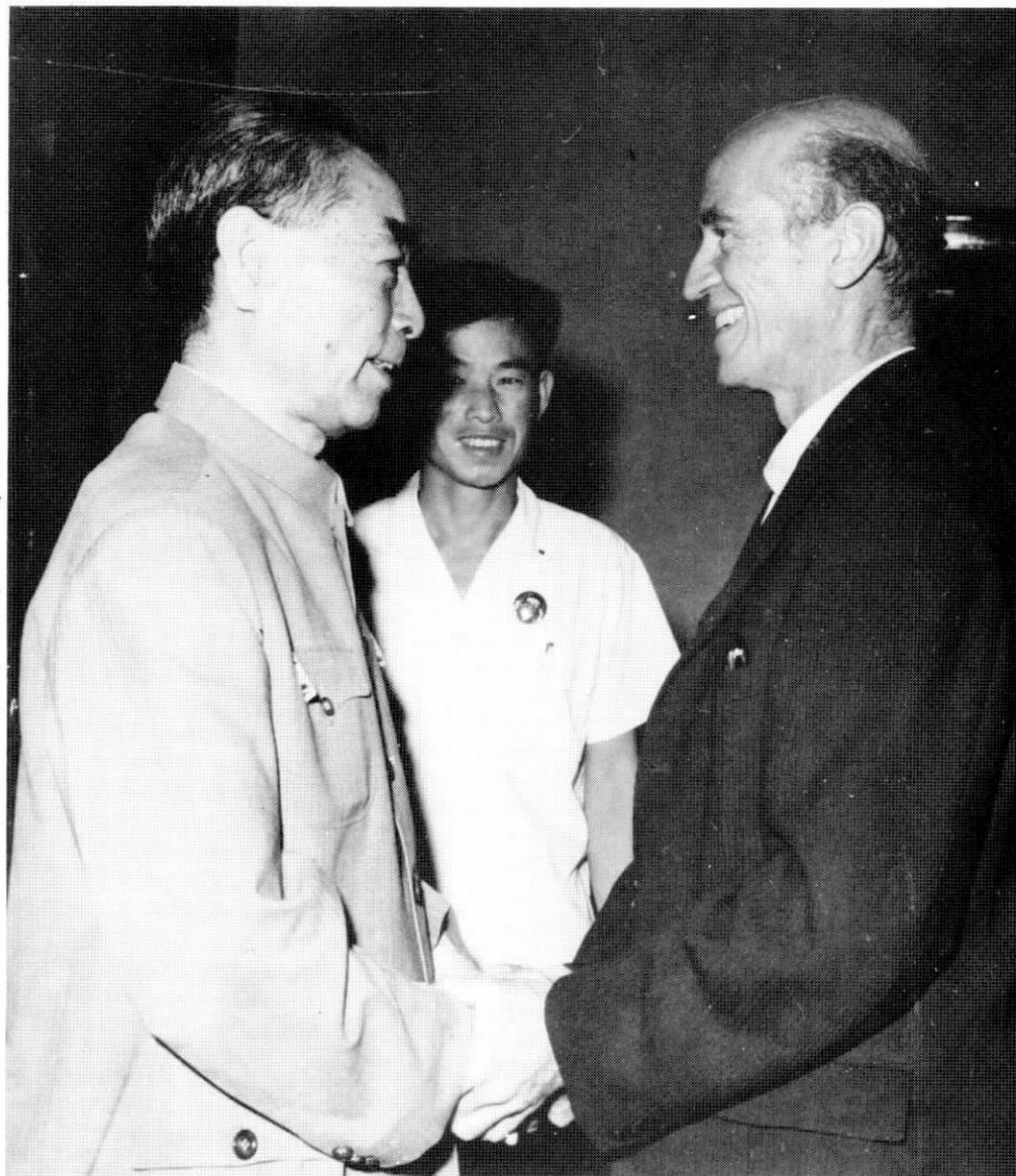
Ângelo Arroyo. Foto apreendida pelo DEOPS na rua Pio XI.



Pedro Pomar em 1940, em foto pertencente ao processo 1575 do Tribunal de Segurança Nacional.



Maio de 1947: Pomar, deputado federal por São Paulo, conversa com um repórter do *Diário da Noite*, na Estação Roosevelt.



O primeiro-ministro Chu En-Lai recebe Pomar. Pequim, 1972.



Dia 16 de dezembro pela manhã, horas após o ataque. A Kombi da polícia carregará o material apreendido.

